



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 10

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Giordano, Daniella Ribeiro e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, em atendimento ao requerimento 525/2021; do Pedro Hallal, Professor e Pesquisador, em atendimento ao requerimento 597/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/24>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia aos Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento a requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros, a Dra. Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional e coordenadora do Movimento Alerta, e o Dr. Pedro Hallal, epidemiologista, pesquisador e professor da Universidade Federal de Pelotas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só deixa eu terminar aqui, por favor.

Esta Presidência oficiou ontem à Polícia Federal com vistas à expedição de certidão a respeito dos inquéritos envolvendo a Covaxin e a empresa Bharat Biotech. A Comissão aguarda para o dia de hoje a resposta da Polícia Federal.

Além disso, a Polícia Federal foi oficiada para providenciar segurança aos depoentes da reunião a ser realizada amanhã e a seus familiares. Diante das ameaças relatadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, reitero à Polícia Federal a necessidade de cumprimento desse pleito, que não só garante a integridade física dos depoentes mas assegura o bom andamento das investigações conduzidas por este Colegiado.

Senador Eduardo Girão, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nos documentos enviados para esta CPI...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a Controladoria-Geral da União repassou informações de 53 operações especiais que potencialmente envolvem recursos federais destinados à pandemia entre março de 2020 e abril de 2021. Foi investigado nas 53 operações o montante de R\$1,6 bilhão. O prejuízo efetivo apurado até agora atingiu quase R\$39,2 milhões e o prejuízo potencial é de R\$124 milhões. Assim, o prejuízo total pode alcançar R\$164 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio de ações coordenadas, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, já foram expedidos 778 mandados de busca e apreensão e 67 mandados de prisão temporária, sendo 472 pessoas físicas, sendo dessas 129 agentes públicos e 291 jurídicas, que estão sob investigação, das quais há 51 pessoas jurídicas de natureza pública, 228 empresas privadas e 12 entidades sem fins lucrativos. Além disso, na Nota Técnica nº 9 da Regional da Bahia, que foi assinada por dois auditores federais de finanças e controle da própria CGU e trata da compra dos 300 respiradores pelo Consórcio Nordeste, nela foram apontados diversos indícios de irregularidades nesta aquisição, bem como o emprego de verbas federais na negociação.

Por isso, finalmente, Sr. Presidente, eu fiz o Requerimento nº 699, que convoca o Sr. Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União, para vir depor nesta CPI. Foi aprovado pelos colegas já, duas semanas atrás, e a boa notícia, Senador Marcos Rogério, é que o próprio Ministro já declarou, em várias entrevistas, que quer vir depor. Diante desse fato, solicito a V. Exa. que pautе a vinda desse Ministro, na urgência, se possível na semana que vem, já que foi aprovado pelos colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é o Ministro, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O Ministro Wagner Rosário, da Controladoria-Geral da União.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Pela ordem.

Sr. Presidente, duas questões que eu queria levantar. Primeiro, eu ontem tive a oportunidade de ver a manifestação de V. Exa., do Relator e do Vice-Presidente desta Comissão diante das colocações do Ministro Onyx Lorenzoni, e os três citaram a necessidade de convocação desse Ministro para vir até esta CPI, por conta das ameaças explícitas que ele fez a testemunhas que estão programadas para depor aqui, amanhã. Chegou a um ponto em que ele disse - dirigindo-se ao Deputado Luis Miranda -: "Deputado Luis Miranda, Deus está vendo, mas o senhor não vai se entender só com Deus, não; vai se entender com a gente também". Me parece, assim, um jargão mafioso, miliciano, não é? De modo que eu acho que é importante que ele venha. E eu tomei a liberdade de apresentar um requerimento fazendo a convocação do Sr. Onyx.

A segunda coisa que eu queria demandar a V. Exa., para que V. Exa. possa avaliar: nós temos aqui, em várias reuniões, onde estão pessoas que a base desse Governo pretende ou proteger ou intimidar, e enche esta sala com pessoas, particularmente Deputados. Nós aqui tivemos dificuldade de implementar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta CPI, porque o Presidente da Casa exigia que se fizesse nas melhores condições sanitárias possíveis. Como amanhã, inclusive, há uma previsão de que não virão somente os bolsonaristas, virão mais outros Deputados, que nós pudéssemos, amanhã, ter uma limitação da participação das pessoas credenciadas e dos Senadores nesta sessão. Queria que V. Exa. refletisse sobre isso, porque é óbvio que há uma clara intenção de intimidação quando, aqui, chegam pessoas que saem daqui para, inclusive, divulgar notícias falsas.

Então, eu faço esse apelo para que V. Exa. pense em como proceder amanhã, porque eu acho que a audiência, amanhã, vai ser grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós iremos analisar a sua questão de ordem, Senador, e...

V. Exa. quer falar, Senador Fernando Bezerra?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, eu gostaria de expressar a minha mais completa repugnância pela bravata do Secretário-Geral da Presidência da República, um estafeta acrílico, Sr. Presidente, que fez uma despuddorada coação de duas testemunhas e, conseqüentemente, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Além de uma intromissão indevida em uma investigação de um outro Poder, ele comete um crime - um crime! -, porque é um caso clássico de coação de testemunha e de dificuldade ao avanço da investigação.

Nós não podemos, de forma nenhuma, submeter esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma instituição da República, que é uma expressão do Parlamento, que está investigando se era possível evitar pelo menos parte dessas 507.240 vidas, Sr. Presidente.

Eu entendo e, portanto, peço a V. Exa. que, se for possível, nós possamos avaliar esse requerimento hoje mesmo, porque esta Comissão é uma comissão extraordinária, política; esta Comissão precisa dar respostas imediatas. E, quando um caso desse se apresenta, nós temos que ter uma óbvia reação em nome da sociedade brasileira. Se esse senhor continuar a reincidir, nós não temos outra coisa a fazer, Sr. Presidente, se não requisitar a prisão dele.

E, por falar nisso, eu quero aproveitar a oportunidade para encarecer a V. Exa. todos os esforços no sentido de defendermos a absoluta segurança do empresário da Precisa. Nós precisamos garantir a segurança de vida do dono, do proprietário da Precisa, seja de qual modo for, garantir uma segurança de 24 horas, quem sabe, Sr. Presidente, até o final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quê? Para não incorrermos em prevaricação. Eu vou requerer a V. Exa., vou requerer à Polícia Federal, vou requerer ao Supremo Tribunal Federal, seja lá quem for, para garantir 24 horas, todos os dias, segurança de vida para os proprietários da Precisa, que será alvo a partir de agora, porque é uma testemunha muito importante. Os fatos estão gritando à sociedade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós precisamos garantir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Os empresários pediram?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Precisamos garantir a segurança de vida dele. Da mesma forma que o Estado brasileiro, Senador Fernando Bezerra, garantia, quando da Operação Lava Jato e quando estava à frente dessa operação o ex-Juiz Sergio Moro, a sua segurança de vida, 24 horas, porque era um alvo iminente, nós temos que garantir a segurança de vida do proprietário da Precisa, uma empresa atravessadora que teria levado R\$500 milhões num contrato feito com o Governo, condenável sob todos aspectos.

Mais, Sr. Presidente: é muito importante isso para... Nós sabemos os métodos que estamos enfrentando, que essas pessoas enfrentarão. Para não incorrermos na repetição do que ocorreu com o próprio Adriano da Nóbrega, nós precisamos garantir a segurança de vida dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem, o Senador Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu queria fazer algumas ponderações, tendo em vista as afirmações feitas pelo Relator, o Senador Renan Calheiros.

Em relação à fala, ao pronunciamento do Ministro Onyx, eu discordo completamente das afirmações do Senador Renan. Eu apenas ponderaria, já que amanhã nós vamos ouvir aqui o Deputado e o irmão, que deverá trazer informações referentes ao que a CPI, a Comissão e todos nós queremos investigar e esclarecer, que esse requerimento de convocação do Ministro Onyx pudesse ser apreciado após ouvidos esses depoimentos, isso na próxima segunda ou terça-feira. Não tem nenhuma dificuldade para que o Ministro possa trazer aqui as suas explicações e a visão do Governo em relação ao que se quer investigar, que é esse contrato com a Bharat Biotech e a posição dessa empresa, a Precisa, em relação a isso, sobretudo para avaliar as afirmações que o Senador considera como coação à testemunha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente que nós queremos garantir a integridade, a segurança de todos os depoentes que possam vir aqui.

A segunda observação que eu queria fazer era mais um esclarecimento. Eu queria saber se os empresários da Precisa requereram a proteção de vida, sugeriram isso ao Relator. As informações que eu tenho são de que não, que a Precisa, o empresário está em confinamento, como foi informado ontem aqui pelo Presidente da Comissão, e está absolutamente à disposição para poder refutar todas as colocações que o Relator acabou de fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Todas, todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... o que eu coloquei não foi isso. Eu disse que, para não incorrermos em crime de prevaricação e sendo o proprietário da Precisa um alvo indiscutível, num processo desse que nós estamos vivendo, com ameaça pública, com a coação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Porque V. Exa. já está julgando. V. Exa. já está julgando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não estou julgando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Já está dizendo que a Precisa está incorrendo na prática de crime.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Estou dizendo que, para não prevaricarmos - para não prevaricarmos -, para que essa testemunha...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O empresário solicitou? O empresário solicitou proteção de vida?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... para que essa testemunha importante, como era importante o Adriano da Nóbrega, não apareça morto amanhã metralhado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é uma narrativa política. É uma narrativa política, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... nós temos que garantir a sua segurança.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É uma narrativa política a que V. Exa. está fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Temos que garantir a sua segurança.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Srs. Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É um absurdo isso. Comparando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Srs. Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... o episódio da Precisa com o episódio de Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Srs. Senadores, Sr. Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é um exagero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Os atores são os mesmos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra, Senador Renan Calheiros, pediria à Comissão... O advogado está constantemente em contato, o advogado do Sr. Maximiano está em contato com a CPI. Hoje de manhã mesmo solicitou a participação dele em todas as sessões da CPI. Eu disse que não seria possível porque nós temos aqui um controle sanitário dentro da CPI, não é possível a gente ter tanta gente.

Então, para não prevaricar - porque não creio em prevaricação, até porque não fomos comunicados pelo depoente que ele está sofrendo alguma coisa; ele não pediu, não solicitou... Eu prevaricaria, Senador Renan, caso ele me pedisse e eu não tivesse nenhuma atitude, está certo? Então não há prevaricação nesse caso por parte desta Mesa.

Eu pediria para que entrassem em contato com o advogado do Sr. Maximiano perguntando a ele se ele precisa de proteção policial. Caso precise, a CPI irá requerer, porque essa questão de prevaricar, como se eu tivesse sido avisado... Eu não fui avisado de nada! Eu não posso tomar a iniciativa de... Eu fui avisado ontem e pedi para os irmãos e a família do Deputado, que solicitou à CPI...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E eu já encaminhei à Polícia Federal o pedido para a proteção a ele, como também encaminhei à Polícia Federal ontem um pedido para saber se houve algum pedido por parte do Palácio do Planalto ou de ministro para que se abrisse algum procedimento em relação aos documentos que, segundo o depoente de amanhã...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nós fizemos isso. Nesse caso específico, Senador Renan, eu não posso... Por exemplo, o ex-Governador Wilson Witzel: os advogados pediram proteção. Quando eu disse quem ia... Vejam bem, eu pedi, disse: "Olhe, nós vamos...". "Não, eu não quero esses". Aí ontem eu li uma matéria em que ele disse que só vai depor se tiver proteção, não sei o quê...

Vejam bem. Nós temos que ter sinceramente... Quando a pessoa pede e está... Eu nem ouvi ainda o Maximiano! Ele não veio aqui, não falou nada! Então, eu acho que nós podemos aguardar, mas, mesmo assim, com a sua recomendação, Senador Renan, irei pedir para que os advogados ou que a Secretaria da Mesa entre em contato com os advogados, e, caso - e eu quero isto por escrito, por favor, para que eles respondam por escrito para a gente - ele não peça, não tenho por que demandar esse tipo de solução se ele não quiser. Se ele quiser, lógico, iremos demandar na mesma hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - É, mas é muito importante, Presidente... E eu cumprimento a sua sensibilidade e ponderação, mas é muito importante - é muito importante - que o Sr. Maximiano, se estiver nos ouvindo, fique advertido de que ele é uma testemunha muito importante desta Comissão Parlamentar de Inquérito - muito importante! -, de uma negociação que envolveu, já se sabe, muita gente, muita gente, inclusive um atravessador, coincidentemente ele próprio, que teria feito um contrato de R\$500 milhões de uma vacina que, infelizmente, é a mais contestada das vacinas, inclusive rejeitada pela própria Anvisa. Então, para não ter amanhã problema de consciência, para dormir bem, fica o registro, que, como Relator, fiz aqui nesta Comissão, de que acho que, pela importância dele, assim como o Estado disponibilizava segurança 24 horas por dia para o Sergio Moro, o que deveria ter feito com Adriano da Nóbrega e não fez, ele pode ser vítima de qualquer coisa, porque ele é uma testemunha, repito, importantíssima! Mas eu cumprimento V. Exa., Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcos Rogério e, em seguida, o Senador Randolfe.

Aí eu vou pedir para a gente ouvir já os nossos convidados que estão aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas algumas considerações em face das muitas manifestações que estamos ouvindo aqui no âmbito desta CPI, especialmente com relação a este caso da Covaxin, que me parece ser a maior *fake news* até agora no âmbito desta CPI.

Eu tenho observado aqui que tomam como verdade uma informação sem conferir os fatos, sem checar as provas, colocando sob suspeita o trabalho de um conjunto de servidores do Ministério da Saúde, além dos dirigentes da pasta. A maneira como esta CPI está agindo, Sr. Presidente, contribui para o travamento da máquina pública, ao apagão das canetas, face às acusações sem provas que partem daqui. Investigar, sim; prejudicar, não. E nós temos visto isso aqui no dia a dia.

Chegou uma informação, V. Exa. deu entrevista hoje, e eu ouvi; citou até que eu estive lá – é verdade. Agora, qual é o papel do investigador? É sair acusando ao léu? Não; o papel do investigador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o senhor deve ter ouvido bem que a gente, coincidentemente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu te puxei aqui e disse: "Vamos lá tomar um café?".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi, foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não sabíamos nem que a pessoa estava aí. Eu não o conhecia. Aliás, você que disse que ele era Deputado. Eu não sabia que ele era Deputado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou... A entrevista de V. Exa., eu não estou me referindo a ela; eu estou me referindo ao que está acontecendo aqui dentro.

Agora, as acusações... As acusações estão acontecendo aqui... Ouvimos, agora há pouco – o Brasil inteiro ouviu –, como se já tivesse uma sentença em relação a esse fato. Repito: nós ainda não apuramos. O que vejo aqui é uma operação acusatória grave, sem lastro nos fatos, mesmo porque não se apurou ainda. E o relato... E o que nós ouvimos agora há pouco aqui, inclusive do Relator, são acusações graves, praticamente sentença antecipada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outros tempos, Sr. Presidente, isso era prática comum. Gerou os escândalos que o Brasil conhece. E o que me parece é que muitos aqui imaginam ser o caso. Como ontem, está acontecendo hoje. O Brasil mudou, novos tempos, práticas diferentes. Não há qualquer acusação de corrupção contra o Governo até este momento, e eu sou a favor de que se investigue. Nesse caso, sou a favor de que se investigue profundamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - E o Ministro Salles?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas não dá, Sr. Presidente... Não dá...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Estava fazendo o quê? Brincando de boneca, era isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não dá, Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O Ministro Salles?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não dá, Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - É de boneca mesmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... para ter aqui na CPI ser um instrumento de prejulgamento. Tome os fatos na medida dos fatos! Olhe para o processo! Se alguém aqui tiver o cuidado de fazer isso, vão encontrar a verdade, que é a única coisa que nos interessa.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou ouvir, por último, o Senador Randolfê.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente... Eu só queria sugerir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tenha certeza, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... que, caso o (*Fora do microfone.*) Ministro Onyx venha a esta Comissão, só o venha na condição de convocado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, não será convidado.

Eu... Senador Marcos Rogério, apesar de alguns insistirem em dizer que a CPI está indo para o lado errado, eu tenho sido muito cauteloso, eu não tenho prejudicado. Por mais que me perguntem, eu digo "olha, é bom ouvir". Até agora, tem uma versão dada pela imprensa – não foi na CPI –, uma versão dada pelo ex-Deputado.

Eu tenho interesse em ouvir o irmão dele, que era técnico de lá e tem uma versão dada pelo Ministro Onyx. Do que nós estamos aqui atrás é do fato verdadeiro, as versões não me interessam. A versão, eu estou cansado de ler versões em inquéritos, que fazem ilações e previsões e não sei o que então...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É por isso, viu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho, Senador. Nós estamos aqui atrás de fatos verdadeiros. A versão do Deputado, ontem essa versão foi dada numa entrevista a uma rede de TV, está certo, e horas, muitas horas depois o Governo se posiciona através do Ministro Onyx. Eu não quero aqui prejudicar, mas, com certeza absoluta, acho que muitos pontos... Inclusive, quando eu citei seu nome, porque o Ministro Onyx disse que ele andava aqui pelo Senado. V. Exa. é testemunha de que eu nunca vi ele aqui, eu não o conhecia, sou sincero. Você que me alertou dizendo: "Ele é Deputado". Ele até brincou: " Nós somos do mesmo Partido, mas você apoia, eu rompi", você viu a forma como ele falou, você é testemunha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade? Eu estava até, eu não entendi, a pessoa veio aqui e se convidou para vir. Eu fui tomar um café com V. Exa., eu te puxei: "Bora ali, Marcos, comigo? Deixa aí e tal." Mas eu espero que as versões dadas tanto por um quanto por outro lado possam provar essas versões e essas versões virem fatos verdadeiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar, apenas para confirmar...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para confirmar o que V. Exa. está falando, eu realmente fui com V. Exa. à antessala da CPI, ele estava lá com o Relator, nós ficamos por um momento ali e, na sequência, eu saí e ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ficaram lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu disse...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu disse que você saiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eu disse que ele disse: "Eu vou derrubar essa República"; ele disse para V. Exa. isso. Ele disse ou não disse?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ele fez em algum momento essa afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não; fez essa afirmação! Ele disse para V. Exa.: "Eu tenho provas e vou derrubar a República", ele disse em alto e bom som. Eu tomei um susto, porque eu não sabia quem era. Eu até perguntei: "Marcos...". E aí eu disse, e, bom, você me explicou depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Luiz Carlos Heinze. Antes do Senador Jorginho tem o Senador Randolfe.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - O Randolfe primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É o Senador Randolfe primeiro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - O.k., tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É V. Exa. Pode dar para ele, você quer? O Senador Luis Carlos Heinze ou o Senador Jorginho, qual dos dois?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Presidente, eu só queria fazer uma consideração aqui, porque V. Exa. ontem disse em *O Antagonista* "Agora pegamos o Governo, a máscara caiu", diz Osmar Aziz. É *O Antagonista* dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Então vamos ter que...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. A máscara caiu, eu nunca disse isso; não tem, isso aí não é verdade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Então tem que chamar atenção de *O Antagonista*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu não vou chamar a atenção de ninguém.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Nós precisamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - A máscara não pode cair não, a máscara tem que ficar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Está no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, e nem a minha máscara, nem a que eu estou usando aqui caiu, e eu nunca dei uma declaração dessa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - As máscaras têm que ficar, a máscara...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu devo ter dado uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Quem defende que a máscara caia é o secretário pessoal dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Engraçado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Até porque esse Luiz Miranda é conhecido aí, diz que é muito lobista, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu não sei.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Então ele tem que vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele não frequenta a minha casa, ele frequenta a casa do Bolsonaro, espere aí.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Não, não, não, eu não sei se ele frequenta a casa do Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, ele frequenta a casa do Bolsonaro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Não, não, eu não sei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não faça isso; não faça isso. Não faça isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) - É um prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é prejulgamento não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - A gente tem que avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ei, ei, ei, ele falou que foi à casa dele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Analisar tudo para depois falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele não foi lá na minha casa não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - É cedo pra fazer conclusões, gente; é cedo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, eu estou dizendo isso.

Agora, Senador Jorginho, eu lhe asseguro que eu nunca disse que a máscara caiu. Eu dei... Pode procurar todas as entrevistas que eu dei ao vivo, ontem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Mas essa frase não é sua, Presidente, quando o senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que a máscara caiu? Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não, que o senhor disse aí... Está no *O Antagonista*. O senhor disse assim: "Agora pegamos o Governo".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Eu nunca disse isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Então *O Antagonista* mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu nunca disse isso. Eu não posso dizer isso, eu tenho responsabilidade. Se tem uma pessoa que deve ter responsabilidade aqui, sou eu. Eu não prejulgo. Eu já disse isso dez vezes, em todas as entrevistas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está escrito em *O Antagonista*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo que *O Antagonista* escreve...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não. Tem que só chamar atenção deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não vou chamar atenção de ninguém. Tem 500 entrevistas. Eu nunca falei isso. Pelo contrário, hoje de manhã me perguntaram: "Já é possível investigar o Presidente?". Eu falei: "Não sei se é possível. Não sei se é possível. Eu não tenho ainda o esclarecimento jurídico para isso."

Agora, você se apega a uma frase e vem dizer que esse cara... Esse cara não anda na minha casa, não. Não é meu amigo não. Não anda de moto comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, duas questões. A primeira é a seguinte, nós estamos protocolando um requerimento solicitando a análise técnica feita pela Anvisa em relação ao laboratório da Bharat Biotech, na Índia. São importantes os autos da inspeção feita pela Agência de Vigilância Sanitária em relação a esse laboratório.

Além disso, eu considero importante ouvirmos, Sr. Presidente – e iremos protocolar requerimento nesse sentido, aqui nesta Comissão –, a área técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre as condições desse laboratório.

Causa espanto para todos nós, Presidente, que o Governo tenha se antecipado nos procedimentos em relação à Bharat Biotech e à Anvisa e Precisa... É tanta empresa, Senador Humberto. Ainda tem mais uma no meio, que é uma que tem sede num paraíso fiscal que pediu o adiantamento de US\$45 milhões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Que faz vacina para gado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E que faz vacina para bovinos, na Índia. Tem sede em paraíso fiscal.

Então, são necessárias algumas providências que eu estou encaminhando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, a quebra do sigilo bancário dessa *offshore*, dessa empresa que tem sede em paraíso fiscal, que já aplicou um golpe no Paraguai. Já aplicou o golpe no Paraguai. Dessa, a quebra de sigilo fiscal, a quebra de sigilo bancário, se tiverem operações dessa empresa aqui no Brasil, porque temos informações de que há operações dessa empresa também no Brasil, apesar de ser *offshore*. Então, é importante identificar a atuação dessa empresa e, por isso, protocolo o requerimento nesse sentido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, protocolaremos requerimento também para pedir a análise técnica, já reitero, feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária nos laboratórios da Bharat Biotech, Covaxin, em Nova Délhi. E ouvirmos aqui também a área técnica da Anvisa sobre como foi esse procedimento.

Por fim, Sr. Presidente, só para deixarem claros os fatos. Nós... Em nenhum momento esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu, o Relator Renan Calheiros ou o senhor ou outro membro pensou em convidar o Deputado Luis Miranda, do DEM. Nós levantamos a possibilidade da convocação do Sr. Luis Ricardo, servidor do Ministério da Saúde, a partir do depoimento que esse senhor prestou ao Ministério Público Federal falando de procedimentos indevidos na aquisição dessa vacina Covaxin.

No depoimento do Sr. Luis Ricardo é dito o seguinte: "Foi pedido pra mim a exceção da exceção em relação à essa vacina". Na terça-feira, o Senador Renan me informou que ia protocolar um requerimento de convocação, concordei com o Senador Renan. Em seguida, o Deputado Luis Miranda, do DEM, procurou esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo que tinha mais informação, informando inclusive a esta Comissão Parlamentar de Inquérito algo que nós não sabíamos, que ele era irmão do servidor concursado do Ministério da Saúde Luis Ricardo, e informando que tinha notícias a mais a prestar a esta CPI; entre estas notícias a mais que tinha, a de que tinha comunicado pessoalmente o Presidente da República da fraude em curso no Ministério da Saúde. É por isso que resolvemos convidar também o Deputado Luis Miranda. E reitero: o Deputado Luis Miranda, do DEM, procurou esta CPI, V. Exa. relatou agora como ele procurou V. Exa., procurou o Senador Renan Calheiros e outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Ele não procurou. Coincidentemente, ele estava lá na antessala. Eu não sabia nem que ele estava lá. Eu cheguei lá e conversei, estava o Renan e tinha outra pessoa lá – não sei quem estava lá junto com o Renan, não lembro. E entramos eu e Senador Marcos Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, para completar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso. Não teve outra coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para completar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho o telefone do Deputado. Eu não sei onde ele encontra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, para completar, o Deputado Luis Miranda, do DEM, que veio até esta CPI, que procurou se dispor a comparecer e a falar nesta CPI, pela circunstância do irmão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ontem o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, do DEM, do mesmo partido do Deputado – eu acho, não é? –, do mesmo partido do Deputado, assacou um conjunto... Ele pode acusar. Me parece, Presidente, tem um... Os dois são do mesmo partido. Ele pode ter as divergências que tiver, embora sejam do mesmo partido, mas o problema é que não é aceitável ameaça à testemunha. E a fala ontem do Sr. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, no meu entendimento, Sr. Presidente, claramente fere o art. 4º, §1º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, *ipsis litteris*, que diz o seguinte, inciso I do art. 4º dessa lei: "Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuasdas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros. Pena - reclusão, de um a três anos", conforme o art. 329, do Código Penal.

Por isso, eu quero só reforçar aqui a advertência feita pelo Sr. Relator e pedir a V. Exa. que esta Comissão Parlamentar de Inquérito advirta que não vai aceitar qualquer tipo de obstrução à atuação quer dos seus membros, quer de quaisquer que sejam as testemunhas que venham prestar depoimento a esta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra fazer um comunicado. Eu acabei de ligar para um jornalista que, de vez em quando, sempre pergunta sobre as questões, de *O Antagonista*, Senador Jorginho. E ele me comunicou agora que o colega dele disse que ouviu falar e publicou. Veja bem aonde nós chegamos! Eu nunca daria uma declaração dessa. Não é nem minha forma de falar. Negócio de "a máscara caiu"... É muito prematuro pra você fazer qualquer prejulgamento sobre pessoas.

Eu já disse aqui, Senador Jorginho, que eu já fui prejulgado e não tenho uma denúncia contra mim, zero, nenhuma. Eu não sou réu em nenhuma ação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fico feliz de ouvir isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sou réu em uma ação, eu não tenho uma denúncia e não sou réu em nenhuma ação em mais de 30 anos de vida pública! Eu nunca fui condenado a nada, só que as pessoas querem potencializar, é normal. E eu não tenho a irresponsabilidade – e mais – eu sou uma das pessoas que menos fala *in off*, porque eu falo francamente da forma que eu sei me expressar – e eu não daria isso. Eu espero que o próprio jornalista que se equivocou, que ouviu dizer, que possa reparar isso para o bem da nossa comunicação. E tenho certeza que a atuação de *O Antagonista*, que tem sido uma atuação séria... Equívocos qualquer pessoa pode cometer. Eu espero – que eu, quando cometo equívocos, eu peço desculpas e reparo o equívoco que eu fiz –, então, eu peço que seja feito da mesma forma para não comprometer a isenção da Presidência da CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu... Sr. Presidente, o assunto Luis Miranda foi rápido, ontem veio, o Onyx falou... Vamos ouvir o Luis Miranda, talvez o Onyx. Então, prova e contraprova. Pra nós é muito importante isso, pra ouvirmos os dois lados da versão.

Eu estou insistindo, já há algum tempo, na questão da pesquisa de Manaus. Já pedi à mídia, já pedi nesta Casa e reforço o pedido: seria muito importante que alguns dos pesquisadores da pesquisa de Manaus publicada na revista *Jama* viessem a esta CPI juntamente com algum outro pra fazer um contraponto. Por que eu insisto nesse ponto, Presidente? Fundamental, a pesquisa da *Jama* e a pesquisa da *Lancet* foram fundamentais pra mudar os destinos do mundo – do mundo –, não é do Brasil, com relação a um tratamento. Por isso que volto a insistir, seria muito importante qualquer pesquisador da lista de pesquisadores que acompanharam a pesquisa lá de Manaus tivesse um debate nesta Comissão, frente a frente, como o senhor quer trazer o Onyx e o Luis Miranda, não tem problema nenhum, pra que nós possamos unir os dois lados. Já escalamos alguém do nosso lado e V. Exa. poderia trazer alguém. Nós tiramos as dúvidas. Eu continuo insistindo que tem um problema seriíssimo na pesquisa, como foi feito também na pesquisa de Harvard publicada na revista *Lancet*.

Então, é mais uma vez um pedido a V. Exa. Já que nós vamos agora ouvir o Onyx e o Luis Miranda, que nós possamos ouvir quem é o responsável pela questão desse tratamento precoce no mundo inteiro. A decisão da OMS, a decisão da OMS mudou depois da pesquisa *Jama*, esse é o ponto importante. O que nós estamos debatendo aqui é a pandemia, combate ao vírus, e aqui tem um ponto fundamental nessa pandemia, que é o tratamento preconizado ou não pela OMS.

Por isso, eu reforço o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, é bem rápido.

Eu queria só discordar do meu caro colega Randolfe, porque ontem eu assisti à coletiva do Ministro Onyx Lorenzoni e não vi, em momento nenhum, ele ameaçando ou insinuando algo sobre a CPI, em momento algum, vi se direcionando e falando com o Luis Miranda, sobre o Luis Miranda. Cabe ao Luis Miranda recorrer ou buscar justiça pra fazer o que é justo, mas não usar a CPI pra ser intermediária numa situação como essa.

Então, eu queria, com todo respeito e admiração que eu tenho pelo Randolfe... Eu não vi movimento nenhum do Ministro contra a CPI ontem, na fala dele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Jurema, a senhora é convocada na CPI e a senhora tem que fazer um juramento aqui.

Dra. Jurema Werneck, V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

A SRA. JUREMA WERNECK - Prometo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Dr. Pedro Hallal, V. Exa. é convidado, não é convocado. Não precisa fazer nenhum juramento, mas, se assim o quiser, eu farei o juramento de V. Exa..

O SR. PEDRO HALLAL - Quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bem.

Dr. Pedro Hallal, V. Sa. foi convidado a prestar depoimento perante esta Comissão, mas pode voluntariamente firmar compromisso de dizer a verdade. V. Sa. gostaria de firmar esse compromisso?

O SR. PEDRO HALLAL - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A partir deste momento, os depoentes estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Eu passarei a palavra, por 15 minutos, primeiramente pra Sra. Jurema e, depois, para o Sr. Pedro. Então, a senhora, por 15 minutos. E, depois, passarei a palavra ao Senador Renan Calheiros. *(Pausa.) (Falha no áudio.)*

... ver o som. Eu acho que não estão ouvindo.

A SRA. JUREMA WERNECK - Alô.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora sim.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) - Obrigada.

Repetindo, bom dia, Sras. Senadoras. bom dia, Srs. Senadores. Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade da convocação recebida pelo grupo Alerta.

Pra nós, é um momento extremamente doloroso. Estamos vendo aqui 507.240 pessoas que morreram em consequência da pandemia de Covid-19 entre nós. Nós do grupo Alerta, que somos um grupo de organizações da sociedade civil, estamos em alerta desde o princípio da pandemia; nos unimos, nos reunimos às organizações Oxfam Brasil, Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), Inesc, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Anistia Internacional Brasil, que eu represento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos reunimos, desde o primeiro momento, movidos por um sentimento difícil, Senador, de angústia, de angústia pela pandemia fora de controle no Brasil. Nós... E buscamos também, movidos pelo sentimento – além da angústia, além da dor – de urgência, porque era preciso que todas e todos – sociedade, Governos, Parlamento, todas as instituições brasileiras, todas as pessoas, toda a cidadania brasileira – se unissem pra que vidas pudessem ser salvas... E é isso que eu trago aqui, Senador. É isso que eu trago aqui.

Eu trouxe uma apresentação. Peço, por favor, o próximo eslaide, que apresenta dois momentos da ação do Alerta.

O Alerta, já em maio de 2020, lançou uma campanha e um manifesto nos principais jornais brasileiros. Era chamado "Alerta sobre a responsabilidade pelas mortes evitáveis por Covid-19", em maio de 2020. Naquele momento, naquele manifesto, já afirmávamos que era preciso uma ação insistente, contundente e aprofundada pra proteger a saúde e a vida da população brasileira, e, principalmente, era preciso colocar em curso medidas que já estavam à disposição, já em maio de 2020. E digo: ainda no início da pandemia no Brasil, medidas que salvariam vidas.

Naquele momento a gente dizia, Senador Renan, que mortes evitáveis têm responsabilidades atribuíveis. O que dizíamos? O que queríamos dizer com isso? É que aquelas autoridades que não cumprissem seu dever de proteger a saúde e a vida das pessoas deveriam ser responsabilizadas e que esse grupo de organizações chamado Alerta se comprometia com a sociedade brasileira de levar adiante os estudos, as informações e as mobilizações, para que os responsáveis sejam apontados, as decisões sejam tomadas e, principalmente, para que essas autoridades passassem a corrigir a rota, virar a página e produzir as ações de forma consistente, para salvar vidas.

O próximo eslaide – por favor – fala um pouco desse estudo. Esse estudo... Nós começamos a fazer esse estudo ainda no início da pandemia, no início da ação do Grupo Alerta. Já em maio, junho, nós nos reunimos com o pesquisador Guilherme Loureiro Werneck, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ; com a pesquisadora Ligia Bahia, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro – a UFRJ também; com a Jéssica Pronestino de Lima Moreira, também do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ; e com o Professor Mário Scheffer, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP.

Chamo a atenção para o nome e para a vinculação desses pesquisadores, porque estão entre as instituições mais prestigiosas das universidades públicas do Brasil. Repito: das mais prestigiosas. A seriedade desses pesquisadores está atestada pelos seus trabalhos consistentes nesses centros de pesquisa.

E esse estudo buscou duas frentes de análise. A primeira é sobre as mortes evitáveis por medidas não farmacológicas no primeiro ano da pandemia. Eu já chamo a atenção, já neste momento, sobre o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quero dizer com primeiro ano da pandemia: a primeira morte confirmada por Covid-19 no Brasil aconteceu no dia 12 de março de 2020. A primeira morte, uma mulher da Zona Leste de São Paulo; primeira morte confirmada. A partir da semana seguinte, nós passamos a analisar a mortalidade registrada no período da pandemia e fizemos isso para um período de um ano, de março de 2020 a março de 2021, perfazendo 52 semanas epidemiológicas de observação.

Nós também buscamos os dados. Os dados que foram analisados são dados oficiais, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não são dados tirados da cartola nem do bolso de ninguém. São dados oficiais, presentes no Sistema de Informação de Mortalidade do Datasus, e também os dados do cartório do registro civil. Esses dados são de morte, de morte.

Por que que a gente usa essas duas fontes principais? Porque o Sistema de Informação de Mortalidade traz informações importantes, mas a qualidade do dado, a precisão do dado vai sendo produzida com o tempo. Os Municípios informam para os Estados, os Estados informam para o nível federal, e essa transmissão de dados passa por checagens, para corrigir erros de preenchimento. Então, isso leva um tempo, cerca de um ano, para os dados estarem mais consistentes. Então, a gente, para se apoiar, para garantir mais consistência à informação, a gente foi buscar os dados do cartório de registro civil. Por quê? Atestado de óbito. Ninguém é enterrado sem o registro da morte. Então, a gente comparou essas duas fontes de informação sobre morte no Brasil, fez as correções necessárias, porque são bases de dados diferentes, e trazemos esses números aqui.

Buscamos uma metodologia que fosse aceita na comunidade científica, uma metodologia que pudesse garantir segurança sobre essa análise, e a gente se apoiou em dois estudos publicados nas duas das mais prestigiosas revistas científicas do mundo, a revista *Science* e a revista *Nature*. Essa é a primeira frente de informação. A outra frente de informação é a que busca analisar as mortes evitáveis por ações e serviços de saúde.

E explico por que são duas frentes: porque esses estudos da revista *Science* apontam, nos permitem apontar... De qualquer forma, era uma pandemia. A gente sabe que tem duas coisas que precisam ser feitas: lidar direto, tentar impedir a transmissão do micro-organismo, no caso o vírus SARS-CoV-2, e, outra, preparar o sistema de saúde pra receber os pacientes. Essas duas medidas contribuiriam pra salvar vidas.

Então, nós buscamos dados. Com relação ao serviço de saúde, a gente utilizou também dados oficiais, a Pnad Covid, produzida pelo IBGE, de maio ao final do ano de 2020; a gente procurou também o banco de internações por síndrome respiratória aguda e grave e ali a gente separou só aqueles dados indicados por Covid; e nós buscamos também – não está no eslaide, peço desculpas – o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pra conhecer que serviços eram esses, pra ter alguma informação de que serviço era esse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E chegamos aqui com cinco perguntas. Organizei, Sr. Senador... Até desculpa... Presidente, eu deixo aqui à mão. Organizamos essa apresentação na forma de perguntas e respostas pra facilitar. O estudo está sendo entregue para o Presidente, para o Sr. Relator e pra cada Senador e Senadora integrantes desta CPI, desta Comissão. O estudo está à disposição de todos. Todas e todos nós do grupo Alerta, os pesquisadores, estamos todos à disposição desta Comissão pra responder a qualquer detalhe, qualquer pergunta. Mas organizei aqui cinco perguntas pra ser mais direta, pra usar os meus 15 minutos de forma mais produtiva.

O próximo eslaide, por favor.

O próximo eslaide é a primeira pergunta: qual o impacto da pandemia nas mortes no Brasil? Qual impacto sobre as mortes do Brasil? E aí a metodologia mais adequada diz que primeiro a gente tem que se perguntar: a pandemia produziu mortes no Brasil? E esse gráfico... O gráfico tem... A gente vê que o gráfico tem quatro linhas. Eu peço que olhem pra linha mais escura do gráfico, a linha em preto. Esse é um cálculo baseado numa série histórica de 2015 a 2019 sobre o padrão de mortes no Brasil sem a pandemia. Então, a gente tem a linha mais escura, que diz que, no Brasil, se morre mais ou menos naquele padrão. Aqueles são os números sem a pandemia, no período das 52 semanas estudadas. As linhas em cinza são a chamada margem de erro, porque pode ter sido um pouco mais, um pouco menos, porque vai haver correções, vai havendo correções ao longo do período.

Mas eu chamo a atenção, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, pra linha vermelha. A linha vermelha é o excesso de mortes. A pandemia no Brasil, ao longo 52 semanas, produziu aquelas mortes em excesso. E, quantificando aquelas mortes em excesso, a gente pode afirmar que foram 305 mil mortes acima do esperado no Brasil – 305 mil mortes acima do esperado no Brasil no primeiro ano da pandemia, nas primeiras 52 semanas!

Os senhores podem perguntar: todas as 305 mil mortes são por Covid? Eu vou responder: tem casos de Covid, mortes causadas diretamente por Covid, mas mortes causadas indiretamente pela presença da pandemia. Isso significa que pessoas ou retardaram a busca de ajuda e morreram antes de ter ajuda e pessoas buscaram ajuda, mas o serviço estava sobrecarregado e não foi capaz de dar a atenção necessária e vieram a óbito também, ou seja, são todas as mortes que a pandemia provocou direta ou indiretamente.

O próximo eslaide, por favor.

A pergunta... Porque a nossa preocupação é: havia algo que poderia ser feito pra evitar já no primeiro ano da pandemia, sem vacina, sem medicamento comprovado pela ciência, sem muito conhecimento inclusive, será que havia algo que poderia ser feito para não ter 305 mil mortes a mais?

E a gente buscou responder no próximo eslaide. Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A literatura, o conhecimento, como eu disse, desde o princípio, apontam dois caminhos de ação para reduzir as mortes, para reduzir o impacto da pandemia entre nós. Uma é a redução da transmissão, isso é assim para qualquer doença infecciosa, para qualquer epidemia, para qualquer surto. Vamos tentar impedir a redução da transmissão. E como poderia ter sido feito isso, como se poderia fazer isso? Através de uma técnica básica da saúde pública, a vigilância epidemiológica, não é? A testagem para identificação daquelas pessoas que estão infectadas, a busca... A gente fazendo busca ativa, procurando. O vírus está em algum lugar, a gente tem que ir atrás, tem que encontrar, tem que testar. E, quando a gente testa e encontra, a gente isola essa pessoa, faz a primeira barreira para a transmissão. Rastreia os contatos, com quem ela entrou em contato, seja no ônibus, seja no trabalho, seja mesmo em casa, também testa, também recomenda o isolamento e a gente controla a transmissão.

Mas havia outra medida também de redução da transmissão além da vigilância epidemiológica. Existiam as medidas não farmacológicas. Esses estudos já falam desde o princípio que o uso de barreiras para transmissão do vírus, como nós estamos fazendo aqui – estamos todos na sala, mas estamos de máscara, isso é uma barreira central –, então, os estudos já comprovam que uso de máscara é uma alternativa importante; o distanciamento físico, como estamos fazendo aqui, é uma alternativa importante; a restrição da mobilidade e redução das taxas de contato. Tem tido um debate intenso na mídia sobre aglomeração. Isso tudo os estudos mostram que teriam feito a diferença – teriam feito a diferença.

Essa era a parte da redução da transmissão, mas tem outra parte, que é a preparação do sistema de saúde. A pandemia foi anunciada no fim... A epidemia, o surto, naquele momento era uma epidemia ainda na China, foi anunciado em 2019. Sabíamos que corríamos um risco bastante significativo de ela chegar até aqui. Então, o que a gente tem que fazer? Pessoas vão adoecer, é preciso preparar o sistema de saúde para receber os pacientes e salvar as vidas.

E quais medidas são essas? Oferta de profissionais treinados em quantidade suficiente; repito: oferta de profissionais treinados em quantidade suficiente. Oferta de leitos em hospitais e leitos de UTI, porque víamos, pelo histórico da doença na China, na Europa, que a demanda de leitos hospitalares e CTI era muito alta. Então, tínhamos que preparar isso porque ia chegar aqui. Tinha uma vantagem temporal porque, quando ainda estava acontecendo na Europa, ainda não estava acontecendo aqui. Tínhamos uma vantagem temporal. Tínhamos que oferecer medicamentos e suportes porque sabíamos que essas pessoas são hospitalizadas, são intubadas. Então tem uma série de medicamentos necessários. E vimos as notícias: faltaram anestésicos, corticoides, relaxante muscular. À medida que a gente foi aprendendo quais eram os medicamentos necessários... A gente não estava preparado, a gente precisava estar preparado para ter isso no sistema de saúde, para poder cuidar da saúde das pessoas. E disponibilidade de insumos também: oxigênio medicinal, ventiladores mecânicos e outros, fundamentais para cuidar das pessoas e ajudar a salvar vidas.

O próximo eslaide, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu tempo está acabando, eu vou pedir...

Aqui é uma informação sobre os estudos. Pode passar, por favor. Pode passar.

Mas eu posso... Aí, isso. Aí a pergunta...

Aqueles eslaides mostraram, o que eu mostrei até agora mostra que havia o que poderia ter sido feito de forma intensa, de forma consistente, para ajudar a salvar pelo menos em parte as vidas que perdemos. Havia e ainda há, Senador, ainda há, Senadora.

Nesse estudo, então, se pergunta: 305 mil mortes em excesso, quantas dessas poderiam ter sido evitadas?

O próximo eslaide, por favor.

Aqui, a gente se baseia nesses estudos que eu citei, que apontam que, se as medidas eficientes de distanciamento social e controle da transmissão, vigilância epidemiológica, etc. tivessem sido adotadas, haveria uma redução de 40% no potencial de transmissão do vírus, o famoso R_0 , de que a gente escuta falar – 40%, senhoras e senhores; 40%! Embaixo, tem uma ilustração sobre o que é o R_0 . A3 gente pode botar isso, mas eu peço para passar, por favor, que o próximo número é muito importante.

A resposta é: se tivéssemos agido como era preciso – como era preciso! –, Senador, a gente poderia, ainda no primeiro ano de vida, ainda no primeiro ano de história da pandemia entre nós, nas 52 primeiras semanas epidemiológicas, ter salvo 120 mil vidas. E não são números, não são números! –; são pais, são mães, são irmãos, são sobrinhos, são tios, são vizinhos, são gente que eu não conheço, mas habita este País, como eu. A gente poderia ter salvo pessoas, se uma política efetiva de controle, baseada em ações não farmacológicas, tivesse sido implementada.

E, no próximo eslaide, chamo atenção, brevemente – eu sei que meu tempo está acabando –, porque na mídia houve muitas declarações acerca do vírus democrático, que o vírus estava igual para todo mundo, e é verdade. O vírus procura oportunidade, mas a injustiça, a desigualdade, as iniquidades fizeram diferença. E o próximo eslaide me ajuda a mostrar um pouco isso.

Por favor.

Aqui, é um exemplo, um cálculo, uma análise que a gente fez, com base na Pnad Covid, acerca do acesso à testagem – acerca do acesso à testagem! –, no primeiro ano da pandemia. Os dados da Pnad Covid dizem que menos de 14% da população brasileira fizeram testes, menos de 14%! Isso já mostra, Senadores e Senadoras, que não estávamos buscando as medidas básicas para garantir o controle da transmissão, mas esse estudo mostra, os estudos, os outros dados mostram um fato bastante gritante da desigualdade: que, dentro desse universo, pessoas com renda maior do que quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes do que as pessoas que recebiam menos de meio salário mínimo. A



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injustiça está demonstrada e, mais do que isso, já sabíamos, antes da pandemia, que existiam populações mais vulneráveis do que outras, porque a injustiça, a desigualdade é vulnerabilidade. É nessas populações que estão as mais altas taxas de morte por qualquer coisa no Brasil. Então, já sabíamos que essas populações estavam vulneráveis, e nada foi feito, nem o teste.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui, mostra um pouco, é mostrada a mesma coisa. Em preto, nas quatro colunas de diferentes meses da Pnad Covid, de julho a novembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente Randolfe, sem interromper...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Se a expositora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Esta Presidência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que veio colaborar com esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... puder estender um pouco mais, eu acho que iria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Já acatando o encaminhamento de V. Exa., esta Presidência pede para a senhora ficar à vontade para poder concluir a sua exposição.

A SRA. JUREMA WERNECK - Agradeço, Senadores. Vou ser o mais breve possível, só para poder concluir e passar para o Dr. Pedro Hallal, que também traz informações essenciais.

Esse gráfico, em preto, em cada mês, mostra aquele setor de quatro salários mínimos ou mais. Em todos os meses, a diferença para os outros setores de renda foi importante.

O próximo eslaide, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, é pelo grau de instrução. Pelo grau de instrução, em preto, estão as pessoas com maior, com o grau mais alto de instrução, e a mesma desigualdade está demonstrada.

O próximo, por favor.

O que esses dados... E tem outros dados, tem muitos dados, não é? Tem muitas informações. Trouxe essas aqui, mas o estudo traz mais dados. O que essas informações atestam é que as desigualdades estruturais tiveram influência sobre as altas taxas de mortalidade. E quando a gente cruza com diferentes marcadores, a gente vê que a maioria das pessoas que morreram no Brasil eram negras, eram indígenas, eram pessoas de baixa renda e de baixa escolaridade. Já sabíamos que o Brasil tinha uma desigualdade nesse campo. E deixamos passar; e deixamos passar.

O próximo, por favor – já quase encerrando.

Respondendo a pergunta sobre o sistema de saúde, a imagem mostra: aqueles desenhos de hospital são as unidades públicas, as unidades empresariais e as unidades filantrópicas, o sistema de saúde brasileiro, né? Esse é o sistema de saúde brasileiro. Nós vamos ver... Ali na informação da unidade pública, a gente vê que 66% das pessoas que morreram no Brasil, morreram nas unidades públicas. E a gente está vendo também que desses 66% que morreram nas unidades públicas, a maioria era população não branca. O que quer dizer isso? Quer dizer que o sistema público é ruim? Não. Quer dizer que o sistema público estava terrivelmente sobrecarregado e não conseguiu dar conta. Quer dizer também que, possivelmente, essa população, que tinha uma carga de doença, uma carga de risco, uma carga de vulnerabilidade maior, talvez não tenha conseguido acesso a tempo. É isso que quer dizer. Eu não estou dizendo isso pra dizer que o sistema público é ruim, muito pelo contrário. Vivi a minha vida inteira apoiada no sistema público. Muito pelo contrário, eu estou dizendo que, se a gente investisse e se continuar investindo, podemos fazer a diferença.

O próximo, por favor.

Esse é um outro dado estarrecedor. Os dados apontam que 20.642 pessoas morreram em unidades de atendimento pré-hospitalar, ou seja, morreram nas UPAs, morreram no pronto-socorro. Não tiveram condição de acesso a tempo. Boa parte dessas pessoas não tiveram condição de acesso. E a maioria, como o segundo número mostra, foi na unidade pública, ou seja, porque a epidemia estava descontrolada, estava muito intensa entre nós, não houve condição de receber todo mundo que precisava a tempo.

O próximo, por favor.

O próximo, por favor.

Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pra encerrar, como eu disse, o Grupo Alerta está movido pelo senso de urgência, o senso de urgência de salvar vidas. Então, a última pergunta que nós fizemos é: o que podemos fazer?

O próximo, por favor.

Porque aí trazemos recomendações a esta CPI, recomendações à CPI que a gente acha importantes. A CPI já está liderando e precisa liderar, cada vez mais, os esforços pra que medidas adequadas sejam adotadas. Então, a gente traz as seguintes recomendações. Primeiro, a criação de um memorial das vidas perdidas para Covid. São mais de meio milhão de mortes, Senador. A gente precisa viver como coletividade, como brasileiros e brasileiras, como Nação, esses rituais, esses processos de luto. É muito difícil o que a gente está passando e a gente não está tendo tempo pra parar, pra chorar e pra honrar adequadamente nossos mortos. Esta CPI pode liderar esse processo. Precisa liderar, precisa criar um plano de responsabilização e reparação – responsabilização daqueles que deixaram de fazer o que era necessário, daqueles que deixaram de cumprir o seu dever; e também de reparação, falamos de reparações individuais às famílias, mas principalmente reparação coletiva. A sociedade brasileira precisa encontrar forma de reparar o dano que foi causado pelo descontrole da pandemia.

É preciso, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, criar uma frente nacional de enfrentamento à Covid-19 no Brasil. Por que é preciso criar essa frente? E por que essa frente precisa ser liderada por esta CPI, pelo Senado Federal? Porque precisamos de alguém que lidere as ações que vão fazer a diferença hoje, amanhã, no futuro.

Essa frente nacional que a gente propõe é liderada pelo Senado, é liderada pelo Parlamento, mas precisa, necessariamente, incluir todos os setores da sociedade, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da sociedade civil, de todo mundo, porque todo mundo tem o dever e tem o que contribuir para salvar as vidas no Brasil.

Precisamos garantir, a partir dessa liderança, a implementação consistente das medidas não farmacológicas para redução da transmissão, porque vimos nos estudos de excelência que eu trouxe aqui como exemplo que isso pode fazer a diferença, pode reduzir em até 40% a morte. E, agora, a gente ainda tem um fator adicional: agora a gente tem também as vacinas, que precisam ser intensificadas. Então, mais vidas podem ser salvas. Então, a gente precisa garantir... Não precisa ficar nesse debate estéril se usa ou se não usa. Precisa usar. É para salvar a vida não apenas das pessoas, mas da sociedade. A sociedade está perdendo. Precisa usar.

E é preciso garantir que o Sistema Único de Saúde refaça, angarie, tenha a sua dimensão adequada, a abrangência adequada e as responsabilidades adequadas para o desafio atual da pandemia, para cuidar dos doentes, para cuidar daqueles milhares que estão com sequelas – e são muitas sequelas –, e para cuidar dos futuros desafios epidemiológicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa epidemia não acabou, mas um dia ela vai acabar. Mas há um desafio que já está colocado: outras epidemias virão.

E a gente precisa dessa riqueza que é o Sistema Único de Saúde, aquele sonho da Constituição de 1988, que ele se realize plenamente, porque, aí, vidas serão salvas – vidas serão salvas agora e no futuro.

O próximo, por favor.

Há vidas que ainda podem ser salvas. É isso.

O próximo, por favor.

Esse é o último.

Apenas para agradecer, em nome de Oxfam, do Idec, do Inesc, do Instituto Ethos, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e pela Anistia Internacional, que eu represento aqui. Eu quero agradecer, mais uma vez, a convocação para estar aqui e a oportunidade de apresentar esses dados.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dra. Jurema Werneck, muitíssimo obrigado por vossa contribuição.

Pergunto a V. Sa.: esses eslaides também estão disponibilizados para todos os Srs. e Sras. Senadoras? Aqui é o estudo.

O SR. JUREMA WERNECK – A gente pode pedir. Os eslaides foram entregues à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito.

Eu queria determinar, então, à Secretaria que providenciasse também cópias dos eslaides para os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ato contínuo...

Muitíssimo obrigado, Dra. Jurema.

Ato contínuo, Dr. Pedro Hallal, professor, pesquisador da Universidade Federal de Pelotas.

V. Sa. tem 15 minutos, mas com toda a tolerância desta Presidência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe. É uma satisfação estar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma satisfação estar aqui nesta Casa, o Senado Federal, pela qual todos os cidadãos brasileiros têm muito apreço.

Queria, inicialmente, lembrar que eu venho da Universidade Federal de Pelotas e fazer uma saudação especial ao nosso reitor eleito, Professor Paulo Ferreira, e à nossa Reitora nomeada, Professora Isabela Andrade, porque a UFPel é uma das mais de 20 universidades do Brasil na qual o voto da comunidade não foi respeitado e não foi nomeado o reitor que venceu o processo democrático.

Queria também fazer uma manifestação de que todo o material que eu vou apresentar, tanto os eslaides quanto os documentos comprobatórios do que eu estou dizendo, são públicos, estarão disponibilizados para todos aqueles que tiverem acesso, têm acesso.

Inclusive entrego aqui em mãos para o Senador Randolfe cópia de todos os documentos que vão embasar a apresentação que eu farei agora para os Srs. e Sras. Senadoras.

Próximo eslaide, por favor.

O meu currículo Lattes, assim como o de todos os pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, está disponibilizado publicamente na Plataforma Lattes, mantida pelo CNPq. Então, não farei nenhuma manifestação sobre o meu currículo, apenas que tenho graduação em Educação Física, mestrado e doutorado em Epidemiologia, sou professor da Universidade Federal de Pelotas e coordeno o Epicovid, o maior estudo epidemiológico sobre coronavírus no Brasil. Mas faço questão de fazer um reconhecimento: se eu estou aqui hoje apresentando este testemunho, muito é pelo trabalho do Dr. Fernando Barros e do Dr. Cesar Victora, que, 40 anos atrás, começaram a fazer pesquisa em Epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas e lideram hoje um grupo de pesquisas reconhecido internacionalmente. A Universidade Federal de Pelotas é sede dos estudos de coortes de nascimentos, que são um patrimônio da ciência brasileira, muito pelo trabalho desses dois colegas, a quem faço questão de prestar minha homenagem.

Próximo, por favor.

Eu começo mostrando, na visão da Epidemiologia, quais são os sete pecados capitais que foram cometidos no enfrentamento da pandemia. A Professora Jurema já fez um pouco, a doutora fez basicamente a mesma explicação.

Então, o Brasil teve pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento, que é o bê-á-bá do enfrentamento de qualquer doença infecciosa.

O Brasil demorou para comprar e desestimulou a vacinação.

O Brasil fez promoção de tratamentos ineficazes. E sobre esse tema gostaria desde já de manifestar que muito menos que a discussão se um medicamento em específico funciona ou não é a discussão da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensação de segurança que foi passada para a população brasileira: "podem pegar o vírus que tem um remédio que vai salvá-los".

A ausência de liderança do Ministério da Saúde, de um comitê de crise.

O desestímulo ao uso de máscaras.

O uso de uma abordagem clínica *versus* epidemiológica. E esse é um tema extremamente importante. O Brasil adotou uma abordagem clínica para curar cada pessoa que fosse acometida pelo vírus – compra mais respirador, garante que tenha oxigênio, o que, às vezes, infelizmente, não deu, garante que tenha *kit* intubação, amplia leitos –, mas nenhuma pandemia na história da humanidade foi vencida assim. A pandemia, para ser vencida, precisa cessar a transmissão do vírus. Infelizmente, o Brasil não foi por esse caminho.

E a falta de uma comunicação unificada, talvez um dos temas mais graves a ser investigado por esta Comissão Parlamentar: a necessidade que o País tinha de uma política de comunicação unificada, estimulando a população a usar máscara, a se proteger, a evitar aglomerações. Infelizmente, isso não foi feito.

Próximo, por favor.

Eu vou rapidamente passar aqui por quatro questões metodológicas, porque elas têm permeado o trabalho dos Srs. e Sras. Senadores aqui nesta Comissão.

Primeiro, vocês vão ver que, na minha apresentação e na apresentação da Dra. Jurema, a gente apresenta muitos poucos dados sobre o número de casos, porque o número de casos não é uma estimativa confiável. O Epicovid mostrou que, no meio do ano passado, havia seis vezes mais casos no Brasil do que aparecia na estatística oficial. E esse resultado é válido em vários lugares do mundo. As políticas de testagem determinam o número de casos.

Exatamente por isso também, é absolutamente equivocado, sob o ponto de vista científico, comparar locais usando taxas de letalidade. Taxa de letalidade leva em consideração o número de casos, e o número de casos depende da política de testagem de cada local. Vocês nunca viram artigos científicos na literatura comparando a letalidade em diferentes localidades. Vocês veem artigos comparando a mortalidade em diferentes locais.

Obviamente há necessidade de usar números relativos ao invés de números absolutos. É muito triste que até hoje a gente veja isso. Inclusive aqui, nesta CPI, eu já ouvi que o Brasil é o quarto País que mais vacina no mundo. É lamentável essa afirmação ser feita. Em números relativos, o Brasil não está entre os 70 países que mais vacinam no mundo – vou mostrar os dados –, assim como o Brasil também não é o segundo país com mais mortes no mundo; o Brasil é o nono ou oitavo país – depende dos últimos dois ou três dias, se mudou. Então, a gente sempre tem que usar números relativos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há a importância também de usar fontes confiáveis quando a gente for fazer análises sobre a pandemia.

Próximo eslaide, por favor.

Este é um dado que é estarrecedor, mas todas as vezes ele precisa ser mostrado: o Brasil tem 2,7% da população mundial; e, desde o começo da pandemia, o Brasil concentra praticamente 13% das mortes por Covid no mundo. No dia de ontem, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, uma de cada três pessoas que morreram por Covid no mundo foi no Brasil; 33% das mortes por Covid no Planeta Terra ontem aconteceram num país que tem 2,7% da população mundial. Portanto, é tranquilo de se afirmar que quatro de cada cinco mortes no Brasil estão em excesso, considerando o tamanho da nossa população.

Próximo eslaide, por favor.

Nesse outro gráfico, eu faço uma comparação extremamente simples. Aquela linha de cima é a mortalidade acumulada no Brasil por 1 milhão de habitantes. Então, no Brasil, desde o começo da pandemia, morreram 2.345 pessoas para cada 1 milhão de habitantes. No mundo, é menos do que 500. Notem que é uma análise diferente da anterior e que chega exatamente na mesma conclusão: quatro de cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial. Não é se estivéssemos com um desempenho maravilhoso, como a Nova Zelândia, Coreia, Vietnã. Se nós estivéssemos na média – um aluno que tira nota média na prova –, nós teríamos poupado 400 mil vidas no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse conjunto de imagens apenas mostra o tamanho da tragédia; e o lado direito mostra, em azul, as vidas que poderiam ter sido poupadas se estivéssemos apenas na média mundial.

Próximo, por favor.

Esses gráficos têm sido apresentados desde o começo da pandemia por mim e por outros pesquisadores, e muitas vezes dizem: "Esta é uma comparação injusta. Não se pode comparar o Brasil com a média mundial". Então, eu faço um conjunto de três comparações.

Primeiro, o Brasil é muito populoso. Então, eu pego os dez países mais populosos do mundo – estão ali os dez listados – e vejo a mortalidade por um milhão de pessoas nos dez países. O Brasil é o pior dos dez entre os países mais populosos do Planeta Terra.

"Ah, Professor, mas isso também não é justo". Vamos comparar com países mais ou menos do mesmo bloco do Brasil.

Próximo, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui está o Brasil comparado com os Brics – África do Sul, China, Rússia... E o Brasil novamente tem um resultado disparadamente pior do que os outros países.

Então, não é porque o Brasil é populoso, não é pelo nível de desenvolvimento e não é também pela pirâmide etária da população, que eu me esqueci de falar. Ao contrário, a pirâmide etária da população brasileira é um pouco mais jovem do que a pirâmide etária do resto do mundo.

Por último, "Ah, mas professor, tem a fronteira, tem a delimitação geográfica".

Próximo, por favor.

Esse é o gráfico que mostra o Brasil comparado com o resto da América, da América do Sul. E realmente, aí o Peru está na nossa frente. As estatísticas do Peru são bastante divergentes da maioria dos outros países, teve uma correção que gerou uma duplicação do número de mortes, mas o Brasil já é o segundo. Logo depois do Peru, o Brasil já é o segundo país da América do Sul com mais mortalidade por Covid-19.

Próximo, por favor.

Agora eu vou entrar numa questão que tem causado bastante incomodação nos epidemiologistas brasileiros quando a gente fala da primeira onda, da segunda onda, da terceira onda. Ondas, para um epidemiologista, são o que vocês observam, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, no gráfico da Inglaterra. Uma primeira onda que sobe, chega perto do zero; uma segunda onda, e depois chega perto do zero de novo. O Brasil não tem ondas definidas. O Brasil tem uma onda que parece a onda da pororoca – para aqueles Senadores que conhecem esse fenômeno –, porque a onda nunca acabou. O segundo aumento de casos passa por cima do primeiro, e o terceiro, agora, infelizmente, começa por cima do segundo.

E a outra coisa que eu queria ressaltar, e eu vou pedir para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras atenção ao próximo eslaide, é uma declaração que a gente ouviu esta semana, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que fica comparando o formato dos gráficos e dizendo que a pandemia é igual em todo o mundo – "pode ver, olha ali, os gráficos são idênticos." Eu trago aqui os dados da Coreia do Sul e de Portugal. E realmente, Senador Humberto, se a gente comparar o formato dos gráficos, eles são idênticos. Só tem um detalhe: olhem a escala dos gráficos! O número de mortes – e está pequeno no eslaide, por gosto –, o número de mortes na Coreia do Sul é infinitamente inferior ao número de mortes em Portugal. Tu podes ter dois gráficos com o mesmo formato, num deles morreram 20 mil pessoas e no outro morreram 200 mil pessoas. O formato do gráfico não é a forma que o epidemiologista usa para comparar a evolução da pandemia num lugar e no outro.

Vou falar rapidamente sobre o Epicovid. O Epicovid é esse estudo liderado pela Universidade Federal de Pelotas, cujo logotipo é um *iceberg*, e a ideia desse *iceberg*, para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras compreenderem, é que a gente, lá no começo, em março do ano passado, entendia que existiam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais casos na população do que a gente podia observar pelas estatísticas oficiais. Por isso, desenhamos esse estudo, que começou no Rio Grande do Sul e depois se expandiu para 133 cidades do Brasil, a partir de um contato – e eu faço questão de dizer isso para esta Comissão –, com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Erno Harzheim, que foi o responsável pela aproximação do Ministério da Saúde com a Universidade Federal de Pelotas para que fizéssemos essa pesquisa, diferente do que foi dito nesta Comissão durante esta semana por um outro depoente.

Esse estudo – volta ali, por favor – foi realizado em três fases, entre os meses de maio e junho de 2020, e foi financiado pelo Ministério da Saúde com um financiamento de R\$12 milhões, dos quais, ao final do projeto, cerca de R\$1 milhão foi devolvido, porque não foi utilizado. O restante foi usado para fazer a pesquisa.

O próximo eslaide, por favor.

O Epicovid mostrava coisas como esta: que em maio 1,9% da população brasileira já tinha sido exposta ao vírus; isso aumentou para 3% em junho; depois, no meio de junho, para 3,8%. Então, a gente poderia ter esses dados até hoje. Infelizmente, o estudo não foi continuado, e a gente vai falar sobre isso logo no final.

Por favor, o próximo eslaide.

E aí o Epicovid mostrava esses dados espetaculares. Tenho certeza de que os Senadores da Região Norte do Brasil e da Região Nordeste vão ter atenção especial para esse gráfico, porque ele mostrava que lá no começo da pandemia, em maio e junho, era uma pandemia concentrada na Região Norte do Brasil e que depois ia crescendo nas demais regiões. E, infelizmente, a gente não tem esse mapa a partir de junho do ano passado, por uma decisão deliberada do Ministério da Saúde de que esse monitoramento não era mais relevante.

O próximo eslaide, por favor.

Como a Dra. Jurema explicou, incomoda muito a nós pesquisadores quando é dito que a Covid afeta todos. Ela pode até afetar todos, mas em intensidades muito diferentes. Em todas as três fases do Epicovid, as pessoas mais pobres tiveram o dobro do risco de infecção do que as pessoas mais ricas neste País.

O próximo eslaide, por favor.

E eu vou pedir especial atenção das Sras. e Srs. Senadores para este eslaide, porque este eslaide tem uma longa história. Ele mostrou que as populações indígenas tinham cinco vezes, em média, maior risco de contaminação do que as populações brancas; que as populações negras, sejam pretas ou pardas, tinham o dobro do risco de infecção do que as populações brancas; e este eslaide, Sras. e Srs. Senadores – o próximo, por favor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. PEDRO HALLAL – Pode voltar ali, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em relação às populações indígenas, aquela leitura é de que elas foram atingidas numa proporção bem maior do que...

O SR. PEDRO HALLAL – Pegando a Fase 3, Sr. Senador, entre os indígenas incluídos na pesquisa, 7,8% já tinham tido contato com o vírus. Entre os brancos, era 1,7%. Esse abismo de diferença é o que o Epicovid mostrou. Na fase anterior, 6,4% de doentes entre os indígenas e 1,4% entre os brancos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso foi o que permitiu ao Governo Federal priorizar a vacinação para a população indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Professor, essa fase é de quando para quando?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim. Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi esse dado que permitiu ao Governo Federal priorizar a população indígena, que inclusive está praticamente 100% vacinada.

O SR. PEDRO HALLAL – Vou comentar sobre isso, Sr. Senador.

Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa fase é de quando para quando?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É preciso saber por que se chegou a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa fase é de quando para quando?

O SR. PEDRO HALLAL – Primeira fase no meio de maio; segunda fase, começo de junho; terceira fase, final de junho; e o monitoramento foi interrompido. Eu vou pedir, por favor, que passe para o próximo eslaide.

E aí eu vou dizer para as senhoras e os senhores que este eslaide que apresentava diferença pelos grupos étnicos foi censurado – repito o termo: censurado – na coletiva de imprensa no Palácio do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planalto, na qual eu apresentei os resultados dessa pesquisa. Faltando 15 minutos para começar a minha apresentação, no Palácio do Planalto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu fui informado, pela assessoria de comunicação, de que o eslaide tinha sido retirado da apresentação de eslaides de que eu era o apresentador; o eslaide foi retirado da apresentação e eu fui comunicado 15 minutos antes. E logo depois, pouco tempo depois, o Ministério da Saúde decidiu interromper o monitoramento por meio do Epicovid, sem qualquer justificativa técnica – até porque, se formos discutir tecnicamente, esse estudo que foi publicado no *The Lancet Global Health*, poucos meses atrás, pegou os mais de 500 estudos sorológicos que existiam até essa data no mundo e avaliou a qualidade metodológica dos estudos. O Epicovid brasileiro foi um dos oito estudos que tirou nota máxima nos indicadores de qualidade; em todos os indicadores de qualidade, o Epicovid tirou a nota máxima – também diferente do que foi dito na terça-feira, se eu não me engano, pra esta Comissão de Inquérito.

O próximo eslaide, por favor.

Em relação à vacinação, os Srs. e Sras. Senadoras já conhecem essa informação, mas só pra passar a visão epidemiológica, o Brasil é o quarto País em número absoluto de doses aplicadas. O Senador acabou de dizer que as populações indígenas estão quase 100% vacinadas – obrigado pela informação, Senador. Mas, no percentual da população brasileira com pelo menos uma dose, o Brasil é o 78º país que mais vacinou a sua população; e, no percentual da população completamente imunizada com as duas doses ou no caso da vacina da Janssen com uma dose só, o Brasil ocupa a 85ª colocação. Essa é a verdade dos números sobre vacinação.

O próximo, por favor.

Uma última análise que nós fizemos pra esse depoimento. Em 1965, o Dr. Hill – o Dr. Hill, para os Srs. e Sras. Senadoras saberem, é o mesmo que, junto com o Dr. Doll, descobriu que fumar fazia mal pra saúde – publicou um artigo sobre nove critérios de causalidade, que para a epidemiologia é o seguinte: eu posso encontrar uma relação numa pesquisa e essa relação ser absolutamente por acaso. Ele elencou nove critérios de causalidade pra que uma doença, uma relação encontrada numa pesquisa seja ou por acaso ou uma relação verdadeira. E eu gostaria de dizer aos Srs. e Sras. Senadoras que absolutamente todos esses critérios de causalidade, todos, estão preenchidos no caso da relação entre a postura de anticiência adotada no Brasil e a mortalidade por Covid-19. Eu só trouxe um eslaide pra mostrar isso, Srs. e Sras. Senadoras.

Pode passar, por favor.

São dois gráficos. No lado direito, é a mortalidade acumulada de Covid de acordo com o percentual de votos no segundo turno da última eleição presidencial. Então, ali nós temos, bem no canto inferior do gráfico da direita, as cidades em que o Presidente teve menos de 10% dos votos e até o outro limite, que são as cidades onde o Presidente Bolsonaro foi mais votado. Essa é a curva de mortes por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid no Brasil. Isso foi apresentado no *Valor Econômico*, numa reportagem. No gráfico da esquerda, nós temos todas as outras mortes no Brasil. E notem, Srs. e Sras. Senadoras, que não tem nenhuma relação como não deveria ter entre mortalidade em geral no País e em quem que a cidade votou majoritariamente. Não tem nenhum motivo pra ter uma relação entre essas duas variáveis, o que é observado no gráfico da esquerda. No gráfico da direita, a gente observa uma relação extremamente linear entre o percentual de votos obtidos no segundo turno das últimas eleições presidenciais e, especificamente, a morte por Covid-19.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas qual é a conclusão disso? O que está se querendo dizer com a população da cidade que votou pra lá ou votou pra cá tem mais ou menos Covid?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - ... não tomaram o cuidado necessário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Que isso? É só pegar essas cidades aí que têm níveis de isolamento maior do que outras. Qual é a base científica...

O SR. PEDRO HALLAL - Desculpe, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... pra poder fazer uma afirmação dessa natureza?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A não ser animar uma narrativa. V. Exa. acabou de dizer que o Brasil tem 12% das mortes em nível do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Fernando Bezerra... Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, Senador Fernando Bezerra. Me permita, Senador Fernando. V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Senador Renan Calheiros interrompeu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele é o Relator, ele é o Relator designado pela maioria dos membros desta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... a depoente, Dra. Jurema. Ele está fazendo uma afirmação aqui. Eu só gostaria de saber do Dr. Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O Brasil é o responsável por 12% das mortes a nível do mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É importante que ele explique. Ele vai explicar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) - Eu só queria saber o seguinte: são confiáveis os dados que a gente tem da China, da Índia e da Rússia em relação à morte de Covid? A imprensa internacional inteira, semana após semana, questiona esses dados de morte desses grandes países porque são precários os controles de informação na Índia, na China e na Rússia.

Então, eu acho que é preciso ter cautela na hora de fazer as afirmações. Eu acho que o estudo está muito bem-feito, está muito bem conduzido, foi reconhecido com todo o rigor técnico. Do que eu estou discordando é da narrativa que se está tentando construir aqui a partir desses números.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) - Perfeitamente, Sr. Senador.

Então, na verdade, os dados mostram que, de acordo com o percentual de votos do atual Presidente, aumenta a mortalidade por Covid-19. Cada pessoa pode fazer uma interpretação desse resultado. A única coisa que eu estou trazendo aqui é que esse resultado não se observa por acaso, porque quando a gente compara com as mortalidades em geral, não existe essa tendência. Essa tendência é específica pra Covid-19, cada pessoa pode fazer a interpretação que achar mais adequada.

Sobre a subnotificação de mortes em outros países, nós epidemiologistas trabalhamos com as fontes de dados que julgamos mais confiáveis. Se o Sr. Senador tem evidência de que a China, a Índia ou a Rússia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A imprensa internacional...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – A imprensa internacional discute...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) –
É só ler...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São só 4 mil mortes, 5 mil mortes na China, com 1,3 bilhão de habitantes. São só 5 mil mortes. Alguma coisa está errada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...
oportunidade para que todos indaguem, façam perguntas. Ele está aqui para isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu acho importante esclarecer isso, Senadores, os dois Senadores. Eu não posso usar os dados da China que eu acho que existem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a gente vai chegar na lista de inscritos.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu tenho que usar os dados da China que a China disponibiliza oficialmente. É isto que foi feito. Se os Srs. Senadores têm dúvidas sobre os dados da China, fiquem à vontade pra fazer os questionamentos. Mas eu não poderia pegar o dado da China e multiplicar por "y" porque eu resolvi achar que a China está subestimando as mortes. Eu uso os dados oficiais da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos, do Japão e do Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) –
Como é que se explica o baixo índice de óbito na África? Como é que os infectologistas, como é que vocês estão analisando isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, sem interromper, o Senador Fernando Bezerra, que é nosso querido amigo, com todo o respeito, ele vai ter oportunidade de, por 15 minutos, indagar o depoente. Por favor, vamos deixar que, em favor da melhor utilização do tempo inicial, ele possa concluir, pra nós começarmos as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente, Sr. Relator.

Devolvo a palavra e garanto a palavra ao Dr. Pedro Hallal. E se V. Sa. puder, inclusive, comentar o questionamento último do Senador Fernando Bezerra...

O SR. PEDRO HALLAL – Em relação ao baixo percentual de mortes na África, tem vários estudos sobre isso. Tem um estudo que, inclusive, elenca cinco grandes fatores: estrutura etária da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população... O segundo fator é: a população em vários países da África é mais dispersa no território, então tu tens menos densidade populacional. Mas, durante os 15 minutos, eu posso entrar em detalhes desse assunto com o senhor.

Só faltam dois eslaides, eu vou acabar e depois, nos 15 minutos, a gente pode voltar a esse tema. Obrigado pela pergunta, Sr. Senador.

O próximo, por favor.

E um último tema, que acabou se tornando necessário para os epidemiologistas analisarem, foi o impacto específico do atraso na compra das vacinas. Então, a Dra. Jurema mostrou 120 mil mortes que poderiam ter sido evitadas só até março deste ano. Vamos lembrar que a maior parte das mortes no Brasil aconteceu depois disso, e não considerou, a análise da Dra. Jurema, até porque não tinha essa informação à época, o atraso do Brasil na compra das vacinas. Nós fizemos uma análise que estimou que especificamente o atraso na compra das vacinas da Pfizer e da CoronaVac resultou em 95,5 mil mortes. E logo depois, outros pesquisadores, usando um método – com toda tranquilidade pra dizer isto – inclusive mais robusto do que o nosso porque eles analisaram os dados não especificamente dessas vacinas, mas o ritmo da campanha de vacinação que teria sido caso tivéssemos adquirido, e eles estimaram 145 mil mortes especificamente pela falta de aquisição de vacinas tempestivamente pelo Governo Federal.

O próximo eslaide, por favor.

Então, as considerações finais, muito rapidamente.

O Brasil é um dos piores países do mundo na reposta à Covid-19. Não há outra justificativa que não a postura anticiência adotada no País.

Investir na aquisição da imunidade de rebanho foi uma estratégia inicialmente equivocada, mas que a Suécia adotou no começo da pandemia. Então, apenas equivocada. Mas, depois de um certo tempo, se torna uma estratégia repugnante, com toda a evidência científica apontando que a imunidade de rebanho por infecção natural não era atingível pra Covid-19. Quatro de cada cinco mortes não teriam ocorrido se estivéssemos na média mundial. E entre 95 e 145 mil mortes foram causadas pela demora em comprar as vacinas.

Então, eu encerro com esse eslaide, que mostra a bandeira brasileira com 500 pontinhos, representando cada uma das 500 mil vidas perdidas. E só aqueles pontos em preto do gráfico da direita teriam sido perdidos caso o Brasil estivesse, repito, na média mundial, não na situação dos melhores países do mundo no enfrentamento da pandemia.

Muito obrigado, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Desculpem por passar um pouco do tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente, Dr. Pedro Hallal.

Passamos, então, de imediato para o Sr. Relator. Peço só pra Secretaria me trazer a relação dos inscritos na sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
– Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiríssimo lugar eu quero agradecer as honrosas presenças da Dra. Jurema Werneck e do epidemiologista, Dr. Pedro Hallal. São presenças importantes, fundamentais para que nós possamos, com absoluta isenção, estabelecer referências à conclusão dos nossos trabalhos.

Desde logo eu quero agradecer as recomendações trazidas aqui pela Jurema Werneck. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai, sim, fazer a implementação de medidas, ela vai, sim, propor o aprimoramento da legislação brasileira, notadamente no que se refere a enfrentamento de pandemias e de endemias, e vamos, sobretudo, estamos aqui para isto, responsabilizar quem precisar, evidentemente, ser responsabilizado.

Portanto, desde logo também eu agradeço ao grupo Alerta por esse estudo criterioso, indiscutível sobre mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil. Como todos sabem, o presente estudo foi elaborado com apoio do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), da Oxfam Brasil, a partir de iniciativa do grupo Alerta, que conta também com a participação das seguintes organizações: Anistia Internacional Brasil, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e SBPC, que, como todos conhecem, é a nossa Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Eu vou me permitir fazer perguntas, começar pela Jurema Werneck, e queria que, desde logo, o Dr. Pedro Hallal ficasse à vontade também, não só para que nós possamos alternar as respostas, na medida em que sejam perguntas comuns, mas de modo a complementá-las se sentir necessidade. O esforço nosso aqui é para que nós possamos verdadeiramente avançar, à luz desses estudos que, como disse e queria repetir, Senador Girão, são importantíssimos, Senador Heinze, fundamentais para que nós possamos levar adiante os nossos trabalhos.

A primeira pergunta é a seguinte: o Brasil se destaca negativamente, e vimos sobejamente isso aqui, no enfrentamento da pandemia, razão pela qual cientistas e também o relatório confeccionado pelo Movimento Alerta e pelo estudo trazido pelo Pedro Hallal mencionam um excesso de mortes no País. A primeira pergunta é a seguinte: o que é exatamente esse conceito de excesso de mortes? O que é exatamente esse conceito? E o que esse conceito significa na prática?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador. Agradeço a oportunidade de explicar um pouco mais o conceito de excesso de morte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conceito de excesso de morte é quase literal: diz que, primeiro, nós temos já um padrão, entre aspas, "normal" de mortalidade no País. Um número determinado de pessoas morre cotidianamente, mas, na presença de algum evento grave, e, nesse caso, dessa pandemia, a gente vê que a gente sai do padrão e passa por uma situação que é: muito mais gente morreu do que o esperado. Muito mais gente morre do que o esperado. Isso é o excesso de morte. E como é que a gente calculou o excesso de morte? Como eu disse, para apenas o primeiro ano da pandemia, o Dr. Pedro Hallal acompanha os dados até agora... Mas, o caso do estudo do Alerta: nós acompanhamos o excesso de mortes nas 52 primeiras semanas epidemiológicas, e esses dados falam que são pessoas que morreram, no Brasil, fora do padrão, ou seja, em excesso, na vigência da pandemia da Covid, ou seja, morreram por Covid, diretamente, mas morreram também por outras intercorrências naturais... Naturais, a gente fala: doenças e estados mórbidos. A gente exclui desse cálculo as mortes naturais: violências, acidentes, suicídios não estão contados aí. Mas, por causa das chamadas naturais, na presença da pandemia, quantas mais pessoas morreram? E elas morreram seja por Covid, seja porque tardaram a buscar o cuidado que precisavam – foi o medo, o medo de ir ao serviço de saúde, e lá ser um ambiente de risco –, seja porque o serviço de saúde não foi capaz de cuidar delas, pelas dificuldades. É esse o excesso. Esse é o excesso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, na sequência, perguntar aos depoentes: como o Movimento Alerta e o estudo trazido aqui pelo Pedro Hallal realizaram a estimativa desse excesso de mortes? Qual é a interpretação contextualizada do número, do número em si?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, basicamente são contas complementares. Eu e a Dra. Jurema, inclusive, conversamos antes deste depoimento, porque, na verdade, o que aparece? Quatrocentas mil dessas 507.240 mortes poderiam não ter acontecido se o Brasil estivesse na média mundial. E aí a gente vai subdividindo essas mortes. Por exemplo, a Dra. Jurema mostra que, em um ano de pandemia, 120 mil destas poderiam ter sido evitadas caso o Brasil tivesse adotado aquelas medidas que a Dra. Jurema muito bem relata. Além disso, tem as 145 mil que poderiam ter sido evitadas se nós tivéssemos comprado a vacina na primeira oferta da Pfizer e na primeira oferta da CoronaVac. E aí, Sr. Senador, eu só quero ressaltar isto, que é muito importante: essa conta que eu apresento da Pfizer e da CoronaVac é baseada nos depoimentos que foram dados aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, não são 100 milhões de doses da Pfizer, são 4,5 milhões de doses que teriam chegado caso o Governo tivesse respondido a um dos 101, eu acho, *e-mails* a que não respondeu naquele primeiro momento. No caso da CoronaVac, o Dr. Dimas disse aqui: seriam 100 milhões até maio. O que nós fizemos? Já tinham, até aquele momento, chegado 51 milhões de CoronaVac no Brasil. Então, nós só consideramos as 49 milhões a mais que teriam chegado. É



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por isso que nós chegamos a esse número. Então, é um número composto, são 400 mil vidas que poderiam ter sido salvas por diferentes mecanismos de ação que o Brasil poderia ter adotado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Especificamente, se puder detalhar, para dar mais ênfase ao próprio estudo, qual foi especificamente o número de mortes pela negativa das vacinas no próprio cronograma?

O SR. PEDRO HALLAL - Segundo o cálculo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem essas planilhas aí que demonstrem isso?

O SR. PEDRO HALLAL - Exatamente, está na documentação que eu entreguei para o senhor, para o Presidente e para o Vice-Presidente. São 95,5 mil mortes especificamente relacionadas à demora na assinatura da Pfizer e da CoronaVac. Um outro estudo liderado por outros colegas da USP estimou em 145 mil mortes, mas aí levando em consideração todas as ações diversas que poderiam ter sido feitas em relação à vacinação. Por exemplo, o Brasil ter aderido ao menor percentual ao consórcio da OMS e às outras oportunidades de vacina que infelizmente o Brasil não optou por assinar antes, um pouco antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK - Senador, apenas pra complementar o que o Dr. Pedro diz com tamanha propriedade e dizer que o estudo do Alerta pega os números de mortes evitáveis, principalmente quando não havia ainda vacina disponível. É claro que a primeira vacina foi dada em janeiro, na Mônica Calazans, em São Paulo - todo mundo lembra. Nós pegamos as 52 semanas, só as últimas poucas semanas desse período em que já tinha vacina, mas, na primeira dose, a gente não tem ainda o cinturão que a vacina pode fazer, ainda não chegamos a esse patamar.

Então, antes da vacina, o que a gente diz é que havia outras medidas que poderiam e deveriam ter sido adotadas, e essas, se fossem adotadas, salvariam vidas. É esse o cálculo.

Quando a gente fala das 305 mil mortes em excesso, a gente está considerando inclusive que algumas delas, aquele número está beneficiado pelo fato de que parte da sociedade levou a sério as recomendações, que parte da sociedade fez o que devia. Muitos e muitas de nós seguiram as recomendações de evitar a transmissão, aqueles que puderam, evidentemente. Aqueles que puderam usaram máscara de qualidade, aqueles que puderam ficaram em casa, aqueles que tiveram consciência e puderam não fizeram aglomerações. Mesmo assim, nós chegamos a 305 mil mortes em excesso e 120 mil que poderiam ter sido evitadas. Se a gente conseguisse implementar as medidas de forma consistente isso não teria acontecido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O estudo do Movimento Alerta e também o estudo do Professor Pedro Hallal mostram que 120 mil mortes poderiam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter sido evitáveis se medidas não farmacológicas para redução da transmissão do vírus tivessem sido efetivamente adotadas no Brasil. Ambos tiveram já oportunidade de descrever aqui essas medidas não farmacológicas consideradas pelo estudo.

Eu queria uma reflexão dos dois: de que forma essas medidas foram implementadas no Brasil? Quais os resultados observados que são diferentes dos observados em outros países do mundo?

A SRA. JUREMA WERNECK - Olha, Senador, obrigada. Eu acho que os números, os dados já são específicos. A fonte, a metodologia científica, o conhecimento, a ciência disponível já mostra, mas, já que o senhor pede uma reflexão, eu vou dizer que faltaram muitas coisas - faltaram muitas coisas.

O Dr. Pedro Hallal falou do desencontro de comunicação, das *fake news*, já falou... O nosso estudo, as nossas recomendações, quando a gente pede uma frente nacional, a gente está dizendo de outra forma que faltou liderança nacional. É responsabilidade, na presença de uma epidemia, de uma pandemia, a responsabilidade é da liderança nacional. E é fácil de entender, porque a liderança nacional tem todas as informações e consegue administrar, obviamente que é preciso ter união, é preciso que não haja essa política de salve-se quem puder nem de uns contra os outros. É preciso que a liderança lidere, Senador, para que a gente possa, numa mensagem única, garantindo a confiança da maioria da população, garantindo a adesão de todas e todos, fazer a diferença. Isso infelizmente faltou e ainda falta. E este é o apelo que o Alerta faz também: é preciso liderança, uma liderança nacional firme, baseada em evidências, que cumpra e faça cumprir as medidas necessárias para salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu quero fazer uma pergunta... Pergunto se quer complementar. Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL - Rapidamente, Sr. Senador. Basicamente, eu apresentei aquele eslaide que fala dos sete pecados capitais, mas, já que a Dra. Jurema abordou vários deles, eu queria só focar no bê-á-bá do controle de doenças infecciosas. Em qualquer momento da história da humanidade, doença infecciosa se controla com testagem, rastreamento de contatos e isolamento dos casos suspeitos. E o Brasil tem indicadores vexatórios em testagem, em rastreamento de contatos e em isolamento.

Só para uma resposta direta, Senador: quando as pessoas no Brasil têm Covid, ninguém pergunta para elas com quem elas tiveram contato nos dias anteriores. Esse é o bê-á-bá do controle de doenças infecciosas, para que essas pessoas sejam isoladas e evitem o risco de transmitir para outras pessoas. Infelizmente, essa estratégia não foi adotada como estratégia política de saúde no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Considerando a subnotificação dos casos da Covid, qual seria aproximadamente a quantidade de pessoas que já foram efetivamente infectadas pelo coronavírus no Brasil? Há condição de termos precisamente esse número, professor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente, Senador, no Epicovid, estudo que eu apresentei, no meio do ano passado, eram seis vezes mais, ou seja, seis vezes mais infectados do que aparece nas estatísticas oficiais, mas, Sr. Senador, hoje, esse número mudou, porque, obviamente, houve evolução na testagem, mais gente ficou sabendo que tem a doença. A estimativa, hoje, é de que ao redor de 50 a 60 milhões de brasileiros e brasileiras já tiveram contato com o vírus, ou seja, de três a quatro vezes mais do que aparece nas estatísticas oficiais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Há muito barulho, Presidente, a gente não está conseguindo ouvir.

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Relator e aos depoentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso ainda, Pedro, a infecção pelo novo coronavírus induz à imunidade das pessoas contaminadas, como defende o Deputado Osmar Terra e o Presidente da República?

O SR. PEDRO HALLAL – Então, aí, Sr. Senador, vamos dividir essa resposta. Primeiro que tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que as pesquisas e a ciência acham sobre essas duas questões?

O SR. PEDRO HALLAL – Primeiro, seria um componente que a imunidade a esta doença detectável pelos anticorpos IgG, especialmente, tem uma certa duração. Vários estudos mostram que, depois de um tempo, a gente não consegue mais identificar os anticorpos em testagem sorológica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Nós sabemos qual é essa duração?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Têm algumas estimativas, Senador, mas, aí, teria que ver com o pessoal da Infectologia, que está mais por dentro desse número, para passar, e eu posso passar esse dado à Comissão após requerer para alguns dos colegas aqui.

Mas, Sr. Senador, isso é completamente diferente da tese da imunidade de rebanho. A imunidade de rebanho é atingida quando 70%, em média, da população têm anticorpos para aquela doença. Eu estou lhe dizendo que, se no Brasil nós temos ao redor de 50 milhões de casos de pessoas que já tiveram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infecção, isso dá 20% da população, vinte e poucos, e tem mais 12% vacinados, embora algumas das pessoas sejam as mesmas; no máximo, o Brasil tem de 25% a 30% da população imune, ou seja, se nós formos esperar até chegar nos 70%, a plaquinha que o senhor carrega, todos os dias, aqui nesta Comissão, infelizmente vai precisar de mais um dígito, que é algo que nenhum de nós brasileiros gostaria que acontecesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK - Bom, Senador, do ponto de vista além do que o Dr. Pedro Hallal traz, é preciso lembrar que, mesmo a vacina - mesmo a vacina! - não vai conferir imunidade 100%, não é? É um conjunto de medidas que precisam ser colocadas em prática, ao mesmo tempo, de forma consistente, para a gente poder ir evoluindo, com o tempo, na redução da transmissão e no controle da pandemia. É como o Dr. Pedro diz, a imunidade do corpo, natural do corpo, tem um tempo de duração pós-infecção por Covid. A gente traz a vacina para ter uma resposta, uma imunidade mais consistente, mas todos os fabricantes da vacina e todos os estudos têm afirmado que nenhuma vacina é 100%.

Precisamos de vacina mais medidas não farmacológicas e, é claro, vigilância epidemiológica e o serviço de saúde adequadamente preparado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há evidências de que o Governo Federal optou por tolerar e até mesmo - acompanhamos isso aqui em várias oportunidades - estimular o contágio pelo novo coronavírus, apostando que, assim, chegaríamos à imunidade de rebanho. Mais uma vez, para obter a ênfase necessária: é possível isso?

O SR. PEDRO HALLAL - Sr. Senador, existe um estudo da Universidade de São Paulo que faz exatamente a avaliação dos atos normativos que foram adotados pelo Governo Federal e chega à conclusão que a estratégia foi atingir a imunidade de rebanho. Obviamente que essa é uma pergunta que pode também ser mais bem respondida pelo pelos próprios membros do Governo Federal, mas a postura adotada pelo Governo Federal, em especial pelo Presidente da República sugere que a estratégia era atingir a imunidade de rebanho, o que, repito, Senador, foi a estratégia adotada pela Suécia no começo da pandemia. Poucas semanas depois, o epidemiologista chefe sueco veio a público pedir desculpas, dizer que esteve equivocado, e essa estratégia não foi mais usada naquele país.

Aliás, esta semana, a Suécia foi trazida aqui como um exemplo de sucesso no enfrentamento da pandemia. Entre todos os países da Escandinávia, a Suécia é disparadamente o pior. Então, tem algum equívoco na interpretação dos dados da Suécia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vários países...

A SRA. JUREMA WERNECK - Posso complementar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK - Só queria fazer uma complementação que, na verdade, é um chamado à reflexão, porque eu acho que a noção de imunidade de rebanho - que tem um lugar técnico onde se usa isso - tem um efeito perverso sobre a sociedade, não é? Ser humano não é rebanho. A gente está falando de imunidade coletiva. Isso é um primeiro ponto da reflexão.

Mas, quando a gente pensa no rebanho, a imunidade do rebanho no Brasil, a gente pode perguntar pra qualquer pecuarista, pra qualquer veterinário: o que eles fazem pra garantir a imunidade do rebanho? Eles vacinam. Eles garantem as vacinas à disposição pra salvar o seu rebanho.

Portanto, existe... A noção de imunidade de rebanho traz uma confusão que é muito perversa pra nós, porque nos interessa, por qualquer meio, salvar vida - salvar vida. E ser humano não é gado, não é? A gente quer que todo mundo esteja imune - a gente quer que todo mundo esteja imune -, mas, se olhar a imagem do rebanho, o pecuarista, o veterinário vacina o seu gado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vários países que não impuseram medidas de restrição à sua população, como Reino Unido, Holanda, Suécia, reviram, em seguida, suas posições quanto a essa política e até assumiram os equívocos de sua condução da pandemia. Frise-se, contudo, que nenhum dos governos desses países minimizou a Covid-19, nem incentivou que as pessoas se expusessem ao SARS-CoV-2.

V. Sa. poderia comentar, Pedro, inicialmente, quais foram os resultados dessas políticas, especialmente na Suécia, aqui referida e referida há pouco na resposta?

O SR. PEDRO HALLAL - Muito obrigado, Sr. Relator.

Basicamente, o modelo sueco adotou uma política de isolamento vertical, que é aquele isolamento somente dos grupos de risco. A população se expôs ao vírus. Poucas semanas depois, a Suécia apresentava indicadores muito piores do que o resto do mundo e rapidamente, então, a Suécia corrigiu o rumo, o que é perfeitamente aceitável, Sr. Senador. Eu gostaria de deixar isso muito nítido.

Nenhum pesquisador tem 100% de certeza sobre como proceder, nenhum gestor, numa doença tão nova como a Covid-19. Então, é aceitável que a Suécia tenha cometido um equívoco, mas teve a tranquilidade de reavaliar. O que nos espanta em relação ao caso brasileiro, e eu lhe digo com toda franqueza, é que, em nenhum momento, o Brasil se dispôs a reavaliar. O Brasil está errando, continua errando. Ontem, um terço das pessoas que morreram no mundo foi aqui. E o Brasil continua discutindo hidroxicloroquina, imunidade de rebanho, que são temas superados no restante do mundo.

A SRA. JUREMA WERNECK - Complementando, eu só queria sublinhar, Relator, que é exatamente isso. Porque era um vírus desconhecido, o SARS-CoV-2, era desconhecido em certa medida,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Covid-19 era desconhecida, a população não tinha imunidade natural a isso, ou seja, no momento, no primeiro momento, se teve muita tentativa e erro, perdemos muita gente naquela tentativa erro, mas é compreensível. A gente não sabia, a gente estava diante de um grande desconhecido, e um grande desconhecido amedrontador. Mas, mesmo assim, já no início do primeiro ano da pandemia, países corrigiram sua rota – países corrigiram sua rota! Com ou sem autocrítica pública, corrigiram sua rota.

Nosso senso de urgência é que o Brasil precisa corrigir a sua rota, Senador, porque, se a gente caminhar nessa margem... A gente está vendo todo dia que a gente só sobe. Como o Dr. Pedro falou, o estudo do Alerta fala de março a março, de março de 2020 a março de 2021. Ele se encerra com aquelas 120 mil mortes, vidas perdidas que poderiam ter sido evitadas, antes dos meses mais letais do Brasil. E a gente vai de mês mais letal a mês mais letal. E a gente tem que lembrar que, em mês mais letal, é gente entre a gente que está morrendo, é gente entre a gente que está sofrendo. Então tem uma urgência aí, Senador.

Eu agradeço.

E eu repito que, para nós, é muito importante chamar a atenção desta CPI, da sociedade, porque é um senso de urgência, é urgente que a gente corrija a rota. Não há justificativa para a persistência no erro, porque evidência já há suficiente para que a gente... Porque a correção na rota salva vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estudo do Movimento Alerta mostra que 20 mil pessoas faleceram em UPAs e emergências enquanto aguardavam transferências para outras unidades de saúde. Especificamente, qual é o perfil dessas pessoas que faleceram nessas condições?

A SRA. JUREMA WERNECK – Olha, Senador, infelizmente, é o perfil da desigualdade brasileira: eram negros, eram indígenas. Eu chamo a atenção: entre os negros, as comunidades quilombolas, terrivelmente afetadas, mais afetadas, e os dados indicam... E os dados, Senador, que os próprios quilombolas estão analisando a partir do observatório que constituíram, porque os dados oficiais, as autoridades não são explícitas, não fazem o dever de divulgar... Então, são negros, indígenas e os amarelos. A população branca, principalmente – mas tem brancos lá também –, a população branca, principalmente, teve o melhor acesso garantido à resposta hospitalar e de UTI do que essas populações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses números estão relacionados à inação do Governo Federal?

A SRA. JUREMA WERNECK – Olha, Senador, a iniquidade, a injustiça e a desigualdade já estavam assinaladas há décadas no Brasil. Em 2019, a gente já sabia, já estava diante dos dados de desemprego, que eram altos, ou seja, as populações nas baixas faixas de renda estavam crescendo. Em 2019, a gente já sabia do crescimento da insegurança alimentar. Em 2019, a gente já sabia que os trabalhadores informais já estavam numa situação limite. E, quando a pandemia veio, a gente já sabia que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas populações estavam em maior risco – a gente já sabia. Então, sim. E isso sem contar que existe uma política nacional de saúde integral da população negra, existe uma política nacional de saúde integral da população indígena.

Existem políticas nacionais, Senador, que poderiam ter orientado o sistema de saúde, poderiam ter orientado os gestores públicos a partir do nível federal para poder seguir o rumo para salvar vidas. Então, virar as costas, censurar eslaide ou não fazer, não cumprir a determinação das políticas é isso que está por trás desses resultados tão nefastos para essas populações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Universidade Federal de Pelotas realizou o Epicovid-19, já referido aqui pelo Pedro Hallal, pesquisa, como todos sabem, importante para o conhecimento da realidade epidemiológica da Covid-19 no Brasil, mas o Governo Federal descontinuou esse levantamento e lançou o PrevCov em seu lugar. Sobre isso, eu queria fazer algumas perguntas, mesmo que parcialmente tenham sido respondidas, Presidente Randolfe.

Qual foi o custo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Renan, Senador Renan, só um instante, porque me causou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Chamou-me a atenção e me despertou a curiosidade a informação que o Dr. Pedro Hallal trouxe a esta Comissão de que houve uma censura do eslaide na apresentação, se não me engano, no Palácio do Planalto. O senhor poderia declinar de quem partiu a censura do eslaide?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) - Senador, na verdade, eu não tenho como saber se a ordem foi dada por algum superior imediato, mas quem estava lidando com a questão da coletiva e quem participou da coletiva foi o Secretário-Executivo do ministério à época, Élcio Franco, que acho que até esteve aqui na CPI. Então, antes que tenha outra informação, foi dele a decisão de que aquele eslaide mostrando a desigualdade étnico-racial não poderia ser apresentado no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual foi o custo total do Epicovid-19?

O SR. PEDRO HALLAL - Olhe, Senador Renan, o custo foi de R\$12 milhões, foi um TED que foi assinado entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal de Pelotas com grande agilidade. E eu faço questão novamente de fazer um agradecimento ao Dr. Erno Harzheim, que era Secretário de Atenção



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Saúde na época e entendeu a urgência de o País começar a monitorar... Aliás, o ex-Ministro Mandetta anunciou o Epicovid numa coletiva de imprensa antes de eu receber a informação, como investigador principal, de que estaria financiado, de tão ágil que foi o processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os escopos dos estudos são os mesmos?

O SR. PEDRO HALLAL - Exatamente, é monitorar a evolução da prevalência de Covid-19 no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - São os mesmos.

O SR. PEDRO HALLAL - Foram contratadas três fases, as três fases foram concluídas e... Era junho do ano passado, e, então, era necessário manter o monitoramento. O estudo custou R\$12 milhões. O monitoramento foi interrompido. E, agora, acho que, em fevereiro deste ano ou em março - peço desculpas por não saber a data exata -, fomos surpreendidos quando foi lançado um estudo chamado PrevCov sem nenhum contato prévio com o Epicovid, que era um estudo do próprio Ministério da Saúde. Esse novo estudo nos chamou atenção, porque o tamanho do estudo era praticamente igual ao nosso, era só em capitais e regiões metropolitanas, diferente do nosso, que pegou o interior do Brasil - aliás, os resultados mais interessantes foram obtidos nas cidades de Tefé, no Amazonas, e de Breves, no Pará, cidades que não entrarão nesse novo estudo -, com o custo de R\$200 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E qual foi a justificativa do ministério para essa interrupção? O senhor pode falar?

O SR. PEDRO HALLAL - Pra interrupção a gente ficou sabendo pela imprensa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - O valor desse estudo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - R\$12 milhões...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - São R\$200 milhões?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - São R\$200 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, o Epicovid, 12...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São 12... E o outro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro...

O SR. PEDRO HALLAL – São R\$200 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São 200 milhões.

O SR. PEDRO HALLAL – A justificativa para a interrupção, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pegar, pedir informações, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou tentando fazer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a esse respeito, porque isso me parece mais um... uma desmedida: se faz um estudo, num ano, com 12 milhões; e um estudo semelhante por 200 milhões, só nas regiões metropolitanas, o que é mais barato. Precisamos ter informações sobre essas questões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais uma demonstração de que não faltou dinheiro, porque o Congresso garantiu o espaço fiscal. E o fato de não ter faltado dinheiro não exigiu critérios de transparência na hora das aquisições dos programas.

O SR. PEDRO HALLAL – Mas, Senador, só respondendo, então, sobre por que é que foi cancelado o Epicovid, por que é que não foi continuado.

Na verdade, nós pesquisadores ficamos sabendo pela mídia, nunca fomos comunicados. E a explicação dada pelo Ministro Pazuello, à época, não tinha nenhum critério técnico. Basicamente, ele disse que fariam outros estudos, que optaram por não continuar com aquele e fariam outros estudos. E, infelizmente, entre junho de 2020 e março de 2021, na verdade até hoje, infelizmente esses outros estudos não foram a campo, então a gente não sabe a realidade epidemiológica da Covid no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente sobre os indígenas, por que a infecção pelo novo coronavírus é proporcionalmente maior entre indígenas?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, no artigo que escrevemos, que foi publicado no *The Lancet Global Health*, que é um periódico conhecido da nossa área, fizemos uma série de suposições. Primeiro, as pessoas, especialmente da mídia, nos perguntaram: "Será que é alguma questão genética, biológica?".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obviamente que não; é uma questão cultural e social. Nós temos um grupo que vive em grupos maiores, e, portanto, o risco de transmissão é maior. São populações vulneráveis que precisavam ser mais cuidadas durante a pandemia.

Aliás, o Senador Fernando Bezerra mencionou sobre a estratégia de vacinação. A única opinião que eu emiti sobre a estratégia nacional de imunização foi de que deveria haver um sequenciamento inverso por renda familiar no Brasil. A vacinação deveria ter começado com as populações mais vulneráveis e ir em direção às populações mais ricas. Infelizmente, a vacinação começou, única e exclusivamente, pelos idosos, doenças crônicas e profissionais de saúde, e as populações mais vulneráveis continuam sendo as que mais morrem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutor. Os índios tinham prioridade.

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, os indígenas também. E quilombolas também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu posso fazer uma pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É sobre a questão que o senhor está falando, sobre a questão de infecção indígena. O senhor está falando daqueles que vivem nas cidades, não em comunidades isoladas, não é?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Exatamente. No estudo, nós não estudamos as comunidades...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, nas comunidades isoladas, houve um número de infecção, e houve, sim, a vacinação. A vacina chegou com rapidez aí. Logo que chegou a vacina, foi entregue...

O SR. PEDRO HALLAL – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até porque eles tinham prioridade, mas, pelo conhecimento da minha região, eu sei que lá, no Estado do Amazonas, onde nós temos a maior comunidade indígena do Brasil, o maior número de etnias... Nós temos 77 etnias, se não me engano, das quais eu conheço praticamente todas, porque, como Governador, tive contato com todas. E, principalmente, quem mora no Alto Solimões, em São Gabriel da Cachoeira... No Alto Solimões, em regiões onde há o isolamento. Porque nós temos uma comunidade indígena na cidade de Manaus também muito grande, mas eles convivem com os brancos ali, têm uma convivência pacífica; muitos já formados pela Universidade estadual do Amazonas. Isso, a gente percebe que existem, dentro já das tribos, índios que conseguiram se formar, se graduar – e isso é muito importante para as comunidades indígenas –, e preservando sempre a cultura deles, as culturas tradicionais que eles têm, e que nós respeitamos. Mas, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenha conhecimento, pelas informações que eu tenho, e eu converso muito com os Prefeitos, temos Prefeitos indígenas lá, há, sim, nas comunidades mais isoladas o número de infectados foi muito menor.

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente. Sr. Presidente, deixe-me só complementar, porque esse ponto, exatamente, Presidente, foi trazido na reunião com o ministério. Inclusive, o ministério disse, quando falava ainda sobre renovação do estudo, pediram pra que a gente desenhasse um estudo em comunidades aldeadas, exatamente porque a nossa pesquisa conseguia captar apenas os indígenas que moram em área urbana, e que seria necessário conhecer a realidade dos indígenas aldeados.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Só gostaria de complementar brevemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... porque os indígenas aldeados, uma vez que não havia uma política efetiva de garantir o seu efetivo isolamento, criaram uma estratégia, planos de emergência, criaram observatórios. E eles têm afirmado também que, além daqueles grupos que vivem na cidade, que demoraram um tempo pra serem reconhecidos como indígenas, tiveram que lutar e judicializar muitas das questões pra poder serem considerados parte da diversidade dos povos indígenas, mas os indígenas aldeados informaram também que há presença de intrusos, ou seja, de não indígenas no território, como fator de risco, e têm apelado, desde o princípio, para a garantia da proteção do território, porque o vírus vem... Se eles fossem... Vem de fora o vírus, não é, sejam os não indígenas oficiais, inclusive funcionários do sistema de saúde, do subsistema de saúde indígena, ou os invasores, grileiros, madeireiros – esses também colocam, trazem um risco especial para os indígenas aldeados que supostamente deveriam estar isolados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, especificamente, nós temos um diagnóstico do nível de contágio dos aldeados?

A SRA. JUREMA WERNECK – O nosso estudo, Senador, não se dedica a isso, mas, sim, há estudos que foram feitos, por exemplo, eu dou exemplo de pesquisadores da Fiocruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... e dos próprios pesquisadores das organizações indígenas, os pesquisadores que constituíram o Observatório Covid entre indígenas. Eu acho que vale a pena, se interessar, se for possível, esta CPI convidá-los a estar aqui, porque vão trazer números precisos e a experiência concreta, para além dos números, de como é que é ter que tentar evitar a entrada do vírus, tentar evitar a intrusão no seu território, os riscos numa situação dessa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E havia indígenas também que, por sua condição, precisavam ir... Muitas das ações de assistência que passaram a acontecer, inclusive, graças a uma decisão feliz do Congresso Nacional de aprovar um auxílio emergencial consistente, essas pessoas tinham que ir à cidade, tinham que ir à cidade para poder encontrar alguma resposta, e isso também vulnerabilizou bastante. E havia já elementos que diziam que havia técnicas que eram possíveis serem colocadas, ações que poderiam ser colocadas em prática para proteger mais consistentemente a saúde dos indígenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - De que maneira, Jurema Werneck, o período de tempo compreendido entre a declaração pela OMS da emergência internacional pelo novo coronavírus, mais ou menos 30 de janeiro, e os primeiros casos no Brasil, final de fevereiro, início de março, poderia ter sido devidamente aproveitado para organizar respostas de supressão e mitigação da transmissão da Covid no Brasil? O estudo já coloca isso? Eu mais uma vez pergunto para que nós possamos especificá-lo melhor na sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, eu vou pedir um requerimento ao Ministério da Saúde para que possa informar a esta Comissão o percentual de indígenas vacinados no Brasil, porque foram os primeiros a receber as duas doses.

No meu Estado, eu tenho conhecimento - e é conhecimento por conviver - de que muitos não quiseram tomar a vacina. Muitos índios não quiseram tomar a vacina, até por questões culturais deles, crenças, e também propagação de *fake news* muito grande: vai virar sapo, vai isso... Aquelas coisas. Isso entra muito. E alguns... Algum... Eu não diria religiosos, mas crenças diferentes que estão na comunidade e que fazem aquele acompanhamento também contribuíram muito para isso.

É importante nós sabermos o percentual, porque a vacina foi distribuída através dos distritos sanitários, está certo?

A saúde indígena tem uma *per capita* bem maior do que nós temos em relação... No SUS. O repasse por índio é maior. Então, a saúde deles tem um aporte de recursos muito maior do que tem o homem branco, o que é natural porque eles vivem isolados, e nós temos lá os distritos sanitários. E esses distritos sanitários eram responsáveis pela vacinação, correto? Foi passada diretamente para eles a vacina; não era a prefeitura do Município. O Município se encarrega de quem mora na cidade; quem mora em aldeias eram os distritos sanitários. Isso é no Brasil todo, principalmente na região em que eu vivo.

Então, seria muito importante esta Comissão ter no seu relatório... Que a gente tivesse um levantamento de quem foi imunizado, porque já deu tempo suficiente para imunização de todos, Senador Renan, e também o número de óbitos que aconteceram, porque nós temos mais ou menos um censo para sabermos a quantidade de índios que nós... Pelo menos no nosso Estado, nós sabemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E não apenas do Ministério, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Os DSEIs repassam a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas também trazer uma representação de indígenas aqui para conversar um pouco com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As coisas no Brasil estão acontecendo de uma maneira inacreditável, Senador Jorginho. Nós, ontem, fomos no Supremo Tribunal Federal – pasmem – para pedir ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que fizesse o sorteio da distribuição do Relator de um pedido contra esta CPI que foi levado à Suprema Corte pelo dono da Precisa. Ele entrou com um pedido de *habeas corpus* diretamente num determinado Ministro e dizendo assim: "Eu quero a extensão dos benefícios concedidos ao Elcio Franco". Então, nós estamos tratando com esse tipo de gente. Nós tivemos que ir conversar com o Presidente do Supremo para fazer o sorteio eletrônico do pedido. Quer dizer, numa clara tentativa de enganação da Suprema Corte; de exposição do Ministro, para quem pediu diretamente, e da própria Corte. Quer dizer, onde é que essas coisas vão parar? Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não colocar um basta nisso, vai ser muito ruim, vai ser muito ruim!

Eu queria repetir a pergunta: de que maneira o período compreendido entre a declaração da OMS e os primeiros casos de morte no Brasil poderiam ter sido devidamente aproveitado para organizar respostas de supressão e mitigação nesse caso da transmissão do vírus?

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada, Senador.

De fato, nós estamos diante de um lamentável episódio de oportunidade perdida, que, reiteradamente, continuamos perdendo. Mas, naquele momento, quando se anuncia o que está que está por vir, era o momento de as autoridades reunirem os melhores técnicos, o melhor do que se poderia saber de experiências passadas, de doenças infecciosas, experiências passadas de pandemia, porque essa não foi a primeira – infelizmente, não será a única –, era o momento de estabelecer, como disse o Dr. Pedro Hallal, o bê-á-bá, o bê-á-bá. Enquanto a gente não sabe os detalhes, existe um bê-á-bá. Senador, eu estudei Medicina – ainda que esteja afastada da Medicina já há algum tempo –, eu estudei Medicina, eu me formei em Medicina, aquilo é o bê-á-bá. Os Senadores que passaram pela saúde sabem: é o bê-á-bá que se podia fazer, estabelecer os parâmetros da vigilância epidemiológica, estabelecer os parâmetros da atenção básica, da estratégia de saúde da família, estabelecer os parâmetros das políticas sociais para garantir que as populações em risco... Porque as epidemias, infelizmente, os surtos caminham sempre na direção dos mais vulneráveis, e elas se espalham na direção dos vulneráveis. A gente já tinha dados naquela época de quem eram os mais vulneráveis da sociedade brasileira, aqueles que estariam em risco, seja por dificuldade de acesso ao sistema, seja pela sua condição primária anterior de espoliação, de dificuldade. Então, foi uma oportunidade perdida. Era estabelecer os parâmetros da atenção básica, da identificação dos potenciais infectados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Senador, a Covid-19, o vírus, pela informação que a gente tem até agora, começou lá na China, numa cidade específica, numa província específica; ele viajou, Senador, ele viajou. Então, os portos, os aeroportos, a vigilância nos portos e aeroportos teria feito a diferença, porque ele vinha com os viajantes. O vírus caminhou no corpo de viajante. E não era perseguição aos viajantes, muito ao contrário, era o cuidado com os viajantes. O primeiro caso identificado no Brasil era de um viajante que veio da Europa, da Itália. Se a gente tivesse identificado, será que não teria sido diferente? A primeira morte foi de uma funcionária de um viajante. Será que, se tivesse identificado, não teria sido diferente?

Estudos recentes dizem, por exemplo, já depois da pandemia, esses dados mais recentes... O senhor perguntou do início, mas eu quero chamar atenção para um estudo recente que eu não li a fundo, mas foi anunciado, mostrou que ela se espalhou no Brasil pelas BRs. Poxa, se a gente fizesse uma vigilância, um cuidado, por exemplo, com os motoristas de transporte rodoviário... Os dados do Caged mostram que os motoristas de transporte rodoviário interestadual, caminhoneiros, motoristas de ônibus foram os que mais morreram entre os profissionais com carteira assinada. Olha, os dados, se a gente já tivesse estabelecido lá os parâmetros... Como que eu vou pensar quais são os caminhos pra controlar? Do ponto de vista nacional, portos, aeroportos, informação, preparação do sistema de saúde, união com os gestores das outras esferas da administração pública – existia muita coisa que podia ser feita, Senador. E, à medida que o conhecimento foi sendo gerado, era só ir incorporando.

Essa epidemia, Senador, é dramática pelo caos instituído pela negligência instituída, mas as epidemias, de certa forma, são parecidas, e a técnica, a boa técnica já é bastante conhecida pelos técnicos do SUS. O SUS brasileiro era identificado pela sua excelência em vigilância epidemiológica, por sua excelência em controle de epidemias e pandemias.

Dou aqui o exemplo da pandemia da HIV/aids. É claro que há diferenças: Covid é uma doença respiratória; a aids a gente sabe como é transmitida.

Mas, veja, naquele momento da pandemia, o Brasil foi o número um do mundo em boas práticas porque reuniu o que de melhor tinha da gestão pública, do Parlamento, da sociedade civil pra encontrar saídas com todo mundo junto pra enfrentar. A gente já sabia porque a gente já foi, a gente era a excelência mundial, o exemplo mundial. Por que a gente não usou isso? Por que que se perdeu essa oportunidade?

É isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foram, como todos sabem, concedidos incentivos suficientes para pesquisa, desenvolvimento e produção de testes para diagnóstico e rastreamento de infectados e de seus contatos recentes, nem para aquisição, produção e distribuição de máscaras de boa qualidade. As oportunidades para aquisição de vacina, como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vimos também, também foram desprezadas. Os estudos, os dois estudos analisam a resposta à pandemia do ponto de vista orçamentário?

A SRA. JUREMA WERNECK – O nosso estudo busca algumas informações do orçamento nesse primeiro ano, analisamos os documentos que falavam do orçamento do primeiro ano de pandemia. E a gente verificou que, nesse primeiro ano de pandemia, o dinheiro disponível... Porque o Sr. Senador diz que não faltou recurso, porque o Congresso aprovou. A gente viu que se investiram na resposta à pandemia apenas 60% do recurso destinado.

Então, não faltou dinheiro, mas faltou a decisão de empregar esse dinheiro, de investir, como o senhor disse, na pesquisa, na aquisição dos insumos necessários seja pra proteção, seja para o cuidado com os infectados e os doentes, pra poder ter uma resposta mais adequada. De fato, não faltou dinheiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Pedro...

O SR. PEDRO HALLAL – Queria complementar nesse ponto. Primeiro, dizer que o investimento em ciência e tecnologia no Brasil vem decrescendo nos últimos anos e isso é um problema para o País. Tivesse o investimento em ciência e tecnologia sido mantido, nós teríamos laboratórios mais prontos para ter testes mais rapidamente, para desenvolver vacinas mais rapidamente. Então, tem uma questão aí que é estrutural: a ciência precisa de investimento e não é só no momento da pandemia.

O nosso estudo não fez análise do orçamento, Senador, mas o nosso estudo mostra que é necessário monitorar a pandemia no Brasil e infelizmente esta opção não foi feita. Então, o recurso para pesquisas de monitoramento da pandemia no Brasil teria sido extremamente importante para que a gente tivesse conseguido controlar a pandemia e ter menos mortes.

Então, é uma oportunidade perdida, como muito bem disse a Dra. Jurema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer duas perguntas para que os dois respondam rapidamente. Em seguida, vou fazer uma pergunta em nome do Senador Alessandro Vieira, que não pôde estar infelizmente hoje aqui, porque está em Sergipe.

Qual é a responsabilidade do Ministério da Saúde em evitar mortes que poderiam ser salvas pela imunização?

A SRA. JUREMA WERNECK – Ao não colocar em prática, ao não mover o Sistema Único de Saúde com o potencial de liderança, de indutor do sistema, de não fazer as previsões necessárias, ao não fazer os investimentos necessários, não há dúvida, Senador, de que o Ministério da Saúde falhou terrivelmente. Poderia ter sido diferente e segue falhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pedro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Concorde integralmente com a resposta da Dra. Jurema. Essa responsabilidade é obviamente do Ministério da Saúde, que é a instituição, na nossa estrutura governamental, responsável por lidar com a pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se estamos falando de mortes evitáveis, é porque alguém, evidentemente, não as evitou. Como o estudo – os dois estudos, aliás – pode ser usado para apurar essas responsabilidades e trazer justiça para as famílias das vítimas? Uma pergunta para os dois.

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, Senador, o nosso estudo "Mortes evitáveis em razão da Covid", nas primeiras 52 semanas do ano da pandemia, nas 52 semanas epidemiológicas, aponta uma série de medidas que deveriam ter sido tomadas e aponta também que havia recurso. É verdade que estamos diante de um sistema de saúde enfraquecido, enfraquecido já desde anos anteriores. O SUS que a gente teve no início da pandemia não era o SUS sonhado na Constituição de 1988, mas o que a gente... O estudo mostra é que não se investiu para adequar o sistema de saúde às necessidades do que estava por vir. Não se investiu, não se liderou a população, a Nação brasileira da forma adequada, em termos de informação, em termos de insumos. Não se chamou a atenção, não se dirigiu a atenção pra aqueles segmentos mais vulneráveis. Não se fez, infelizmente, o que por sinal, Senador, era obrigação. Não era uma questão de opinião, "vou ou não vou fazer". Ao recusar a cumprir seu dever, ao recusar a cumprir a obrigação... O nosso estudo mostra que aqueles que se recusaram a cumprir aquilo que já estava estabelecido, seja pelos estudos da primeira fase da pandemia, seja pela tradição e pelo conhecimento gestado antes, aqueles que se recusaram, esses podem ser responsabilizados, esses devem ser responsabilizados não apenas no sentido imediato, mas é preciso passar uma importante mensagem à sociedade, a todos e todas: que isso não vai se repetir, porque isso não pode se repetir, isso não pode ser aceito por ninguém, que gestores que estavam em posição de fazer o que deviam tenham se recusado, a custo de tantas vidas.

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Relator, concordo com as palavras da Dra. Jurema. Gostaria apenas de salientar que, durante esse período, o Brasil teve oficialmente quatro Ministros da Saúde; Ministro Mandetta, Ministro Teich, Ministro Pazuello e Ministro Queiroga. Por mais que eu tenha tanto elogios quanto críticas à atuação dos quatro Ministros da Saúde que passaram pela casa nesse momento, os principais sinais de negacionismo do Brasil no enfrentamento da pandemia não foram dados por nenhum dos quatro Ministros da Saúde deste País. A principal personalidade responsável por propagar mensagens anti-ciência não foi nenhum dos quatro Ministros da Saúde, foi diretamente o Presidente da República.

Os Senadores da República e as Senadoras aqui presentes, em muitas oportunidades, defendem ações do Governo Federal, conseguem defender ações do Ministério da Saúde, mas não existe como defender a promoção de aglomerações sem máscara, por exemplo; não existe como defender uma série de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posturas adotadas pelo Presidente da República. As posturas adotadas pelo Ministério da Saúde, várias delas, são no sentido adequado; infelizmente, a grande maioria delas, no sentido equivocado. Mas infelizmente a postura do Presidente da República como líder maior da Nação é a pior de todas as posturas que nós observamos como cientistas durante essa pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sobre isso eu queria trazer uma sugestão de um internauta, que lembra o seguinte: o senhor sofreu ataques pessoais do Presidente da República e houve um processo administrativo contra o senhor por – aspas – "proferir manifestação desrespeitosa direcionada ao Presidente da República". O que o senhor disse? Em que democracia estamos para ensejar um processo dessa ordem? E como está, evidentemente, esse processo?

O SR. PEDRO HALLAL - Sr. Relator, esse processo foi arquivado. Ele partiu de uma denúncia protocolada por um Deputado da base governista, Deputado Alcíbio, do Rio Grande do Sul, e esse processo foi arquivado pela Controladoria-Geral da União, após assinatura de um TAC, e, efetivamente, eu vou pedir desculpas a V. Exa., mas eu vim para prestar a minha opinião científica sobre a pandemia, e esses ataques pessoais que eu recebo desde março do ano passado e os que se intensificarão nas próximas semanas, em decorrência deste depoimento, eu prefiro não discorrer sobre eles aqui nesta pandemia, exceto se for obrigado, porque eles me causam grande sofrimento pessoal, a mim e a toda a minha família.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Jurema...

A SRA. JUREMA WERNECK - Eu gostaria só de complementar a fala do Dr. Pedro Hallal.

Eu reconheço o seu empenho em superar esses ataques, seguir em frente, trazer a mensagem positiva, construtiva, de transformação da realidade, para salvar vidas, mas eu quero destacar que esse tipo de ataque é uma tentativa de silenciamento, e esse silenciamento, essa perseguição àqueles que só trazem as evidências, isso, Senador, não pode ser aceito. Eu acho que é importante que esta Comissão aqui leve isso em consideração.

Esses movimentos de perseguição e tentativa de silenciamento e criminalização da sociedade civil precisam ser reprimidos com veemência, precisam ser condenados com veemência. É preciso construir mecanismos para que a gente, pessoas, cientistas respeitáveis como o Dr. Pedro Hallal ou qualquer pessoa que tenha a opinião divergente não sejam vítimas da tentativa de silenciamento, porque é preciso que o Brasil se recorde de que a expressão, a liberdade de expressão é um direito, e, quando essa liberdade de expressão segue os ditames da lei, da Constituição e das evidências, ela é benéfica para a sociedade, ela é necessária para a sociedade.

O Sr. Presidente aqui já falou do efeito que teve a desinformação, as *fake news*, sobre, por exemplo, alguns povos indígenas, que receberam informações negativas e temeram, por conta disso,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso à vacina. Isso produz, isso alimenta as estatísticas de morte no Brasil; isso alimenta o descontrole e o caos. É preciso também interromper a marcha da perseguição e do silenciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Senador Alessandro Vieira lembra que a utilização de mecanismos de testagem em massa é consenso científico global no combate à pandemia. A Universidade Federal de Pelotas, pelo seu notório conhecimento técnico, em parceria com o Ministério da Saúde, conduziu o principal estudo já realizado no Brasil. Foram testadas 100 mil pessoas, com um custo final de R\$12 milhões. Esse estudo, também já vimos aqui, foi descontinuado, com o Ministério da Saúde anunciando um novo estudo, que testaria cerca de 200 mil pessoas, por um custo de R\$200 milhões. Ele pede-me para perguntar, o Senador Alessandro: é fato que o Ministério da Saúde mostrava incômodos com dados trazidos pelo estudo da Universidade Federal de Pelotas? Primeira pergunta.

O SR. PEDRO HALLAL - Sim, é fato.

Nas reuniões preparatórias a essa apresentação no Palácio do Planalto, o Ministério da Saúde demonstrou incomodação com o resultado da diferença entre os grupos étnicos. Aliás, um dos participantes da reunião disse que era um absurdo usar etnia autorreferida, e eu expliquei para ele que essa era a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, amplamente consolidada na literatura. E essa discussão aconteceu por dois dias, e o resultado final foi a exclusão do eslaide da apresentação que foi feita no Palácio do Planalto, num episódio, Senador Renan, que eu considero talvez o mais bizarro da minha carreira.

Eu era o investigador principal da pesquisa, eu preparei um conjunto de eslaides junto com o meu grupo da Universidade Federal de Pelotas, entreguei os eslaides pra Secretaria de Comunicação do Ministério da Saúde e, quando fui apresentá-los, um dos eslaides tinha sido retirado e eu fui comunicado dez minutos antes. Se este episódio não caracteriza censura, eu peço desculpas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para me explicarem o que é censura se não é este episódio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por fim, ele pergunta se o senhor sabe se o novo estudo já começou, se o Brasil continha trabalhando às cegas, sem nenhuma referência, nenhuma informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - Eu também vou querer fazer perguntas através do Relator. (*Risos.*)

O SR. PEDRO HALLAL - Eu não tenho informação se o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E eu estarei à disposição, permanentemente, de V. Exa.

O SR. PEDRO HALLAL - Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso não é bom pra nós aqui que estamos...

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho informação se o PrevCov já veio a campo. Aliás, apesar da necessidade de explicação dos R\$200 milhões de investimento, eu torço muito pra que o PrevCov comece logo, para trazer resultados epidemiológicos pra que a gente consiga monitorar a situação da pandemia no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante o período em que o estudo estava em prática, o senhor presenciou autoridades – essa é uma pergunta do Relator – do Ministério da Saúde falando em forçar envio e uso de cloroquina para alguma cidade do Brasil?

É uma pergunta sugerida por internauta também. E é a última pergunta, Presidente.

O SR. PEDRO HALLAL – Não. Na verdade, durante a realização do Epicovid, nós tivemos uma série de problemas de comunicação com o Ministério da Saúde. Fazendo a presunção de inocência, que é princípio básico do Direito, a gente entendeu que aqueles problemas eram causados pelas sucessivas transições que aconteciam naquele momento, porque o Epicovid foi contratado na gestão Mandetta, foi planejado na gestão Teich e foi operacionalizado na gestão Pazuello, tudo isso num período de 60 dias. Então, pra não fazer nenhuma acusação equivocada, acho que as sucessivas transições no Ministério da Saúde prejudicaram o Epicovid, mas dou o benefício da dúvida pelas transições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A falta de informação, não querer passar as informações corretas e criar versões sobre o que estava acontecendo na pandemia inicia quando o Mandetta deixa o ministério e o Teich para de informar o número de óbitos diários. Aí é criado o consórcio de imprensa. Através desse consórcio é que a gente sabe o que está acontecendo, porque o Ministério da Saúde não...

Somatizado a isso, no ano todo, nós tivemos aí várias desinformações, inclusive pela própria Secretaria de Comunicação, que nós estamos investigando. São fatos concretos. Eu estou colocando fatos concretos. Escamotear para a população brasileira o número de óbitos, que era uma obrigação, não era favor do Ministério da Saúde, é uma coisa gravíssima que foi feita para desinformar. Somatizado a tudo isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... agora, menos de um mês atrás, me aparece um cidadão no Tribunal de Contas da União, que está sendo investigado pelo Tribunal de Contas da União, que me faz um relatório e joga pra população de uma forma bastante irresponsável. Então, eu creio, Senador Renan Calheiros, que isso aqui, independentemente de direita, esquerda, centro, branco,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negro, azul, qualquer coisa, não é o comportamento de transparência que nós lutamos para ter na democracia.

O próprio Ministério Público Federal, que, em 1988, nós conseguimos dar uma força muito grande, não consegue mudar esse tipo de comportamento, tanto é que nós chamamos aqui essas plataformas virtuais, que têm responsabilidade na informação, porque se trata de vidas. A gente sabe que você entra numa plataforma dessa e aparece lá uma foto de uma senhora obesa e, daqui a pouco: "tomando esse remédio vai ficar desse jeito". Quer dizer, são propagandas feitas de uma forma tão irresponsável! Um aparelho de ginástica que o cara vai ficar sem barriga! E aí você não vê mais uma atuação da defesa do direito do consumidor, você está me entendendo? Tinha que, por obrigação – por obrigação, ele tem que agir! Você não tem mais isso. O Ministério da Cidadania, que tinha que trabalhar essa situação, o Ministério da Justiça... Onde está o direito do cidadão, que é uma lei que foi aprovada no Governo Collor, que foi um dos avanços grandes? A população era enganada na compra de um produto, não tinha direito à devolução, perdia um produto e não tinha direito... Então, é uma série de coisas que nós perdemos nos últimos anos, infelizmente, e a desinformação chega com uma facilidade muito maior.

Agora mesmo o Senador Jorginho me questionou sobre uma coisa que eu não falei, nunca falaria aquilo, não é meu estilo falar isso. Eu tenho responsabilidade de colocar as palavras e saber como colocá-las para não criar nenhum tipo de dúvida sobre o nosso comportamento.

Então, só para complementar, isso inicia logo no início da saída do Mandetta, quando o Governo deixa oficialmente de registrar, infelizmente, o número de casos e de óbitos no Brasil.

Senador Tasso Jereissati, remotamente, por 15 minutos.

Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar Aziz, Sr. Relator, Dra. Jurema, Dr. Pedro, Srs. Senadores, são duas perguntas muito curtas e objetivas.

Chamou muito a minha atenção, no depoimento do Deputado Osmar Terra, a afirmação que ele fez repetidas vezes aqui nesta CPI de que não existe nenhum estudo no mundo que nós procurássemos que demonstrasse a eficiência do isolamento social, ou *lockdown*, ou restrição de circulação. Isso foi repetido aqui pelo menos umas cinco ou seis vezes por ele, defensor, médico – os senhores devem saber – defensor muito enfático do não isolamento social. Essa é minha pergunta que vale para os dois.

A segunda pergunta tem a ver com o que a Dra. Jurema falou, que a entidade, o grupo a que ela pertence tem um senso de urgência muito grande em função não só do que aconteceu no passado, mas do que está acontecendo e por acontecer. Dentro do senso de urgência que, com certeza, todos nós devemos ter, eu perguntaria à senhora: o que nós precisaríamos fazer? E, se a senhora estivesse na cadeira do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan, o que colocaria no seu relatório como urgente que a CPI sugerisse ao Governo Federal, aos órgãos de saúde, aos governos estaduais, agora, ainda agora, visando a mitigar as mortes que estão acontecendo e que ainda estão por vir? São essas as minhas duas questões.

Obrigado, Presidente Omar Aziz; obrigado aos dois depoentes, que deram demonstrações muito claras, aqui, do que aconteceu até agora.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Em relação à primeira pergunta, sobre o *lockdown*, o anexo 19 do documento que eu entreguei ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Relator, e deixarei uma cópia aqui para todos os membros da CPI, o anexo 19 traz exatamente os estudos que existem comprovando que medidas de restrição da circulação funcionam.

Em relação ao futuro, eu sei que a pergunta foi específica para a Dra. Jurema, mas eu quero lembrar que, ontem, morreram mais de 2 mil pessoas no Brasil. Então, a gente não tem que pensar no futuro lá na frente só; nós temos que pensar no futuro agora.

Existem duas medidas que o Brasil precisa fazer, para controlar essa pandemia neste estágio: o Brasil precisa vacinar, em média, 1,5 milhão de pessoas por dia. Felizmente, nos últimos dias, o Brasil conseguiu chegar a esse número algumas vezes; o Brasil precisa chegar a esse número em média. E o Brasil precisa urgentemente parar integralmente, o País todo, por três semanas, para que a gente consiga botar os números lá no chão, como aconteceu na cidade de Araraquara. E, daí, a gente possa partir com uma vacinação acelerada. São só duas recomendações neste momento, isso está expresso num artigo escrito por mim e pelo Professor Cesar Victora, uns dois meses atrás: 1,5 milhão de doses de vacina por dia, de média; três semanas de *lockdown* de verdade – infelizmente, o Brasil nunca fez. E, aí, nós começaremos a olhar a luz no final do túnel.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Tasso, pelas perguntas.

Como o Dr. Pedro já falou e o nosso relatório do estudo Alerta também traz, nós temos, nos anexos, as informações sobre os estudos, como eu disse na minha apresentação, de excelência que afirmam, que demonstram, que comprovam – e a metodologia está lá exposta – a eficiência das medidas não farmacológicas na redução da transmissão. Isso já está posto! Se não estivesse posto, nos estudos científicos, a gente também poderia ver a experiência dos países. Já temos um ano, mais de um ano da pandemia. A gente tem visto em que momento e em que países a epidemia, a pandemia cai e em que países – o nosso principalmente – ela não cai.

E a gente já pode, pelo menos, inferir as razões – não é? –, ou seja, a vida real também está desdizendo esse tipo de informação, não precisava... Porque eu entendo – eu entendo! – que nem todo mundo tem tempo de fazer as pesquisas aprofundadas, nem todo mundo tem as condições de ler os artigos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de excelência e de interpretá-los devidamente e corretamente. Eu compreendo isso, mas para quem não fez isso olha para o lado de fora! A gente está vendo que não está dando certo, não é? A gente está vendo que esse tipo de informação não funciona, é só olhar da janela, é só olhar para dentro da sua própria família, é só olhar em volta. É esse número espantoso de mortes, com as ruas lotadas, com as pessoas sem acesso às devidas medidas de proteção. A gente está vendo onde a gente está parando, ou melhor, a gente não está parando, não é? A estatística de mortes só sobe.

E o Senador pergunta qual é a medida de urgência. A medida de urgência, primeiro, a minha primeira recomendação é da responsabilidade. É preciso que quem tem o dever... É dever, Senador; é dever, não é assim alguma coisa que a pessoa pode pensar. Quais são os mecanismos à disposição desta CPI aqui pra que se faça ou se cumpra? Percebe? É dever. A gente não precisa convencer alguém, porque a lei, a determinação já está lá. É preciso que faça; mas faça o quê? Como o Dr. Pedro falou: acelerar a vacinação. O SUS tem capacidade de vacinar por dia muito mais do que a gente está vacinando agora. As equipes, etc., já têm informação e conhecimento suficiente. É preciso reforçar a confiança da população nos métodos de redução da transmissão: uso de máscaras. É preciso distribuir máscaras de qualidade.

Eu vejo, Senador, na cidade onde eu vivo, Rio de Janeiro, as pessoas que confiam e acreditam nas medidas comprovadas de uso de máscara, essas pessoas, aqueles que são ditos essenciais, mas estão sendo tratados como descartáveis nos ônibus lotados, essas pessoas estão com a máscara, hoje em dia, a mesma que eles que eles conseguiram por doação de iniciativas comunitárias um ano atrás. Essa máscara está surrada, essa máscara não oferece a proteção ideal.

É preciso que as autoridades distribuam os insumos à população para garantir a proteção e que sejam só os essenciais que saiam pra rua – que sejam só os essenciais –, porque a gente está vendo as ruas lotadas, a gente está vendo as cidades lotadas. E a gente está vendo, por conta disso, os hospitais lotados, as UTIs lotadas e os cemitérios.

Então, essas são medidas de urgência.

E mais uma – se me permite dizer mais uma –: a informação, a informação correta, a informação a tempo. Não se deve aceitar sonegação de informações, não se deve aceitar que a gente tenha que buscar informação, que a população... A população busca informações nas empresas de mídia – eu reconheço a importância do trabalho das empresas de mídia –, mas nós temos sistemas oficiais de informação, nós temos gestores públicos capacitados e contratados com o dever de prestar informação correta. Então, é preciso prestar informação correta pra gerar de novo a confiança da população em nós, em todos nós. Nós temos que voltar a ser um Brasil.

A Anistia Internacional tem uma iniciativa, a gente tem uma linha de pensar que a gente faz desde 2019. E a gente afirma: é preciso que haja um Brasil pra todo mundo. O Brasil precisa pra todo mundo, e não em grupos separados. É preciso restaurar essa unidade, essa unidade pra enfrentarmos essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempestade – e agora. Isso é agora, não dá pra deixar pra depois. É preciso responsabilizar, exigir e demandar.

E é por isso que a gente confia nesta CPI, na liderança e na consistência possível, pra fazer mover essas estruturas agora.

Obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) –
Obrigado, Dra. Jurema.

Só insistindo, mais uma pergunta ao Dr. Pedro: o senhor poderia citar – porque nós ouvimos tantas vezes aqui que não existem estudos sobre o isolamento, a restrição – pelo menos uns dois ou três, alguns estudos, pra que fique bem claro pra quem está nos assistindo, pra todos? Se puder, evidentemente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO HALLAL – Obrigado, Senador.

Não deve ser coincidência, Senador Tasso, que os dois estudos que eu trago no anexo 19 são exatamente os dois que a Dra. Jurema e a sua equipe usaram na pesquisa. É um artigo cujo primeiro autor é Jan Brauner, publicado na revista *Science*, e, depois, vou trazer um segundo artigo, que é o artigo cujo primeiro autor é Seth Flaxman, que foi publicado na revista *Nature*. Então, pelo menos esses dois artigos já estão disponibilizados a esta CPI para que possa combater as informações repetidamente passadas de que não existe nenhum estudo na literatura mostrando que *lockdown* e outras medidas de restrição funcionam. A literatura não tem dúvida sobre esse assunto, como a literatura não tem dúvida sobre vários outros assuntos que têm sido debatidos aqui na CPI.

Várias vezes os Senadores e Senadoras trazem essa ideia de que existem dois lados na ciência. Não! A ciência está absolutamente acostumada a lidar com divergência de opiniões, mas tem temas que são consolidados. Um exemplo bem concreto: existe consenso da literatura de que fumar aumenta o risco de câncer de pulmão. Agora, é intelectualmente desonesto se, dos 10 mil estudos que avaliaram essa associação, alguém trouxe para esta CPI os dois únicos que não encontraram uma relação, porque os outros 9.998 estudos mostraram que fumar aumenta o risco de câncer de pulmão.

A ciência, ela é feita pelo consenso de diversos estudos, critério da consistência. E a consistência da ciência mostra que *lockdown* e medidas de restrição da circulação funcionam; assim como a consistência da ciência mostra que hidroxicloroquina não serve para nada para a Covid; assim como, nesta semana, a ciência disse que vale a pena seguir estudando o efeito da ivermectina. A ciência não tem problema nenhum de reconhecer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, seleccionar os poucos estudos que mostram algo diferente do consenso científico, Senador Tasso, isso não é fazer ciência; isso é fazer charlatanismo ou fazer ciência de WhatsApp.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Tasso.

Seguindo, então.

A próxima inscrita: Senadora Eliziane Gama.

Eu pergunto... O Senador Otto está no remoto. Se S. Exa. quiser se inscrever, de imediato, eu o colocarei aqui na lista dos inscritos.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Jurema, Dr. Pedro, eu quero, inicialmente, cumprimentar a Dra. Jurema e dizer para a senhora, doutora, que eu, pessoalmente, fico muito feliz quando vejo uma mulher, negra, empoderada, intelectual, competente e que está dando uma grande contribuição para o Brasil. A senhora é a demonstração de luta, de resistência, de persistência e de superação de várias dificuldades. Então, parabéns pela sua presença aqui nesta Comissão! Eu não tenho nenhuma dúvida de que a senhora é inspiração para muitas outras mulheres deste País.

Quero iniciar perguntando aqui para o Dr. Paulo – e a Dra. Jurema também pode nos ajudar aqui nas respostas...

Mas, antes disso, quero fazer aqui dois registros. O primeiro deles é que a Polícia Federal, mais uma vez, aqui, apresentando a constatação da não abertura de inquérito para investigação das denúncias que foram apresentadas pelo servidor que virá aqui a esta Comissão, o Miranda, acerca de possíveis irregularidades na aquisição da Covaxin... A Polícia Federal não encontrou, na verdade, a abertura desse inquérito.

E a gente tem também uma outra informação de que o ex-Ministro Pazuello teria assumido a responsabilidade de não ter enviado a informação ao Presidente da República.

Mas é bom também a gente lembrar que, pelas informações que nós obtivemos, a solicitação feita pelo servidor ao Presidente seria que ele encaminhasse à Polícia Federal, já que ele estaria ali mostrando os dados efetivos dessas possíveis irregularidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fato também, Dr. Pedro, é que ontem nós tivemos pela primeira vez, desde o início da pandemia, da primeira e da segunda onda, Dra. Jurema, o registro de um recorde de mais de 100 mil casos de contaminação. E aí vou já fazer uma pergunta sobre primeira, segunda e terceira ondas.

Antes disso, Dr. Pedro, eu queria que o senhor nos desse de forma mais detalhada uns esclarecimentos, que é foco de investigação desta CPI, exatamente sobre esses monitoramentos. O senhor recebeu informação do Governo no mês de julho de 2020 da descontinuidade do contrato da Epicovid, que seria no valor de R\$12 milhões. O senhor tem documentos que pudesse enviar à nossa Comissão sobre essa informação? O senhor poderia nos dar até mais detalhamentos dessa justificativa, o porquê da não continuidade? E, ao mesmo tempo também, o senhor recebeu informações da PrevCov se essa continuidade seria dada para a PrevCov? E, ao mesmo tempo também, o porquê dessa mudança? Havia um perfil, havia uma discriminação do ponto de vista de informação do novo modelo que seria adotado? E, ao mesmo tempo, quando o senhor fala, por exemplo, da censura em relação às informações dos povos indígenas, o senhor tem também documentos que poderia enviar a esta Comissão, que nos ajudariam no aprofundamento desta investigação?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Na verdade, nestes volumes de mais de 500 páginas, vários desses documentos que a Exma. Senadora pede já estão apresentados.

Sobre a questão dos 100 mil casos ontem, eu acho que nós temos que ter a capacidade de fazer duas possíveis interpretações. Uma interpretação otimista é a de que este número de 100 mil casos não vai levar a 3 mil mortes daqui a 15 dias, porque tem mais gente vacinada, mas a verdade é que a interpretação realista é que 100 mil casos ontem, muito provavelmente, farão com que, daqui a 20 dias, o Brasil quebre o seu recorde diário de mortes. É isso que a pandemia vem nos mostrando desde o primeiro dia. Eu vi com muita preocupação esse resultado de ontem, Senadora.

Sobre a questão da descontinuidade, eu acho importante pontuar esse item com a devida tranquilidade. O contrato para o Epicovid era um contrato de três fases, ele foi integralmente cumprido – o contrato do Epicovid. O que aconteceu foi que, dali pra frente, o Ministério da Saúde decidiu não continuar monitorando a evolução epidemiológica da pandemia. Essa é uma decisão do Ministério da Saúde. Tendo em vista a minha postura crítica ao Governo Federal em relação a esse assunto, eu disse, na reunião, inclusive: "Senhores do ministério, existem dezenas de grupos de Epidemiologia no Brasil extremamente capacitados para conduzir um estudo parecido com o Epicovid. Se não têm intenção de continuar o Epicovid com a Universidade Federal de Pelotas por qualquer que seja a razão, por favor, sigam com esse monitoramento com qualquer outra universidade". O Dr. Guilherme Wernerck, que está aqui presente, foi coordenador da área de saúde coletiva. Existem pelo menos 30 universidades brasileiras que poderiam ter continuado o Epicovid. A decisão de não continuar o Epicovid não tem como não ser atrelada ao episódio do resultado por etnia. Por quê? Porque o Ministério da Saúde censurou o eslaide,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora. E, no outro dia, nós apresentamos o resultado para a mídia, com bastante ênfase. Foi publicado inclusive pelo *The New York Times*, por todos os veículos de comunicação do Brasil e, também, em artigos científicos. A apresentação daquele resultado certamente causou muito incômodo ao Ministério da Saúde, e talvez por isso eles tenham decidido por não continuar com o monitoramento.

Repito: é uma decisão... O Ministério da Saúde tem o direito de tomar as decisões em relação a qual universidade vai fazer o monitoramento – não precisa ser a UFPel –, mas não tem o direito de privar a população brasileira de seguir monitorando uma pandemia, em junho do ano passado. Olhe o que aconteceu de lá para frente? Se nós tivéssemos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em julho houve a descontinuidade. De lá até agora, em relação ao PrevCov, por exemplo, o senhor não tem nenhuma informação de qualquer monitoramento?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, eu tenho a informação de que o PrevCov foi anunciado um mês atrás. Não tem nenhuma informação de que os dados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, de lá para cá, nós não temos nenhum outro instrumento de monitoramento?

O SR. PEDRO HALLAL – Exceto monitoramentos no nível local ou estadual, desenvolvidos com muita dificuldade pelas universidades brasileiras e pelas Secretárias de Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator, eu acho que, das informações que nós obtivemos hoje, essa para mim é uma das que merece o aprofundamento da investigação. Nós temos aqui uma informação clara de censura.

Inclusive, o senhor fez a citação de que foi o Elcio, na exposição que o senhor fez no Palácio, não foi isso?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho como...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Elcio Franco.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho como afirmar que foi ele que tomou a decisão ou se foi o superior a ele, que era o Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas naquele momento...

O SR. PEDRO HALLAL – Era ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... o senhor conversou com alguém, quando o senhor detectou que havia sido retirado, por exemplo, aquele eslaide?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu conversei com o representante da Secom ou Ascom. O nome dele era Renato – eu não sei o sobrenome. Foi ele que me comunicou de que a decisão do ministério teria sido retirar aquele eslaide. E eu não posso responder quem tomou a decisão em nome do Ministério da Saúde: se foi o Ministro Pazuello ou se foi o Secretário-Executivo Elcio Franco. Eu entendo que é mais provável que tenha sido o Secretário-Executivo porque é ele que estaria presente na coletiva e esteve presente na coletiva junto comigo, representando o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor acha um valor muito exorbitante, comparativamente com os R\$12 milhões, esse valor de R\$200 milhões para esse novo monitoramento na PrevCov?

O SR. PEDRO HALLAL – Não necessariamente exorbitante, mas acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deve investigar aonde que esse recurso está indo. Pelo que eu entendi... Porque o Epicovid, ele utilizou... Ele fez pesquisa de preço, todo o processo formal de tomada de preço, com as empresas que têm capacidade de fazer esse tipo de estudo no Brasil inteiro: Ibope, Datafolha, Datamétrica; as que naquela época estavam acostumadas. Pelo que eu entendi, o PrevCov... A informação que nós temos é que quem vai coletar a informação é um laboratório, não sei de onde – um laboratório está sendo selecionado para essa atividade –, e um *call center*, que deve ser para coletar informações telefônicas. O valor de cada um desses contratos eu desconheço, mas certamente que, se esta CPI requerer essas informações, o ministério, até pela Lei de Acesso à Informação, será obrigado a repassá-lo. Mas chama a atenção – e aí eu não deixo... que a Dra. Jurema não me deixe mentir... Um inquérito epidemiológico com 200 mil pessoas custar R\$200 milhões chama muito a atenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

A gente pode afirmar – e aí eu queria perguntar isso aos senhores, pela experiência de pesquisa e de estudos que os senhores têm – que no Brasil nós tivemos e nós temos subnotificação?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, o Brasil tem subnotificação de casos, como praticamente todos os países do mundo. Claro que, pelo fato de que o Brasil testa muito pouco, a nossa subnotificação de casos é menor.

Em relação à subnotificação de óbitos... Aliás, primeiro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De óbitos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Deixe-me esclarecer: não existe superestimativa de óbitos no Brasil. Essa foi uma informação trazida pelo Presidente da República de um documento que teria vazado do TCU, e acredito que esta Comissão vai averiguar. Não existe nenhum estudo científico sugerindo que tenha superestimação de óbitos. Existem alguns estudos mostrando que pode haver subestimativa de óbitos. Não é uma magnitude tão grande. A pessoa em quem eu mais me referencio para falar desse assunto é o Dr. Paulo Lotufo, que é um epidemiologista, como eu, que vem monitorando isso da subestimativa de óbitos, e ele tem estimado que hoje a subestimativa é na casa de 12%; ou seja, peguemos a estatística oficial de 504 mil, multipliquemos por 1,12 e teremos uma noção do número de pessoas que perderam a vida para a Covid no Brasil. Vai dar ao redor de 600 mil pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Infelizmente o nosso tempo passa rápido, ele passa bem mais rápido do que quando é o Relator, não é, não sei por quê, esse relógio é um problema. Dra. Jurema, na perspectiva, por exemplo, das subnotificações, o Dr. Pedro fez a colocação de que o nosso percentual seria 12, não seria tão alto, digamos assim, mas você pega, por exemplo, no caso de testagem, a posição do Brasil, pelos dados que nós temos, chega à posição de número 80; ou seja, nós temos, de fato, pouca testagem no Brasil, associada, por exemplo, a uma possibilidade que o estudo apresenta de possíveis erros ali em relação à questão do atestado de óbito. Essa associação, por exemplo, a gente pode dizer que é real? O Brasil precisaria, sim, hoje, ter mais testagens pra gente evitar essa subnotificação?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Primeiro, eu quero agradecer a fala generosa inicial da Senadora e responder da seguinte forma: é fato que eu também sou um exemplo de superação, mas entendo que a senhora, Senadora; a Senadora Leila, a Senadora Soraya também são exemplos e honram a representação que nós, mulheres, esperamos aqui no Senado. Eu agradeço profundamente.

Eu queria chamar atenção para um fato que a gente já conversou antes, mas é preciso destacar. A Senadora estava falando da desinformação, da falta de informação nos parâmetros nacionais, né?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JUREMA WERNECK – Desinformação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... porque a informação é encaminhada do nível local ao nível estadual, e depois o nacional, e como isso tem sonegado tem sido mal utilizado. E isso traz um outro lado, quer dizer, nós não somos só portadores e portadoras de más notícias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim.

A SRA. JUREMA WERNECK - É preciso destacar que gestores locais, alguns gestores locais têm feito um esforço descomunal para ir contra a corrente e tomar decisões corajosas. Com os dados que têm à disposição, com as análises possíveis, decisões corajosas foram tomadas, e isso, Senadora, isso impactou. Nós mostramos aqui que houve um excesso de morte de 305 mil pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Isso.

A SRA. JUREMA WERNECK - Isso poderia ter sido muito pior se não houvesse gestores e gestoras corajosas e corajosos no nível local, tomando as decisões difíceis com as informações que teriam. Isso poderia ter sido muito pior! Talvez a gente chegasse a um excesso de mortes três ou quatro vezes maior do que aconteceu. Então, existe um esforço de outra parte pra mitigar, pra minorar esses impactos nefastos que a liderança inadequada está produzindo, não é?

A senhora fala também das notificações, das informações. O Dr. Pedro Hallal já respondeu. Tem um nível de informação que é próprio dos sistemas: ter erro, ter demora na subnotificação. A gente não está testando 14%. No período, no primeiro ano, apenas 14% foram testados no Brasil. E, principalmente, quem foi testado foi basicamente a população branca dos grandes centros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim.

A SRA. JUREMA WERNECK - Quatro vezes mais do que os mais pobres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Dra. Jurema, sem querer interrompê-la...

A SRA. JUREMA WERNECK - Pois não, pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... mas só para somar e a senhora me responder, por conta também do meu tempo.

A SRA. JUREMA WERNECK - Hum, hum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Quando a senhora, por exemplo, apresenta a quantidade de mortes, por exemplo, em relação aos negros, em relação aos índios, a essas populações que acabam ficando em situação, de forma geral, no acesso à política pública, mais excetuados, mais excluídos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente se refere especificamente a essas populações, elas estariam enquadradas em quais tipos de mortes? Que poderiam ter sido evitadas ou exatamente nessas mortes por excesso?

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, estão nos dois grupos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) –
Estão nos dois grupos.

A SRA. JUREMA WERNECK – Negros, indígenas, pardos e brancos, todas... O número de excesso de mortes fala de todos que morreram a mais, além do esperado, diante da pandemia. Então, estão todos... Ali está incluído todo mundo. Quando a gente analisa as mortes evitáveis, de certa forma está incluído todo mundo, mas o que os nossos dados, baseados em dados oficiais, demonstram é que nesse universo de todo mundo, dos 305 e dos 120, a maior parte era de negros, de indígenas, dos pobres e de baixa escolaridade.

E tem um dado importante, Senadora Eliziane... E olha que os dados oficiais já demonstram isso. Mas a gente vai pegar epidemiologistas... Muitos epidemiologistas vão dizer que, por exemplo, o quesito raça/cor, nas fichas, em todas as fichas, ele tem sido negligenciado por muita gente, seja negligenciado na notificação, seja negligenciado nas análises. Isso pode sugerir o quê, Senadora? Que se coletassem com mais afinco essa informação, possivelmente os números seriam muito mais dramáticos do que são.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) –
Nosso tempo acaba, não é? Mas eu quero fazer uma pergunta em duas e pediria que os senhores me respondessem, tanto a Dra. Jurema quando o Dr. Pedro. Primeiramente sobre a questão da primeira, da segunda e da terceira ondas.

Nós temos, ontem, por exemplo, o caso de cem mil mortes... Perdão! De cem mil contaminados, ou seja, um recorde desde a primeira etapa. A segunda onda foi pior do que a primeira onda. A terceira onda, porque já está aqui diante de nós esse novo cenário, infelizmente, poderá... Qual a estimativa, em cima de dados e de estudos, que vocês têm até hoje? A gente pode dizer que ela poderá ser pior até do que a segunda? A vacina vai ajudar para que esse impacto de fato seja menor?

E a minha última pergunta aos senhores também. Diante do caso que nós temos hoje, de mais de 507 mil mortos no Brasil, é seguro dizer que o Governo Federal tem responsabilidade, obviamente não em todas, mas em parte, nessa quantidade de mortes no Brasil?

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, eu começo e o Pedro depois...

Obrigada, Senadora.

Com relação às ondas, o nosso estudo não chama de ondas, apenas lida com a presença da pandemia e o efeito dela nas mortes no Brasil. Mas olhando de onde a gente olha – acho que o Dr. Pedro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai poder demonstrar –, é que a gente não está em muitas ondas, a gente está sendo arrastado por um grande tsunami, por uma grande tragédia que nunca... A gente não... Porque o Brasil não está tomando as medidas necessárias de controle da pandemia, de controle da transmissão, de vigilância epidemiológica e de preparo do sistema de saúde, o que a gente está vendo é que estamos sendo atropelados, atropelados de uma vez só! A gente não parou... Como a gente está assim, lá no Rio de Janeiro, de onde eu venho, chamam isso de caixote, não é? A gente vai levando um caixote... A gente não coloca a cabeça para fora, para respirar, a gente não colocou. Então, não teve essa chance de baixar para depois subir. A situação é dramática desse nível, não é?

A senhora pergunta sobre responsabilização. O nosso estudo, baseado na evidência científica, já demonstra que sim. A gestão federal... É uma pandemia, é uma pandemia. Não é o Prefeito sozinho que vai dar conta. A pandemia, a ameaça é nacional. Então, só por aí a gente já fala: de quem é a responsabilidade, então, de coordenar os esforços pra lidar com uma ameaça que abarca o País inteiro, se não da gestão federal? Não é sozinho – não é sozinho. Todo mundo, gestores nas diferentes esferas, sociedade, universidades, os Poderes, todos precisam ser envolvidos, porque é um desafio. Nas gerações atuais, é um desafio inédito pra todo mundo, não é? Então, precisávamos estar todos juntos, mas precisávamos ter uma liderança consistente que se apoiasse em evidência e, principalmente, se apoiasse na responsabilidade de garantir o direito à saúde e o direito à vida da população.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Dra. Jurema.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, vou tentar responder em relação às ondas.

Eu mostrei na apresentação e a Dra. Jurema complementou muito bem, esse conceito de ondas não se aplica pra pandemia no Brasil, pelo fato de que nós nunca saímos da primeira. A segunda engoliu a primeira, e a terceira está engolindo a segunda. Existem duas razões pelas quais a terceira pode ser pior e uma razão que ela pode ser menos ruim. As duas razões por que ela pode ser pior é de que o patamar inicial é muito mais elevado, nós já partimos pra terceira onda com 2 mil mortes por dia.

Então, se for a mesma escadinha, a tendência é piorar muito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente.

E o segundo fator é a contribuição das novas variantes, tanto a variante indiana, que, infelizmente, já está presente no Brasil, quanto a própria variante brasileira. Agora todas elas têm nomes, mas para a população que nos assiste entender, as variantes fazem com que a terceira onda possa ser muito pior. Por outro lado, tem um fator que pode atenuar essa terceira onda, que é a vacinação. Infelizmente, o nosso ritmo de vacinação ainda é lento, mas já tem 12%, 13% da população vacinada. E isso pode fazer com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aconteça um fenômeno: que a terceira onda seja a maior de todas em termos de casos e talvez não seja a maior de todas em termos de óbitos, porque a vacina protege muito mais contra óbitos do que contra casos.

Sobre a questão da responsabilização do Governo Federal – e eu tenho plena consciência da responsabilidade de fazer essa afirmação –, eu acho, Senadora, que uma coisa é a responsabilização do Governo Federal, que é muito nítida pelos dados apresentados por nós, mas eu gostaria de lhe dizer, com toda franqueza do mundo, que eu tenho muito mais tranquilidade em dizer que um pedaço dessas mortes é responsabilidade direta do Presidente da República, que não é uma figura que se esconda atrás do Governo Federal. Quem disse que vacina transforma a pessoa em jacaré foi o Presidente da República, não foi o Governo Federal; quem disse que não ia comprar vacina da China foi o Presidente da República. Muitas vezes, a gente confunde a instituição com a pessoa. E eu acho, até pelas manifestações que eu tenho visto dos Senadores, inclusive dos Senadores que, de uma forma ou de outra, têm independência ou são da base governista, que eles são capazes tranquilamente de defender ações do Governo Federal, mas as ações do Presidente da República são indefensáveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O Dr. Pedro pediu uma rápida suspensão. Então, vamos conceder uma suspensão de cinco minutos. Em cinco minutos, nós retornamos aqui.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa; na sequência, pelo sistema remoto, Senador Otto Alencar; Senador Marcos Rogério; em seguida, serei o inscrito; e depois o Senador Eduardo Girão.

Cinco minutos de suspensão da sessão.

(Suspensa às 13 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dando sequência, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Pedro Hallal e Dra. Jurema Werneck, sejam muito bem-vindos. Parabéns pelas exposições, pelas respostas até agora.

Eu queria começar aqui dando duas informações. Uma, aliás, veio ali na própria sugestão do Dr. Pedro Hallal. Nós tínhamos preparado, o Senador Rogério e eu, um projeto de lei que cria um memorial de vítimas brasileiras da Covid-19 e dos profissionais que atuaram no enfrentamento da pandemia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundial. Seria bom que se tornasse um projeto da própria Comissão e que nós pudéssemos aprová-lo no momento adequado.

O outro fato é que eu apresentei, mas também gostaria que se transformasse num processo coletivo, um projeto de lei que garanta um amparo a 45 mil órfãos e órfãs desta pandemia. Muitos deles que perderam pais e mães e estão criados por outrem e por outros parentes. E é justo que o Brasil, que o Estado brasileiro dê um amparo a essas pessoas por intermédio de uma pensão, enfim, acho que é algo muito necessário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É? Então, seremos vários, três ou mais. Ótimo.

Bom, a outra questão que eu gostaria de colocar é que já vimos aí essa manifestação, tanto da Dra. Jurema quanto do Dr. Pedro Hallal, no sentido de que é inaceitável que o Governo tenha assumido, que o Presidente da República tenha assumido a tese da contaminação em massa da população na expectativa da obtenção da imunidade coletiva por transmissão. Mas é um fato, é um fato e a cada dia que se passa esse fato vai se confirmando.

E o interessante é que, em toda essa condução da pandemia feita pelo Governo Federal, é de conhecimento e consciência das pessoas de que estão cometendo um crime. Engraçado que a gente traz aqui os integrantes do Governo e a gente pergunta: "Mas tal coisa?" "Não, não, eu não sou a favor da imunidade de rebanho, eu não mandei fazer tal coisa". Às vezes botam ali, naquela tela ali... Só falta o cidadão ou a cidadã dizer: "Mas aquele ali não sou eu não". É assim. Nega o que está registrado, o que está visto, enfim. Então, essa é uma coisa importante de a gente dizer.

Eu acho que esta tese tem que permear fortemente o relatório que esta Comissão vai aprovar: a tese de que o Governo deliberadamente, intencionalmente, optou pela contaminação em massa da população, na expectativa de com isso controlar a propagação do vírus.

Mas eu queria desenvolver algumas questões, algumas perguntas. A primeira delas... Aqui há outros que também se fingem de mortos, não é? Ainda esta semana, o Dr. Osmar Terra, que é médico, que é Deputado, veio aqui na nossa frente dizer que o Governo Bolsonaro não pôde fazer o que tinha que ser feito porque o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão e impediu que ele fizesse. Eu disse a ele na hora que não fizesse isso porque ele sabia que isso era uma mentira. E, aí, o que eu quero perguntar é exatamente: qual o peso da inexistência de uma coordenação central nesse processo de enfrentamento à pandemia na produção desse número de mortes? Ou seja, sobre o fato de o Governo Federal ter deixado a cargo de Estados e Municípios fazerem do jeito que pudessem, desarticuladamente, descoordenadamente esse enfrentamento, que influência teve isso nesse resultado trágico que nós estamos vivendo hoje?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós sabemos que o SUS é tripartite, e o papel de coordenação pra todas as situações é do Ministério da Saúde.

Eu, inclusive, até mandei para o Dr. Pedro Hallal um estudo que eu vi feito nos Estados Unidos sobre a condução da pandemia pelo Trump. E eles chegaram à mesma conclusão de que dois terços das mortes eram evitáveis. E eles atribuíram ao fato de não ter havido coordenação entre Estados e Governo central e utilizavam só três critérios: a proibição de viagens entre os Estados, o uso da máscara e o "fique em casa". E chegaram à conclusão, inclusive, de que o uso da máscara era o mais importante. E chegaram à conclusão de que se tivesse havido uma coordenação por parte do Governo Trump, eles teriam evitado dois terços dessas mortes. Eu queria que vocês pudessem comentar se no Brasil isso se expressa corretamente ou não.

Segundo: esse tema dos indígenas já foi efeito de boa parte das denúncias que foram feitas. No início, o Governo não estava querendo fazer vacinação de indígena não. Pelo contrário, o tempo inteiro, durante a pandemia, o Governo jogou contra os povos indígenas e a favor da contaminação desses povos. As barreiras sanitárias que foram feitas pelos próprios índios foram derrubadas; os garimpeiros e os mineradores entraram nas aldeias, nos espaços pertencentes aos índios, e isso gerou casos; nós tivemos distribuição em massa de cloroquina para os índios; *fake news* o tempo inteiro, para que os índios não se vacinassem; o Presidente da República vetou um projeto de lei que garantia água potável, garantia auxílio emergencial, garantia leitos hospitalares, garantia cestas básicas, máscaras... Ele vetou! Foi o Congresso Nacional que derrubou esse veto. Então, para mim é muito claro que há razões mais que suficientes para a gente ter aquele resultado lá.

E eu fico assim, muito... Me causa espécie o fato de que... Aqui existem pessoas que são muito esclarecidas. Todos os Senadores aqui têm um nível de formação universitária, alguns foram gestores, secretários, ministros, Governadores, Prefeitos, e essas pessoas aceitam a visão de que a excentricidade do Presidente da República é algo aceitável. A grande responsabilidade por aqueles 507.240 – o senhor está certo, Dr. Pedro Hallal – é do Presidente da República. Foi ele que desdenhou das medidas sanitárias necessárias; foi ele que sabotou as medidas de isolamento social que precisavam ser tomadas; foi ele que desdenhou as vacinas, descreditou as vacinas e não comprou as vacinas. Ele foi rápido para comprar essa Covaxin, que está agora sob suspeita, mas o restante não. Não é?

Então, eu entendo que é importante ser base do Governo, sei que é muito difícil neste Governo, mas, pelo amor de Deus, alguém querer aqui fazer contestação de que esses números não correspondem à realidade, querer comparar com outros países... Não me interessa se, nos outros países, os números são precisos ou não; eu quero saber que, no Brasil, são 507.240 famílias que perderam entes queridos, e o Presidente da República tem responsabilidade direta sobre isso. E eu espero que cada Senador aqui, diante do grau de esclarecimento que cada um tem, tenha a absoluta clareza em relação a essa questão, em vez de dizer: "Não, até o fim do ano vai vacinar todo mundo". E esses que morreram? E boa parte desses, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ter sido vacinada? Não tem responsabilidade? Não tem culpa? Claro que tem. Então, isso é muito importante.

Então, eu queria deixar esta pergunta para cada um dos nossos debatedores de hoje: que diferença fez o fato de o Governo Federal, de o Ministério da Saúde, de o Presidente da República não terem assumido a coordenação desse processo de enfrentamento à pandemia em termos de número de casos e número de mortos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Humberto.

Dra. Jurema...

O SR. PEDRO HALLAL - Vou ser eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Hallal, por gentileza.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) - Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu gostaria de manifestar, em primeiro lugar, que a falta de uma liderança, a falta de um trabalho centralizado pelo Ministério da Saúde foi muito bem debatido nesta Comissão pelo Dr. Cláudio, sanitarista que veio aqui e explicou o papel e como se estrutura o sistema de saúde brasileiro e por que uma liderança é tão importante.

Eu gostaria de fazer uma referência também, como cientista, porque eu acho que isso é necessário. Eu ouvi muitas vezes o Senador Eduardo Girão se manifestar, aqui nesta CPI, dizendo que essas responsabilidades têm que ser apuradas em todos os âmbitos, nível federal, estadual e municipal. Eu quero dizer, Senador, que eu concordo integralmente. Se o espaço de apuração é nesta CPI ou em outro espaço, essa é uma discussão que vocês Senadores podem ter, mas, certamente, essa responsabilização em diferentes camadas é importante pra que a gente supere este momento triste na história do nosso País, mas a gente também não pode deixar de admitir - e aí eu falo diretamente para o senhor, Senador - que a liderança nacional tem um papel.

Nem o senhor nem eu fomos eleitos com 57 milhões de votos. Quem é eleito com 57 milhões de votos tem um papel a exercer na maior crise sanitária da história do País. E o que nós estamos trazendo aqui é que quem foi eleito pra administrar o País e deveria ter exercido a liderança durante a maior crise sanitária da nossa geração não o fez. Se uma parte dessa responsabilidade pode ser compartilhada com outros gestores, o.k., tem que ser investigado, concordo integralmente, mas nós não temos, Senador Humberto, como desagregar qual percentual específico é do Presidente, qual percentual é do Ministério da Saúde, qual percentual é de um Governador que eventualmente comprou respirador superfaturado. Essa conta é muito difícil de ser feita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente pode, como cientista, é analisar, por exemplo, os dados do Brasil. Mesmo o Maranhão, que é o Estado com menor taxa de mortalidade no Brasil, tem uma taxa muito maior do que a maioria dos países no mundo. O que traz à reflexão de nós pesquisadores que, na falta de uma liderança nacional, por mais que uma liderança estadual tente adotar as políticas baseadas na ciência, não consegue, porque a liderança nacional dificulta esse processo. Nenhum Estado brasileiro tem menos do que cem mortes por 1 milhão de habitantes. E tem muitos países no mundo, talvez quase cem países no mundo, que têm morte menor do que cem por 1 milhão de habitantes. Então, não tem como os Governos estaduais darem conta num cenário em que a liderança maior do País desdenha das medidas pactuadas pela ciência.

E já que o senhor trouxe o caso dos Estados Unidos, eu peço a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que entrem naquele *site* Our World in Data, Nosso Mundo em Dados, que todo mundo entra. Olhem o primeiro gráfico de mortalidade que aparece só para os Estados Unidos e botem uma linha no gráfico quando trocou o Governo. E vocês vão ver qual é o impacto que tem a troca de um gestor que está conduzindo mal a pandemia. Olhem esse gráfico antes de a gente tentar politizar essa discussão. Olhem o gráfico americano enquanto o Presidente era o Trump e depois que mudou o Presidente. Por que tem aquela mudança tão drástica no gráfico? A liderança exerce um papel importante.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Presidente. Obrigada, Senador Humberto.

Primeiro eu quero dizer, Senador, que ninguém melhor do que o senhor, que foi Ministro da Saúde, para compreender todos os desafios que nós enfrentamos na condução dessa pandemia e todas as suas ausências, não é? O senhor conhece a responsabilidade, o papel de um ministro da saúde, o senhor conhece a responsabilidade e o papel da Presidência da República na condução dos desafios nacionais na saúde da população. O senhor conhece, mas, já que o senhor me pergunta, eu sigo respondendo na linha do Dr. Pedro Hallal. Era fundamental, como o nosso estudo fala, era fundamental, diante de uma ameaça que não era uma ameaça na minha cidade, não era uma ameaça somente no meu Estado, era uma ameaça nacional que estava afetando dramaticamente países – países! –, não uma cidade ou outra em diferentes partes do mundo, não era uma ameaça que estava colocando em questão qual é a coloração política da liderança nacional, não era isso: todos os líderes nacionais foram convocados – foram convocados – a responder baseados no melhor da informação, do conhecimento disponível naquele momento.

E sim, Senador, a gente precisa admitir, e o senhor traz o exemplo dos Estados Unidos, porque o exemplo dos Estados Unidos sugere que a liderança faz diferença. Mas não é só o exemplo dos Estados Unidos. Nós sabemos que a liderança faz diferença sempre. A liderança faz diferença para unir o País, a liderança faz diferença para garantir confiança nos agentes que estão enfrentando o desafio. A liderança garante a coordenação, a pactuação entre os diferentes gestores, das diferentes esferas, para que se possa caminhar no sentido da solução, da melhor solução.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse aqui, algumas lideranças locais fizeram alguns esforços corajosos que diminuíram um pouco a tragédia das mortes evitáveis, mas não era suficiente, porque não têm, não dispõem de todos os elementos. Como eu disse, a doença entrou por aeroporto, por exemplo. A doença requer confiança na informação, confiança nas medidas. A doença requer o investimento adequado, seja em mais pesquisas, seja em insumos, seja em ação. Requereu, por exemplo, estímulos nacionais contundentes ao complexo médico industrial, às indústrias no Brasil, e que no momento... E tardou demais, tardou demais! Faltou tudo! Nós recebemos oxigênio de outros lugares, nós ainda estamos contando com as lideranças nacionais de outros países: os Estados Unidos vão mandar 3 milhões de doses da vacina da Janssen. Está contando com as lideranças nacionais. Quando a gente foi chamado a participar do Covax Facility, a gente recusou, a gente titubeou. E não fui eu, não foi o senhor; nós sabemos quem foi que recusou e titubeou.

Então, para mim, Senador – mas eu sei que esta CPI que tem esse mandato –, as evidências estão colocadas, mas aqueles que não acreditam, aqueles que ainda duvidam... E eles têm razão, não estou discutindo se está certo ou errado duvidar dessa informação; estou dizendo: promovam mais estudos, invistam na pesquisa, mas não deem como certo o sim ou o não. Invista, pergunte, avalie, investigue para poder trazer os elementos que podem ser atestados.

O senhor faz referência, Senador, à situação dos indígenas, que precisou de muita luta para ser atendida. E o PL, a lei aprovada aqui foi vetada para os indígenas e quilombolas. Não é à toa que esses dois grupos populacionais são os que, comparativamente... Os dados que estão disponíveis sugerem que eles estão entre os grupos mais afetados pela pandemia no Brasil.

Água potável... Olha, eu sou do tempo – eu já tenho idade suficiente –, eu sou do tempo em que a gente dizia que a gente não nega um copo d'água para ninguém, e a gente vive numa época em que o Presidente da República nega água potável. O que quer dizer isso, Senador? O que quer dizer isso, Senador? Por quê? Eu não estou discutindo aqui o viés ideológico, Senador; eu não estou discutindo aqui se é esse partido ou se é outro partido. Eu estou dizendo: por quê? Se a água, se a higiene, se a água potável faz diferença na vida ou na morte, na Covid, na diarreia, em tantas outras afecções, por que alguém, em vez de encontrar soluções para garantir o acesso, veta um projeto e dá isso por certo? Eu não compreendo, Senador. Eu não estou discutindo ideologia, não; eu estou discutindo desde essa dimensão humana de não negar água a quem precisa e, particularmente, a dimensão da liderança diante de um desafio tamanho. Qual é a responsabilidade da liderança, senão cuidar da Nação que ele representa; senão cuidar, salvar a vida, fazer todos os esforços para salvar a vida dessa Nação, tendo votado nele ou não? Não há outra responsabilidade, não há outra expectativa. É um dever, é um dever pela lei, é um dever ético, é um dever moral. E esse dever, Senadores e Senadoras, não foi respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Dra. Jurema.

Senador Humberto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer um último registro aqui de me solidarizar com o Dr. Pedro Hallal. Acompanhei todo esse processo de perseguição que foi feito a ele.

Quero também registrar aqui minha solidariedade a uma outra pessoa que tem sido brutalmente perseguida pelo seu trabalho científico, que é o Professor Marcus Lacerda, lá do Amazonas, que tem sido vítima permanente dessas hordas digitais que existem no Brasil, além de – mais grave – ameaças de morte também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Senador Humberto.

Dando sequência, pelo sistema remoto, Senador Otto Alencar.

V. Exa. nos escuta, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, estou escutando.

Sr. Presidente, quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeitamente a palavra é sua. Fique à vontade!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Quero agradecer a V. Exa.; fazer uma saudação aos Srs. Senadores e Senadoras que estão participando desta sessão; e também prestar solidariedade ao Dr. Pedro Hallal, até porque eu tenho passado pelos mesmos problemas que V. Sa. tem passado. Eu recebi 15.200 mensagens agressivas, até ameaça de morte. Eu nunca imaginei na minha vida, por estar participando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que quer apurar aquilo que aconteceu contra a saúde do povo brasileiro, que tivessem tantas ameaças. Mas as ameaças, por trás de um computador, de um celular escondido, que não são presenciais, normalmente são de pessoas covardes e, portanto, não me causam, em nenhum momento, o desejo de não seguir em frente. Recuar jamais, quando sei que estou defendendo uma causa em favor do meu povo.

Mas, recentemente, Dra. Jurema, Dr. Pedro, o Presidente da República, numa reunião – e ele foi aplaudido quase que de pé pelos que estavam presentes na reunião –, disse que ia chamar um tal de Queiroga e que esse tal de Queiroga tinha que editar uma portaria no Ministério da Saúde para que as pessoas que já tivessem sido acometidas pela doença, que já tiveram a Covid-19, como o Presidente teve, ou que estivessem vacinadas, deveriam retirar as máscaras para ter liberdade de trabalhar e de voltar às suas atividades normais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A portaria não foi editada. O Ministro Queiroga até não atendeu o Presidente, que é uma coisa... Nós esperávamos que ele atendesse, até porque nós tivemos quatro Ministros da Saúde nesse período: dois não quiseram seguir as orientações do Presidente a respeito das ações de combate à pandemia, o Mandetta e o Nelson; e dois aceitaram seguir o "gabinete das sombras" aí, que é liderado pelo Presidente, e ele determina as ações do Ministério da Saúde, sobretudo no período do Ministro Pazuello, que confessou, nessa cadeira que o senhor está sentado aí, que não entendia absolutamente nada da doença e não sabia o que era o Sistema Único de Saúde.

A primeira pergunta que eu faço é se há condição de o povo brasileiro agora não usar mais a máscara, como orientou o Senhor Presidente da República.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, muito obrigado pelas considerações.

Devo admitir que, à vinda a esta CPI, a única angústia que me causava eram as perguntas do Senador Otto Alencar, que costuma fazer umas perguntas difíceis para os depoentes. Estou brincando com o senhor, Senador, representante da Bahia, um ótimo... Um dos Estados por que tenho mais carinho neste País.

Não é momento de retirar a máscara no Brasil, basicamente porque a retirada da máscara depende de alguns critérios, e o Brasil não preenche nenhum deles. São quatro critérios mais tradicionais. Nós temos que ter número de casos novos muito baixo. Não é o momento: o Brasil ontem quebrou o recorde do número de casos diários. Nós precisamos ter espaço suficiente nas unidades de internação. Não é a realidade: quase todos os Estados do Brasil têm hoje acima de 80% de ocupação. Nós precisamos ter os óbitos controlados. E nós precisamos ter a vacinação avançada. O Brasil, infelizmente, só tem 12% da população total vacinada. Isso dá cerca de 16%, 17% da população elegível. Isso faz com que não seja momento de retirada de máscaras.

Nessa semana, eu escrevi um texto, Senador, dizendo que chega a dar inveja desses outros países que já estão podendo retirar a máscara. E eu acho que é uma inveja saudável, mas infelizmente não é o momento. Adoraria que fosse, Senador, mas infelizmente não é momento ainda.

E, sobre a consideração inicial do senhor de que o discurso do Presidente foi amplamente aplaudido, olha, eu já comentei sobre isso numa entrevista na TV. Todas as vezes... Eu não era nascido, mas, todas as vezes que eu vejo discurso do Hitler, tinha gente aplaudindo. Não estou fazendo nenhuma comparação aqui, mas estou dizendo que o fato de que alguém foi aplaudido num discurso dentro do ministério de que ele mesmo é o Presidente da República é absolutamente normal, é perfeitamente compreensível.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra pergunta que eu faço é o seguinte: aquele paciente que teve a doença, seja ela assintomática, leve, moderada ou na forma grave, desenvolve imunidade para ter condição segura de não voltar a ter a reincidência da doença?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dra. Jurema quer comentar?

O SR. JUREMA WERNECK (*Fora do microfone.*) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Por favor, Dra. Jurema.

O SR. JUREMA WERNECK (Para depor.) - Bom, Senador Otto, obrigada pelas considerações, importantes perguntas pra este momento.

Eu vou fazer um comentário, mas certamente o Dr. Pedro vai completar.

Primeiro, chamar atenção para a primeira parte da sua pergunta, sobre as condições de deixar a máscara. Já está devidamente documentado o papel que as máscaras têm na proteção das pessoas. Como o Dr. Pedro falou, o Brasil não cumpre nenhum dos quatro critérios: de número de casos, de número de vagas em hospitais e UTI, da redução dos óbitos ou da quantidade de vacinas postas em curso para garantir a proteção. Mas, por outro lado, tem uma outra parte: a nossa expectativa, a expectativa do grupo Alerta, é que a Presidência edite uma portaria para garantir máscaras de qualidade para toda a população. É essa a urgência. Não é para retirar. Muito pelo contrário: é preciso garantir que toda brasileira, todo brasileiro, em qualquer parte do Território nacional, tenha acesso às máscaras. As máscaras, junto com as outras medidas, vão fazer a diferença. E essa decisão é urgente.

Em relação à sua segunda pergunta, Senador Otto, em relação à imunidade do paciente, também já está posto, já tem conhecimento suficiente que mostra que essa a imunidade que as pessoas... As pessoas positivas, a resposta imunológica à presença do vírus no corpo das pessoas, essa resposta imunológica é temporária. Depois de algum tempo, os anticorpos, a resposta imunológica fica indetectável, ou seja, ela desaparece.

Fora isso, a gente está com as chamadas variantes. As variantes. Quer dizer, não há segurança de que não vá surgir, particularmente aqui no Brasil, com esse descontrole tamanho, não há segurança de que não vá surgir uma variante para a qual a gente ainda não tem nem vacina. Do jeito que a gente está caminhando, corre o risco de não demorar muito e surgir uma variante para que nem as vacinas atuais, que são eficientes, venham a ser eficientes no futuro.

Então, é urgente - é urgente, Senador! -, garantir as medidas de redução da transmissão, de testagem e vigilância epidemiológica, distribuição de máscara para todo mundo e, sim, é a informação baseada em conhecimento que afirma que não é hora de relaxar, não é hora de propagandear alternativas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não são alternativas, mas são caminhos para mais morte, para mais doença, para mais sequelas, para mais dramas, o que a gente não pode aceitar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que eu perguntei, na verdade, é para esclarecer a população brasileira que o paciente que adquiriu a doença, que contraiu a doença, ele pode não desenvolver a imunidade, ou seja, ele não está completamente protegido.

Se ele tiver uma carga viral, Dr. Pedro Hallal, ele pode voltar a ter a doença? É isso que eu quero perguntar.

O SR. PEDRO HALLAL – Muito obrigado, Senador.

Não é exatamente a minha área de pesquisa – eu gosto sempre de lembrar que a minha formação inicial é em Educação Física; meu mestrado e doutorado, em Epidemiologia –, mas tenho ouvido muitas considerações dos colegas. A Dra. Natalia Pasternak acabou de me enviar essa mensagem. Realmente, as reinfecções, o risco de reinfecção depende, varia muito de pessoa para pessoa. Existem casos de reinfecção. Depende da carga viral e da resposta imune que foi dada à infecção original. Especialmente com a ampla circulação de variantes, a probabilidade de reinfecção aumenta pela óbvia diferença entre a variante e o vírus original. Então, advogar que uma infecção, no passado, faz com que a pessoa não precise mais tomar as medidas de precaução é uma medida totalmente equivocada sob o ponto de vista da saúde pública.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. É que eu estou falando isso para esclarecer, inclusive, porque, aqui no meu Estado, eu tenho acompanhado os casos com os meus colegas. Eu não sou infectologista, mas converso muito com eles. Nós já tivemos dois casos graves aqui de pacientes que tiveram a doença, depois receberam uma carga viral muito alta e desenvolveram a forma aguda da doença. Portanto, é superimportante que se mantenham todas essas ações de máscara e distanciamento físico para não voltar a doença, mesmo aqueles que tiveram a doença.

A outra coisa que a Dra. Jurema falou é que esta doença da SARS-CoV-2, Covid-19, por ser uma doença nova, tem algumas coisas, algumas informações que ainda são interrogações nos principais centros de tratamento e também dos epidemiologistas. Por exemplo, a Dra. Jurema falou sobre duração da imunidade. Sobre a duração da imunidade – eu pergunto, inclusive, a ela –, no Brasil e até no mundo, não se tem ainda segurança por quanto tempo aquele que teve a doença ou até quem está vacinado, que recebeu as duas doses da vacina vai ter uma imunidade por "x" meses ou por dois anos ou três anos. Eu queria perguntar à Dra. Jurema se ela tem alguma informação a respeito da duração da imunidade até para quem recebeu as duas vacinas. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O microfone aqui, Dra. Jurema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada, Senador Otto.

Eu vou fazer uma introdução que é a mesma que o Dr. Pedro falou: eu sou uma médica de formação, mas sou uma Diretora Executiva da Anistia Internacional no Brasil e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah, pois não.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... representante do grupo Alerta. Não tenho informação que especialistas poderiam trazer melhor aqui, mas o que eu posso dizer? O que eu posso dizer é que não se tem certeza do tempo de duração da resposta imunológica, mas algumas informações indicam que os assintomáticos aparentemente têm uma resposta bem pior em relação à reinfecção do que outros. É uma dúvida... Ainda há uma dúvida em relação à duração da imunidade. Ainda precisamos acompanhar mais. Ainda precisamos investir em todas as medidas necessárias para vigilância, para acompanhamento e testagem para ter certeza, mas o que a gente já sabe, independente da duração, é que todas as medidas que foram elencadas pelos estudos do Alerta e pelos estudos do Dr. Pedro Hallal... E, por isso que o senhor traz, Senador, o fundamental é que, diante das incertezas, a solução, o caminho é a proteção – é a proteção. A proteção é dada pela máscara, pelo isolamento social, pelo distanciamento, pela detecção de casos, pela vacinação para todo mundo o quanto antes possível e pelo controle deste *tsunami* absurdo que transformou o Brasil numa fábrica de variantes, o que coloca mais risco, o que mais amedronta não apenas nós brasileiros e brasileiras, mas também o mundo todo.

É isso, Senador.

Obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Eu...

O SR. PEDRO HALLAL – Senador Otto, posso complementar rapidamente?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode, Pedro, pode. Tranquilo.

O SR. PEDRO HALLAL – Sobre a sua pergunta específica...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – As minhas perguntas, Pedro e Dra. Jurema, são exatamente para chamar a atenção do povo brasileiro, que não pode, de maneira nenhuma, deixar de usar a máscara, de usar o álcool em gel, de fazer o distanciamento físico, ou seja, não é o momento, como falou o Presidente da República, de tirar a máscara, como ele faz nas reuniões, nas motocicletas que anda fazendo pelo Brasil afora. Essas declarações do Presidente, essa maneira de proceder – "eu tive a doença, não vou ter mais" –, isso prejudica muito, até porque seus seguidores, aqueles que o seguem aí... Claro, o Presidente da República tem muitos seguidores, sem dúvida nenhuma, e acho que ele falando... Mesmo sendo Capitão reformado do Exército, ele fala com a autoridade, talvez, de um grande sanitarista, de um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande epidemiologista, não é? E segui-lo é um risco muito grande, porque significa ou contrair a doença ou, estando infectado, propagar a doença para outras pessoas.

Mas eu gostaria de ouvir o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL – Senador – muito rapidamente –, em relação à duração da imunidade gerada pelas vacinas, não se tem a resposta definitiva, mas se tem uma sugestão de que essa não é uma vacina que nós vamos tomar só uma vez na vida...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sei disso.

O SR. PEDRO HALLAL – ... e a dúvida é se será uma vacinação anual ou a cada dois anos, três anos.

Existe uma iniciativa brasileira na ButanVac que parece bem interessante. Parece que eles estão tentando que a vacina contra Covid seja desenvolvida na mesma plataforma da vacina contra a gripe, exatamente, que já está no calendário nacional de imunização, para que a vacina contemple tanto a vacinação contra a gripe quanto contra a Covid. Parece uma ótima iniciativa, pensando no médio e longo prazo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Essas informações desencontradas, erradas foram dadas aqui pelo Deputado Federal Osmar Terra. Quando eu... Primeiro ele falou, antes de eu ter feito os questionamentos. Ele disse... Ele citou, por exemplo, o caso do SARS-CoV em Hong Kong, em partes da China, no ano de 2004, e ele disse que a imunidade, a duração da imunidade era por oito anos, seis anos. Eu sei que ele colocou de uma forma muito errada, muito incorreta. Eu até rebati, até porque essa manifestação do SARS-CoV lá em Hong Kong, o máximo da duração da imunidade foi de oito meses até um ano e oito meses. Não chegou a dois anos que quem teve a doença continuou com imunidade contra agressão, contra o antígeno, o SARS-CoV que aconteceu lá, em Hong Kong.

E essas informações todas, que são dadas por pessoas que não têm lido, estudado e têm o conhecimento... Até porque, como falou a Dra. Jurema e o próprio Pedro e as pessoas que vieram aí, todos nós sabemos que ainda não temos as informações todas nessa questão da imunidade que a pessoa adquire tendo a doença. Não é a mesma coisa do sarampo, da varíola, em que você tem o sarampo, a varíola e não vai ter mais a doença. É só doença nova, como outras que podem... O caso do H1N1, em que você tem que tomar a vacina todos os anos, sobretudo com as variantes. Então, hoje a ciência ainda desconhece isso, a duração da imunidade, ou para quem teve a doença ou até quem está vacinado, com as duas vacinas, e depois de 30 dias da segunda dose, quando você adquire a imunidade celular, ou mesmo no caso do desconhecimento total da memória imunizante que o vírus pode trazer ao organismo das pessoas.

Por isso é que cada dia nosso aí na CPI, desde que começamos, é combater essas informações, porque as pessoas que não têm o conhecimento da doença, o conhecimento científico, que não estudaram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a doença começam a oferecer essas informações todas para que as pessoas relaxem nas ações de contenção da disseminação do vírus pelo nosso País. É isso que nós temos colocado, e é importante que todas as pessoas tomem conhecimento.

Eu, por exemplo, tomei as duas doses da CoronaVac, a primeira e a segunda dose; depois fiz meu exame, que é o exame de escolha para se identificar se você tem ou não, e as dificuldades são muito grandes para você dizer "eu estou imunizado, eu posso tirar a máscara, eu posso estar num ambiente, por exemplo, de uma UTI com carga viral alta". E eu vou citar o exemplo aqui de um colega meu, o Dr. Spencer Vieira, que é médico, que tomou as duas doses da vacina, foi trabalhar numa UTI com carga viral alta, deu um tempo de trabalho maior do que o normal, não é – você fica com aquele EPI (Equipamento de Proteção Individual) por oito horas, ele estendeu a mais do que isso –, recebeu a carga viral, contraiu a doença, não foi a óbito, mas chegou a ter uma leve pneumonia virótica.

Portanto, tem que ter cuidado. Não dá para seguir a orientação do Presidente da República. Por mais que ele tenha poder, força, decisão da caneta ou de querer impor às pessoas, as pessoas devem seguir a orientação médica, a orientação de quem entende, de quem estudou, de quem está consciente do que está acontecendo Brasil afora, nos hospitais, nos ambulatorios, para, a partir daí, ter a condição mínima de não deixar expandir a doença, como já estamos agora, numa situação bem grave e caminhando para uma terceira onda.

A outra pergunta que eu queria fazer é se o Dr. Pedro e a Dra. Jurema – o Dr. Pedro mais até – têm conhecimento de uma terceira variante que surgiu aí numa cidade do Estado do Rio de Janeiro, Porto Real, chamada P5 – se realmente foi confirmado que essa variante foi identificada e se ela tem alguma característica igual ou diferente da P1, que surgiu lá no Amazonas.

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe, Senador, as informações que eu tenho são as mesmas que o senhor. Eu ouvi falar que ela foi encontrada, identificada, mas não vi ainda os estudos para identificar se ela é uma variante de relevância, como o pessoal da área costuma chamar, ou se é uma variante muito parecida com alguma das anteriores. Acho que, nos próximos dias, essa informação vai vir a público, mas, por enquanto, não tenho conhecimento dessa informação ainda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu quero agradecer ao Dr. Pedro e à Dra. Jurema, parabenizar pela luta de mostrar a realidade do nosso País e aquilo que deve ser seguido pelas orientações dos epidemiologistas e sanitaristas que conhecem, já trataram e têm experiência de tratar e conter a expansão de uma virose. É claro que toda virose, eu não tenho dúvida nenhuma, só é contida, evitada por vacinação. São doenças redutíveis por vacinação, e não há outro caminho. Quando eu vejo alguém dizer que uma medicação dada a um paciente vai evitar que o vírus possa chegar e entrar pela sua mucosa nasal, pela boca, e ele não vai ter a forma grave da doença, eu acho isso uma aberração, uma orientação completamente equivocada. São 18 ou 20 viroses de que nós já temos conhecimento aqui no Brasil, todas elas controladas e redutíveis por vacina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a vacina é a única saída. Lamentavelmente, no momento de contratar, de comprar as vacinas, em julho, agosto do ano passado, o Governo não quis fazê-lo, negou isso, inclusive, de alguma forma, até debochou da vacina do Butantan, da CoronaVac, e o Brasil vive hoje essa dificuldade tão grande que nós estamos vivendo agora, até porque 11% da população vacinada não significa absolutamente a possibilidade de tirar a máscara, não significa também que já temos condições de ter imunidade de rebanho. Como o Dr. Pedro falou, só com 70% da população vacinada. E a primeira dose da vacina, que não imuniza, infelizmente... Inclusive o próprio Ministro da Saúde teve um debate conosco. Eu sou de seguir aquilo que está pré-estatuído na bula. Então, a bula, por exemplo, da AstraZeneca diz que a segunda dose é com 28 dias, da Pfizer com 21 dias, e nós estamos aplicando aqui a da Pfizer 90 dias depois. Então... *(Falha no áudio.)* ... por segurança imunológica necessária para aquele que toma a primeira dose relaxar, tirar a máscara, não usar o álcool em gel e fazer o isolamento físico. Isso preocupa todos nós. Esperamos que a partir de agora, o Governo reconhecendo seus erros, possa tomar o caminho e ouvir a voz da ciência, da razão, até porque é preciso que o Governo, o próprio Presidente da República, tenha mais humanismo, solidariedade com o povo que ele representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - ... Senador Randolfe Rodrigues, Dr. Pedro e Dra. Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Senador Otto.

O próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério. Como eu sequenciarei o Senador Marcos Rogério, eu queria convidar o Senador Rogério Carvalho para assumir a Presidência, enquanto me preparo para questionar, indagar, inquirir os depoentes.

Senador Marcos Rogério, fique à vontade V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, convidados e convocados para esta sessão, estamos assistindo hoje, como em outras ocasiões, a avaliações tidas como objetivas sobre possíveis resultados distintos da pandemia se eventuais políticas fossem praticadas de forma diferente.

Quero começar fazendo uma análise sobre os dados da pandemia nos Estados Unidos até a presente data, considerando que naquele país, diferente do Brasil, houve mudança de governo, mudança de ideologia política, mudança de estratégia, mudança de política de enfrentamento à pandemia. Aliás, mudança abrupta de estratégia, segundo avaliam os críticos do pensamento do Governo brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos Estados Unidos, a pandemia começou sob o Governo do Presidente Trump e apresentou, em abril de 2020, um dos maiores picos no número de mortes, com 2.289 óbitos, no dia 17 de abril de 2020. Houve quedas, como em 19 de junho de 2020, para 698 mortes. Houve um novo aumento no número, mais para o final do ano, chegando a 3.628 mortes, no dia 29 de dezembro de 2020.

Joe Biden tomou posse no dia 20 de janeiro de 2021, celebrado como entusiasta de uma política totalmente distinta em relação à pandemia. Já no dia 21 de janeiro anunciou um novo plano para conter a pandemia em todo o país, com fortes restrições, inclusive com recrudescimento das barreiras em relação ao ingresso de estrangeiros. Mesmo assim o número de mortos não caiu no mês seguinte, chegando a alcançar o número de 5.463 mortes no dia 12 de fevereiro de 2021. Vou repetir: 5.463 mortes no dia 12 de fevereiro de 2021. Pode-se dizer que o tempo era curto. O.k. Vamos considerar. Mas o número de mortos nos Estados Unidos continuou crescendo e somente começou a cair quando houve a redução do número de casos em função da vacinação, o que se começou a perceber, de forma consistente, somente a partir do dia 16 de abril de 2021 – 16 de abril, quarto mês do ano de 2021 –, considerando que lá a vacinação começou no dia 14 de dezembro de 2020. Se a mudança de política de enfrentamento fosse realmente eficaz, a queda no número de mortos não poderia ter demorado mais do que 30 dias. Só começou na segunda quinzena de abril, e em função da vacinação iniciada em dezembro de 2020. Lembrando que, mesmo assim, os Estados Unidos ainda apresentaram dados de mortes superiores aos menores números de 2020. Em junho de 2020, os Estados Unidos apresentaram dados de 257 mortos no dia 21; no final agora de maio de 2021, a América ainda apresentou o número de 1.341 mortos, dia 27 de maio, ou seja, número muitas vezes maior que os alcançados em alguns dias de maio e junho de 2020, quando o Presidente era Donald Trump e ainda não havia vacina. Repito: não havia vacina nesse momento.

Digo tudo isso para que entendamos como é superficial esse tipo de afirmação com tanta certeza sobre a possibilidade de se evitar o número de mortos com essa ou aquela política. O coronavírus não respeita barreiras políticas, ideológicas, econômicas ou sociais. Nações abertas, nações fechadas, aliás, a pandemia veio igualar a todos. Basta dizer que ontem os Estados Unidos ainda registraram 398 mortes, número ainda acima de dados de alguns dias de maio e junho de 2020, e com seis meses de vacinação. Não ouço dizer que isso seja em função das políticas defendidas por Joe Biden. Agora, é claro que, no caso de Biden, diferente de Trump, poderá se usar o argumento da organização política e administrativa dos Estados Unidos através de seus estados. Interessante é que esse argumento não valia para Donald Trump. Por quê? Por qual razão? Porque era republicano, ou seja, de direita, e não democrata, de esquerda. Esse tipo de hipocrisia é que é difícil de entender e de aceitar. São dados, são fatos. Contra fatos não há argumentos, embora sempre se costume insistir em apresentá-los.

Agora, aqui no Brasil, sim, é possível dizer que o Governo Federal ficou tolhido de coordenar o enfrentamento da pandemia, especialmente, sim, repito, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu competência concorrente em relação aos Estados e Municípios, no tocante ao enfrentamento, com as regras especialmente restritivas à pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma tentativa de se minimizarem os efeitos da decisão do Supremo, o que não se sustenta. Quando o Supremo deu autonomia para Estados e Municípios fazerem de forma plena a gestão da pandemia em seus territórios, não sobrou espaço algum para a União. Estamos falando de competência territorial, definição de competência territorial para Estados e Municípios ou ainda que somente para Estados ou somente para Municípios esvazia completamente a competência territorial da União. A União somente tem competência territorial quando não se dá a mesma competência para Estados e Municípios. Neste caso, a União é reduzida a mera ficção científica, a ente político abstrato, a quem competiu somente enviar recursos, o financeiro, para pagar a conta da política de enfrentamento. Essa é a discussão que tem que ser feita quando se fala em políticas de enfrentamento de uma pandemia que tem inevitavelmente efeito e característica espacial. Já dizia Arquimedes que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço no mesmo tempo. Isso é ciência.

Feitas essas observações, eu quero fazer algumas perguntas aos depoentes.

O ex-Ministro Mandetta previu, no começo da pandemia, que o Brasil alcançaria o número de 180 mil mortos no ano 2020, Dra. Jurema, isso considerando todas as políticas restritivas que ele defendia, ou seja, com todo rigor no enfrentamento. Foram 194.776 mortos em 2020; ou seja, pode-se afirmar que foi confirmada a previsão do Ministro Mandetta, principalmente porque o Ministro, obviamente, não poderia prever o surgimento de cepas, de variantes do vírus, como infelizmente ocorreu no começo de 2021, agravando a crise; ou seja, o número de mortos, considerando essas cepas, está dentro do previsto no começo da pandemia, considerando-se a previsão de todas as políticas restritivas de enfrentamento.

Ainda assim, a senhora consegue dizer que seria possível evitar 305 mil mortes durante a pandemia atribuindo a isso as mesmas medidas de enfrentamento que o Ministro Mandetta defendia?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.

Eu acho que o senhor traz uma oportunidade importante pra afirmar a perspectiva que o estudo que nós do grupo Alerta trazemos.

Antes de responder diretamente, vou fazer algumas observações?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou fazer...

A SRA. JUREMA WERNECK – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou usar o mesmo método que o Relator usa e que alguns Senadores... Objetivamente, em cima da pergunta que fiz, considerando que o tempo dos Senadores não é o do Relator.

A SRA. JUREMA WERNECK – Fique tranquilo, fique tranquilo. Tenho sido objetiva, vou continuar me esforçando pra honrar a sua solicitação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pergunta... Primeiro o senhor traz a previsão, não é? A previsão. O Ministro Mandetta, Ministro na primeira fase da pandemia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu questionei objetivamente é: se o método dele fosse aplicado, conseguiria chegar ao número que V. Sa. prevê de não mortos? É essa, a pergunta é objetiva.

A SRA. JUREMA WERNECK – O método que garante que a gente consegue reduzir a mortalidade, o método que garante que vidas teriam sido salvas é um método que oferece vários caminhos, que esteve à disposição, com alguns limites, ao Ministro Mandetta, e, à medida que os conhecimentos vieram, outros Ministros tiveram acesso O que é, Senador Marcos Rogério? Medidas pra redução da transmissão, medidas de vigilância epidemiológica, com importante participação da testagem, e medidas de preparação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa...

A SRA. JUREMA WERNECK – ... do sistema de saúde pra receber os doentes.

É importante dizer, Senador Marcos Rogério, porque o senhor diz que as afirmações são superficiais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou perguntando...

A SRA. JUREMA WERNECK – As nossas afirmações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto a isso eu não fiz pergunta.

A SRA. JUREMA WERNECK – Eu sei, mas eu gostaria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Não, a pergunta quem faz aqui, nesse caso, é justamente o Senador. Posteriormente à minha fala, se quiser fazer manifestações, aí, com a aquiescência da Mesa, eu gostaria até de ouvir.

A SRA. JUREMA WERNECK – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não fiz pergunta em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Marcos Rogério, só pra colaborar com essa discussão aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... depois da perolação de V. Exa.: barreira sanitária não evita morte, evita propagação do vírus. Portanto, não têm nada a ver esses números do Biden com os do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Senador Renan, a lógica de V. Exa., então, é qual? Se evita a propagação do vírus, não evita mortes?

A SRA. JUREMA WERNECK - Eu posso complementar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A matemática de V. Exa., respeitosamente...

A SRA. JUREMA WERNECK - Pra facilitar, Senador. Sendo objetivamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vou fazer outra pergunta a V. Sa..

A SRA. JUREMA WERNECK - Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Que tipo de medida a senhora defende, então, que difere das políticas do Ministro Mandetta pra dar chance de avançar...

A SRA. JUREMA WERNECK - Obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... e que faria o milagre dessa redução de números nessa proporção tão grande que foi apresentada aqui?

A SRA. JUREMA WERNECK - Não existe milagre na redução dos números, não é? Mas existem, sim, medidas... É porque isso é simples, isso não começou com SARS-CoV-2, não começou com a Covid-19. Em todo caso de doença infecciosa que se espalha, surtos, epidemias e pandemias, a redução da transmissão, barreira sanitária, ou seja, impedir a circulação, a mobilidade, ou controlar a mobilidade para o não espalhamento, junto com todas as outras medidas que eu já elenquei aqui, Senador, teria trazido respostas. Não é milagre. Não é milagre, mas teria poupado vidas, Senador.

É verdade que tinha muita incerteza naquele momento, ainda temos muita incerteza. É por isso que eu... Veja, eu sou uma ativista e não tenho mandato, exceto o mandato da SBPC, que eu represento aqui também, pra falar o lugar da ciência. A ciência é um método muito transparente, porque a pessoa, o cientista coloca uma hipótese, ele estuda... Ele realiza aquela hipótese e ele oferece...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu já compreendi.

A SRA. JUREMA WERNECK - ... aos senhores, aos seus assessores, Senador, a possibilidade de revisar aqueles dados, pra dizer se eles são superficiais ou se eles são mentirosos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já compreendi...

A SRA. JUREMA WERNECK – Do ponto de vista da gente, Senador, o estudo das duas mais prestigiosas revistas, a *Science* e a *Nature*, já nos dão algum parâmetro. Mas, eu recomendo, Senador, o esforço desta Comissão pra investir em ciência, porque aí vai dar mais tranquilidade e segurança ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu compreendi.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... pra ter todas as respostas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há resposta em relação aos questionamentos que fiz.

Em relação ao Professor Pedro Hallal, todos os boletins e informes epidemiológicos elaborados pelo Ministério da Saúde são feitos com base nas informações que os mais de 20 mil profissionais que trabalham na saúde indígena – e 50% deles são indígenas – são validados pela Opas, pela Organização Pan-Americana da Saúde. Que metodologia o senhor usou para apresentar os dados sobre saúde indígena, objetivamente?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Nós fizemos um inquérito epidemiológico, que foi classificado numa revisão sistemática como um dos melhores até hoje no mundo. Aleatoriamente sorteamos amostras da população, como é feito em pesquisa eleitoral, entrevistamos – não me lembro quantos – milhares de indígenas que moram em áreas urbanas, não tem indígena aldeado na nossa amostra, e, do total de indígenas avaliados, fizemos o teste, e o percentual de infecção era cinco vezes maior do que nos brancos avaliados pelo mesmo método.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então V. Sa. está dizendo que essa pesquisa não aconteceu em terras indígenas. Por que eu ia perguntar como foi realizada a pesquisa em terras indígenas, quais terras indígenas foram pesquisadas...

O SR. PEDRO HALLAL – A pesquisa não foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não foi a nenhuma aldeia indígena?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, eu não. Eu coletei os dados. A empresa contratada para fazer a coleta dos dados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não foi fazer pesquisa em campo?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, claro que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - A pesquisa foi feita em campo, mas não pela população aldeada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não, espere aí... Está compreendendo um pouquinho, Senador Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O fato de o senhor entender, o fato de o senhor entender...

Só uma questão, para a gente recolocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O fato de o senhor entender não tira de qualquer um de nós que também entenda do tema indígena, até porque índio tem no Brasil inteiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, mas ele está falando de uma pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Ele está falando de uma pesquisa e ele foi muito claro, dizendo que não foi feito inquérito populacional em população indígena aldeada, mas população indígena urbana.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - E como é que chegou à constatação com relação a essa população não aldeada?

O SR. PEDRO HALLAL - Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Foi autoafirmação?

O SR. PEDRO HALLAL - Como?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ué, V. Sa. não foi...

O SR. PEDRO HALLAL - Autoafirmação quanto à etnia, pergunta do IBGE.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Sa. não foi a nenhuma aldeia indígena pesquisar...

O SR. PEDRO HALLAL - Não, absolutamente nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... mas traz os dados aqui dos povos indígenas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Eu trago os dados das pessoas que se autodeclararam indígenas, conforme metodologia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, traz dados de pessoas que se autodeclararam...

O SR. PEDRO HALLAL – ... conforme recomendado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Conep aprovou sua pesquisa?

O SR. PEDRO HALLAL – Claro, obviamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi aprovada pela Conep?

O SR. PEDRO HALLAL – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hã...

Os dados apresentados pelo depoente são baseados em pesquisas...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais dois minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quantos?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais dois minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que tenham um pouquinho mais de tolerância comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os dados de V. Sa. são baseados, sobretudo, em pesquisas bibliográficas...

O SR. PEDRO HALLAL – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que o senhor fez... Não visitou nenhuma aldeia indígena!

O que o senhor fez, efetivamente, em relação à saúde indígena, além da elaboração de teorias? Que base de dados usou para essa pesquisa? Qual a metodologia científica?

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E repito: quantas aldeias indígenas pesquisadas?

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe, Senador, talvez o senhor não tenha entendido: a nossa pesquisa foi realizada em 133 cidades, espalhadas por todo os Estados do Brasil. Essas 133 cidades foram escolhidas por serem as sedes das regiões intermediárias do Brasil divididas pelo IBGE. Nós sorteávamos, em cada cidade, setores censitários, que são minibairros. Em cada setor censitário, nós sorteávamos domicílios; em cada domicílio, nós sorteávamos um morador. Essa pesquisa é a metodologia usada em todas as pesquisas populacionais do mundo para estimar parâmetros da população.

Nestas 33.250 casas visitadas do Brasil, em cada fase, tinha um conjunto de milhares de pessoas que se autodeclararam indígenas. Entre essas pessoas que se autodeclararam indígenas, 7% numa fase, 8% na outra, quando fizeram o teste, deu positivo. Entre as pessoas que se autodeclararam brancas, esse percentual era 1,5%.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Professor, eu vou agradecer a V. Sa. Eu acho que eu não vou nem fazer mais pergunta sobre pesquisa e sobre índio, porque, respeitosamente, você não pesquisou sobre índio, sobre comunidade indígena, não visitou nenhuma aldeia, não conhece, pelo jeito – pelo menos é o que está demonstrado aqui –, como funciona dentro de uma aldeia indígena.

Aliás, um outro dado que foi apresentado aqui: pesquisou índio urbano e com autodeclaração. Respeitosamente...

O senhor sabia que, do primeiro lote de imunizantes que o Brasil recebeu, 907 mil doses foram enviadas para atender aos indígenas aldeados, com primeira e segunda doses? O senhor sabia que 83% dos indígenas aldeados e os que estão assegurados pela ADPF 709 já tomaram a primeira dose de vacina e 73%, a segunda?

Sr. Presidente, a Sesai atende 756 mil indígenas. Desse total, houve 726 óbitos, ou seja, cerca de nove óbitos – nove óbitos – para cada grupo de 10 mil indígenas. Em relação à população em geral, a relação é de 24 para cada 10 mil. Com base em que a pesquisa apresenta números tão absurdamente maiores? Não dá, Sr. Presidente. Pesquisa tem método, tem público-alvo, e essas perguntas não são respondidas nessa pesquisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Isso, Senador, porque já são cinco minutos de tolerância.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que, sobre as medidas de enfrentamento instituídas pelo Governo Federal antes da decisão do Supremo, nós temos a Lei 13.979, de 2020, que inclusive passou por este Congresso Nacional, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública e foi sancionada pelo Presidente Bolsonaro quase três semanas antes do primeiro caso de Covid no Brasil. Os senhores certamente tinham conhecimento desses dados.

Em 16 de março de 2020, o Presidente da República editou o Decreto 10.277, que instituiu o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... o que também foi esvaziado pela decisão do Supremo que deu autonomia aos Estados e Municípios.

Eu queria e não vou aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu sugiro... Eu só solicito, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Apenas uma última questão ao depoente pra ele ter oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Por favor... Já teve mais de sete minutos de tolerância, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu concluo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Pra podermos ter uma isonomia em relação a todos os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Você defende um modelo radical de isolamento. Fez até uma proposta aqui de um isolamento, de uma política de isolamento, de distanciamento total de três semanas pra você ter o achatamento da curva de contaminação. Você pegou Covid?

O SR. PEDRO HALLAL - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que situação você pegou Covid? Esse cuidado fruto dessa sua concepção não te deu a oportunidade de não se expor?

O SR. PEDRO HALLAL – Posso responder agora?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode responder. O Senador já concluiu.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, em primeiro lugar, Senador, eu lamento muito a sua última consideração, é a típica pergunta que circula em grupos de WhatsApp. Eu não esperava que o senhor trouxesse uma pergunta dessa magnitude pra Comissão. Mas, como eu sou um agente público, na semana anterior a pegar Covid, eu vim a Brasília, a convite do Ministério da Saúde, pra trabalhar numa reunião – a convite do Ministério da Saúde do meu País. Mas eu não peguei Covid aqui em Brasília. Todas as evidências sugerem que eu peguei Covid da minha enteada, que tem nove anos de idade e que circula entre a casa da mãe, que é a minha esposa e que está lá no fundo, e a do pai dela. E ela pegou Covid na casa do pai dela. Então, tentar trazer isso como um argumento de hipocrisia dos meus argumentos é extremamente lamentável.

E, diferente do senhor, que diz que a nossa pesquisa é superficial, eu queria lhe dizer assim, eu tenho total respeito pelo senhor, que representa a população do seu Estado, não chamei nada das suas manifestações de superficiais. Mas, minha vez de responder, em relação aos dados dos Estados Unidos...

Eu vou pedir que sejam projetados pra que toda a população brasileira possa ter acesso.

O Presidente Biden assumiu no dia 20 de janeiro. Esta é a curva, a média móvel de óbitos nos Estados Unidos desde o começo da pandemia. Olhem a tendência. Em 20 de janeiro assumiu o Presidente Biden, olhem a tendência dali para frente. A gente não pode estimular dentro da CPI, cujo objetivo, um deles, é desmistificar informações falsas, que a gente deixe de reconhecer a diferença no formato da curva. Até posso dizer, e o Senador falou, que parte desse decréscimo marcante, depois que o Presidente Biden assumiu, pode ser por mérito do Presidente anterior, que comprou vacina. Agora, negar que houve uma queda? O gráfico está ali para o senhor e para toda a população brasileira ver. Eu acho importante dizer isso.

Sobre a possibilidade de ter números melhores, Senador, eu peço desculpas. O Vietnã tem 96 milhões de pessoas e teve 14 mil óbitos. Eu não entendo por que é feita uma comparação com o Ministro Mandetta. Eu não tenho nenhuma relação, nem a Dra. Jurema, com o Ministro Mandetta. Fui crítico a várias políticas do Ministro Mandetta. O Ministro Mandetta não conseguiu implementar uma política de testagem, rastreamento de contato, isolamento de casos suspeitos. Muitos dos erros começaram inclusive na gestão do Ministro Mandetta. O Vietnã não usou as políticas do Ministro Mandetta, ele usou as políticas que a ciência recomenda e por isso tem esses resultados tão maravilhosos. Então, assim, não tem aqui, não sou advogado do Ministro Mandetta. O Ministro Mandetta tinha uma grande qualidade: ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinha a público diariamente e passava para a população uma mensagem sobre a Covid-19. Com algumas das mensagens eu concordava e outras eu não concordava, mas pelo menos tinha um esforço de comunicação.

Em outras áreas tenho críticas à gestão, inclusive na época do Ministro Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado, Dr. Pedro Hallal; obrigado, Jurema.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos, Dra. Jurema, Dr. Pedro Hallal, Sr. Relator.

Me permita, Sr. Presidente, só uma preliminar aqui. O meu Estado é o único, Sr. Presidente, que tem todas as suas reservas indígenas demarcadas. Nós temos, ao todo, oito povos indígenas no Amapá. Nós temos pelo menos mais de 10 mil indígenas entre esses diferentes povos. Eu vou citar que uma cidade muito conhecida no Brasil, Oiapoque, porque o Brasil é muito conhecido como do Oiapoque ao Chuí, na cidade de Oiapoque 40% de sua população é indígena, quase metade dessa na área urbana...

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) - E foi estudada na nossa pesquisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - E foi objeto de estudo da Universidade Federal de Pelotas, porque é uma cidade que tem uma população hegemonicamente indígena, é de conhecimento de todos isso.

Os povos indígenas não ficam somente aldeados, aliás, só destacar...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Senador Randolfe, a Universidade Federal de Pelotas, o Centro de Pesquisa de Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas é considerado um dos melhores e um dos mais importantes centros de epidemiologia do Brasil e reconhecido mundialmente. Eu tive o privilégio de trabalhar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Um dos melhores centros de epidemiologia.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... por dez anos nesse centro de pesquisa e eu conheço muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, Sr. Presidente. Não tenho o conhecimento de V. Exa. sobre isso, mas tenho o conhecimento de que é um dos melhores centros de epidemiologia da América Latina. Aliás, temos que recuperar, porque,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos tempos atuais, parece que se resolveu atacar a ciência e onde se faz ciência! O Butantan passou um ano sendo atacado, Senador Renan Calheiros, pelo Presidente da República! O Butantan, a Fiocruz!

Uma representante desse movimento negacionista veio aqui falar que a Fiocruz era um local onde tinha aparelho sexual masculino, na estrutura da Fiocruz, exposto por todo canto. Então, já chega de a ciência ser atacada! É a ciência que está nos salvando, Sr. Presidente. Foi o Butantan, foi a Fiocruz que desenvolveram as vacinas. É a vacina do Butantan, é a CoronaVac que vacina, hoje, 60% dos brasileiros, e essa vacina foi negada. A nossa ciência, os nossos cientistas têm feito um esforço enorme para estudar as causas e o comportamento da pandemia no País e para salvar a vida de brasileiros. A Federal de Pelotas é motivo de orgulho para os gaúchos, para os brasileiros por se destacar na América Latina. Então, vivemos tempos tristes, de obscurantismo, onde o conhecimento, a universidade, a ciência é atacada. Então, só para deixar...

Eu sou de um Estado, com muito orgulho, um Estado de povos indígenas, que têm seus territórios demarcados, com muito orgulho! Chega a ser desconhecimento até entender que a formação do povo brasileiro é branca, negra, indígena. E, como dizia Darcy Ribeiro, essa é a nossa maior riqueza; essa mistura que nos formou, essa mistura que nos forjou é a nossa maior riqueza. Os povos indígenas deste País não estão – não estão! – todos aldeados. Aliás, as pesquisas hão de destacar que boa parte, muitas cidades do nosso País, sobretudo da nossa Amazônia, têm boa parte de sua população na área urbana composta de povos indígenas. Só essa preliminar que eu considero que era importante aqui destacar.

E eu queria já me dirigir, então, ao Dr. Pedro Hallal, para fazer a seguinte consideração, continuando as considerações sobre a Universidade Federal de Pelotas, que eu acredito desenvolver um dos sistemas mais eficazes, ao longo da pandemia, de estudos da evolução da pandemia, da evolução da infecção pelo coronavírus: esse estudo, o Epicovid, tinha como alvo realizar um monitoramento epidemiológico em todo o País. Esse estudo, é importante que se diga, foi financiado pelo próprio Governo, por este Governo, pelo Ministério da Saúde; teve esse financiamento nas gestões – o senhor me corrija, se eu estiver errado – do Ministro Mandetta e do Ministro Teich e foi suspenso após a entrada do Ministro Eduardo Pazuello. O ponto focal dos pesquisadores do mistério passou a ser uma técnica de poder decisório, o que, me parece, dificultou as tratativas. E o ministério passou a não aprovar o modelo devolutivo dos dados pelos Municípios, em que pese a importância e a eficácia do estudo.

Diante disso, Dr. Pedro, eu queria diretamente perguntar ao senhor – porque me parece que, depois, esse estudo foi substituído por outro –, se o senhor tiver as informações, sobre a relação de custo do Epicovid e do monitoramento que foi adotado, em seguida, pelo Ministério da Saúde.

Corroborado com isso, me permita, até para ganhar tempo, fazer as seguintes perguntas: qual foi a importância de um estudo como esse, do Epicovid, durante a pandemia? Quais foram as justificativas apresentadas pelo Ministério da Saúde para descontinuar o estudo? O estudo se iniciou, já disse, sob a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão do Ministro Mandetta e, depois, houve mudanças. Quais as mudanças que ocorreram na postura do ministério? E a que o senhor atribui a postura de boicote do Ministério da Saúde ao Epicovid?

O SR. PEDRO HALLAL – Bem, Senador, eu vou tentar ser breve pra não gastar muito do seu tempo nos seus 15 minutos.

Primeiro, ressaltar e agradecer pela manifestação, até pelo reconhecimento. O nosso grupo de epidemiologia de Pelotas liderou, e o Professor Bernardo Horta é participante de um dos maiores estudos sobre saúde indígena neste País até hoje. Então, é muito lamentável ter a nossa universidade e o nosso grupo de pesquisa atacado pelo Senador Marcos Rogério, como acabamos de ser.

O Epcovid foi importante pra trazer essas informações sobre a pandemia no Brasil. Todos aqueles dados que eu apresentei poderíamos ter pra todos os momentos da pandemia. Infelizmente, só temos até junho do ano passado, pelo corte de verbas.

A justificativa apresentada pelo Ministro Pazuello à época, numa coletiva de imprensa, que não teve absolutamente nada a ver conosco, foi uma justificativa completamente confusa: "Ah, nós não vamos manter esse estudo, porque nós queremos estudos mais regionalizados; e nós vamos começar esses estudos em breve". Nenhum deles nunca saiu do papel.

A mudança de postura foi radical: quando o Ministro Mandetta liderava o Ministério da Saúde, nós tínhamos contato direto com o Secretário de Atenção Primária, com o próprio Ministro. Quando entrou o Ministro Pazuello, foi nomeada uma técnica do ministério...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como o senhor foi comunicado da descontinuidade do estudo?

O SR. PEDRO HALLAL – Pela mídia. Fiquei sabendo por uma ligação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela imprensa?

O SR. PEDRO HALLAL – Por uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não foi comunicado?

O SR. PEDRO HALLAL – Nunca. Eu fiquei sabendo por uma ligação de uma repórter me questionando por que foi... E eu disse pra ela que eu nem sabia, porque eu não acompanhei a entrevista ao vivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma mudança nítida de postura após assumir o Ministro interino Pazuello, na época era interino. E eu não tenho nenhuma dúvida de dizer que os resultados mostrando a diferença entre as populações de outras etnias e os indígenas foi o estopim pra motivação de descontinuidade do estudo.

Aliás, como fica muito nítido pela manifestação do Senador Marcos Rogério, esse resultado, que é um resultado de pesquisa – pesquisa é assim, nem sempre dá os resultados que as pessoas gostariam de ver –, esse resultado incomoda muito as pessoas ligadas à base do Governo, talvez pelo histórico de políticas contra a população indígena que têm sido adotadas.

Mas esse foi o resultado da pesquisa. Ele foi publicado nos melhores periódicos científicos do mundo. Os nossos pares que devem avaliar a qualidade da pesquisa consideram ela uma das melhores de todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há algum outro projeto com financiamento do Governo que o senhor coordena?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, eu coordeno o Guia brasileiro de Atividade Física, que é um projeto de interesse do Ministério da Saúde – também foi contratado na época do Ministro Mandetta –, mas esse projeto tem uma característica... Aliás, o lançamento desse guia vai ser na terça-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi convidado para o lançamento?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, até agora eu não recebi... Eu sou Coordenador-Geral do projeto. O lançamento é na terça-feira que vem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Espera aí, me desculpa, Dr. Pedro, só pra entender: o senhor é o Coordenador-Geral deste projeto?

O SR. PEDRO HALLAL – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministério da Saúde vai fazer o lançamento na terça?

O SR. PEDRO HALLAL – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor não foi convidado como Coordenador-Geral do projeto?

O SR. PEDRO HALLAL – Acredito que seja uma falha de comunicação, qualquer coisa, mas, até hoje, eu não recebi o convite formal pra participar do lançamento do projeto liderado por mim, com a participação de mais de 70 pesquisadores do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado.

Só mais uma pergunta ao senhor, que considero importante, pra depois perguntar à Dra. Jurema no limite do meu tempo.

Eu gostaria que o senhor declinasse aqui a diferença dos índices da taxa de contagem de casos e de mortos pelo coronavírus e a diferença dos índices de mortalidade e letalidade. V. Sa. disse aqui na preliminar que o índice reiterado pela ciência a ser adotado deve ser o índice de mortalidade. Eu queria que o senhor explicasse por que o índice de mortalidade é o índice mais adotado e qual é a diferença do índice de mortalidade para o índice de letalidade.

E, se V. Sa. tiver, quais são, pelo menos, os cinco primeiros Estados do País com menor mortalidade pelo coronavírus.

O SR. PEDRO HALLAL - Olha, Senador, primeiro, a diferença de mortalidade e letalidade é muito fácil. A gente sempre usa o mesmo exemplo: acidente de avião. Acidente de avião tem uma baixíssima mortalidade: são poucas pessoas sobre o total da população que falecem em acidente de avião, mas tem uma altíssima letalidade: das pessoas que sofrem um acidente de avião, a grande maioria delas acaba indo a óbito. Então, esta é a diferença: letalidade: do total de pessoas que pegaram o coronavírus, quantos vieram a óbito; mortalidade: do total da população, quantos morreram por Covid-19. A letalidade considera o número de casos.

E já que nós mostramos aqui nos eslaides que o número de casos é absolutamente subestimado, não é correto usar para comparações os índices de letalidade.

Sobre os cinco Estados do Brasil com menores taxas no momento - eu sei que o Maranhão é o que está com menor taxa -, eu não me lembro, de cabeça, agora. Posso até buscar as informações dos cinco melhores, neste momento, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Agradeço a V. Sa.

Eu queria perguntar, pode ser para o Dr. Pedro, mas também para a Dra. Jurema, sobre a questão da validade das vacinas. Já foi dito aqui pelo Dr. Pedro - não sei se pela Dra. Jurema também - sobre a circunstância da inviabilidade de alguma estratégia - abre aspas - "de imunidade coletiva" - fecha aspas -, por conta da possibilidade de reinfecção pelo coronavírus. Em relação às vacinas, qual a validade que V.Sas. estimam e os estudos que tem sobre a validade das vacinas, sobre o tempo de validade das vacinas após a aplicação? E aí pergunto, complementarmente a isso: se a validade for de um ano, por exemplo, o Brasil já não deveria estar se preparando para o ano que vem, já adquirindo as vacinas necessárias para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano que vem, para, eventualmente, não termos a situação dramática, trágica que nós estamos vivendo hoje?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) - Obrigada, Senador.

Vou primeiro afirmar que o estudo que o grupo Alerta traz aqui tem informações muito objetivas em relação às mortes evitáveis. Nós demonstramos, a partir dos dados disponíveis nos sistemas oficiais, que houve um excesso de mortes, nas primeiras 52 semanas, de 305 mil, do tamanho de 305 mil, e demonstramos, com base em estudos de excelência, que as medidas não farmacológicas que já estavam conhecidas no primeiro ano da pandemia, se elas tivessem sido utilizadas de forma intensa, teriam reduzido a mortalidade. Elas teriam reduzido, elas teriam efetivado... Esses estudos, analisados pelos cientistas que nos apoiam nessa afirmativa, esses estudos são consistentes o suficiente.

Mas, veja, Senador, a ciência não vive de certezas; a ciência vive de dúvidas. É sempre possível contestar aqueles estudos, é sempre possível contestar o nosso estudo. Por isso é que esses estudos, e o nosso também, apontam, informam de forma objetiva quais são as premissas, qual é o método utilizado, a que resultado chegamos, para que eles possam ser analisados por outros olhos e vejam se houve equívoco ou não. Nós estamos seguros de que as informações que estamos trazendo aqui, produzidas pelo Dr. Guilherme, pela Dra. Ligia, pela Dra. Jéssica e pelo Dr. Mário, são consistentes o suficiente para as afirmativas que nós fizemos.

Em relação à sua pergunta objetiva sobre o tempo de validade da vacina, esse estudo não vai nessa direção. É preciso destacar que há especialistas dedicados a essa informação.

A nossa preocupação - a nossa preocupação -, o que eu posso afirmar neste momento, é que os debates, o que se está conhecendo aí... Tem muitas perguntas no meio dos cientistas... E algumas premissas que eles estão colocando é que esse vírus muda. A gente ainda não consegue... O vírus muda, a gente já sabe. Outra coisa que a gente sabe é que a resposta imunológica também tem um tempo. A gente ainda precisa de mais tempo para entender o tamanho e a duração da resposta imunológica da vacina também. Mas os especialistas estão demonstrando que a soma desses fatores - a mutação, mas também o que a gente ainda não sabe sobre o tempo de duração do efeito da vacina - parece indicar - e a Dra. Natalia Pasternak, que esteve aqui, já afirmou isso - que vai ser preciso, vai ser preciso, talvez, talvez, se sugere que pode vir a ser necessário que a gente repita periodicamente a vacinação para garantir a imunidade necessária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, só a última pergunta mesmo, objetiva.

Primeiro, quero agradecer ao Dr. Pedro. Eu acabou de me trazer aqui os cinco Estados brasileiros com menor índice de mortalidade. Maranhão, Alagoas, Bahia, Pará e Pernambuco são os cinco Estados da Federação com a menor mortalidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, e assim eu já encerro, Sr. Presidente.

Temos notícias... São de conhecimento de todos os ataques que a ciência tem recebido no País. Já falei isso aqui, na preliminar, mas nós temos notícias aqui de que o senhor especificamente, Dr. Pedro, tem recebido diversos ataques. Então, eu queria ouvir de ambos, Dr. Pedro e Dra. Jurema, qual o nível dos ataques que vocês vieram a sofrer por conta da atividade de vocês como cientistas, que tipo de ataques sofreram e como enxergam esses ataques a vocês, como cientistas, em nome da ciência brasileira.

Dito isso, eu encerro minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Antes de passar para a Dra. Jurema, eu queria só fazer uma correção, para ficar claro para todos que estão assistindo: o Dr. Mandetta, quando Ministro, disse que o pior cenário seria 180 mil mortos e que, em um cenário realista, teríamos em torno de 90 mil mortos. Portanto, nós extrapolamos o pior cenário com 194 mil mortos no ano de 2020.

Por favor, doutora Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK - Obrigada, Presidente. Obrigada, Sr. Senador Randolfe.

Primeiro, eu preciso corrigir, Senador, se o senhor me permite, uma informação. Sou médica de formação, fiz mestrado na Coppe da UFRJ, fiz doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ, mas eu sou fundamentalmente uma ativista. Sou a Diretora Executiva da Anistia Internacional, não me dedico cotidianamente à produção de conhecimento científico, como o Dr. Pedro.

Dito isso, é preciso dizer que, na minha posição de ativista, na minha posição de Diretora Executiva da Anistia Internacional, como os meus colegas que dirigem as organizações do Alerta, a gente experimenta - e não somos só nós, e não somos só nós, não é só Dr. Pedro - um processo insistente de tentativa de silenciamento da informação, da verdade real e daquilo que a gente traz de alternativa de informação para corrigir. Essa é uma estratégia que não começou com a pandemia, já está aí há um tempo, mas a grande questão é: primeiro, essas tentativas de silenciamento - a realidade mostra - não estão sendo bem-sucedidas, mas causam um desconforto, mas não haverá silenciamento de nossa parte. No meu caso, esses ataques, muitas vezes, têm um cunho terrivelmente racista, Senador, terrivelmente racista, terrivelmente sexista. Isso é lamentável nesta sociedade que se imagina, em que se quer um Brasil de todo mundo.

Sou uma brasileira, estou aqui presente, dando a minha contribuição. Como ativistas, como diretores de organizações, como pesquisadores e pesquisadoras, não estamos buscando unanimidade nem aprovação. Estamos buscando o direito de participar da sociedade em igualdade de condições. Então, sim, Senador, os ataques acontecem, os ataques são lamentáveis.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho de um Estado e de uma cidade em que uma ativista ficou conhecida mundialmente por ter sido assassinada – Marielle Franco –, e até hoje não temos resposta de quem mandou matar Marielle e por quê, ou seja, a situação é extremamente grave. É preciso que as autoridades tomem as medidas necessárias para garantir o direito ao ativismo no Brasil; que contrariem aquele chamado da campanha eleitoral de que "vamos acabar com todo o ativismo no Brasil". Muito pelo contrário: não vão acabar com o ativismo. Mas é nosso direito exercer o nosso papel em segurança.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Dra. Jurema.

E agora, para suas considerações finais, Dr. Pedro Hallal, por favor.

O SR. PEDRO HALLAL – Senador Randolfê, como eu disse anteriormente, quando questionado sobre esses ataques, eu vim aqui para apresentar minha visão científica sobre a pandemia. Todos os ataques sofridos por mim ou pela minha família estão sendo investigados no âmbito adequado: existe investigação na Polícia Federal, existe investigação na Delegacia da Mulher, existe investigação na Polícia Civil. Todos os ataques estão sendo apurados pelas instituições brasileiras, e eu não tenho nada a fazer a não ser confiar na integridade das instituições.

Sofri ataques diretamente por parte da base bolsonarista; o próprio Presidente da República tuitou, em janeiro, um ataque contra mim diretamente, mas, obviamente, isso não vai me silenciar. Eu vou vir aqui e vou emitir minha opinião científica, embora eu saiba que vir aqui e emitir a minha opinião científica tem um custo pessoal bastante grande. Mas eu não posso... Eu fui formado com recursos públicos, eu sou filho da universidade pública, onde eu fui estudante, onde sou professor e fui reitor. Então, eu não tenho o direito de ficar calado em relação aos ataques. Estou aqui apresentando a minha visão.

Todos estão sendo investigados nas devidas instituições: Polícia Federal – repito –, Delegacia da Mulher... A minha esposa, que está ali no final, teve o carro perseguido duas semanas atrás. Está tudo registrado, filmado, e isso está denunciado adequadamente. Então, estamos... Toda vez que saio de casa... De vez em quando, tenho que tomar cuidado; as pessoas tiram foto. Estes dias circulou na internet – talvez algum dos Senadores tenha recebido – uma foto minha sem máscara em um restaurante. Eu estava pegando um chiclete para comer e, nessa hora, estava sem máscara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Pedro, eu também sofri isso num café, tomando café.

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... Esse tipo de ataque mostra a questão que eu falei lá no começo: desconstruam cientificamente os argumentos; a tentativa de criar uma narrativa de atacar as pessoas é uma tentativa equivocada. Não tenho nenhum problema de discordar da opinião de algum Senador aqui. O que eu acho equivocado é tentar atacar a pessoa, porque nós – eu, como pesquisador, aqui, e a Dra. Jurema – nós não vamos atacar nenhum Senador. A gente vai responder, e espero ser tratado com o mesmo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Dr. Pedro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É apenas para dizer, na fala do Dr. Pedro – eu tenho acompanhado desde o início –, que não é um direito subjetivo ou mera opinião de V. Sa. o direito de se manifestar. Isso está na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 19: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Para aqueles que não acreditam que uma lei internacional possa prevalecer no Brasil, eu cito apenas o artigo, talvez o artigo mais importante da Constituição Federal, além do artigo que diz que todo poder emana do povo, e somos nós e V. Sas. que detêm o poder. Fora esse artigo, o artigo mais importante da Constituição Federal está no art. 5º, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e, num dos incisos diz, o inciso IV: "É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato"; e inciso IX: "É livre a expressão da liberdade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença." E esta Casa, Dr. Pedro e Dra. Jurema, esta é a Casa das liberdades públicas, esta é a Casa da democracia, esta é a Casa da República brasileira. Enquanto nós vivermos uma democracia – e nós haveremos de viver, se Deus quiser, eternamente, porque o regime de exceção não vai voltar nesse País –, V. Sas. têm o direito de dizer o que pensam, e nós estamos aqui para dar toda proteção não só a V. Sas., mas também a qualquer cidadão e cidadã brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente, mas, como advogada, e ouvindo o que tenho ouvido, e a história do Dr. Pedro, que não é diferente da história de muitos homens e mulheres de bem que tentam dizer aquilo que pensam e dizer a verdade, ter o direito de fazer oposição, eu precisava me manifestar neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero passar a palavra para o Senador Girão e convidar o Presidente Randolfe Rodrigues para assumir aqui a presidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Gratidão, gratidão, Presidente eventual desta sessão, Senador Rogério Carvalho; sejam muitíssimo bem-vindos aqui Dra. Jurema, Dr. Pedro.

Eu concordo plenamente que a liberdade de expressão é uma conquista, é um direito, e a gente tem que respeitar. Posições divergentes fazem parte do jogo democrático e, inclusive, esta CPI precisa dar o exemplo. Esta CPI, infelizmente, não tem dado o exemplo nesse caminho quando o senhor e a senhora trouxeram aqui, o Sr. Pedro e a Sra. Jurema trouxeram informações importantíssimas aqui para a gente, mas a gente precisa ouvir, até para fazer, realmente, um julgamento de valor, poder tirar suas próprias conclusões – e o povo brasileiro que está assistindo –, a gente precisa ouvir o outro lado. Então, já tivemos aqui um debate anterior – um debate, não, porque foi excluído o debate, mas nós já tivemos um momento anterior onde cientistas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, me permita, desculpe-me.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me V. Exa. Vou passar a presidência para o Senador Humberto para poder fazer um lanchezinho ali e poder retornar aqui, está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, continuando, a questão de ouvir o outro lado contraditório é muito importante, porque equilibra. E a democracia é construída e amadurecida pelo resultado das discussões e estimulada para que o produto originário desse debate represente sempre o consenso e a verdade, a busca por isso.

Então, já fica meu pedido aqui à Presidência desta CPI para que a gente possa ouvir, em outra sessão, para equilibrar.... Da mesma forma que tivemos aqui cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce, e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce, que a gente possa ter uma visão diferente do que foi apresentado aqui. Porque o ideal seria, no mesmo recinto, duas posições divergentes, pra que a gente pudesse fazer as mesmas perguntas e tirar as conclusões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, é o que temos e é assim que a gente vai sequenciar.

Então, deixando muito claro aqui, Dr. Pedro, que existe... Eu vi a sua exposição de que cientistas não estão divididos. Existe divisão clara, abissal, de cientistas que são pró e contra certas teses. Então, isso... A gente precisa ter uma lucidez com relação a isso. Assim como também existem muitos estudos, não são poucos estudos, muitos estudos randomizados, com duplo-cegos, com metanálise, e a verdade precisa ser entregue. Se vai demorar tempo, que é o senhor da razão, o tempo é o senhor da razão, tudo bem, mas a gente não pode ignorar que existe o outro lado.

Eu queria começar com a Dra. Jurema, se me permite.

A base de cálculo que a senhora apresentou aqui sobre as mortes evitáveis, com que eu acredito que o Dr. Pedro também concordou, 120 mil mortes, esse número, eu queria perguntar se nesse estudo... Primeiro, o Dr. Pedro colocou que a base de cálculo também levou em consideração as cartas da Pfizer, o período em que foram emitidas essas cartas aqui para o Governo brasileiro, que não foram respondidas, enfim, na fala dele, e que isso ajudou a fazer esse cálculo. Existe uma divergência clara também com relação a isso, que a gente pôde ver aqui na própria CPI. Cartas que chegaram, mas, ao mesmo tempo, não se tinha a autorização da Anvisa, que é um órgão técnico, e não se podia, naquele momento, até por cláusulas leoninas – pelo menos foi isso que eu entendi – não se podia comprar. Foi até necessário fazer uma legislação para resguardar o País nesse sentido.

Então, essas 120 mil vidas – chegando aqui – que poderiam ser poupadas, de brasileiros... Uma pergunta bem objetiva. Pergunto, porque o tempo vai rápido. Com relação a outros países do mundo, foi feito também o cálculo de quantas mortes poderiam ter sido evitadas em alguns países, ou foi apenas estudado o Brasil?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador.

O senhor fez uma pergunta objetiva, eu serei objetiva para responder. O nosso estudo se debruça sobre as informações do Brasil especificamente, não é? E pega o período... E o senhor falou das questões da vacina. Pegou as primeiras 52 semanas, ou seja, o primeiro ano da pandemia. Em uma parte desse tempo, havia as medidas não-farmacológicas e havia a vigilância epidemiológica somente à disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Eu lhe agradeço a objetividade, mas é importante que fique registrado que só foi visto o Brasil. Para a gente ter uma noção, fazer comparações, seria importante o estudo ter abrangido outros países.

Outra pergunta que eu quero fazer para a senhora – daqui a pouco vou para o Dr. Pedro: o SUS tem tido um desempenho reconhecido por toda sociedade brasileira no enfrentamento à pandemia. Antes disso, a despeito do descaso de vários governos ao longo de décadas passadas, inclusive com escândalos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de corrupção... É aí que eu quero entrar, já que esta CPI ignora o meu requerimento assinado por 45 Senadores para rastrear os bilhões de reais de verbas federais enviadas para Estados e Municípios. Mas, dessa forma, Dra. Jurema, nós temos um problema de infraestrutura do SUS, histórico, que se agrava diante dessa crise sanitária sem precedentes. Ainda assim, nosso glorioso SUS e a área da saúde converteram-se nos nossos bravos combatentes do bem. No entanto, numa entrevista à *Univêrsia*, em 7 de junho de 2021, a senhora afirma – abre aspas: “Claro que a epidemia no país levaria algumas pessoas e que o vírus produziria mortes, mas, na nossa análise, vemos um excesso de vidas perdidas, resultado de negligência. Há medidas que poderiam ter sido tomadas e não foram, como testar o máximo de pessoas e aparelhar melhor o SUS (Sistema Único de Saúde)”.

Uma pergunta que eu lhe faço, também muito objetiva, e eu agradeço se a senhora puder ser objetiva: o que a senhora quis dizer com: “o SUS tem problemas estruturais”? Aliás, a senhora falou, inclusive, há pouco tempo, que o Brasil poderia estar vacinando mais rapidamente, inclusive diariamente com um número maior de pessoas nesse momento. O SUS não estaria cumprindo a sua missão? O que a senhora entende por aparelhar melhor o SUS? Lembrando, mais uma vez, que a corrupção pode ter – eu quero ouvi-la sobre corrupção também – tirado essa estrutura ao longo de décadas, porque ele chegou sucateado. Para você ter uma ideia, no meu Estado do Ceará, 10% de Municípios do Estado não tinham estrutura pra receber no início da pandemia pacientes pra tratar Covid, não tinha UTI – 10% dos Municípios não tinham –, ou seja, 90% não tinham; apenas 10% tinham. Então, eu lhe pergunto exatamente sobre isto: o custo da corrupção no Brasil. Inclusive, a senhora falou de ventiladores mecânicos na sua exposição, e tem um caso escandaloso do Consórcio Nordeste, que foi um desses casos de corrupção emblemático durante essa pandemia.

A SRA. JUREMA WERNECK – Mais uma vez, obrigada, Senador Girão.

O senhor pede objetividade, vou continuar na objetividade, mas, primeiro, eu faço um breve preâmbulo de agradecimento ao senhor pela oportunidade de fazer justiça ao Sistema Único de Saúde. Lembramos que o Sistema Único de Saúde é o serviço público, o sistema filantrópico, o sistema empresarial contratado, porque o SUS inclui as três entidades: o público, o empresarial contratado e o filantrópico contratado – é tudo Sistema Único de Saúde. Mas como farei justiça ao SUS? O senhor tem razão. O senhor tem razão ao dizer que o SUS já chegou sucateado ao ano de 2020, quando a pandemia se instalou entre nós – já chegou sucateado. Diante dessa informação, que é do seu conhecimento, que é do nosso conhecimento, é de conhecimento da gestão pública em geral, o nosso estudo demonstra que havia medidas que precisavam ter sido colocadas em ação para que a gente superasse essas deficiências, porque já era possível vislumbrar o tamanho do desafio. Infelizmente, essas medidas não foram tomadas a contento.

O senhor informa... O senhor pede pra eu falar sobre a corrupção. Eu, de fato, não tenho dados nesse estudo pra responder em relação a isso, mas é importante investigar também. É importante dizer que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o SUS, esse SUS sucateado é que atende a maioria da população nessa pandemia, está atendendo a maioria da população. A única questão importante, Senador Girão – e eu acho que o senhor vai concordar comigo –, é: a que custo? Os profissionais do SUS estão super hiper sobrecarregados, estão em situação difícil. Eles estão trabalhando ininterruptamente, e a pandemia só cresce. A gente, daqui a pouco, não vai ter quem aguarde, quem aguarde cuidar de tanta gente doente.

Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Perfeito, eu que lhe agradeço, Dra. Jurema.

Agora pergunto rapidamente para o Dr. Pedro.

Dr. Pedro, o senhor é tido como um dos principais aconselhadores do Governador do Rio Grande do Sul – pelo menos é a informação que a gente pôde observar –, que é da terra dele, de Pelotas, ele foi inclusive Prefeito de Pelotas. E ele adotou a política das bandeiras difundidas como solução. Mas, se levarmos em conta o Rio Grande do Sul, aquele Estado maravilhoso do senhor, que tem 2,7 mil mortes por milhão de habitantes, se fosse adotada esta política no Brasil, que tem 220 milhões de habitantes, seriam 594 mortes e não 505 mil registradas hoje no País.

Diante dessa triste realidade, podemos considerar que essa política das bandeiras foi um desastre? O que é que o senhor acha sobre isso?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de responder à primeira parte da pergunta.

Em nenhuma oportunidade, desde março de 2020, eu conversei com o Governador do Estado e dei qualquer recomendação a ele sobre como deveria proceder na condução da pandemia no Rio Grande do Sul. O Governador foi eleito pra isso. Embora tenhamos uma relação cordial por sermos da mesma cidade, nunca discuti ou apresentei pra ele qualquer sugestão, exceto nas minhas manifestações públicas.

Ao modelo de bandeiras usado no Rio Grande do Sul eu fui crítico desde o primeiro momento, muito crítico a ele. Mas, de março a setembro do ano passado, o resultado gaúcho era extremamente positivo. O Rio Grande do Sul era um dos melhores Estados no enfrentamento da pandemia. A partir de outubro, especialmente com o envolvimento forte politizado, acirrado com as eleições, o Rio Grande do Sul degingolou e, de lá pra cá, o Rio Grande do Sul não tem um desempenho bom; ao contrário, hoje o Rio Grande do Sul está entre os dez Estados com pior desempenho em termos de mortalidade por um milhão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) -
Então, o senhor discorda da política do Governador do Rio Grande do Sul em relação ao enfrentamento da pandemia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Discordo da politização que foi dada ao modelo de distanciamento, que, na sua origem, tinha uma ótima concepção, mas foi politizado, especialmente a partir das eleições municipais no ano passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O senhor é professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas – não é? –, da qual foi reitor, mas fez doutorado em epidemiologia. Qual é a sua experiência em epidemias? Já teve, já enfrentou alguma na sua carreira?

O SR. PEDRO HALLAL – Senador, na verdade, eu sou um epidemiologista, fiz mestrado e doutorado em epidemiologia, e, assim como todos os profissionais de saúde do mundo, até 2020, eu não era especialista em coronavírus. Não existia a Covid-19 até março do ano passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas em outra epidemia teve? Não? Enfrentou alguma outra? Não?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, desculpa, Senador. A minha área de conhecimento, a minha área de estudo na epidemiologia é a epidemiologia da atividade física. Efeito da atividade física sobre doenças crônicas etc. e tal. Com o surgimento de uma nova pandemia, eu e diversos epidemiologistas do País buscamos estudar esta epidemia que estava em curso e, só nessa epidemia, eu já publiquei cerca de 20 artigos científicos especificamente sobre coronavírus. Mas não tenho nenhuma experiência em epidemia anterior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Agradeço a sua objetividade e sinceridade na resposta...

A CNN Brasil, em reportagem no dia 12 de junho de 2021, informa – abre aspas: "Apesar da boa vacinação no Chile, casos aumentam e Santiago entra em *lockdown*". O aumento no número de casos foi de quase 40%. Informo, ainda, que um país próximo da gente aqui já imunizou com duas doses quase metade da população. Ao todo, 79,8% das doses aplicadas são, inclusive, da CoronaVac. Ou seja, o Chile adotou o pacote de medidas defendidas por alguns especialistas, incluindo o *lockdown*, mas se vê às voltas com este grave quadro epidemiológico. O senhor poderia avaliar essa situação? O que está errado no Chile para que ocorra o aumento de casos? Isso pode também ocorrer no Brasil?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, Senador, na verdade, tem um equívoco conceitual na pergunta. O Chile está adotando o *lockdown* porque houve o aumento de casos. Se o Chile tivesse feito que nem os outros países que, quando começaram a vacinação, adotaram medidas restritivas, talvez não tivesse chegado à necessidade de fazer *lockdown*. O que acontece no Chile – e a gente tem olhado os dados, é um exemplo praticamente único no mundo – é um aumento de casos, felizmente não acompanhado de um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento na mesma proporção de mortes. Por quê? Como os estudos já tinham mostrado, as vacinas, especialmente a CoronaVac, são muito mais eficazes pra prevenir óbitos e hospitalizações do que pra prevenir casos. Então, é essa a explicação do dado do Chile.

Precisamos só lembrar, rapidamente, que, desde o começo da pandemia, o que nós dizíamos é: a imunidade coletiva, pra ser atingida, precisa de 70% da população imunizada. Mesmo o Chile tendo um resultado muito melhor do que o brasileiro, ainda são 40% da população com as duas doses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Alto.

O SR. PEDRO HALLAL - Precisa caminhar um pouco mais pra chegar na imunidade coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - A última pergunta, agradecendo a tolerância do Senador Humberto Costa: a gente está vivendo um momento de radicalização, de polarização, isso é público e notório. Essa guerra... O ódio não ajuda nada, muito pelo contrário, atrapalha. E eu - inclusive o senhor citou há pouco tempo - discordo de algumas políticas do Presidente da República, que poderia dar um exemplo maior, melhor, não usando máscara, causando aglomeração e, com essa independência que marca o nosso mandato, eu digo isso publicamente sempre, e o senhor reconheceu.

Eu lhe pergunto também: o senhor reconhece, de alguma forma, que, nas suas falas, pelos ataques... Eu repudio qualquer tipo de ataque, e o senhor falou que recebeu ataques do Presidente da República. De alguma forma, quando o senhor falou agora de Hitler, há pouco - até me assustei, porque eu acho que isso aí só faz agravar um pouco -, e o senhor contextualizou, estou com as notas taquigráficas aqui... De alguma forma, esses ataques que o senhor recebeu ou alguma mágoa que o senhor possa ter tido o senhor está traduzindo não apenas nas suas falas aqui colocadas, mas especialmente nessa fala? Por que eu acho que é um equívoco usar isso, porque eu acho que a regra da boa convivência é o respeito - e a gente precisa guardar a lembrança histórica de tudo isso, da gravidade do que aconteceu na história do mundo... Então, eu lhe pergunto se, de alguma forma, o senhor reconhece que foi um equívoco essa fala que o senhor usou sobre Hitler, dizendo que não queria comparar - o senhor falou, estou aqui com a nota -, mas, de uma forma clara, subliminarmente, comparou.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO HALLAL - Muito obrigado, Sr. Senador. Na verdade, sobre essa questão da polarização, que foi o começo da sua pergunta, eu acho que é bom, inclusive, citar um exemplo aqui pra esta CPI. Vocês ouviram o Dr. Ricardo Zimerman, semana passada ou retrasada. Uma das melhores *lives* que eu tive durante essa pandemia foi uma *live* junto com o Dr. Ricardo.

Nós, cientistas, estamos absolutamente acostumados com divergir em opiniões e estarmos no mesmo ambiente, com a maior naturalidade. Aliás, antes de o Dr. Ricardo vir aqui, eu mandei um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

WhatsApp pra ele, desejando boa sorte, e, antes de eu vir aqui, ele também me mandou um WhatsApp, desejando-me boa sorte. A ciência está acostumada com isso.

Em relação a uma manifestação do senhor, Senador, em relação à questão da Anvisa, eu gostaria de discordar respeitosamente. Parece-me que essa narrativa de que "olha, não se compraram as vacinas antes porque não tinha a aprovação da Anvisa" é uma narrativa que perde a consistência, porque todos os países do mundo compraram as vacinas antes de ter a aprovação dos órgãos reguladores. Não podia esperar a autorização para já garantir o acordo comercial. Aliás, Senador, o acordo comercial previa que, se, por acaso, os testes não confirmassem a eficácia das vacinas, o acordo estaria desfeito. Então, é muito difícil – e com toda a admiração que eu tenho pelas suas manifestações nesta CPI – ver o senhor adotar essa narrativa de que a Anvisa não tinha aprovado e, então, o Governo fez bem de não comprar. O Governo deveria ter comprado.

Imagina como é que fica essa narrativa no momento em que está sendo noticiado que o Governo empenhou R\$1,6 bilhão para adquirir uma vacina que ainda não foi aprovada na Anvisa. Entende? Não faz sentido essa narrativa de que tinha que esperar a Anvisa aprovar. Tinha que esperar a Anvisa aprovar para começar a administrar, mas não para assinar o contrato. Então, permita-se discordar especificamente desse item.

Sobre a questão de se os ataques que eu sofri, de uma forma ou outra, influenciam as posições...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu gostaria de entender a resposta que foi dada ao Senador Eduardo. A pergunta que ele fez e a resposta... Eu fiquei na dúvida. Por favor.

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu fiz?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu fiz foi a seguinte... Porque foi colocado um cálculo aqui pelos dois, no início da apresentação, de que vidas poderiam ter sido salvas, 120 mil – se chegou a esse número inclusive... Inclusive, eu perguntei à Dra. Jurema se essa base foi feita em outros países também, porque erros nós tivemos no mundo inteiro, e, inclusive, não foi feito em outros países, apenas no Brasil. E eu perguntei... A base de cálculo, pelo que eles colocaram, foi das cartas da Pfizer. Uma das bases de cálculo foram cartas da Pfizer, sendo que chegaram dezenas de cartas da Pfizer, a gente teve realmente acesso aqui, mas a compra foi feita depois. Então, eu perguntei exatamente sobre isso, porque aqui nós estamos vivendo uma guerra de narrativas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa... E a resposta do Dr. Pedro qual foi?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Simone, só para concluir, que a senhora interrompeu aqui a minha fala: eu respeito a sua colocação. Eu só quero incluir aqui...

O que nós estamos vivendo nesta CPI é uma guerra de narrativa. Isso é fato. Isso é guerra de narrativa. Por isso que eu estou perguntando, porque eu quero entender exatamente que base de cálculo foi essa, para que a gente possa depurar exatamente qual é a verdade, o que que é narrativa e o que que não é.

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, Senador, eu estou entregando por escrito toda a documentação que explica como é que eu fiz o cálculo. Este cálculo foi que 95,5 mil vidas de brasileiros foram perdidas pelo atraso na aquisição da Pfizer e da CoronaVac, com base nas informações prestadas pelos depoentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A minha conta de quantas vidas em excesso foram perdidas no Brasil, a mais do que seria esperado, são 400 mil, 95,5 mil especificamente pela demora na compra das vacinas.

Só para concluir a última parte da sua pergunta, Senador: o senhor pergunta se, de uma forma ou de outra, os ataques que eu sofri influenciam as minhas posições sobre a pandemia, e, aí, eu vou tentar lhe responder com uma resposta tranquila: as minhas posições sobre a pandemia são as mesmas antes de sofrer os ataques e depois de sofrer os ataques. São as posições que eu e outros cientistas do Brasil defendemos. Se a gente trazer aqui, como já está aprovado o requerimento, o Dr. Cesar Victora, que é o maior epidemiologista deste País e um dos maiores do mundo... Quando o Governo Lula lançou o Fome Zero, o Dr. Cesar foi uma das primeiras vozes a dizer que não era o momento de lançar o Fome Zero, tinha outros programas prioritários. O Dr. Cesar deu uma declaração, na semana passada, das mais impactantes que eu ouvi na pandemia, de que ele, como pesquisador, não está certo 100% das vezes, ninguém está certo 100% das vezes, mas, em relação ao enfrentamento da pandemia, o Presidente da República consegue estar errado em 100% das vezes – e isso também é difícil. Essa é a declaração de um outro colega pesquisador e não minha.

Mas nossa postura dos epidemiologistas do Brasil é muito crítica em relação à condução da pandemia neste País. Não quer dizer que todos são contra o Governo Federal, muito longe disso. Muitos deles podem ter votado, inclusive, neste Governo. Agora, entendemos que a condução da pandemia no Brasil é um fracasso, como eu mostrei nos eslaides. É essa a nossa opinião científica. Então, não tem nada a ver os ataques que eu sofri com a posição que eu estou trazendo aqui, porque eu já trazia essa posição antes de sofrer os ataques.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Bom, com a palavra agora o Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não estando presente, com a palavra agora a Senadora Zenaide Maia, pelo sistema remoto.

Em seguida, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar os nossos depoentes ou palestrantes, Dra. Jurema Werneck e Dr. Pedro Hallal, e dizer do orgulho que a gente tem de os senhores estarem aqui mostrando o que a gente vem dizendo: que a grande maioria das mortes poderiam ser evitadas.

Antes de fazer a pergunta, eu queria dizer que os senhores mostraram que são fatos - isso não tem como mudar -, que o Governo Federal está coordenando... Ou seja, a gente diz que não tem uma coordenação. Infelizmente, Presidente Humberto, tem uma coordenação de lado que toma todas as condutas erradas. Então, por exemplo, são fatos em que a gente sabe que o Brasil teve a oportunidade, como falou a Dra. Jurema, de já ver experiência de outros países que iniciaram a pandemia antes da gente e sabiam que, enquanto não viessem as vacinas, a gente teria não só que treinar e equipar os hospitais e as unidades de saúde do SUS, mas também que tomar as medidas protetivas não farmacológicas - enquanto não vinha vacina.

É fato também que o Governo Federal contrariou tudo isso, porque ele botou uma ideia na cabeça de que tinha que ter a imunidade de rebanho, uma atitude altamente irresponsável e, com isso, ele seguiu. Todo Ministro da Saúde que entrasse e não quisesse seguir as regras, mostrando que não era a hora... A partir de abril do ano passado, a gente já sabia que esses medicamentos que ele mostrava em público não tinham eficácia terapêutica, era hora de se falar em distanciamento físico, uso de máscara, higienização das mãos e pedir pra que as pessoas não se aglomerassem quando era necessário.

Infelizmente, como o senhor disse, o Presidente da República é uma autoridade, é visto por muitas pessoas. E a gente sabe que ele influencia. Está aqui no Rio Grande do Norte, aglomerando pessoas em algumas cidades, e sem máscara, nem ele, nem os assessores. Então, gostaria de dizer que isso é fato.

Terceiro, é fato que ele não adquiriu as vacinas no tempo certo, da Pfizer, perseguiu o Instituto Butantan, não investiu em ciência e tecnologia, mesmo sabendo do risco, porque convenciam ele, mas eu costumo dizer a todos que estão nos vendo que isso era intencional. Alguém que... Ele é um cara que não defende aquilo. Isso está... Ninguém pode contestar.

Quarto, não comprou a vacina a tempo, e outra coisa, gente: toda política errada ele continua fazendo. Aí, dizem assim: "Vamos deixar passar, não vamos radicalizar". Hoje eu queria pedir licença aqui ao Presidente Humberto. Hoje eu estava ouvindo um debate dos juristas. Dr. Pedro e Dra. Jurema, eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e estava ouvindo o seguinte: "A CPI está radicalizando, não pode antecipar sentenças". Ao Presidente da República e todos que o acompanham. Mas quem teve sentença antecipada neste País, gente, foi mais de meio milhão de homens, mulheres, jovens e crianças que morreram neste País, uma sentença de morte, sem dar o direito, mesmo sabendo que a maioria era de morte evitável.

Mas eu vou fazer aqui uma pergunta, ou seja, ninguém pode antecipar a sentença, mas pode sentenciar mais de meio milhão de brasileiros à morte. Isso é incontestável, gente, porque se sabia o que deveria fazer. Quando eu era criança, minha mãe, quando alguém tinha sarampo, já botava no quarto isolado – isolamento para evitar a circulação do vírus. Se nós tínhamos, como ontem, 100 mil pessoas infectadas, é claro que vai adoecer mais e morrer mais, e é fato que só existem essas medidas não farmacológicas para prevenir – máscaras, gente, máscara boa, usada completamente... Não sigam o Presidente da República, por favor! Vacina no braço!

O SUS é um sistema de que eu tenho um orgulho! Sem o SUS aí é que a gente tinha morrido mesmo, porque, em qualquer Município, por menor que seja, neste País, tem agente comunitário de saúde, tem enfermeira, tem técnico de enfermagem e médico que tem conhecimento do que é saúde preventiva, com certeza. Agora, precisava de um comando para isso, um comando correto, viu! Porque nós tivemos um comando, um comando paralelo. Não deixavam o Ministério da Saúde assumir a coordenação de uma pandemia gravíssima.

Dois, a falta de comunicação. Eu nunca ouvi falar que num país com uma pandemia dessa não houve nenhuma campanha de grandes mídias, mostrando à população como se defender enquanto não chegasse a vacina, porque a gente sabe que, enquanto não chegar a 70%, todos estão correndo risco.

A pergunta é: vendo essa insistência do Presidente da República em fazer essa imunidade irresponsável de rebanho, os senhores acham que a conduta do Presidente da República em demorar a aprovar o auxílio emergencial... Ele esperou. Podia ter emitido uma medida provisória, mas ele esperou que o Congresso Nacional aprovasse, Câmara e Senado, e ele esperou o número de dias necessários que ele tinha para poder sancionar. Isso não ajudou a deixar a população em desespero, os pequenos a irem para a rua para não morrerem de fome, como o pipoqueiro? Não aumentou a aglomeração e não fez com que houvesse mais mortes evitáveis?

Outra coisa: demorou a dar assistência a micro e pequenas empresas para as pessoas não ficarem desempregadas. É aí onde está... A pergunta é esta: diante de um governo que tem uma visão de que tem que ter imunidade sem vacinação, essa imunidade natural, essas duas condutas do Presidente... E quando voltou, ele botou um auxílio emergencial de R\$150! Ou seja, não existe – para vocês que estão assistindo – nenhum estímulo para as pessoas fazerem o distanciamento físico para não morrerem de morte evitável. E esse fato de economicamente o Governo não chegar perto de quem mais precisava, com o auxílio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial, com o auxílio a micro e pequenas empresas, não fez com que se tivesse um maior número de mortes evitáveis neste País?

O SR. PEDRO HALLAL – Tu queres começar ou tu queres que eu...

Tu comesas, fica à vontade.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Boa tarde! Obrigada, Senadora Zenaide.

As suas perguntas me dão a oportunidade de trazer mais informações que até o momento eu não tinha exposto, que estão no nosso estudo, no estudo sobre mortes evitáveis, sobre as medidas não farmacológicas que poderiam ter sido tomadas. E a senhora chama atenção para os aspectos econômicos e assistenciais da resposta à pandemia.

É verdade que durante... Muitas vezes aqui falamos das medidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, mas também o Sistema Único de Assistência Social e outras áreas da administração pública tinham um papel a cumprir na resposta à pandemia para garantir que as medidas de proteção da população fossem postas em curso com a magnitude necessária. A senhora tem razão em dizer que o apoio para a implementação de... Os auxílios pecuniários, os créditos, a suspensão e o congelamento de dívidas, o congelamento de tarifas básicas e várias medidas estiveram, e ainda estão, à disposição da autoridade pública e, se colocadas em prática, vão garantir que as pessoas possam ficar em casa.

A senhora deu o exemplo de microempresários e pequenos empresários. A gente pode falar dos trabalhadores informais, daqueles que têm sido chamados de essenciais, mas, de fato, Senadora, têm sido tratados como descartáveis. É urgente que se recomponham as políticas públicas que já podem estar disponíveis, Senadora, já podem estar disponíveis para contribuir para salvar vidas.

A gente diz "fique em casa", mas não se deu condição de ficar em casa para muitos e, como a gente vê pelo desfecho, não se deu condição para a maioria ficar em casa. A gente diz "lave as mãos", mas a gente não garante as medidas de acesso a água potável para aqueles que não a têm. Ou seja, Senadora, o que eu estou dizendo é que, sim, nosso estudo fala sobre o Brasil, como o Senador Girão destacou. O nosso estudo fala para o Brasil apoiado em experiências internacionais. Eu citei dois estudos em que o nosso estudo se baseou, dois estudos que olham pra vários países do mundo, e eu citei aqui as medidas do SUS.

E agora, graças à sua intervenção, Senador, eu posso dizer que, sim, medidas de assistência... E no auxílio emergencial, Senadora, se a senhora me permite, eu quero, na verdade, parabenizar dois entes que foram fundamentais na primeira fase do auxílio emergencial, porque a proposta governamental era um... Foi depois de muita luta... E era um auxílio pífio, como o que a gente tem agora. Foi a mobilização da sociedade civil junto com a ação contundente do Congresso Nacional que conseguiu elevar o auxílio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial pra R\$600 pra parte da população e pra R\$1,2 mil pras mulheres chefes de família. Aquela decisão, aquela aliança da sociedade civil com o Congresso fez diferença.

É importante destacar isso, porque as decisões da administração pública, do Governo Federal, foram na contramão. Infelizmente, a gente está nesse momento novamente. É preciso que essa aliança seja editada, que a gente ouça a voz da necessidade das pessoas. É preciso auxílio emergencial de R\$600 no mínimo, pra que as pessoas possam, de fato, atravessar essa fase difícil que a gente está vivendo, possam ter o que comer. Mais de 50% da população brasileira, na verdade, está em insegurança alimentar, não sabe o que vai comer hoje à noite ou amanhã de manhã.

Então, é preciso, sim, apoio pra alimentação, apoio pra auxílio emergencial, todos os apoios necessários de assistência social. Assistência social, a senhora sabe melhor do que eu, Senadora, é direito garantido – assistência social é direito. Então, é preciso garantir.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, só pra dizer o seguinte. Os senhores acham, doutores, que, se o Presidente da República continuar com essa mesma conduta, estimulando aglomeração, o não uso de máscara, dificultando, não ampliando esse auxílio emergencial, esse índice, essa curva de morte vai continuar a subir?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Senadora, em primeiro lugar, muito obrigado.

A senhora nos dá oportunidade de talvez esclarecer aquele que foi o maior equívoco conceitual na condução dessa pandemia. Em muitos momentos, foi dito que nós precisávamos nos preocupar com o desemprego, ou com a economia, e também com a saúde pública. E isso é baseado numa falsa premissa de que existe uma competição: ou eu invisto na saúde, ou eu invisto na economia.

A experiência de pandemias anteriores e de epidemias anteriores, Sra. Senadora, mostra que não existe recuperação econômica sem controle da pandemia. Se o Brasil tivesse adotado medidas mais restritivas de curta duração, o Brasil teria uma situação sanitária e econômica muito melhor do que o modelo que o Brasil adotou, de medidas flexíveis e de longa duração. Existe um equívoco conceitual nesse item.

Eu nem vou trazer isso como uma das partes do negacionismo. Nesse caso, é um erro conceitual. Achar que é possível recuperar a economia sem controlar a pandemia é um equívoco conceitual baseado no que aconteceu em todas as outras pandemias.

A segunda parte da sua pergunta, Sra. Senadora, ela traz: qual é a previsão daqui pra frente? Eu vou repetir o que eu respondi anteriormente: existem dois fatores que nos fazem acreditar que a situação vai piorar nessa terceira onda. O ponto de partida é mais alto – nós já começamos com 2 mil mortes por dia – e existe ampla circulação de variantes. Esses dois fatores fazem com que a terceira onda possa ser



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais grave. E existe um fator atenuante: diferente das duas primeiras ondas, neste momento já há um percentual da população vacinada. Então, são dois fatores colaborando para que a pandemia ainda piore em termos de mortes e tem um fator que vai tentar frear essa piora. O resultado dessa equação a gente vai saber em alguns meses. Tomara que não tenhamos um aumento de mortes tão considerável como sugere o aumento de casos de ontem.

Mas, como eu sou cientista e não tenho compromisso com o erro, o maior número de casos da história da pandemia, que foi observado ontem, tem que ser relativizado, porque 36 mil desses novos casos foram dados represados do seu próprio Estado, porque o Rio Grande do Norte revisou os seus dados represados. Então, o maior número de casos registrados ontem na pandemia talvez não seja tão diferente dos dias anteriores, apenas decorreria da inclusão desses novos dados que estavam represados. Isso já aconteceu inúmeras vezes ao longo da pandemia e faz parte da qualificação dos sistemas.

Agradeço muito pelas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Muito obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Só para finalizar aqui, Presidente. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Bem rapidinho!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Eu quero parabenizar aqui a CPI, porque aquilo que as pessoas ouviam falar está sendo transformado aqui em fatos reais, com pessoas que vieram aqui mostrar que tem solução, que tinha e que continua tendo, só depende de vontade política.

Então, por favor, não vamos condenar antecipadamente o povo brasileiro com a sentença de morte quando se sabe como evitar esses óbitos.

Mais uma vez, obrigada à Dra. Jurema e ao Dr. Pedro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) -
Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Na sequência, eu peço a palavra pelo art. 14, mas eu vou respeitar, neste momento, o direito de fala do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ser depois da fala dele?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, na sequência!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá bom! Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar a Dra. Jurema Werneck e o Dr. Paulo Hallal.

Quero agradecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pedro Hallal, desculpe-me.

Eu, primeiro, quero agradecer a todas as pessoas que têm acompanhado a CPI e que têm mandado várias perguntas para a gente no intuito de buscar o esclarecimento sobre o que está acontecendo no Brasil e por que a gente tem 507.240 mortes pela Covid-19. Então, o Brasil inteiro acompanha, e as pessoas perguntam e pedem para a gente perguntar, para indagar aqui, ao longo das oitivas.

Também quero – e também foi uma pessoa dessas que acompanham que mandou para a gente... Hoje, num evento no Rio Grande do Norte, o Presidente Jair Bolsonaro pede para uma criança de dez anos tirar a máscara. Ela tira, e ele reforça a atitude que pode colocar em risco não necessariamente a vida dela, mas a vida das pessoas que estão no entorno dela.

Eu quero também aqui me solidarizar... Por uma questão de respeito, eu vou preservar a identidade, mas ontem eu visitei uma amiga, um casal de amigos, cujo pai era seguidor do Bolsonaro e, por ser seguidor do Bolsonaro, ele negou a vacina, ele tomou cloroquina e morreu de Covid-19. Quando chegou para iniciar o tratamento, já estava em situação avançada, com comprometimento e morreu. Então, aqui, a minha solidariedade à família e a todas as famílias do Brasil que viveram isso e que têm vivido isso cotidianamente. Eu quero aqui falar em nome de todas essas famílias, de todas essas famílias que estão tendo e vendo os seus entes queridos irem embora por fé, por acreditar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é preciso que nós, Senadores, políticos, Presidente da República... Nós precisamos saber qual é a nossa responsabilidade social e coletiva, porque a minha fala, como médico e como Senador, é ouvida. A fala de um Senador, de uma Senadora, supostamente, para a maioria dos brasileiros, tem um grau de responsabilidade e comprometimento com algo que lhe dá respaldo para que aquela fala se justifique. Nós não podemos transformar a disputa política e construir versões sobre as coisas para poder defender posições políticas quando está em jogo a vida – a vida!

O Presidente da República não é um cidadão comum, como foi dito aqui pelo Professor Pedro Hallal, que trabalha e que é professor de uma das universidades que tem um dos maiores centros de epidemiologia do Brasil, um dos mais conceituados entre os seis centros de epidemiologia reconhecidos mundialmente, onde eu trabalhei durante 10 anos com o Professor Facchini e com o Professor Piccini. Eu conheço e sei da seriedade desse centro de pesquisa, um dos primeiros a usar *big data* no Brasil.

Então, eu fico aqui pensando qual é a responsabilidade social de um Presidente? Ele teve, como disse o Professor Pedro Hallal, 57 milhões de votos, 57 milhões de pessoas acreditaram nele na hora de votar. Quantas pessoas continuam acreditando no que ele diz e no que ele faz? Quantas pessoas vão seguir a versão que ele apresenta para a sociedade? Qual é o risco, meu Deus do céu, que isso representa na vida das pessoas? E eu estou dizendo aqui vários casos e quero me solidarizar com essas milhares de famílias que perderam seus entes por terem acreditado em versões que não têm embasamento.

Quero também dizer que essa história, Dr. Pedro, Dra. Jurema, que a gente chama de negacionismo... Quando a gente fala em negacionismo, a gente está dando uma impressão culposa para o agente que faz a negação, mas, para mim, é uma ação dolosa. Veja: quando eu nego, no início da pandemia, quando a gente não tinha uma curva de aprendizagem – tudo tem uma curva de aprendizagem –, quando a gente não sabia como era a transmissão do vírus, quando a gente não sabia quais eram as formas de tratamento da doença Covid, que é diferente... A gente não sabia, estava tudo em dúvida. Então, tudo era possível. Mas o tempo foi passando e as coisas foram ficando claras. Descobriu-se, com muita velocidade... Quando a pandemia chegou no Brasil, a gente já sabia que era um vírus altamente contagioso e que, por ser muito contagioso, a letalidade dele era um perigo e poderia levar milhões, como levou, à morte. A gente já sabia disso.

A gente já sabia que não tinha como fazer o bloqueio epidemiológico, que é uma tecnologia de isolamento de grupos específicos, porque, como é muito contagioso, muito contagioso, você tem que fazer isolamento drástico.

A gente sabia... Depois a gente ficou sabendo que o uso de máscara é uma barreira que diminui a transmissão e o contágio. Depois a gente começou a ter informações de que a ciência, por estar trabalhando e por ter evoluído bastante do ponto de vista da engenharia de manipulação de genes – tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma engenharia específica hoje que trabalha só nisso... Soubemos que nós teríamos uma vacina num curto espaço de tempo. Não esperávamos que fosse num espaço de tempo tão curto, mas a gente sabia que teríamos uma vacina e que a única solução para voltarmos a ter uma vida dentro da normalidade era uma vacina.

Mas eu quero chamar a atenção aqui para o que disse, como questionam aqui as pessoas que nos acompanham, Osmar Terra, para o que disse a Dra. Mayra Pinheiro nesta Comissão, para o que disseram vários dos que estiveram aqui e que depois negaram: eles defenderam a imunidade naturalmente adquirida, que deveria se transformar numa imunidade coletiva, com 70% de brasileiros e brasileiras contaminados para que a gente pudesse ter uma imunidade coletiva, e essa contaminação concretizada naturalmente.

E quem foi o grande ator, como disse o Professor Pedro Hallal? O grande ator tem um nome, tem um nome: Jair Messias Bolsonaro. Foi ele quem aglomerou; foi ele quem reproduziu a gripezinha; foi ele quem interferiu na ação de Governadores e Prefeitos pra evitar o isolamento e as medidas restritivas de circulação pra garantir a contenção da expansão da pandemia; foi ele quem negligenciou as vacinas; foi ele quem disse que vacina no Brasil só depois de a Anvisa autorizar. E ele mesmo autorizou e negociou a compra de determinadas vacinas sem a aprovação da Anvisa, como é o que está em investigação, o caso da Bharat Biotech.

Portanto, é um conjunto de narrativas irresponsáveis, mortais, cruéis, que nos leva a uma indicação que eu queria que os dois comentassem, de que se praticou crime contra a saúde pública, indiscutivelmente, como ação de Governo, como ação individual de... Como ação de Governo e como ação de uma pessoa chamada Presidente da República, que teve 57 milhões de votos e deveria ter responsabilidade com o seu povo e com a vida do seu povo, em um crime de genocídio, de um crime contra a vida, porque expôs, como em Manaus, enquanto as pessoas estavam morrendo sufocadas por falta de oxigênio, a teste de cloroquina em massa, para saber qual era o comportamento, se ia ou não controlar a pandemia.

É um Governo que assentou todas as suas iniciativas de contenção e de controle da pandemia numa única medida sanitária: a cloroquina. Tudo se resumiu, Presidente Humberto Costa, à cloroquina.

Então, aqui hoje nós estamos diante de dois pesquisadores.

E quero dizer mais uma coisa: ciência não é uma questão de democracia. Ciência é método de investigação que tem regramento, que tem constructos muito bem estruturados e que valem aqui, que valem na Alemanha, que valem na Inglaterra, que valem em qualquer lugar do mundo. É universal! Não existe a ciência do Brasil, a ciência inglesa, a ciência alemã, a ciência americana; existe a ciência, o método científico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não dá pra a gente ficar nesse bate-boca de versões sobre o que é a ciência, quem está certo, quem está errado. Quem está certo é quem faz o melhor estudo acadêmico, assentado sobre as melhores técnicas e práticas científicas.

Portanto, eu deixo aqui para os dois a mesma pergunta, que vocês já responderam várias vezes. Mas a pergunta é: quais são os crimes contra a saúde pública e se tem, sim, crime contra a vida? Porque, se tem morte evitável, tem crime contra a vida.

Eu queria ouvir a opinião de ambos os convidados. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Na verdade, eu vou comentar, antes de responder à sua pergunta.

O senhor falou da questão de cordão sanitário, e o Senador Fernando Bezerra, no começo da sessão, também falou isso.

A China... uma das estratégias mais bem-sucedidas da China no combate à pandemia foi exatamente a criação do cordão sanitário e isolar a região de Wuhan do resto do país.

No Brasil, quando a P1 chegou, o Brasil cometeu um erro que a saúde pública já descobriu desde a Idade Média. O Brasil exportou a P1 para todo o resto do Brasil, mandando os pacientes com P1 para os outros Estados da Federação. Esse foi um erro, sob o ponto de vista epidemiológico, extremamente grave.

Sobre a sua pergunta, Sr. Senador, eu não dúvida de que a responsabilidade maior pelos equívocos na condução da pandemia não é dos Senadores que defendem as ações do Governo, não é dos Deputados que defendem as ações do Governo; é especificamente do Palácio do Planalto.

Se isso será ou não tipificado como crime, não cabe a mim responder; cabe aos colegas da CPI – é uma função de vocês, dos senhores e das senhoras –, cabe aos órgãos investigativos. Mas eu posso lhe dizer que, das 400 mil mortes a mais que tivemos em comparação ao que seria esperado, o grande responsável é o Presidente da República. Se é crime ou não, essa é uma afirmação que não sou eu que devo responder.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Rogério.

Eu sigo um pouco na linha do Pedro Hallal na primeira parte, em dizer que, eu, como representante do grupo Alerta e da Anistia Internacional, não estou posicionada para afirmar se há crimes, mas eu consigo afirmar responsabilidades. Afinal, lideranças têm de dar o exemplo; lideranças não podem propagar desinformação; lideranças não podem propagar curas milagrosas; lideranças não podem dividir ao invés de agregar. Nunca, mas especialmente neste momento de pandemia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador, qualquer liderança eleita tem um conjunto de votos até o dia antes da posse. A partir da posse, seja Governador, Presidente da República ou o que quer que seja, ele representa o conjunto da população para a que ele foi eleito.

Somos, no Brasil, mais de 200 milhões de habitantes. E a vida de todos merece ser salva. Não se pode tergiversar nisso. É um dever. É uma responsabilidade.

O senhor citou, Senador, a informação sobre o pedido para se tirar máscaras de crianças. Eu quero só fazer uma observação: o nosso estudo não fala disso, mas é importante buscar pesquisadores que têm mostrado que o Brasil é um dos países onde mais crianças morrem neste momento. Mas, mesmo que as crianças não morressem, onde está o exemplo? A gente sabe que as crianças têm o potencial de infectar, têm o potencial também de transmitir, como todo mundo. E por que a gente não ensinar as crianças a fazer parte desta Nação da melhor forma possível?

Como eu disse, Senador, não estou em posição de dizer quais crimes foram cometidos. O senhor, os demais Senadores e Senadoras estão em posição de dizer isso.

Mas eu posso aqui anunciar que a Anistia Internacional, as organizações do movimento Alerta, já, desde o início desta semana, iniciamos uma campanha nacional e internacional, convidando a sociedade para assinar uma petição que reforça – que reforça – a ideia de que os encaminhamentos desta Comissão não podem ser engavetados. É uma petição endereçada ao Ministério Público Federal, ao Procurador-Geral da República, Sr. Aras, recomendando, lembrando e destacando que a sociedade espera que nada seja engavetado, que as decisões desta Comissão tenham consequências, muitas consequências. E a principal delas: que façam com que isso não se repita e que vidas venham a ser salvas daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Obrigado.

Pede a palavra (*Fora do microfone.*)

pelo art. 14, Senador Marcos Rogério.

Peço que seja breve, que nós temos ainda uma lista aqui de companheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para explicação pessoal.) – Vou usar apenas o tempo regimental, Sr. Presidente.

Estou pedindo o art. 14 em razão de uma fala do Professor Dr. Pedro Hallal, que me citou em relação à Universidade de Pelotas, que eu teria desrespeitado a Universidade de Pelotas.

Eu não desrespeitei a universidade nem o pesquisador. O que ataco é a pesquisa, que não serve de parâmetro para nada em razão dos dados e do método, na minha avaliação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As condições ambientais, sociais e econômicas de um índio urbano são totalmente diferentes de um índio aldeado. O pesquisador não conhece a realidade indígena, a realidade das aldeias brasileiras. Querer usar pesquisa feita em cidades para retratar a realidade do índio brasileiro é lamentável. Não precisa ser cientista para saber disso. Mais que isso, o Governo Federal cuida dos indígenas aldeados em terras sob responsabilidade do Governo Federal. Os Governos estaduais e municipais é que são responsáveis pelos indígenas em contexto urbano. E, diga-se de passagem, que hoje basta a autodeclaração para ser indígena. São responsabilidades dos Estados e Municípios. Portanto, não é correto culpar o Governo Federal por eventuais falhas desses entes. Aliás, diga-se de passagem também, o Governo Federal, inclusive, possui um programa de financiamento para essa finalidade, que é o Previne Brasil.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu falei sobre uma comparação dos Estados Unidos com o Brasil. E aí a afirmação que veio na sequência: "No Brasil, a curva não cai por falta de vacina". É a narrativa. Nos Estados Unidos, a curva quando caiu não foi por causa da vacina; foi por causa das políticas do Biden. O que fica claro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, com todo o respeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Essa foi uma fala do Dr. Pedro ou ele está contraditando a fala dos Parlamentares? Porque eu estou aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, eu sei. Eu queria...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sou sempre a última, porque, como Líder, eu vou de novo repetir: as mulheres não têm voz nesta Comissão. E provavelmente essa vai ser a quarta reunião seguida que eu vou ter que desmarcar a minha inscrição, porque usam o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... quem inquiriu, inquire de novo. Eu peço, assim, com muito respeito... Por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu penso que os Senadores conhecem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu queria só pedir a V. Exa. que se limitasse ao pedido que V. Exa. fez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- ... foi do art. 14.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- V. Exa. na verdade está fazendo uma réplica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou dentro do art. 14, Sr. Presidente, porque foram feitas afirmações atribuídas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Então, termine, conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, é isso. Tem que respeitar o Regimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Mas nessa última parte não tem fala do Dr. Pedro, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não! Senadora, eu acho que V. Exa. não ouviu a fala dele quando eu o questionei. É disso que eu estou falando. Não é dos Senadores, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Eu estava assistindo do meu gabinete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não! Mas não é dos Senadores que eu estou falando, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Infelizmente, eu tive que ouvi tudo que V. Exa. disse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu não digo "infelizmente", quando ouço V. Exa. falar do que eu discordo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) - Fique à vontade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que fica claro, Sr. Presidente, é que qualquer tipo de argumento de que a definição de uma política nacional poderia reduzir "x" número de mortos, beira à irresponsabilidade. Todos nós gostaríamos de que o número de mortos fosse realmente menor.

E finalizo. Na verdade, é o tipo de previsão que não tem qualquer tipo de evidência científica, se é que valorizamos evidências científicas também para isso. Eu respeito, obviamente, quem vem à CPI, mas, em relação à pesquisa ou a dados que são trazidos, eu posso divergir dentro daquilo que entendo ser a compreensão mais adequada para o caso.

Apenas, isso, agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mais uma vez a compreensão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Presidente, eu tenho direito a responder por um minuto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Aí eu vou pedir de novo.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Não, não tem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Não, nós precisamos debater.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor responde no meu tempo, Dr. Pedro. Se precisar, os 15 minutos serão de V. Sa.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Eu preciso de um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Simone.

Senador Luís Carlos Heinze é o próximo inscrito e, em seguida, no sistema remoto... Como está presencialmente, então, em seguida, a Senadora Simone, como não membro. Não, o Senador Heinze, primeiro. O Senador Heinze, primeiro. Estou dizendo que é na lógica da lista de chamada aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Heinze, V. Exa. tem o tempo com a tolerância desta Presidência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, Dr. Pedro e Dra. Jurema, prazer estar com vocês aqui.

Senador Marco Rogério, diferente dos nossos colegas, eu fico até o fim, mesmo que eu ouça o que eu não concordo. Não tem problema. Faz parte da democracia não me ausentar do processo.

Eu ouvi, por parte da Dra. Jurema e do Pedro, dizendo que não é ideologia. Está aqui Jurema Werneck curtindo as manifestações em São Paulo, retuitando, ativista em Movimento de Mulheres Negras brasileiras; Dr. Pedro Hallal: "CEO da Pfizer acaba de confirmar o que todos sabiam, mas alguns fingiam não saber. Agora é questão de tempo para o *impeachment*"; Pedro Curi Hallal: "Já que os *outdoors* foram retirados em Sinop, espalhem nas redes sociais contra o Presidente Bolsonaro", "Exército decidiu não punir Pazuello. Ainda restam a CPI e o julgamento do povo. Nesses, a chance de *pizza* é bastante reduzida", esta CPI, a CPI da qual eu discordo. Olha aí, no primeiro dia, ao nosso Ministro Mandetta, que aqui estava.

E repito até hoje: eu ouvi algumas falas, falando aqui: tratamentos ineficazes, ciência de WhatsApp, curas milagrosas. Dr. Pedro e Dra. Werneck, Satoshi Omura, Prêmio Nobel de Medicina; Luc Montagnier, Prêmio Nobel de Medicina; Dr. Zelenko, candidato a Prêmio Nobel da Paz com o tratamento com a hidroxicloroquina – o Dr. Satoshi Omura foi um dos descobridores da ivermectina –; temos ainda Dr. Peter McCullough, Estados Unidos; Dra. Kory, médica americana; Didier Raoult, entre tantos – são cientistas, sumidades na área em que estão –, recomendam esses tratamentos. Então, esse é o ponto importante.

O Deputado Osmar Terra, quando esteve aqui, Senador Marco Rogério, falava na letalidade da Argentina, que adotou o tratamento e essa questão do *lockdown*, enfim. A letalidade da Argentina é 4.7, a nossa é 2.8, com todo esse descalabro que foi dito aqui, que o Brasil não está adotando.

Também a doutora colocou aqui que não tinha recursos. Deixa eu lhe dizer: o Ministério da Saúde, no ano passado, destinou a Estados e Municípios R\$133 bilhões, e o extracovid de R\$64 bilhões para Estados e Municípios. Nunca houve tanto dinheiro como foi colocado esse ano passado aqui. Da mesma forma, foi falado no auxílio emergencial; 68 milhões de brasileiros receberam R\$294 bilhões. Somam todos e o Bolsa Família, essas pessoas receberam esse valor e continuam recebendo agora R\$150 este ano.

Foi falado aqui de microempresas. O Senador Jorginho Mello, nosso colega, tem trabalhado muito nessa questão. Foram R\$37 bilhões para 517 mil empreendedores.

Pedro, os leitos de UTI. Quando eu peguei esse assunto, na associação dos hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, nós tínhamos novecentos e poucos leitos de UTI credenciados para Covid. Com esse recurso que foi destinado aos hospitais, prefeituras e Governos estaduais, nós temos hoje mais de 3



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil leitos no Rio Grande do Sul, de UTI-Covid, recebendo R\$1.600 por dia, e nós trabalhamos para repactuar esses leitos dos hospitais do Rio Grande e do Brasil. São quase 30 mil leitos de UTI só nos hospitais filantrópicos. Não vou nem falar nos hospitais privados e hospitais federais e estaduais. Só nos hospitais filantrópicos, esses quase 30 mil leitos, que quase dobraram no Brasil, mas triplicaram no Rio Grande do Sul, Pedro, esses recursos saíram do Governo Federal. Os Estados e Municípios brasileiros receberam quase 100 bilhões. No nosso Estado, o Governador da sua cidade recebeu quase 2,3, 2,4 bilhões, e conseguiu honrar a folha de pagamento com esse dinheiro que veio daqui. Acertou? Ajudamos o Estado e ajudamos todos os Estados brasileiros. Não houve exceção de quem recebesse ou quem não recebesse. Então, dizer que não houve recursos... Houve recursos, sim.

Pedro, tem uma notícia aqui: a cidade em que o Presidente Jair Bolsonaro, sem partido, ganhou, no segundo turno, as eleições apresenta o maior número de casos de morte de Covid. Senador Marcos Rogério, preste atenção. Eu só filtrei aqui 23 Municípios, Pedro, 23, em que eu casualmente olhei a maior letalidade no Brasil. Desses 23 Municípios, em 6 o Bolsonaro ganhou e em 17 o Haddad ganhou. Então, é um pouco diferente daquilo que você fala que... E vou checar todos esses aqui. Se puder passar, eu vou checar todos esses aqui, porque estão diferentes. Eu estou mostrando 23 que eu peguei, assim, em cima do laço.

Então, eu quero colocar... Quando eu falo aqui 16,478 milhões vidas salvas – eu repito –, isso se deve aos médicos brasileiros que adotaram esses procedimentos e fizeram com que esses medicamentos reposicionados pudessem ser utilizados em todo o Brasil.

E hoje nós estamos trabalhando com um grupo de médicos no instituto chamado Hipócrates, italianos, chilenos, argentinos, americanos, que estão pegando dados do Brasil para que possam ser apresentados a nível mundial para derrubar o que a OMS fez. E, falando em OMS, eu repito aqui: o trabalho da *The Lancet*, criminoso. Houve uma retratação, o.k. Sobre aquele trabalho, houve uma retratação do que foi feito na *The Lancet*. Estou insistindo com esta Comissão para que veja, reveja, possamos rever o trabalho de Manaus, também criminoso. Foram os dois principais trabalhos que fizeram a OMS mudar a sua orientação, em cima dessas posições hoje, contra esse tratamento de medicamentos reposicionados.

Da mesma forma, quando a gente pega Rio Grande do Sul, o nosso Estado, com 2,59; Pelotas, sua cidade, 2,3; e a gente pega o Amapá, Senador Randolfe, que eu cito aqui, 1,54. Esses médicos, italianos, americanos, chilenos, querem esse trabalho, Senador, e também outros trabalhos brasileiros de cidades que adotaram o procedimento. Então, por isso, é um ponto importante, porque eu não posso criminalizar um tratamento que deu certo.

O Presidente Bolsonaro, que V. Exa. e outros tantos criticam, é um líder, ganhou a eleição. Onde ele vai, junta gente. Gostaria, Senador Marcos Rogério, que eu também fosse à cidade e se aglomerassem como chegam a ele, porque o Presidente Lula, um dia, foi assim. Não sei se hoje, se ele voltar às ruas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assim também. Gostaria que ele estivesse nas ruas de novo. Bolsonaro vai às ruas. É um Governo sério, Pedro.

Eu estudei em Santa Maria; você, em Pelotas – acho que se formou em Pelotas, não sei, deve ser em Pelotas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é o terceiro maior orçamento do Rio Grande do Sul. O primeiro é o Governo do Estado; o segundo, a Prefeitura de Porto Alegre; e o terceiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santa Maria e Pelotas são outros dois, três grandes orçamentos. E o que eu sinto, Pedro, infelizmente, é a política, a ideologia dentro das escolas. Eu estudei em Santa Maria nos anos 70. Tenho vergonha da minha escola, onde eu estudei nos anos 70.

Um dos cursos de agronomia mais renomados. Hoje, perde para Lavras do Sul, perde para Piracicaba, para outras escolas, porque não tem ideologia lá, e na minha escola, onde eu me formei, Marcos, tem ideologia. Então, essa é uma questão...

Deixemos de lado essa questão, viu, Pedro? É a mesma coisa que estou falando aqui. Infelizmente, aconteceu nos Estados Unidos, está acontecendo no Brasil a mesma coisa: cientistas de direita e de esquerda. Deixemos de lado essa questão. Todos, todos tinham que estar focados numa coisa: no vírus. Porque o Bolsonaro pegou uma caixinha e falou em cloroquina, remédio que salva... Citei cientistas mundiais, sendo centenas do Brasil.

Senador Randolfe, infelizmente, está errado o procedimento desta Comissão. Quando trouxerem um debate, vamos trazer um debate, uma pessoa falando de um jeito e outra de outro. Não, hoje ouvimos um monólogo, mas eu estou aqui para ouvi-los. Na semana passada, dois cientistas que estão pesquisando medicamentos inclusive para a fase aguda do processo... Agora, infelizmente, os colegas não quiseram ouvi-los, e aquele era o momento de questioná-los. Apresentam trabalhos... E cientistas que, de certa forma, curam vidas. O Dr. Zimerman e sua esposa, em sua clínica, trabalham não só com pesquisa, mas curando vidas, aplicando tratamentos em que eles acreditam. O Dr. Francisco Cardoso, além de ser cientista, cura vidas e está hoje trabalhando dentro de um hospital.

Então, esse é um ponto importante, porque a gente tinha que deixar de lado essa questão e trabalhar exatamente com aquilo que precisa ser... E não dizer "eu não acredito nisso". Pelo amor de Deus! Nesses 16 milhões de vidas salvas, eu quero cumprimentar os médicos brasileiros, os cientistas brasileiros e internacionais que adotam um procedimento que deu certo.

Quando alguém falava, uma das debatedoras, quando falava assim, "a China usa, Cuba usa, a Índia usa", são 28 países. São só 28 países, mas os 28 países que eu citei correspondem a 54% da população mundial. Representam mais da metade da população do mundo, que usa esse tratamento, adota o tratamento, além das vacinas.

E, só para colocar, Pedro, eu tenho me esforçado muito... O Senador Wellington Fagundes lidera um movimento conosco sobre laboratórios. A partir de uns dois meses, alguns Senadores trabalhamos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão de usar os laboratórios brasileiros. Hoje, tem 4 de medicamentos veterinários e tem 12 de medicamentos humanos que estão buscando vacinas, vacinas. Tem 3 vacinas brasileiras: uma na USP, em São Paulo, em Ribeirão Preto; outra no InCor, em São Paulo; e a terceira na Universidade Federal de Minas Gerais. E tem mais 13 que estão trabalhando para que nós tenhamos vacinas brasileiras. Qual é o meu empenho? Além do empenho da Fiocruz, que vai receber, este ano, R\$7,5 bilhões do Governo Federal, e do Butantan, R\$8,6 bilhões do Governo Federal, para fabricar as vacinas chinesas ou vacinas inglesas... E falam mal do Governo Federal. Falam mal do Governo Federal, como V. Exas. das universidades falam mal do Governo Federal e recebem recursos federais – esse é o ponto – de um Governo sério.

O que está sendo feito amanhã com a Covaxin não tem problema. Vamos ouvir o colega Deputado vir falar. Mas não tem problema com relação ao que estão falando. Ontem, a mídia falava da fala do cara. Pegue a ficha desse Parlamentar, que amanhã vai estar sendo debatida aqui a questão dele.

Então, o que eu quero colocar, só para cumprir meu tempo e falar, é que é importante que todos estivéssemos juntos, mas, infelizmente, isso não acontece. A ideologia política em função das eleições do ano que vem fala mais alto nesse processo.

Pedro, uma pergunta: o senhor conhece a Dra. Elisa Rodrigues Curi Hallal?

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Minha irmã.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Clínica geral em Pelotas.

Ela receita algum tipo de remédio reposicionado?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Rapidamente, Senador. A Elisa Rodrigues Curi Hallal é minha irmã, eu não tenho nenhuma interferência sobre a prática clínica dela. Até onde eu sei, ela coordena um serviço e não atende diretamente pacientes com Covid. O serviço que ela coordena tem médicos que prescrevem medicamentos para tratamento precoce.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu o que eu sabia.

Dra. Jurema, a senhora é médica? O CRM seu está ativo ou cancelado? Qual é o motivo?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador. Eu sou médica de formação e doutora em Comunicação e Cultura e aqui represento a Anistia Internacional Brasil e o Movimento Alerta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pergunta por que meu CRM está inativo. Porque eu estou fora da prática. Eu estou fora da prática, então é temeroso e ilegal eu, como diretora-executiva de uma organização, manter o meu CRM ativo porque eu não tenho autorização para clinicar nesse momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - O.k.

Bom, eu falei, Senador Randolfe. Para mim, a minha parte foi essa. Repito essas questões que falo. Tenho consciência e vou repetir mais uma vez. Já estou em contato com o Senado americano sobre o caso Fauci. Eu acho que vão ser muitas questões sobre o caso Fauci, hoje um problema sério mundial.

O Senado americano está dedicado a essa questão, e eu já estou lincado com eles para que nós possamos trazer, Senador Marcos Rogério, também as informações do caso Fauci para o Brasil. Aquilo causou esse problema no mundo inteiro. Aquilo vai repercutir em qualquer parte do mundo. Estou focado com eles e na hora certa eu vou trazer as informações aos colegas Senadores e Senadoras aqui para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL - Bem, rapidamente respondendo às manifestações do Senador do meu Estado, Senador Heinze.

Primeiro, o senhor fez uma manifestação sobre algumas postagens minhas no Twitter em que eu faço críticas. Como a liberdade de expressão mostra, nunca fui filiado a nenhum partido político. Já fui convidado por vários, nunca optei por isso. Muito provavelmente não optarei nos próximos dez anos da minha vida.

O senhor traz a manifestação de alguns cientistas que defendem, utilizam o tratamento precoce, inclusive a manifestação dos 14 mil brasileiros que assinam aquele manifesto. Mas eu acho que a gente tem também que dizer que esses 14 mil representam 2,3% de todos os médicos do Brasil. Isso é menos percentual do que a torcida xavante. O senhor conhece a força da torcida xavante.

Em relação à questão das vidas salvas, acho que o senhor certamente cometeu um engano. Quando o senhor homenageia os profissionais da saúde, o senhor falou especificamente, única e exclusivamente dos médicos. Certamente, o senhor também reconhece o trabalho dos enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Claro. Hoje eu não falei, mas toda a vida eu falo. Profissionais de enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratoristas. Todo mundo, é um conjunto. Só falei nos médicos, mas é todo mundo. Sempre falei isso. Hoje casualmente eu não falei.

O SR. PEDRO HALLAL – Perfeito.

Senador, quando o senhor fala essa questão das vidas salvas, a nomenclatura, a numeração das vidas salvas, eu devo admitir para o senhor que eu sempre fico com a sensação de que nós estamos comemorando o gol do Brasil contra a Alemanha. Foi 7 a 1 o jogo, e a gente está comemorando que 16 milhões de pessoas ficaram doentes. Não consigo entender essa lógica.

Em relação ao crescimento dos leitos de UTI no Rio Grande do Sul e no Brasil, eu comentei sobre isso na apresentação inicial. Eu valorizo esse investimento, mas entendo que ele faz parte de uma estratégia equivocada. A nossa estratégia para lidar com o vírus foi clínica.

A gente aumenta leito, a gente quer garantir que tenha oxigênio, mas a gente tem que combater a disseminação do vírus. Os países que têm os melhores índices do mundo não aumentaram tanto leitos de UTI, eles barraram a disseminação do vírus. Então, fica essa reflexão.

Sobre a questão das publicações do *The Lancet* e do *Jama*, a do *Jama* obviamente não foi motivo de retratação, mas, sobre a publicação do *The Lancet*, eu queria dizer que eu concordo plenamente com o senhor e fico envergonhado cada vez que um artigo de cientistas é retratado, como aconteceu naquele artigo.

Não tenho nenhum compromisso, não torço contra a hidroxiclороquina. Achei extremamente lamentável aquela postura daquele grupo de pesquisa.

Mas a gente não pode esquecer que, se há alguma evidência, desta semana, de que a ivermectina deve seguir sendo estudada, a evidência sobre a hidroxiclороquina é absolutamente consistente. Não há nenhuma evidência de benefício para o tratamento da Covid em todos os consensos internacionais. E eu não sou médico, estou analisando epidemiologicamente os artigos. Certamente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas o Dr. Zelenko é candidato ao Prêmio Nobel da Paz por esse tratamento.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu nem sabia que existia candidatura a Prêmio Nobel. O Professor César quase foi indicado para o Prêmio Nobel da Saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, não sabia.

Queria só rapidamente destacar que, como eu disse no começo, eu não acho adequada a comparação dos Municípios ser por letalidade, pelos problemas metodológicos de que eu falei. A gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costuma comparar por mortalidade. E a mortalidade tem uma grande diferença, porque depende da política de testagem.

Sobre a questão do tratamento precoce, e aí eu acho, dialogando bem tranquilamente com o senhor, Sr. Senador, eu acho que tem um equívoco nessa discussão. Uma coisa é o que o senhor está trazendo aqui e que o Dr. Ricardo trouxe semana passada, por exemplo, do manejo clínico de um paciente, que tem, "ah, vou usar a combinação, vou usar outra combinação de medicamentos." Isso é obviamente dentro da autonomia médica. Ninguém está discutindo isso aqui.

O que nós da saúde pública discutimos, sempre foi essa a nossa linha, é a ideia de passar para a população uma sensação de segurança. Pode pegar o vírus, porque tem um remédio ou um conjunto de remédios que vai salvá-lo. Esse é o equívoco. Não é a prescrição individual. Se no serviço em que a minha irmã atende, em algum paciente, alguém achou adequado prescrever, o. k. O problema é utilizar isso como estratégia de saúde pública.

Sobre a manifestação sobre as universidades, aí, obviamente, eu tenho que discordar, não é, Senador? Eu tenho imenso orgulho das universidades federais. A UFRGS hoje é a universidade federal mais bem avaliada do Brasil, já faz alguns anos. Na UFPel, o senhor fala da questão política, a UFPel e a UFSM. E eu acho que esse argumento... Primeiro que, em todos os *rankings*, a UFPel só bomba. Em todos os *rankings* que olhar, a UFPel melhorou, nos últimos anos, consideravelmente.

Mas aí eu vou trazer uma reflexão para o senhor, com serenidade, para que analise. Quando vêm essas manifestações, o senhor a está fazendo agora, de que as universidades estão dominadas ou tomadas por uma esquerda, isso demonstra total desconhecimento da realidade da universidade. Eu tenho convicção de que na Universidade Federal de Pelotas, algumas unidades acadêmicas, talvez, vamos lá, talvez as Engenharias, Medicina, Direito, se for lá, não há maioria de esquerda nessas unidades acadêmicas. As universidades refletem o panorama da sociedade. Essa ideia de que as universidades estão tomadas pela esquerda é uma ideia equivocada.

Rapidamente, já estou acabando.

Sobre a questão de ouvir, queria dizer que eu concordo com o Senador, tanto que eu e o Ricardo, o Dr. Ricardo Zimmerman, fizemos uma das *lives* que foi mais efetiva durante essa pandemia, várias discordâncias, nós estamos acostumados a fazer esse tipo de debate na ciência, não há problema nenhum.

Sobre a questão da ivermectina, a planilha que eu tenho diz que, desses 28 países, só 9 têm protocolos que usam o medicamento. Tem outros que são protocolos bem subnacionais, uma cidade ou outra, mas são nove países do mundo.

E aí eu tenho que comentar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão dos laboratórios das vacinas, vejo com muito bons olhos a iniciativa. Parabéns para o senhor por estar tentando ajudar na produção de vacinas nacionais.

Mas eu tenho que responder ao último comentário. O senhor diz, "vocês ficam falando mal do Governo e recebem recursos." Olha, no Governo Dilma, nós fomos à rua e fizemos a maior greve dos últimos tempos.

No Governo Temer, nós fomos à rua; no Governo Bolsonaro, quando a gente discorda, a gente vai à rua. Faz parte da democracia. Por eu ser de uma universidade federal, isso não me exime da possibilidade de discordar de alguma política do Governo e de aplaudir outras com que eu concordaria. Desculpa por passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Pedro.

Senadora Simone e, em seguida, Senadora Soraya.

Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ter que mudar toda a minha linha aqui de questionamento porque eu não posso ouvir o que eu ouvi, inclusive com a resposta do Dr. Pedro, e me calar, não eu, como advogada, eu que sou filha também de um processo de redemocratização. Aos 16 anos, eu estava no banco das universidades do Rio de Janeiro e fui às ruas a favor das Diretas Já! E vejo não só lá fora, como aqui também, que os pilares mais sagrados da democracia são, aos poucos, golpeados. E esse é o maior problema, não é? Porque muitos não veem, não enxergam ou teimam em enxergar a verdade.

Novamente eu vou me dirigir ao Dr. Pedro para dizer ao senhor que também não... Eu sou liberal na economia – sou uma pessoa de centro – e também não vejo nenhum problema se tem mais gente de esquerda na universidade. Isso faz parte da democracia. Então, V. Sa. não tem que justificar nada. Essa é a beleza da democracia. E é contra isso que eu me insurjo todo dia quando vejo, aqui ou lá fora, as pessoas negarem os princípios mais básicos da democracia e da Constituição brasileira. Está falando alguém aqui que é de centro, que nunca votou na esquerda, mas que vai defender até a morte, como diz a frase que não é de Voltaire, mas que dizem que é de Voltaire, o direito de V. Sa. e de qualquer um dizer aquilo com que eu não concordo.

Enfim, mas eu sou obrigada, neste momento, a mudar todo o rumo no que se refere ao questionamento que vou fazer a V. Sa. porque tem a ver exatamente com esses pilares da democracia. Os princípios e os pilares mais básicos estão sendo golpeados e abalados: o direito à liberdade de expressão, como eu falei; de poder exercer a sua atividade científica, artística, cultural, na sua plenitude. V. Sa. foi o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo disso. Talvez, aqui, o que mais me chamou a atenção não foram os seus conhecimentos epidemiológicos, foi o fato de não poder, neste momento aqui, numa Casa que é democrática e que um dia foi fechada por fora, mas que jamais pode ser fechada por nós no que se refere aos direitos civis, quando se recusou, por um certo receio, a responder a uma pergunta feita pelo Relator. Eu confesso que isso me incomodou muito. Entendo V. Sa., tenho filhos como V. Sa. Jamais admito ou admitirei passar por uma situação como esta. V. Sa., aqui, não pôde responder e, consequentemente, já respondeu à minha pergunta. V. Sa. não está no pleno exercício da sua liberdade de expressão neste momento, em um País dito plenamente democrático. V. Sa. está protegido por uma Comissão, convidado por esta Comissão, onde disse que poderia dizer toda a verdade e não pode dizer toda a verdade. Por quê? Porque tem um TAC assinado, porque teve um processo, porque disse o que alguns entendiam que não podia ser dito. Teve que assinar um TAC, provavelmente com receio de segurança em relação à sua família. Então, eu lamento muito.

A minha pergunta, então, ao senhor é apenas uma em relação a isso. O senhor disse que um eslaide foi retirado da sua pesquisa científica no Palácio do Governo, já disse por quem. Eu acredito que seja o eslaide mais polêmico, porque o Governo não quer a verdade, quer impor a sua verdade. Que bom que não nesta CPI. Nesta CPI a mentira nunca vai ser a última palavra a ser dada.

A minha pergunta é simples: o processo de V. Sa. e o TAC assinado foi anterior ou posterior a essa retirada do eslaide? Só pra que eu possa fazer o meu juízo de valor a respeito de tudo o que está acontecendo.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sra. Senadora, o processo, o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Termo Circunstanciado Administrativo, depende do caso – o Senador Marcos Rogério, provavelmente, vai saber me esclarecer –, foi muito posterior, foi em 2021, quando a retirada do eslaide foi em 2020.

Sobre a manifestação de que eu estou aqui constrangido na minha liberdade de expressão, na verdade, eu me sinto tranquilo pra manifestar a minha opinião científica. Apenas naquelas respostas em que eu vejo como possíveis ameaças a mim e a minha família, eu sou obrigado a não produzir mais motivos pra ser atacado, como eu tenho sido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. só reforça, na resposta de que o processo foi posterior e novamente por dizer que não quer ser atacado em plena democracia por pensar diferente, só reforça tudo aquilo que mencionei. Eu agradeço nesse sentido.

Agora, vamos à minha pergunta, Sr. Presidente.

Também começo diferentemente de tudo o que ia falar, porque, quem me antecedeu novamente falou de um remédio que eu reputo ineficaz e sobre que nós não podemos mais fazer propaganda nesta Comissão, talvez até possamos dar um apelido a ele. Aqueles que não acreditam que a tal da cloroquina



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa funcionar em relação a pacientes com Covid, que nós possamos dar um outro nome, pra evitar usar esse nome e fazer propaganda indevida. Não sei se "o clo" ou "a clo" no lugar do nome que tem.

Mas, de qualquer forma, me chamou atenção, porque me remeteu também a Shakespeare, em Hamlet: "Há muito mais coisas entre o céu e a terra do que supõe nossa vã filosofia". Neste caso aqui, há muito mais coisas, Sr. Presidente, entre o Governo Federal e a Covaxin do que imaginam todos esses remédios ineficazes como ivermectina e cloroquina.

Tudo aquilo que nós pensávamos sobre esses remédios, o que estaria por trás de se entregarem tantos remédios ineficazes para a população, até com suspeita de compras indevidas, superfaturadas em relação a esses remédios, está ficando no chinelo perto do que virá a partir de amanhã, porque... E aí vem uma pergunta de ordem – fiquem à vontade a Dra. Jurema ou o Dr. Pedro pra responder: qual é a diferença básica, Dr. Pedro – e, assim, fique à vontade também se não tiver toda a informação –, a básica entre a Covaxin e a CoronaVac? Qual é a diferença básica na plataforma? Muito rapidamente, só pra que eu possa tentar entender o que está acontecendo, porque amanhã eu não terei a oportunidade de perguntar pra um epidemiologista.

A informação que eu tive com base numa mensagem que me mandaram é que a plataforma básica pra produção da imunização em relação à Covaxin era a mesma da CoronaVac. Portanto, a vacina era um vírus inativo. É isso mesmo?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu tenho conhecimento só sobre o caso da CoronaVac. A CoronaVac é uma vacina de vírus inativado. Da Covaxin, eu não tenho informação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu recebi aqui, por parte das universidades, vários médicos dizendo assim: "A Covaxin é uma vacina que usa uma plataforma clássica para produzir imunidade contra a Covid. Como a CoronaVac, já em distribuição no Brasil como resultado de uma parceria entre o Instituto Butantan e o Laboratório Sinovac, a vacina utiliza vírus inativo para ativar o sistema imunológico. Isso significa que o coronavírus é morto, removendo-se dele sua capacidade de se replicar no corpo, mas ainda é reconhecido pelo organismo, que pode criar defesa em uma situação segura e preparar-se contra a infecção real".

E aí eu tenho que confiar nessas médicas que me mandaram. Depois, posso até, se houver a necessidade, dizer de que universidades são – a Dra. Magna é uma delas que me mandou –, pra tentar realmente entender o que aconteceu, mas, de qualquer forma, de uma forma muito objetiva, Presidente, a Covaxin conseguiu fazer o que nenhum Senador aqui conseguiu: extrair a verdade, toda a verdade e a contradição do Governo Federal e do Ministério da Saúde. Conseguiu colocar na parede toda a narrativa e tudo aquilo que foi construído em cima de todas as outras vacinas.

A Pfizer levou quase um ano pra conseguir contratar e ser adquirida; Covaxin, menos de cem dias. A CoronaVac era tida, que é o mesmo princípio ativo, quer dizer, vírus morto; então, com a mesma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência, a mesma eficácia... Se uma serve, a outra serve; se uma não é eficaz, a outra não é tão eficaz. Eficazes são todas. E a CoronaVac foi dita como "coronalixo", como algo que não serve, como a vacina politizada de um outro, de um Governador de Estado, tudo isso pra atrasar.

E agora, recentemente... Agora começam a ficar claras algumas coisas. Recentemente, na narrativa: "Vamos ver se paramos de comprar e comercializar a CoronaVac", que tem o mesmo princípio ativo de uma vacina que foi comprada às pressas, pelo quádruplo do preço da AstraZeneca. Numa análise muito simples pra quem está conseguindo nos entender, com um contrato de R\$1,6 bilhão, comprando 20 milhões de doses, quando poderiam comprar mais 10 milhões de doses da Pfizer, o que significa que com duas doses nós conseguiríamos atender 5 milhões de pessoas.

Ainda pra ficar mais claro, isso significa, de pessoas vacináveis no meu Estado de Mato Grosso do Sul e no Estado de Mato Grosso, estado vizinho, 100% de dois Estados da Federação brasileira vacinados. Nós poderíamos vacinar, com a diferença da Covaxin em relação à Pfizer, 5 milhões de pessoas, de cidadãos brasileiros, num preço maior, com intermediário, com suspeitas, sendo que a vacina tem o mesmo princípio ativo, a mesma forma de atacar.

Então, eu gostaria que o Dr. Pedro pudesse só dizer se isso é verdade ou não em relação a essa comparação, mais ou menos, em relação a essa comparação. Por quê? Porque, ainda assim, a Anvisa, que se negou num primeiro momento, só agora autorizou, ela autorizou, Sr. Presidente, com uma série de restrições que não foram dadas à CoronaVac, numa demonstração de que a CoronaVac é mais segura, por enquanto. Por exemplo, a Anvisa não liberou essa vacina pra menores de 18, pra maiores de 60 anos. E mais: pra quem não tem, não está saudável; quem tem comorbidades não vai poder tomar a Covaxin? Nós vamos, de repente, ter que trazer a Anvisa novamente aqui ou algum médico pra poder esclarecer.

Então, há muito que ser esclarecido, e eu gostaria muito de ouvi-los, ouvir a ciência antes de ouvir amanhã os técnicos que têm muito a responder em relação a isso.

Agradeço.

O SR. PEDRO HALLAL – Muito rapidamente, Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, fique à vontade com o tempo.

O SR. PEDRO HALLAL – Bem rapidamente, na verdade, assim, eu ouvi muitas vezes uma manifestação aqui nesta CPI, que eu acho que é uma manifestação válida, de que a ivermectina e a cloroquina estariam sendo boicotadas pelo *lobby* da indústria farmacêutica. Várias vezes isso foi dito aqui por alguns Senadores.

O que acontece? O que me parece estranho é que agora, então, nós vamos dizer o quê? Que o *lobby* da indústria farmacêutica está favorecendo? Porque a gente está pagando muito mais por uma vacina que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem evidência nenhuma de ser melhor que as outras ao contrário, como a Senadora muito bem mostrou, essa vacina está em estágio muito anterior às demais.

Então, eu não tenho como fazer absolutamente nenhum julgamento sobre esse caso, até que vocês consigam, Sras. e Srs. Senadores, apurar os casos, mas causa enorme estranheza para um pesquisador que R\$1,6 bilhão tenham sido empenhados – foi a informação que eu obtive ontem – numa vacina que ainda não tinha aprovação na Anvisa e que existem outras vacinas já aprovadas que não tiveram o mesmo tratamento por parte do Ministério da Saúde e do Governo Federal.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Simone. Eu também estava nas Diretas Já, e aquele foi um momento vigoroso da sociedade brasileira.

A senhora pergunta sobre o diferencial entre a CoronaVac e a Covaxin. Eu já disse aqui nesta Comissão que eu não estou em posição de falar muito sobre isso. Eu sou uma médica com o CRM inativado exatamente porque estou exercendo outra função, então não tenho condição. As informações que eu recebi são de que, sim, todas as duas são vacinas inativadas.

E a gente confia muito, a sociedade confia muito no trabalho desta CPI para fazer a gente entender o que está acontecendo. É tudo o que eu posso dizer, Senadora: que a gente confia, aposta no trabalho das Senadoras e dos Senadores para trazer a público todas as informações necessárias, porque, Senadora, a nossa grande preocupação é que todos aqueles meios com algum nível de segurança possam ser usados, possam ser usados para salvar a vida das pessoas, mas é preciso que as decisões sejam cobertas de transparência, de explicações objetivas, que a gente possa garantir a responsabilidade daqueles que tomam decisões e que essa responsabilidade possa resistir à luz do dia, à transparência necessária. A gente confia nesta CPI para poder nos trazer as respostas necessárias.

Obrigada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Diz o ditado que você pode enganar uma pessoa a vida inteira, pode enganar muitas pessoas por muito tempo, mas não pode enganar um país inteiro a vida toda. A verdade vai ser esclarecida a partir de amanhã em relação à compra, à aquisição das vacinas, a por que se negou tanto a contratação de vacinas, a por que se procrastinou tanto a produção de vacinas, se estimulou tanto a utilização de medicamentos ineficazes, numa comprovação de que a tentativa era uma imunidade de rebanho por contaminação e não por vacinação.

Como diz a Bíblia, conhecereis a verdade, e a verdade, Sr. Presidente, começará agora a nos libertar.

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muito obrigado, Senadora Simone.

Na ordem, Senadora Soraya e, em seguida, o Senador Fabiano Contarato pelo sistema remoto.

Senadora Soraya.

Eu vou pedir só uma gentileza. Sei que a Senadora Simone terá uma *live* daqui a pouco, mas eu queria pedir só uma gentileza. Eu vou me deslocar para fazer o exame na sala anexa, inclusive recomendo às senhoras e aos senhores, Senadoras e Senadores, e servidores que estão acompanhando esta Comissão que ainda não fizeram o exame que semanalmente esta Comissão está fazendo: a equipe que está fazendo os testes, ou melhor, que está fazendo os exames, está, a partir desta sessão, atuando aqui na sala ao lado.

Rapidamente irei até lá e voltarei aqui a tempo de V. Exa. ir para o seu próximo compromisso, Senadora Simone. Agradeço-lhe e passo de imediato à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Soraya, só um minutinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) - Pedro, tu falastes que tem uma pesquisa que o Governo está contratando de R\$200 milhões. Não quis fazer a de vocês?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) - De R\$200 milhões? O PrevCov foi anunciado numa coletiva de imprensa dois, três meses atrás, eu acho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Dr. Pedro, Dra. Jurema, Sra. Presidente, eu pedi até para o Senador Heinze ficar, Senadora Simone, porque eu gostaria de fazer um apelo aqui para os colegas. A nossa posição de Senadores é extremamente séria neste momento em que nós participamos da CPI devido à audiência desta CPI. O que eu quero dizer com isso? Nós precisamos tomar cuidado com a informação, não tocar no nome de remédios - seria muito importante, Senador Heinze.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando colocamos esse número de vidas salvas, 16 milhões e tanto, parece que todas foram salvas com a mesma medicação. Eu estou aqui e fui salva com uma medicação, mas não com a medicação de que estão falando. Eu não posso tomar ivermectina, faz mal para o meu fígado. Essa receita de bolo não salvou os 16 milhões de pessoas. A Senadora Leila foi salva, está aqui conosco, com outra medicação. Quando se coloca isso, parece, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Deixa eu só explicar. Eu estou aqui. Eu quero... Eu não quero... Com todo o respeito a V. Exa., eu não quero polemizar nada disso, mas, quando se coloca assim, parece que a defesa de um medicamento salvou todos os brasileiros. Não é verdade. Isso influencia na automedicação; eu já fui influenciada e me automediquei. Tem que tomar cuidado.

Então, nós não sabemos quantas pessoas... Eu tenho um amigo que está intubado agora, com esse tratamento de que o senhor fala. Não quero falar nomes, não, chega, porque isso é muito perigoso. Ele está intubado. Então, não.

E não é isso que vai definir ou vai classificar quem vai viver e quem não vai. A minha preocupação é as pessoas serem induzidas a acreditar que o que está escrito aqui, na minha frente, é a defesa que eu estou fazendo, e todos foram salvos. Por favor, não me interprete mal, mas isso é sério. As pessoas podem acreditar que todos esses que foram salvos foram salvos com essa medicação. Não é verdade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Não é uma medicação; são 17 medicamentos reposicionados hoje - 17!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Incluindo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Senador Heinze, assim que a Senadora Soraya terminar, se V. Exa. precisar... Acho que a Senadora tem o direito de terminar, e ela está no seu tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Está me entendendo? Será que eu estou me fazendo entender?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Perfeitamente, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Vindo de V. Exa., só engrandece essa tese, porque V. Exa., mais do que ninguém, tem toda a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legitimidade, porque defende o Governo, é Vice-Líder do Governo e tem a coerência e toda a capacidade de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas o Governo quer defender vidas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... estar aqui, em busca da verdade.

V. Exa. tem o tempo que for necessário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Agradeço.

O próprio Ministro Queiroga, Senadora Simone, não está mais falando nisso. Falou... Ele não revogou a portaria, que está à disposição lá, mas ele não está indicando essa medicação como uma receita de bolo. Eu estou me referindo ao Governo Federal, ao Ministro Queiroga, e ele está defendendo a autonomia médica, mas não está indicando uma medicação. Isso é perigoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Se V. Exa. me permitir, eu vou repor o tempo de V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Permito, claro, sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - ... mas eu preciso fazer justiça a V. Exa. e aqui, na Presidência temporária desta Comissão, fazer um agradecimento. Eu sou uma Senadora independente, mas preciso fazer um agradecimento ao Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

O Mato Grosso do Sul hoje é, no efeito Orloff, o que foi Manaus a um tempo atrás. Graças a Deus, oxigênio não está faltando, mas nós somos o único Estado da Federação brasileira com mais de 100% de leitos de UTI totalmente ocupados. Os nossos Estados vizinhos estão emprestando leitos para que os nossos irmãos sul-mato-grossenses não morram sem oxigênio e sem atendimento.

E, no auge - há 15 dias - desse sufoco, numa tentativa de conseguirmos mais vacinas, a Senadora Soraya emprestou a audiência que ela tinha com o Ministro às 11h da manhã. Antecipamos para que a bancada de Senadores pudesse ter uma audiência imediata com o Ministro Queiroga. Ali nós pedíamos apenas os 5% que o Ministro tinha de autonomia daquele valor de contingência de vacinas para que pudesse destinar esses 5% da Janssen para o Estado de Mato Grosso do Sul. Então, a Senadora Soraya foi fundamental, a Bancada Feminina, nós duas, e o Senador Nelsinho. E eu preciso dizer também que hoje, pela manhã - foi a primeira mensagem, antes das 7h da manhã; parece que o Ministro madruga



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também –, ele deu a notícia de que, além das doses que todos os Estados terão da Janssen, inclusive o Mato Grosso do Sul com 40 mil, nós teríamos aqueles 5% de contingência, de reserva dele, do ministério para Mato Grosso do Sul. Então, Mato Grosso do Sul vai receber quase 190 mil doses – só dessas, fora as outras – graças à agenda que V. Exa. cedeu para a Bancada de Mato Grosso do Sul.

Eu preciso registrar, porque realmente o Mato Grosso do Sul... Falam tanto no Estado do Amazonas, mas o Mato Grosso do Sul está vivendo esse momento dramático.

Será reposto o tempo de V. Exa., e eu aqui entregarei de novo a Presidência ao Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço, Senadora Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – As vidas sul-mato-grossenses, brasileiras e de todos os seres humanos estão acima de absolutamente tudo. Então, nós não podemos brincar com isso.

Eu lamento a saída do Senador Heinze daqui. Eu gostaria que todos os Senadores estivessem alertas com isso. Se eu estou colocando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi fazer o exame.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Maravilha!

Senador, eu não sei se o senhor me ouviu, mas a minha questão é: parece que as pessoas foram todas salvas com esse medicamento.

E, aí, a partir dos estudos de vocês, eu gostaria de saber: nas mortes, existe algum estudo dizendo, sobre quem morreu, qual medicamento tomou e, sobre quem não morreu, quem se salvou, quais foram os medicamentos? Eu nunca declinei o que eu tomei justamente para não influenciar ninguém. Não podemos fazer isso, principalmente porque não somos médicos. Se eu fosse médica, eu até me sentiria mais à vontade para defender esse ou aquele protocolo, mas dizer que temos uma receita de bolo é um perigo, é um perigo muito grande.

Então, eu lamento, Senadores... Nós temos essas vidas todas para comemorar, mas não sabemos como todas foram salvas. Existe esse estudo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Senadora, ao contrário: todos os estudos especificamente em relação à cloroquina mostram que não salvou nenhuma das vidas – nenhuma das vidas! Não tem nenhuma evidência de que cloroquina diminua o risco em comparação com não fazer nada. Existe evidência para alguns medicamentos em algumas situações específicas. E olha que eu não sou médico, eu estou trazendo o que a literatura mostra. Dependendo do momento do quadro, tem que entrar com corticoide. Dependendo do quadro e do risco do paciente, tem que usar o anticoagulante – eu usei o anticoagulante por um bom tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu também.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, assim, a afirmação de que o tratamento precoce salvou x vidas é absolutamente equivocada. E aí eu vou reforçar o que eu disse para o Senador Heinze, Exma. Senadora: comemorar 16 milhões de curados é como comemorar o gol do Brasil contra a Alemanha no jogo em que foi 7 a 1 para a Alemanha. Dezesesseis milhões de curados significam que dezesesseis milhões de pessoas ficaram doentes, e muitas delas vão ter sequelas de longo prazo. Não sei se a senhora tem, mas eu tenho algumas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu tenho.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, assim, não é motivo para comemoração, é motivo de reconhecer os profissionais de saúde que lidaram com esses casos, mas não temos nada a comemorar com 16 milhões de recuperados.

Desculpe, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, principalmente porque... Pode tirar o meu exame, porque todos nós – os nossos exames foram notificados, porque a notificação é compulsória – estamos nessa conta; pode tirar o meu número dali e o de outros, porque não foi essa medicação que me curou.

Então, sejamos sérios aqui e absolutamente responsáveis naquilo que fazemos e naquilo que mandamos de mensagens subliminares para as pessoas. Isso é muito perigoso. Pode tirar o meu nome dali. Não é... O Ministro da Saúde já reconheceu que essa receita de bolo é perigosa e que vamos defender, sim, a liberdade dos médicos. Eles vão saber o que receitar, eles estudaram pra isso, doutora.

Então, eu gostaria de deixar claro, com toda a vênica do mundo, para o nosso querido Senador Heinze, cuja opinião respeito, mas nós temos que tomar esse cuidado, porque, cada dia mais, essa necessidade aparece: dias atrás, nós não tínhamos essa noção desta necessidade de cuidar das nossas palavras mais ainda, né?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria deixar aqui um alerta para os Legislativos estaduais: muitos brasileiros estão aguardando o desfecho desta CPI pra resolver todos os problemas da malversação dos recursos públicos nesta pandemia, incluindo Estados e Municípios. Com a decisão do STF que dificultou as investigações nos demais entes da Federação, alerta a população e principalmente os Deputados Estaduais, bem como os TCEs (Tribunais de Contas dos Estados), para que exerçam as suas funções de analisar contas e de investigar.

O Governo Federal está sendo culpado aqui... Nós corremos um risco muito sério, se não trabalharmos com seriedade, com estratégia jurídica correta aqui dentro, de trazer para o Governo Federal uma culpa objetiva, e isso me preocupa. Eu tenho dito muito isso. Então, eu alerto aqueles Parlamentares estaduais responsáveis para que comecem a se movimentar nos seus Estados porque tem... Não escutei ainda sobre a abertura de CPI em nenhuma assembleia legislativa. Gostaria de estar errada e de ser informada sobre isto neste momento: qual é a assembleia legislativa que está se movimentando e realmente investigando? E como está sendo feito o trabalho nos Tribunais de Contas dos Estados? Nós estamos aqui de olho.

Agora, a minha pergunta pra vocês, antes parabenizando pelo trabalho realizado, pela paciência de estar aqui, de aguentar todos os Senadores durante o dia de hoje. Eu não pude ouvir o início da explanação dos senhores porque eu estava numa agenda externa. Tentei correr atrás desse prejuízo, mas não foi possível até este momento. Então, não sei se vocês tocaram neste assunto – acredito até que sim –, mas, considerando que o Dr. Pedro falou que as medidas mais restritivas e de curta duração são melhores das que as medidas mais flexíveis e de longa duração, eu gostaria de saber de vocês, dos dois doutores aqui: se tivessem que tratar desta pandemia no Brasil a partir de hoje, deste momento, no meio deste caos, qual seria a receita mais viável e o que nós deveríamos fazer?

E, sobre essa questão de medidas mais restritivas e de curta duração, quero também deixar mais uma vez o apelo: não precisamos... O Deputado Osmar Terra falou que *lockdown* não resolve, mas eu acredito – e aí vocês também vão me responder – que no Brasil nunca teve um *lockdown* de verdade, né? Nunca teve. Então, não adianta dizer que não resolve, porque nós também não fizemos. E toda flexibilização também não vai resolver. Por que não um caminho do meio? Aí, nós ficamos no caminho do meio, porque nunca tivemos *lockdown*? Não, nós ficamos num caminho bem difícil de compreender, mas um apelo precisa ser feito: muita gente vai para as ruas, sai, vai ao mercado mais do que precisa. Eu já fiz isso várias vezes. Hoje, não. Hoje eu tenho segurado mais e não tenho... Tenho cortado a maioria das minhas agendas no meu Estado e aqui. Então, eu tenho buscado ficar mais em casa, trabalhando, porque eu posso trabalhar lá da minha casa. Muita gente pode, muitos funcionários públicos já estão trabalhando, muita gente tem essa condição, e o Brasil até avançou neste quesito.

Nós deveríamos deixar as ruas para aqueles que precisam ir para as ruas. Então, se você for ver todo mundo que está na rua, se for perguntar e for verificar a verdade de cada um, verá que muitos precisam das ruas pra trabalhar, mas muitos que estão ali ou já são aposentados, estão andando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente... Porque, se nós nos esforçarmos por um curto período de tempo, de repente nós podemos aproveitar, voltar a ter uma vida normal e aproveitar, mas, se não nos unirmos neste momento, vai ficar cada vez mais difícil, cada vez estaremos mais prisioneiros de uma catástrofe, não é?

Então, gostaria de perguntar qual é a receita, qual é a ideia deste momento em diante.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Soraya. Gostaria de parabenizar o seu compromisso, a sua postura, a sua busca, porque é dessa união nacional que o Brasil precisa pra superar esse momento que, reconhecemos, é muito grave.

Repito aqui brevemente qual é o teor do estudo que eu apresentei aqui do grupo Alerta, que eu estou aqui representando. Esse estudo investigou o primeiro ano da pandemia, desde a semana seguinte da primeira morte, que foi em março de 2020, até as 52 semanas posteriores, até março de 2021.

Uma premissa importante desse estudo é que não havia vacina. Isso é mais do que uma premissa: não é havia mesmo, não é? E também não havia medicamento eficaz. O que se tem com base na ciência até agora é que determinados medicamentos, que a senhora recomenda acertadamente que não devemos ficar nomeando, porque receita... Tem profissionais habilitados, existem profissionais que têm direito de receitar; os outros profissionais não têm. Isso não é pra cercear ninguém, é pra conferir segurança, preservar a saúde. Então, a senhora tem toda a razão de recomendar que não se saia falando, não se estimule a automedicação, porque é muito perigosa, e nem compreensões equivocadas.

Mas esse estudo é baseado no reconhecimento dos estudos daquele momento e também no que se tem até agora, quando dizem que ainda não há medicação específica para o SARS-CoV. Existem medicações, como disse o Pedro, que são para o manejo da doença, como corticoides, anticoagulantes e vários outros, mas ainda não há reconhecimento de que exista algum medicamento.

E por que que eu estou falando do reconhecimento científico? É porque não é uma questão de opinião, Senadora Soraya, é a busca da segurança. E a segurança aqui é pra preservar a vida. Então, a senhora tem realmente toda a razão.

A senhora pergunta qual medida seria a medida pra a gente colocar em ação daqui pra frente. Eu vou dizer, Senadora, que o nosso estudo é baseado... Ele se beneficia de estudos internacionais publicados em duas revistas de excelência, a *Nature* e a *Science*, que já mostram que, mesmo na ausência de medicação específica, mesmo na ausência de vacina ou insuficiência de vacina, há medidas que funcionam, e é um conjunto de medidas.

Mesmo na ausência de vacina ou insuficiência de vacina, há medidas que funcionam, e é um conjunto de medidas. São medidas que reduzem a exposição ao vírus, como o distanciamento social e as medidas econômicas de que a senhora está falando. Tem gente que vai para a rua porque precisa. Então, trata-se dos estímulos necessários, seja para os empresários, seja para os trabalhadores e trabalhadoras



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formais e informais para que não vão à rua, para que só saiam aqueles fundamentais, essenciais. Estas medidas são importantes: suspensão das atividades não essenciais, medidas de redução da probabilidade da contaminação.

Nós somos um exemplo disso, todos nós aqui: estamos de máscara, estamos tomando cuidado, esta Comissão está fazendo a testagem adequada para tomar as medidas se algum teste aqui for positivo, vai identificar, vai fazer recomendação de isolamento, vai investigar os seus contatos para ver o contato de quem foi positivo para também recomendar quarentena, ou seja, são medidas de vigilância epidemiológica também.

E tem medidas, Senadora, que são para a redução da gravidade e do risco de morte: aí é no hospital, no sistema de saúde. É preciso pegar o Sistema Único de Saúde, que envolve o setor público, o setor filantrópico contratado e o setor empresarial contratado, e garantir que ele funcione da melhor forma possível, investir mais, treinar mais os profissionais, repor profissionais que o sistema está perdendo, seja por *burnout*... Morreram muitos profissionais. O Brasil já foi o terceiro país da região com mais mortes de profissionais de saúde. Então, há muitas medidas.

O que estou tentando dizer, Senadora, é que são muitas medidas, mas todas são possíveis de serem colocadas em práticas aqui e agora.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO HALLAL – Senadora, basicamente a Dra. Jurema respondeu de forma brilhante. Apenas quero lhe dar uma informação: o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul montou recentemente um comitê científico, do qual eu faço parte, para investigar as utilizações de recursos públicos, entendo eu tanto do Governo do Estado quanto das prefeituras, no enfrentamento da pandemia. Só para lhe dar um exemplo que talvez seja útil.

Queria rapidamente lhe dizer que eu fiquei muito sensibilizado com a sua fala sobre a questão da necessidade de uma união nacional. O Senador Marcos Rogério me perguntou se as minhas posturas críticas poderiam estar relacionadas com o fato de que eu fui atacado pelo Governo Federal. Quando o novo Ministro assumiu, eu escrevi uma coluna – eu tenho uma coluna semanal num jornal de circulação nacional – dando dicas que a epidemiologia entendia como necessárias para o enfrentamento da pandemia. Então, todos nós da ciência estamos dispostos a colaborar para que o Brasil saia melhor desta.

Se eu tivesse que resumir em duas hoje, e eu falei isso anteriormente, diria que o Brasil precisa vacinar em média 1,5 milhão de pessoas por dia. Nesse sentido, o Brasil tem avançado, o Brasil está chegando perto desse número, mas infelizmente é um dia ou outro, precisa ser a média, mas estamos melhorando. A outra medida absolutamente urgente é botar esses números lá embaixo, e não há outra medida numa situação aguda como a nossa além de parar tudo no País por três semanas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a Senadora pode dizer: "Pô, Professor, depois do cansaço que todo mundo está, 15 meses depois..." A gente nunca parou tudo no Brasil. Em termos econômicos, o ganho de uma parada rigorosa agora, por apenas três semanas, é muito maior do que nós ficarmos mais vinte semanas enfrentando, que é o que vai ser preciso para os números baixarem se a gente não fizer nada. Então, eu peço a sensibilidade da Senadora, que está super disposta a ouvir a ciência, para tentar disseminar essa ideia de que o Brasil precisa botar esses números lá embaixo. Com a vacinação acelerando, eles não vão conseguir subir de novo. Então, é preciso botar os números no chão.

Ontem nenhum país do mundo teve mil mortes. O Brasil teve duas mil e poucas. O Brasil representou ontem um terço das mortes no mundo, e nós só representamos 2,7% da população mundial.

Nós precisamos mudar esse rumo, não pra responsabilizar o Governo Federal ou desresponsabilizar, mas pra resolver o problema da pandemia, que é o nosso maior problema do momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu agradeço, Sr. Presidente, agradeço aos convidados de hoje. Peço que continuem estudando, continuem firmes. Nós precisamos da ciência, precisamos dos estudos, precisamos das pesquisas, porque sem dados nós não conseguimos desenhar as estratégias de políticas públicas. É impossível, sem esse estudo rigoroso, sério, e, acima de tudo, não politizado. Ciência é ciência; ciência não tem ideologia; vidas não têm ideologia.

E outra: parabéns! Nós estamos juntos.

Eu fui lamentar os mortos no sábado e fui atacada nas redes sociais, como muitos. Então, nós chegamos num ponto que não dá mais nem pra avaliar esse tipo de coisa. Eu já disse aqui e vou repetir: eu estou preocupada com as vidas, e não com *likes* na internet. Isso é o que importa.

Obrigada, Sr. Presidente. Parabéns pra vocês, e continuem o trabalho sério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Soraya, eu agradeço V. Exa. e a cumprimento – e a cumprimento. Tem algo que tem posições diferentes neste Parlamento – tem gente de direita, de centro, de esquerda –, mas não tem posição diferente para empatia, para a condição humana e para sentimentos de humanidade. Lamentar mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras mortos, que não estão mais entre nós, isso não define a posição política de quem quer que seja; isso só demonstra que nós temos empatia.

Eu só aumento minha admiração e cumprimento V. Exa. por isso.

Na sequência, Senador Fabiano Contarato. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço o comparecimento da Dra. Jurema, do Dr. Pedro.

Eu queria começar a minha fala com uma frase que ficou marcada pra história, que diz que ainda há juízes em Berlim. Eu trago essa frase pra traçar um paralelo: ainda existem políticos que acreditam na ciência; ainda existem políticos que acreditam que o investimento na educação é o melhor instrumento pra redução da desigualdade; ainda existem políticos que acreditam que nós podemos, sim, construir um Brasil melhor, mais justo, fraterno e igualitário.

Eu não tenho procuração dos meus colegas Senadores, mas eu faço em meu nome. Eu queria pedir perdão a todos os professores, a toda a academia, a todos os cientistas, diante dos ataques que nós estamos sofrendo constantemente. Nós temos um Presidente da República que queria cortar verbas dos cursos de Sociologia, Antropologia, Filosofia, com o pretexto de que esses cursos não dariam retorno para a população. Ora, a minha formação é no Direito, mas eu não seria nada se eu não tivesse feito leituras que passam por Locke, Rousseau, Maquiavel, Thomas Hobbes, Michel Foucault, os pensamentos de todos os filósofos.

Então, eu fico triste quando você vê um Governo Federal que incentiva filmar o que o professor está falando em sala de aula e mandar. Eu queria que os professores filmassem as condições que eles têm nas aulas, escolas sucateadas, com um piso salarial de um pouco mais de R\$2 mil, corte na educação, corte na ciência e na tecnologia.

Ainda há políticos que acreditam na educação e na ciência, e eu peço esse perdão, porque eu não consigo, não acho razoável, não acho crível, aceitável que, em pleno século XXI, nós estejamos discutindo se a Terra é redonda ou plana; em pleno século XXI, nós estejamos repudiando a vacina e difundindo uma cultura de utilização de uma medicação sem nenhuma prova científica; em pleno século XXI, nós estejamos presenciando um Chefe de Estado brasileiro propagando, participando de aglomeração, sendo contra o distanciamento social, sendo contra utilização de máscaras e incentivando o uso dessas medicações que a ciência não comprovou. Ciência se faz com pesquisa, com estudo, com publicação em revista. E, aqui, eu quero parabenizar todos os cientistas, todos os professores. Eu tenho muito orgulho das universidades públicas do Brasil, dos institutos federais, a quem eu faço aqui o meu agradecimento.

Dr. Pedro, o senhor falou brevemente sobre a falsa sensação de segurança que os medicamentos do *kit* Covid conferem às pessoas que o utilizam. O senhor poderia detalhar um pouco melhor as consequências da promoção e disseminação desses remédios sem eficácia? Há dados sobre como isso impactou a adesão às medidas de isolamento social e de higiene?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós não temos dados diretos sobre isso, nós temos uma série de evidências indiretas como as que eu apresentei aqui.

Desde o começo, nós, da ciência, temos dito que muito mais do que o possível efeito colateral de uma dose exagerada de hidroxicloroquina ou danos ao fígado da ivermectina, muito mais grave do que isso é a falsa sensação de segurança. Inúmeras vezes, nós recebemos no WhatsApp, em todos os grupos de que todos nós participamos – certamente o Sr. Senador também –, as pessoas perguntando: "Mas se tem remédio que cura, por que que eu vou precisar ficar em casa?". Então, assim, essa quantificação é feita na análise que eu apresento, como parte das 400 mil mortes a mais do que nós teríamos, porque nós deveríamos ter, mas, especificamente, quantas dessas 400 mil mortes em excesso são causadas pela disseminação do tratamento precoce, infelizmente, a gente não tem essa resposta nesse momento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Dr. Pedro, além de retardar a compra de vacinas, o que, pelos seus cálculos, levou a quase 100 mil mortes, o Presidente Bolsonaro tem incutido um temor irracional com relação às vacinas: afirma que as vacinas são arriscadas, que transformam as pessoas em jacarés, enfim. Temos visto uma disseminação pavorosa de mentiras sobre vacinas. Qual pode ser o impacto dessa campanha de desinformação contra as vacinas e contra algumas vacinas específicas? É possível calcular quantas mortes adicionais foram causadas por essas narrativas falsas e cruéis?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, Senador, deixa eu ser bastante específico na resposta.

A estimativa que nós temos é que, se nós estivéssemos na média mundial, 400 mil mortes teriam sido evitadas. Essas 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas por diversas ações. A Dra. Jurema mostra que, só entre março e março, 120 mil poderiam ter sido evitadas pela adoção de medidas não farmacológicas. O estudo que eu apresentei mostra que 95,5 mil poderiam ter sido salvas ou evitadas pela compra antecipada das vacinas. Entre as restantes, tem uma série de outros fatores, inclusive a disseminação de que a vacina poderia transformar as pessoas em jacaré ou botar em dúvida a eficácia das vacinas.

Aliás, esse é um tema importante. A liderança nacional tão bem trazida aqui pelo sanitário Dr. Cláudio, da Fiocruz, leva em consideração esses fatores. A liderança nacional tem um papel na mensagem de comunicação, em todas as mensagens. No momento em que a liderança nacional traz uma mensagem anticiência, infelizmente isso acaba afetando todas as pessoas, mas não tem como quantificar cada ação em específico. O grosso, o conjunto das ações resultou em 400 mil mortes a mais do que seria esperado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Dra. Jurema, a senhora destacou a forma desigual como a pandemia impactou os brasileiros. Eu gostaria de pedir para que a senhora destacasse especialmente como a pandemia afetou de forma mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensa e gravosa a população negra. Aproveito para perguntar também se o grupo Alerta identificou qualquer política pública desenvolvida pelo Governo Federal para endereçar à desigualdade racial.

Aliás, eu queria manifestar aqui meu absoluto repúdio à censura sofrida pelo Dr. Pedro com relação aos dados sobre a desigualdade racial nos impactos da Covid.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Contarato.

Como o senhor, eu também acredito na ciência e na educação. As organizações do Alerta acreditam na ciência e na educação e acreditam na potência da sociedade civil, que, mobilizada, vai fazer, junto com aqueles setores que de fato defendem a vida, com que possam agir de forma consistente pra alterar esse quadro. Eu digo isso... Quando o senhor fala que ainda há Senadores com quem a gente pode contar, é exatamente por isto que a gente está aqui: é porque há Senadores com quem a gente pode contar pra tomar as medidas urgentes e necessárias pra alterar esse curso de coisas.

O senhor pergunta sobre as iniquidades, sobre as injustiças, sobre o impacto dessas desigualdades, das desigualdades raciais em particular sobre a saúde. Sim, a população negra e a população indígena, por exemplo, são os grupos populacionais que tiveram menor acesso ao teste. E, pra exemplificar... Por que eu estou citando o teste, Senador? Porque o teste significa identificar a pessoa infectada e significa oferecer à pessoa infectada as condições de isolamento, oferecer para os contactantes dessas pessoas as condições também de testagem, identificação e isolamento, pra poder evitar a progressão descontrolada da pandemia.

O que os dados têm mostrado, Senador, é que essa população não teve acesso a isso. Os dados estão mostrando, Senador, outros dados estão mostrando, por exemplo, que, no primeiro ano da pandemia... O nosso estudo não foi capaz de detectar isso, porque, no primeiro ano da pandemia, a população quilombola, por exemplo, não era contada como quilombolas. As organizações quilombolas precisaram judicializar a questão pra reivindicar, inclusive, que fossem contadas pelas suas condições de vida especiais, diferentes da maioria.

Senador, o senhor pergunta se nós identificamos alguma política que desse conta da igualdade racial. Senador, o Brasil enxerga como essas políticas vêm sendo veementemente atacadas particularmente – mas não apenas – por gestores dedicados ao tema, que têm a obrigação, o dever do seu cargo, do cargo em que está investido, do investimento que a sociedade faz pra oferecer condições para os gestores darem conta da sua responsabilidade... A gente está vendo que são as pessoas que estão nessa posição, naquela cadeira que mais atacam as políticas.

O Brasil tem Estatuto da Igualdade Racial, o Brasil tem as leis que dizem que racismo é crime, o Brasil tem a Constituição Federal... E o senhor, Senador, sabe melhor do que eu, pela sua formação em Direito, que o Brasil tem uma Constituição que diz que todas e todos temos direitos. A população negra, a população indígena, as pessoas de baixa escolaridade, as pessoas de baixa renda têm direitos, Senador. E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas – o estudo ajuda a demonstrar – foram negligenciadas, não receberam, não tiveram acesso a tudo aquilo que necessitavam, apesar de haver as políticas, apesar de haver as determinações constitucionais e legais, apesar de haver a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apesar de haver todo o arcabouço que define as obrigações; ainda assim, essas obrigações não foram realizadas.

E estamos aqui. Por isso que estamos aqui na CPI, Senador, para que este momento aqui da CPI, esta ação da CPI, esta ação fundamental da CPI nos ajude a corrigir essa trajetória nefasta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente. Eu concordo em gênero, número e grau. Não adianta no Brasil, no art. 3º, inciso IV, termos, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, sendo que... E aqui eu dou um testemunho: como delegado de polícia, por 27 anos, eu fui utilizado para agir de forma contundente contra pobres, negros e semianalfabetos, quando os crimes que maior prejuízo causam são os crimes praticados por políticos, porque, quando um político desvia a verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verbas da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens.

E eu sonho também. Assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também sonho. Eu sonho com um dia em que nós teremos aqui, no Senado, na Câmara, uma representatividade maior das mulheres, dos negros, dos índios, dos quilombolas, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+. Mas a senhora pode ter certeza que nós estamos aqui lutando, lutando com coragem e determinação, para reduzir essa desigualdade, para que nós tenhamos, efetivamente, um Brasil mais igualitário, mais justo e fraterno.

Eu queria perguntar ao Dr. Pedro, com a aquiescência do meu querido Presidente, que nós temos visto Estados em ritmos de vacinação bastante diferentes. Enquanto alguns avançam, outros estão um tanto quanto atrasados. A que o senhor atribuir essa variação? Há alguma política por parte do Governo Federal para reduzir isso e acelerar essa vacinação de forma geral?

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Senador, na verdade, essas disparidades na vacinação entre os Estados são bastante preocupantes. Eu venho de um Estado que é o Estado que, já faz muito tempo, vem liderando a corrida das vacinas no Brasil, mas vejo que outros Estados estão tendo mais dificuldades.

Mas eu gostaria de destacar que o Governo Federal tem, pelo menos, duas políticas que precisam ser implementadas imediatamente. A disseminação ampla da ideia de que a segunda dose não é dose de reforço. Tem muita gente entendendo que não, que a segunda dose não é necessária, como se fosse uma dose de reforço, e não é. No caso da Covid-19, a segunda dose faz parte do tratamento, de uma vacinação completa. E a segunda coisa é desestimular essas narrativas que tentam comparar as vacinas. Todas as vacinas, no nível individual, possuem absolutamente eficácia individualmente altíssima e o mais importante é nós termos mais gente vacinada o mais rápido possível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu peço para todos aqueles que assistem à CPI ou que vão assistir depois – hoje é o *top trend* do Twitter no Brasil – que não façam essa escolha de vacinas. Não digo isso da boca pra fora. A todas as pessoas da minha família que tiveram que se vacinar, aos que vieram falar comigo sobre isso eu disse: "Tomem a primeira vacina disponível, que a primeira vacina disponível é a melhor, desde que aprovada pela Anvisa, é claro".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Dr. Pedro.

Eu quero aqui fazer mais um desabafo – me perdoem. Mas eu não consigo entender, porque eu tenho duas missões na minha vida: ser servidor público e ser professor. E eu não consigo entender quando você tem que, nas escolas públicas de ensino fundamental, 92% dessas escolas no Brasil não têm laboratório de ciência; 73% não contam com biblioteca; 73% não têm acessibilidade; 63% dessas escolas, dos nossos filhos, dos nossos jovens, não contam com quadra esportiva, e o Governo Federal, no orçamento, salvo... Em 2019, ele cortou do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia 16%; agora, cortou 18% e, em plena pandemia, cortou do Ministério da Saúde 21,8% de áreas tão sensíveis que nós estamos passando.

Eu queria saber, Dr. Pedro, Dra. Juliana... Jurema – desculpa –, vimos ao longo do último ano que o Governo Federal não desenvolveu qualquer política pública ou planejamento para direcionar as medidas restritivas... (*Falha no áudio.*)

... nacional.

Se escorava na absoluta falsa narrativa de que o Supremo havia proibido o Governo Federal de tomar qualquer medida – isso foi desmentido por nota do Supremo Tribunal Federal. O que tivemos foram Estados e Municípios delimitando as áreas de maior contaminação, risco ou esgotamento da rede hospitalar.

No entendimento dos senhores, seria papel do Governo Federal fazer esse mapeamento e delimitação das restrições específicas para cada região? Quais as desvantagens da descentralização desse esforço?

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, o termo correto não é descentralização; o que aconteceu foi que o Ministério da Saúde e o Governo Federal lavaram as mãos e não exerceram seu papel constitucional de liderar a saúde pública brasileira.

Toda a história da saúde pública brasileira foi sob liderança do Ministério da Saúde, todas as grandes campanhas de vacinação – o Brasil é referência mundial em vacinação, o Brasil é referência mundial no tratamento do HIV, o Brasil é referência mundial em várias áreas da saúde pública. Todas essas políticas foram sob liderança do Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que o Ministério da Saúde abriu mão de liderar as políticas de enfrentamento da Covid-19, o Ministério da Saúde, obviamente, causou uma série de danos à saúde da população brasileira e, repito, não só à saúde, também à economia brasileira, porque a falta de controle da pandemia traz repercussões gravíssimas para a economia do País.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, isso está reforçando que houve uma violação ao art. 6º da Constituição Federal, que diz que a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado, e isso tem que ser dito várias vezes. Platão falava que a sabedoria está na repetição; a repetição que tem que ser dita é que o Estado brasileiro é que é a pessoa jurídica de direito público externo que tem competência e legitimidade para celebrar contratos para aquisição de insumos e vacinas, e, deliberadamente, não fez isso, quer seja por ação ou por omissão; daí a responsabilidade criminal, civil e administrativa por ato de improbidade, que eu espero que esta Comissão, com bastante hombridade, seriedade, imparcialidade vai concluir.

Eu só quero tomar a oportunidade para fazer mais uma pergunta. Especificamente, desde o começo desse ano, o Presidente Bolsonaro tem viajado pelo Brasil em campanha eleitoral antecipada, fazendo aglomerações, desrespeitando todas as regras de isolamento e higiene. Muitas dessas cidades visitadas são, inclusive, cidades pequenas e médias, com capacidade reduzida pra lidar com o aumento de casos de Covid-19.

Queria pedir uma avaliação de vocês, do Pedro, Dr. Pedro e da Dra. Jurema, sobre a os impactos negativos da conduta do Presidente da República quando ele assim se porta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Vou passar para a Dra. Jurema e, em seguida, para o Dr. Pedro. Vou pedir a compreensão dos nossos expoentes e também do Senador Fabiano, nós temos sido aqui, no exercício da Presidência, o mais tolerante possível com o tempo. Acrescentei tempo ao Senador Fabiano.

Eu vou pedir um minuto, se for possível, para a Dra. Jurema. Em seguida, passarei também para o Dr. Pedro. Aí, em seguida, eu peço só para o Senador Fabiano concluir, por gentileza.

Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Randolfe.

Senador Fabiano, vou ser bastante breve. A sua pergunta é sobre o papel e sobre o exemplo, não é? É papel, é responsabilidade federal coordenar as ações, em parcerias com os entes federados. Não era papel... Nenhuma decisão judicial ou o que quer que seja disse o contrário, porque é assim que está dito na Constituição e na legislação que faz o sistema de saúde, etc, etc. E o senhor sabe melhor do que eu: é papel coordenar e agir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor pergunta também o papel da liderança e do exemplo. Nosso estudo, Senador, observando o primeiro ano, diz que as medidas não farmacológicas, se bem utilizadas, se utilizadas com intensidade, elas preveniriam mortes pela redução da transmissão.

Então, toda a situação em que se produz aglomeração, Senador, me traz – eu acho que traz a todas e a todos nós – angústia, traz uma tristeza profunda, porque a gente sabe o que vai acontecer em algumas semanas, depois daquilo. Nas cidades pequenas, há situações extremamente dramáticas, porque não há recursos disponíveis para dar conta do que vai vir.

(Soa a campainha.)

A SRA. JUREMA WERNECK – É exatamente isso, Senador. A liderança precisa se colocar em favor da vida. E esse é o apelo que a gente faz a todo mundo: é preciso que a liderança se coloque em favor da vida, coordene as ações federais e garanta que as medidas à disposição, cientificamente comprovadas, sejam disponibilizadas para toda a população, pra que a gente saia disso o mais rápido possível. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, eu peço desculpas, Sr. Senador. Tive que fazer um *pit stop* bem rápido para ir ao banheiro.

Mas, pelo que eu entendi, a pergunta é sobre a necessidade de um pacto...

A SRA. JUREMA WERNECK *(Fora do microfone.)* – É sobre o papel do Presidente da República, que tem feito aglomerações.

O SR. PEDRO HALLAL *(Para expor.)* – Ah, isso.

Não, na verdade, assim, eu já comentei sobre isso anteriormente, Senador. Eu não tenho dúvida nenhuma da responsabilidade da Liderança maior do País pela crise sanitária que estamos vivendo.

Seria inevitável o coronavírus chegar no Brasil e, pela extensão territorial do Brasil, seria inevitável que tivéssemos, inclusive, milhares de óbitos. Agora, minimizar a importância da pandemia, desestimular a vacinação, desestimular o distanciamento social, promover tratamentos ineficazes, todas essas ações que são muito personalizadas no Líder maior do País, elas atrapalharam e muito a criação de uma força tarefa unificada para o enfrentamento do vírus.

Então, quando alguns Senadores inclusive dizem aqui que o nosso único inimigo é o vírus, na verdade, o nosso único inimigo deveria ser o vírus, mas, infelizmente, no Brasil, a gente tem que enfrentar também aqueles que jogam no mesmo time do vírus. E esses, infelizmente, têm atrapalhado muito as políticas nacionais de enfrentamento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE *(Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)*
– Obrigado, Dr. Pedro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano, muitíssimo obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Deixa eu só concluir aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Obrigado pela paciência.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar o trabalho, a coragem e a forma destemida do Dr. Pedro e da Dra. Jurema e dizer, mais uma vez, que o Parlamento, o Senado Federal, nós temos políticos sérios em Brasília, assim como existiram juízes sérios em Berlim. Então, também estamos aqui.

Eu queria também fazer um apelo a todos os professores, principalmente das escolas públicas. Como o Governo tinha incentivado filmar os professores, afetando a liberdade de cátedra, filme, filme suas escolas sucateadas, sem bibliotecas, sem quadras desportivas, sem laboratório de ciências! Como eu vou falar qual tratamento se dá a um professor se o piso salarial de um professor é de R\$2 mil e poucos? Que tratamento estamos dando para a saúde pública?

Então, fica aqui o meu apelo e, mais uma vez, o meu agradecimento ao Dr. Pedro, à Dra. Jurema, que muito dignificam. E parabéns a todos os cientistas, a todas as academias, a todas as universidades públicas e institutos federais.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Em absoluto. Eu quem agradeço, Senador Fabiano Contarato.

A nossa penúltima inscrita, imagino, é a Senadora Leila Barros.

Penúltima ou última, porque eu pergunto ao Senador Izalci, que está no sistema, se ele pretende se inscrever, se ele está inscrito. *(Pausa.)*

Saiu, né?

Então, nossa última inscrita, deste dia dos belíssimos depoimentos da Dra. Jurema e do Dr. Pedro Hallal na CPI, é a Senadora Leila Barros.

V. Exa. fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu acompanhei a primeira parte da Comissão presencialmente, mas tive de vir aqui para o gabinete. Eu estou no Senado. Mas não tinha como, enfim, não participar deste momento.

Quero agradecer demais a presença do Dr. Pedro, da Dra. Jurema. Acho que vocês dois foram muito, muito precisos nas suas falas.

Eu tive oportunidade, gostaria de dizer a ambos, de, quando o ex-Ministro Pazuello esteve aqui na Casa, na Comissão, comentar com ele algo muito assim... Eu fiz uma comparação entre as Forças Armadas e o esporte. Eu falei para ele que todo coletivo, ele precisa de liderança. Eu, a vida inteira, liderei equipes, fui liderada e tenho certeza de que o General também.

Então, quando vocês falam – e aí eu agradeço demais, assim, primeiro, pela fala e pela coragem de ambos – "olha, faltou liderança", isso, nós não temos dúvida – não temos dúvida.

E eu tive essa oportunidade de dizer ao Ministro Pazuello que não existe Exército sem um general, sem uma liderança, que não existe uma equipe sem um capitão ou um técnico e que não existe uma nação sem um Presidente que lidere, que tenha uma atitude. E isso, de fato, a gente sente, a gente percebe justamente por este cenário trágico que nós estamos vivendo e enfrentando desta pandemia.

Então, gostaria de perguntar a ambos – é claro que eu perdi uma parte desta sessão, não sei se foi perguntado –, eu peço desculpas se estou sendo repetitiva, mas os estudos de ambos apontam relação entre etnia, cor, classe social e localização e a incidência de casos e óbitos. Eu gostaria de saber se é possível apontar estratégias específicas para o enfrentamento da doença a partir desses dados. Eu gostaria de perguntar a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Leila.

Sim. A resposta é "sim", para ser objetiva. E eu explico.

A gestão da epidemia exige ações comprovadamente eficazes para proteger a saúde, proteger a vida e garantir a sobrevivência de todos e todas.

Mas, neste universo de brasileiros e brasileiras, há características específicas para diferentes grupos específicos, não é? Há as mulheres, os homens, as mulheres trans, as mulheres CIS, os pobres, os que não são pobres, os de alta escolaridade, os de baixa escolaridade.

É preciso que se compreenda a população na sua heterogeneidade e diversidade, porque essa heterogeneidade significa também necessidades diferentes para cumprir as necessidades que a pandemia impõe. Então, sim, quando a gente dizia, os dados mostram, que a população negra ficou desassistida e termina sendo a que está na primeira, na primeira posição trágica das mortes, o que a gente está dizendo é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisava, compreendendo que a população negra tem diferentes pré-condições – eu não estou falando nada de genética aqui, eu estou falando de pré-condições sociais, da exclusão social –, impunham-se ações específicas para garantir que esse lapso de acesso aos direitos, ao direito à saúde, fosse suprido com urgência, no momento da pandemia. É preciso garantir.

Senadora, disseram para ficar em casa e lavar as mãos. Mas quem não tem casa precisa ser contado também e resolver. Para quem não tem casa, resolve como a recomendação de ficar em casa? Falou-se: "Lavem as mãos". E quem não tem água potável, quem não sequer qualquer tipo de água, faz como para poder garantir isso? Disseram várias outras medidas, várias outras medidas. A gente recomenda, por exemplo, o isolamento social. Mas há gente nessa sociedade, Senadora, negros, os pobres, e muitas são mulheres, que não tem garantias hoje do que vão comer ainda hoje ou amanhã. Então, era preciso garantir os auxílios, os apoios, os mecanismos todos de política pública para olhar para essas pessoas que têm direito à saúde, que têm direito à assistência e oferecer a elas o que é necessário. A senhora tem toda razão, Senadora, de perguntar em relação às medidas específicas, porque é assim que se faz uma boa política pública – reconhece qual é o seu universo e passa a compreender o que ele tem de similar, de igual e o que ele tem de diferente e cuida de todos, porque, apesar da diversidade, o direito é de todos e todas.

Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sra. Senadora, antes de começar a responder a sua pergunta, deixa eu fazer um momento de 15 segundos de tietagem e agradecer por toda a felicidade esportiva que eu tive assistindo à senhora jogar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PEDRO HALLAL – Foi um prazer durante todos esses anos assistir aos seus jogos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata.

O SR. PEDRO HALLAL – Sobre a pergunta específica, eu vou citar algumas ações que poderiam ter sido feitas para proteger aqueles que mais precisam. Porque, quando eu fui Reitor da Universidade, uma das frases mais importantes que eu ouvia é que eu teria que rapidamente tomar uma decisão: se eu faria uma gestão para quem mais ou para quem mais precisa. E a pergunta da senhora indica quais as políticas que poderiam ter sido adotadas para quem mais precisa.

Na vacinação, por exemplo, houve a priorização dos indígenas, mas não houve a priorização das pessoas de acordo com o nível socioeconômico, o que no Brasil é possível de fazer – Cadastro Único, cadastro do Bolsa Família. Poderiam ter sido priorizados os mais vulneráveis na vacinação. O auxílio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial é especialmente relevante para esse contingente vulnerável da população. Então, ele precisava ter sido aprovado com mais agilidade, ter sido mantido por mais tempo.

A questão da comunicação é extremamente importante. As pessoas que estão em casa precisam receber uma mensagem unificada. Não dá para receber uma mensagem de que máscara é importante, dos pesquisadores, dos médicos, e o Presidente da República não usar máscara. Então, uma mensagem de comunicação unificada é especialmente importante.

Campanhas de distribuição de máscaras são extremamente relevantes. Se o Governo Federal, especialmente o Ministério da Saúde, tivesse investido em distribuição de boas máscaras para a população, especialmente a mais vulnerável, teria diminuído a transmissão. O mesmo recurso que foi investido para aumentar a produção de cloroquina, por exemplo, que, infelizmente, não serviu para nada...

E, por último, a garantia da segurança alimentar. Uma das medidas mais graves que eu tenho ouvido de relato dos colegas é que as unidades básicas de saúde voltaram a receber crianças desnutridas, que era algo que tinha diminuído consideravelmente no Brasil, não como esforço de um Governo, de vários Governos. Então, é muito triste saber que tem muitas famílias em situação de insegurança alimentar nesse momento, e isso poderia ter sido incluído nas políticas públicas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Perfeito.

Eu perguntei para vocês sobre as estratégias específicas para esta pandemia, até porque, como vocês falaram, nós vivemos uma pandemia com *tsunami*. A gente não teve nenhum momento em que ela nos deu folga. Entramos numa onda, a primeira, a segunda, já estamos embolando na terceira. Quer dizer, não houve um gráfico de queda. Ela esteve o tempo todo ali assolando e matando os brasileiros.

E aí, baseada nisso, eu gostaria de perguntar... Claro, me antecipando, porque, assim, realmente, eu tive Covid, eu perdi amigos, eu perdi pessoas muito próximas, e não tem isso, como vocês falaram, não tem cor, não tem classe. Ela está aí. Ela é real. E já pensando no futuro e baseado muito nos estudos que vocês nos apresentaram aqui, como é que o País deve se preparar de antemão para enfrentar da melhor forma uma eventual pandemia no futuro?

Eu sei que eu estou me precipitando, mas eu tenho uma curiosidade de ouvir de vocês isso. Eu sei que é fortalecimento do SUS, investir em ciência e tecnologia, mas o que mais nós podemos, assim, como Parlamentares, começar a pensar em termos futuros? Porque isso é real. Eu, particularmente, e nossa geração estamos encarando um momento ímpar de viver essa pandemia. E o futuro? O que nos reserva o futuro?

Então, eu pergunto pra vocês nesse sentido: como que podemos nos preparar para um futuro que a gente sabe que é incerto ainda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Senadora, essa é uma ótima pergunta, porque esse é um tema que está circulando em vários grupos de pesquisadores. A Organização Mundial da Saúde está, inclusive, criando uma unidade específica para lidar com o futuro e com a possibilidade de novas pandemias.

Existe uma série de iniciativas que podem ser adotadas. Obviamente que o investimento em ciência e tecnologia e investimento em educação, nas universidades públicas, por exemplo, não podem não fazer parte da minha resposta, mas, para ser mais direto, especificamente, a estrutura de ciência e tecnologia do Brasil precisa, definitivamente, se dissociar dos Governos e se associar com o Estado brasileiro. Um grande problema que a estrutura de ciência e tecnologia e a estrutura de educação do Brasil vivem é que muitas das políticas de ciência e tecnologia deste País são políticas de governo e não políticas de Estado, o que faz com que, dependendo do Governo ou do interesse do Governo em valorizar mais ou menos, algumas iniciativas praticamente inexistam. Aí eu posso citar as iniciativas do CNPq e da Capes.

Então, os Srs. e as Sras. Senadoras têm o compromisso conosco, pesquisadores, que estamos tentando colaborar com o enfrentamento dessa pandemia, de nos ajudar para que no futuro próximo a ciência e tecnologia e as universidades brasileiras não sofram com a falta de recursos que a gente vive hoje. Essa é uma medida bem importante.

Outra medida, se eu tivesse que recomendar, Sra. Senadora, é o investimento na redução das desigualdades sociais. Por mais que a pandemia tenha afetado vários grupos populacionais, a Dra. Jurema e eu mostramos aqui como a pandemia afetou de forma desigual os grupos populacionais. Quanto mais nós conseguirmos investir em medidas que reduzam as desigualdades, menor será o impacto da próxima pandemia na nossa população.

Por fim, existe uma série de fatores de risco para doenças crônicas, que também se mostraram fatores de risco no agravamento dos casos de coronavírus. Inclusive, respondendo ao tuíte de um Senador que acaba de se retirar daqui e começou a me atacar no Twitter porque eu sou professor de educação física, saíram vários estudos mostrando, por exemplo, que as pessoas ativas têm menos risco de desenvolverem quadros graves de Covid. As pessoas dentro do peso ideal também têm menor risco. Então, o investimento na promoção da saúde também fará com que a próxima pandemia tenha menos danos do que, infelizmente, essa pandemia atual teve.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito, professor, doutor.

Por último, eu gostaria de perguntar... Nesta semana, na CPI, nós ouvimos o Deputado Osmar Terra, e ele fez afirmações de que o Japão, a Coreia do Sul, a Suécia não fizeram isolamento social e apresentam números positivos. Eu pergunto, especificamente, ao senhor, doutor – e conto com a colaboração também da Dra. Jurema –, se vocês concordam com a afirmação do Deputado e, enfim, por quê, só para finalizar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Eu vou começar respondendo, especificamente, e, depois, vou deixar a Dra. Jurema responder, inclusive, à pergunta anterior.

O caso da Suécia é uma disseminação de notícia falsa muito grave nesta CPI. A Suécia é o pior país da Escandinávia no enfrentamento da pandemia, disparadamente. A Suécia adotou uma política de isolamento vertical nas primeiras semanas da pandemia. Logo depois, notou que estava errada e mudou a política. Usar a Suécia como exemplo de enfrentamento da pandemia é absoluto desconhecimento. Os países que têm melhores resultados no enfrentamento da pandemia são Nova Zelândia, Vietnã, Coreia do Sul, vários desses países, nunca a Suécia. A Suécia, dentro da Escandinávia, repito, é o pior dos países no enfrentamento da pandemia. Aliás, no dia do depoimento, o Senador Randolfe, Vice-Presidente desta Comissão, já trouxe a informação. Então, assim, a gente ver essa questão da ideia de que a ciência tem dois lados... Não, nesse caso, tem o lado da verdade e o lado que não é verdade. A Suécia não é modelo para lugar nenhum do mundo de enfrentamento da pandemia. Aliás, a Suécia é um país que tem muitas qualidades, inclusive histórico em saúde, mas, nesta pandemia em específico, a Suécia teve um desempenho muito pior do que os seus pares.

A SRA. JUREMA WERNECK – Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, doutora.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... indo rapidamente a essa última pergunta da senhora, eu acho que o Dr. Pedro foi bastante enfático de dizer que os exemplos... A literatura, as informações dos Governos e dos Estados nacionais já demonstram o que deu certo e o que não deu certo. É importante para nós não propagar notícias falsas, é importante para nós garantir que a população esteja informada e tenha os meios para evitar a infecção, para evitar a transmissão.

Com relação à sua pergunta anterior, sobre como é que a gente pode se preparar para o futuro, para pandemia, eu vou fazer uma breve propaganda, Senadora, porque a Oxfam Brasil, por exemplo, é uma organização brasileira que se dedica a produzir estudos e recomendações sobre as desigualdades e como superá-las. Redução, eliminação das desigualdades é um fator fundamental em relação a como a gente vai estar presente, preparado para enfrentar a próxima epidemia.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor é uma organização nacional mobilizada para garantir que a prestação de serviços e a entrega de produtos sejam feitas da melhor forma possível e que sejam responsabilizados aqueles entes que estão prestando serviço e que estão entregando produtos que devem estar adequados, têm que ser seguros e têm que proteger a população.

O Inesc, outra organização brasileira, trabalha há décadas avaliando, por exemplo, o Orçamento nacional e mostrando as lacunas, mostrando as lacunas, mostrando o mau uso dos recursos públicos e apresentando também recomendações consistentes, baseadas em análises consistentes, dizendo qual a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor forma de se aproveitar o Orçamento nacional para garantir que o Brasil esteja mais bem preparado não apenas para as pandemias, mas para ser aquela nação que tem a responsabilidade de vir a ser.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social trabalha com esse segmento e trabalha com as empresas brasileiras no sentido de demandar delas e assessorá-las para se posicionarem melhor a favor no campo dos direitos humanos, no campo...

(Soa a campainha.)

A SRA. JUREMA WERNECK - ... dos direitos das pessoas.

Eu já estou terminando.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, também organização nacional renomada, tenta garantir a liberdade, a liberdade da ciência, a afirmação da importância da ciência para o Brasil, a importância do investimento nos centros de pesquisa, nas universidades. E a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem estado, ao longo de décadas, alinhada àqueles momentos e àqueles movimentos de transformação do Brasil para o melhor. Esse alinhamento também vai ajudar.

Já o Centro Santos Dias de Direitos Humanos e a Anistia Internacional se dedicam, fundamentalmente, aos direitos humanos, os direitos humanos acordados mundialmente, os direitos humanos que garantem que, se a gente olhar para todo mundo e garantir a cada pessoa o seu direito, o Brasil e o mundo vão ser lugares melhores.

Senador, eu dei o exemplo do Grupo Alerta, mas eu estou dizendo que o Brasil tem essa riqueza, o Brasil tem resposta. É preciso que a gente faça o que é preciso, é preciso que a gente faça agora e a gente faça em coalizão e união, a gente faça apostando num futuro diferente, garantindo o fim do desmatamento, porque o desmatamento também nos coloca extremamente vulneráveis, o fim da destruição do Território nacional, porque nos torna muito vulneráveis a pandemias no futuro.

Então, Senador, é para dizer que há muitas medidas, medidas que já estão documentadas, analisadas e disponibilizadas publicamente, e outras serão construídas, obviamente, para apoiar essa visão correta da senhora de que o futuro precisa ser diferente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Obrigado, Dra. Jurema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senadora Leila.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Obrigada, Presidente.

Quero agradecer demais os esclarecimentos e a participação de ambos aqui, nesta Comissão.

Muito obrigada em nome do Senado Federal e, principalmente, da Bancada Feminina.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Muiíssimo obrigado, Senadora Leila.

Antes de concluir, teve uma solicitação aqui, feita, no *chat*, pelo Senador Izalci Lucas. O Senador Izalci encaminha para esta Mesa o seguinte:

Presidente, solicito a V. Sa. que me garantisse a fala amanhã após o Relator porque aguardei até agora, mas tenho compromisso. Sou do Distrito Federal, e amanhã tem como convidado um Deputado daqui e o irmão dele.

Esta Presidência compreende e recebe o encaminhamento do Senador Izalci Lucas, mas encaminhamos para a Presidência desta Comissão também, para o Senador Omar Aziz, e para o Sr. Relator, visto que tem uma deliberação anterior desta Comissão de a ordem de inscrições ser, inicialmente, dos membros efetivos, depois, dos membros suplentes e, em seguida, dos não membros, com respeito à participação da Bancada Feminina. Mas, como já houve um precedente anteriormente concedido por S. Exa. o Presidente, eu encaminharei essa demanda de S. Exa. o Senador Izalci Lucas para o Presidente Omar Aziz para ulterior, posterior deliberação dele. A deliberação sobre esse tema é impossível ser somente sob esta Presidência. Encaminharei ao Presidente Omar Aziz.

Antes da conclusão, senhores e senhoras, Dra. Jurema e Dr. Pedro, eu tenho que lamentar mais um fato: ainda há pouco, esta Comissão Parlamentar de Inquérito e esta Presidência recebem a notícia de que, em um ato, salvo engano no Rio Grande do Norte, o Senhor Presidente da República pediu para uma criança de dez anos retirar a máscara.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída sobretudo para ter também um papel educativo para brasileiros e para brasileiras. É inaceitável, a essa altura, com tudo inclusive que foi repassado aqui sobre o que poderia ter sido evitado e quantas vidas brasileiras poderiam ter sido salvas, o Presidente da República atentar contra as medidas sanitárias básicas, elementares, consagradas pela ciência. O uso de máscaras, a utilização do álcool são as mais elementares das medidas tomadas por todo o Planeta.

É totalmente inaceitável o Presidente, a cada dia, atentar contra a ordem sanitária num acinte não a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas num acinte aos brasileiros. Esta audiência de hoje deixou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem claro que muitas famílias brasileiras poderiam, neste dia de hoje, ainda estar completas, Pedro e Jurema.

Pelos dados que vocês passaram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, mais de 100 mil famílias brasileiras podiam estar completas ainda. Mais de 100 mil mesas de jantar poderiam ter ainda presentes um avô, uma avó, um tio, uma tia, um amigo, um irmão, uma irmã, um filho, um pai, uma mãe. Os dados que a Dra. Jurema e o Dr. Pedro trouxeram a esta Comissão no dia de hoje nos demonstram cabalmente que nós estamos em curso com uma tragédia sanitária enorme que poderia ter sido evitada.

É trágico saber que um terço – um terço! – dos que morreram por Covid-19 ontem no planeta são compatriotas nossos. Mais trágico ainda é saber que esse um terço que ontem faleceu por Covid-19, brasileiros e brasileiras, poderia ter tido as suas vidas salvas se nós tivéssemos uma coordenação nacional do enfrentamento da pandemia, medidas sanitárias básicas, trabalho de unidade nacional e em conjunto, e a providência de vacinas, de vacinas – não somente da Covaxin Bharat Biotech Precisa –, de vacinas, das vacinas quando precisávamos ter vacinas.

É por isso que o depoimento inclusive de amanhã talvez traga luz para um *front* a mais que deve ser investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desde o começo, o objetivo de tudo isso que estamos fazendo aqui, de todo o trabalho e esforço que temos empreendido é para que possamos unir o Brasil e os brasileiros e todas autoridades deste País contra um inimigo comum que é o coronavírus.

Lamentavelmente, as autoridades, muitas autoridades do Governo Federal e notadamente o Senhor Presidente da República resolvem atuar diariamente como se fossem aliados do vírus, cumpliciando com o vírus, amplificando a tragédia como se não fosse grande a tragédia que todos nós estamos vivendo.

Eu quero repetir aqui, Dr. Pedro e Dra. Jurema, que nós temos uma esperança enorme neste País. E, apesar da tragédia que estamos vivendo, temos uma esperança enorme de que nós vamos superar este momento difícil. Eu tenho uma esperança enorme neste País quando a ouço aqui, Dra. Jurema, quando eu vejo que a sociedade civil atuante, que os ativistas da sociedade civil, que tanto têm sido perseguidos, estão presentes. Mais feliz, vejo, mais feliz, sou ao ver que uma mulher negra, preta, mulher se impõe e se afirma diante do trabalho que tem conduzido. Lidera, lidera muitos nesse trabalho. Tenho esperança no Brasil quando a vejo aqui, quando vejo o seu depoimento aqui e a força do seu depoimento para que nós pudéssemos superar essa pandemia.

Eu tenho esperança neste País, Dr. Pedro, quando, ao vê-lo, vejo a ciência brasileira e vejo a atuação das universidades federais. Causa espécie criminalizar as universidades federais. Aliás, se a lógica fosse que as universidades têm uma posição política, como o acesso às universidades só ocorre



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de processos seletivos, seja para estudantes, seja para os profissionais, então, a posição política que não está em hegemonia lá não teria tido capacidade para acessar. É ilógico esse raciocínio.

As universidades deste País são uma conquista da construção e da formação do nosso Estado nacional, são um direito conquistado por todos os brasileiros. Nós queremos cada vez mais universidades neste País, para nós termos cada vez mais brasileiros e brasileiras com acesso às universidades. A universidade não pode ser criminalizada. A universidade tem que ser colocada no panteão da glória, no panteão da honra. E o País que investe em ciência, em tecnologia, em saúde, em universidade sai logo de pandemias, supera crises sanitárias, supera crises econômicas, aponta para o seu futuro.

Então, em seu nome, Dr. Pedro, quero homenagear a ciência brasileira e as universidades, tão atacadas. E peço desculpas até por eventuais ataques nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Perdoe, perdoe, Dr. Pedro e a ciência e a universidade brasileira. Eu quero acreditar que eles não sabem o que fazem, porque, se eles soubessem o que estavam fazendo, aí eu teria que acreditar que existe, em alguns aspectos na alma humana, a perversidade, a banalidade do mal.

Eu ainda acredito no espírito brasileiro, no espírito que empreendeu e construiu este País. Como já disse aqui, um País diverso, maravilhoso, lindo, branco, negro, indígena, como dizia Darcy Ribeiro, que vai dar certo, vai superar essa tragédia. Este País não pertence a nenhum Governo. Este País pertence ao povo brasileiro. Este País pertence às gerações que antecederam a nossa e que o construíram. Este País pertencerá às gerações que virão depois da nossa, e é por essas gerações que nós estamos aqui lutando.

As universidades... Dr. Pedro, Dra. Jurema, vocês não devem render obediência a nenhum Governo. O serviço dos senhores é público, e o serviço dos senhores é o Estado brasileiro. E a liberdade de expressão e de manifestação é direito consagrado pelos brasileiros na sua Constituição de 1988 como direito individual inalienável. Então, continuem, Dr. Pedro e Dra. Jurema, se manifestando. Quem viveu tempos de arbítrio sabe o quanto custou garantir esses direitos. E nenhuma tentativa de ditador frustrado de plantão tirará esse direito do povo brasileiro.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 25ª reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, em especial a dos convidados desta audiência pública.

Convido todos para a próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de junho de 2021, às 14h, para ouvirmos os Srs. Luis Ricardo Fernandes Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, e seu irmão, Deputado Federal Luis Cláudio Fernandes Miranda, nos termos do convite aprovado por esta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 39 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Giordano, Jean Paul Prates, Zenaide Maia e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Dep. Luis Miranda e Luis Ricardo Miranda.** **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luis Claudio Fernandes Miranda, Deputado Federal, em atendimento aos requerimentos 935/2021 e 1030/2021; do Luis Ricardo Fernandes Miranda, em atendimento ao requerimento 935/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/25>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento ao requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros...

Eu pediria aos Senadores que, por favor, deixem-me ler aqui, depois a gente comemora. Não sei o que, mas a gente comemora.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento ao requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros, Luis Ricardo Fernandes Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, e seu irmão, o Deputado Federal Luis Claudio Fernandes Miranda, nos termos do convite aprovado por esta Comissão.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de começarmos a oitiva programada para hoje, nós precisamos fazer um alerta muito importante exatamente, Senador Fernando Bezerra, sobre a postura do Ministério da Saúde em sua obrigação de colaborar com as investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós aprovamos alguns requerimentos que determinam que o Ministério da Saúde dê acesso externo à equipe técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito formada por auditores do Tribunal de Contas da União e da Consultoria Legislativa desta Casa aos processos administrativos relacionados à aquisição de vacinas. A Secretaria da CPI já expediu ofício ao Ministério há 25 dias – 25 dias –, mas a pasta ainda não forneceu o referido acesso aos servidores designados para análise dos documentos.

Ora, hoje, mais uma vez, fizemos um contato com a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde, por meio do Sr. Paulo Tiago, que disse que a questão dependeria de uma reunião com o Ministro, que só seria realizada essa reunião amanhã – amanhã. Precisamos dizer, Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não vai, até porque não pode, aceitar essas manobras obstrutivas e protelatórias do Governo, agora através do Ministério da Saúde. Nós vamos ter que investigar, sim. Esse é o nosso objetivo, é o nosso papel.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa. que tome as providências enérgicas, como sempre, contra obstruções do Ministro Marcelo Queiroga, que, inclusive, já é investigado nesta própria Comissão Parlamentar de Inquérito e está incorrendo numa nova prática delituosa, criando obstáculo ao acesso à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação do ministério, depois de requerimento aprovado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito há 25 dias. Olhe que nós temos um prazo de 90 dias para investigação. Nós temos uma manobra obstrutiva, fundamental, sobre documentos de aquisição de vacinas, e há 25 dias o Ministério ainda não se reuniu com o Ministro pra dar o acesso como quer a Comissão e como tem direito... Eu peço providências de V. Sa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pra, digamos, registrar, porque agora nós estamos com a sessão já em curso, reiterar ao Senador Renan Calheiros, reiterar a todos os membros desta Comissão a disposição plena do Ministro Marcelo Queiroga para atender a todas as solicitações, esclarecer esses eventuais atrasos que o Relator está aqui a indicar. Mas acho que seria também importante fazer uma reflexão sobre a alta demanda de informações que foram encaminhadas ao Ministério da Saúde. E muitas dessas informações, eu ousou dizer que mais de 90% das informações solicitadas, foram encaminhadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas renovo aqui esse compromisso com todos os membros da Comissão, em especial com o Sr. Relator e o Sr. Presidente, de que o Ministro Marcelo Queiroga irá autorizar o pleno acesso desta documentação, dessas informações, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha todo o material necessário para concluir o seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, já com a sessão em curso e a partir do alerta trazido pelo Relator, o que nós temos percebido, Presidente, é uma prática contínua por parte do Governo. No meu entender, incorre no art. 4º da Lei 1.579 de 1952, que rege o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito. Diz o artigo 4º do dispositivo legal que constitui crime a prática de ameaças ou assuadas ou omissão de documentos a inquérito em curso. Ameaças, me parece que foi o que ocorreu, notadamente com a fala do Sr. Onyx, Secretário-Geral da Presidência, na quarta-feira, e de um investigado. Pasmem, Sr. Presidente, Sr. Relator: o Governo, ao responder pela primeira vez sobre Covaxin, coloca um investigado pela CPI pra responder, que é o Sr. Elcio Franco. Então, ali já caracterizava. Caracteriza também quando os documentos não vêm pra esta Comissão em tempo certo. Presidente, o senhor é testemunha, nesta semana, na terça-feira, eu alertei que os documentos do Ministério da Saúde sobre a empresa Precisa ainda não tinham chegado.

Passou terça. O senhor aqui, na transmissão ao vivo, apelou para o Ministro da Saúde, não obteve resposta. Foi necessário, hoje, o Senador Rogério Carvalho, mais uma vez, reiterar o pedido de informações de documentos que não chegam. A lei estabelece, no Código de Processo Penal, cinco dias. No caso do Ministério da Saúde, a demora já configura quase duas semanas, Presidente. É necessário V. Exa. reiterar as responsabilizações que existem sobre a omissão de vinda de documentos a esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta não é a única. Temos informações aqui de que outras informações que estão sendo pedidas por esta CPI estão vindo erradamente ou não vêm. Outras informações, que foram requisitadas por esta CPI, têm tido omissão deliberada por parte do Governo, sobretudo em relação ao comparecimento de agentes investigados por esta CPI no Palácio do Planalto. Sobretudo em relação a isso, sobretudo à agenda presidencial. Então, não se trata somente do Ministério da Saúde; trata-se de uma prática que me parece reiterada e deliberada por parte do Governo de: um, obstruir o trabalho da Comissão, obstruir a investigação; dois, se omitir em relação à prestação das informações requisitadas.

Diante disso, Presidente, eu reitero a necessidade de esta CPI advertir, nos termos da lei do art. 349, do Código de Processo Penal, as penas que lá estão expostas, que são as mesmas, conforme o art. 4º, da Lei 1.579, que devem ser infligidas àqueles agentes públicos que procurarem obstruir investigações em andamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, vamos iniciar os trabalhos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Randolfe, sem falar nas informações imprecisas e no tempo que nós perdemos aqui para reclassificar os sigilos e indivíduos que tinham sido classificados, contra a lei.

Hoje mesmo – e isso é grave –, uma jornalista conceituada me procurou com informações de que o Palácio do Planalto nos deu uma informação específica, pontual, com relação às vezes que o Carlos Wizard tinha ido ao Palácio do Planalto, e agora, quando vem o detalhamento das agendas e das entradas do Palácio do Planalto, são informações que não se comparam, quer dizer, inexatas. Então, estou falando isso, e V. Exa. também exatamente falou, porque nós pretendemos deixar claro que nós vamos continuar investigando, mas que essa tarefa não é fácil! A investigação parlamentar já é uma investigação complexa, complexa, mas nós temos nos desdobrado. Mas, para que isso aconteça com a velocidade que todos nós queremos e a sociedade cobra, é muito importante que as pessoas do Governo saibam que estão incorrendo em problemas, na medida em que não facilitam esses acessos, na medida em que distorcem os sigilos e na medida em que dão informações contraditórias, o mesmo órgão, como no caso do Palácio do Planalto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos iniciar, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na sessão de ontem, o Senador Renan Calheiros chegou a sugerir a necessidade de proteção aos Diretores da Precisa Medicamentos, e V. Exa. oficiou um ofício aos Diretores da Precisa sobre esse tema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se houve resposta por parte dos Diretores da Precisa e, se houve, se o senhor poderia comentar qual foi a resposta dada ao ofício que V. Exa. encaminhou sobre a necessidade ou não de proteção, de segurança aos Diretores da Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Eu encaminhei conforme o pedido feito pelo Senador Renan Calheiros. Eu encaminhei e recebi uma resposta dos advogados dele dizendo que não era necessário, que ele não tinha nada a esconder, que ele estava tranquilo e tal. Tem lá um monte de palavras bonitas, mas o fundamental é dizer que eles não precisam de segurança.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Melhor, pecamos pelo excesso na tentativa de garantir a incolumidade - uma preocupação a menos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou suspender a reunião por 15 minutos, porque fui informado de que o servidor está no aeroporto se dirigindo pra CPI. Ele acabou de chegar ao aeroporto e está se dirigindo pra cá. Eu pediria ao Senador Líder Fernando Bezerra... O depoente Deputado Luiz Lima disse que queria dar uma palavra, mas eu queria que alguém, principalmente o Líder do Governo, me acompanhasse pra conversar com o depoente pra que não haja dúvidas sobre qualquer tipo de comportamento da minha parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O depoente está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Deputado, sim, e o irmão está chegando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, vou suspender a reunião por 15 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Queria conversar comigo e eu estou convidando o Senador Fernando Bezerra ou qualquer um outro de apoio ao Governo pra me acompanhar, porque, se ele tem alguma coisa pra me falar, não é segredo. Correto? Não tem problema nenhum. Não é segredo, não é pra mim, não vai ser para o Líder do Governo, até porque, se não fosse o Senador Marcos Rogério, eu, na brincadeira, tendo convidado pra ir tomar um café, teriam dúvida de que eu que estava... Porque o Presidente soltou: "Não, essa armação". Não houve armação. Felizmente, graças a Deus, o Senador Marcos Rogério estava ao meu lado, porque eu não sabia com quem eu estava falando ali. Ele que me disse quem era.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode me acompanhar, Senador Fernando?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Posso sim.

Agora o Parlamentar também vai depor hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vão os dois.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Os dois.

Poderíamos começar pelo Parlamentar e depois pelo servidor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. O foco é o trabalho do servidor da saúde. O que nos interessa saber aqui, muito mais do que relações pessoais de A ou de B, é como se deu o processo de compra da Covaxin. E quem pode nos oferecer as informações é o servidor da saúde concursado. Ele, sim, pode nos informar. Eu acho que o Parlamentar entra após, a partir do dia em que levou o irmão pra mostrar os documentos para o Presidente. Isso aí ele pode esclarecer melhor aos senhores. Mas a CPI está atrás de como foi procedimento que o Ministério da Saúde e ele, se ele foi pressionado ou não, conforme ele deu um depoimento à Procuradoria Federal. É isso, então.

A presença do Deputado é porque ele se ofereceu pra vir, dizendo que tinha algumas coisas pra falar, só que ele já falou, ele já deu uma entrevista, inclusive, sobre isso, mas o depoente principal, tenha certeza absoluta, é o servidor da Saúde, e é dele que nós queremos ter as informações necessárias e esperamos ter as informações necessárias do que se passou na compra da Covaxin.

(Suspensa às 14 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) - Vou reabrir a sessão.

Há uma questão de ordem pedida pelo Vice-Presidente Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para questão de ordem.) - Sr. Presidente, a revista *Veja*, ainda há pouco, publicou a seguinte notícia: "Exclusivo: Flávio Bolsonaro abriu as portas do BNDES para dono da Precisa, empresa que fechou contrato com a Covaxin".

Obviamente, qualquer denúncia deve ser objeto, Sr. Relator, de averiguação por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O problema, Sr. Presidente, é que o Senador Flávio Bolsonaro, em resposta à alegação feita, fez uma ilação que eu considero, no mínimo, Sr. Relator, criminosa, suscitando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reunião pública que nós tivemos com essa empresa no dia 5 de abril, que foi, inclusive, transmitida pelas nossas redes sociais.

Sr. Presidente, ir atrás de vacina não é crime. Aliás, crime foi o Presidente da República não ir atrás de vacina. Nós estivemos atrás da CoronaVac, estivemos atrás da Janssen e da Pfizer. Inclusive, pelo encontro que tivemos com a Janssen e com a Pfizer, trouxemos a Janssen e a Pfizer para se reunirem com o Presidente do Congresso Nacional, o que resultou na Lei 14.123. Fomos atrás e nos reunimos com o Embaixador de Cuba, procurando a vacina também produzida por aquele país e reunimos todas as notícias de vacina que tinha até aquele momento. Ir atrás de vacina deve ser um dever público não somente de todos os Parlamentares desta Casa, como do Senhor Presidente da República. Aliás, algo que nós averiguamos nesta Comissão é a omissão do Presidente da República na aquisição de vacinas. Aliás, o que nós estamos encontrando é que essa omissão ocorreu para beneficiar uma empresa determinada. Ir atrás de vacina não é crime. Comprar vacina superfaturada e propositadamente omitir vacinas devidas aos brasileiros, isso é crime, isso é morticínio. E é isso que esta CPI deve investigar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para... Estamos no início, vamos ouvir os depoentes. Não quero polemizar, mas está claro que não existe sobrepreço – tem auditoria do Tribunal de Contas da União. Os preços promovidos pela Bharat Biotech são preços uniformes, foram vendidos a mais de 13 países; os preços variam de 15 a US\$20; o preço vendido ao Brasil foi o menor preço, a US\$15. Portanto, eu queria refutar as colocações do Senador Randolfe Rodrigues. E esta CPI, com serenidade, com calma, à luz dos documentos e dos fatos, vai verificar a completa legalidade dos procedimentos adotados pelo Governo brasileiro na aquisição das vacinas da Covaxin.

Em relação ao vídeo do Senador Flávio Bolsonaro, é só pra dizer que a audiência do Senador com o Presidente do BNDES nada teve a ver com vacina; se tratava de outro tema, de outro assunto. Portanto, as coisas não se interligam nem se comunicam. Portanto, quero também refutar as ilações que foram aqui trazidas sobre a presença do Senador Flávio Bolsonaro na Presidência do BNDES.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar – eu havia esquecido –, eu tenho um requerimento de convocação do Sr. Danilo Fiorini. Aí, inclusive, com a vinda dele a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e posterior quebra de sigilos bancários, telemáticos e fiscais desse agente, desse cidadão, nós esclareceremos a verdade sobre os fatos, inclusive o que o caríssimo Senador Líder do Governo alega.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Danilo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Danilo Fiorini, atuando... Temos informações de que ele foi sócio da Precisa, sócio da Global e objeto, inclusive, também, de investigação no Ministério Público.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas vamos fazer isso depois da presença dele aqui, como tem sido a praxe adotada por essa Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não! Claro. Nós vamos convocá-lo. Tem requerimento de convocação dele. Vamos convocá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Agora, eu queria aproveitar, Sr. Presidente, queria aproveitar para... Eu tinha já discutido com V. Exa. sobre o esclarecimento. Acho que foi um mal-entendido a quebra de sigilo de um profissional da área da advocacia. No meio de tantos requerimentos que foram votados aqui na semana passada, eu acho que V. Exa. poderia trazer à baila essa informação, no sentido de esclarecer que não foi a intenção da Comissão Parlamentar de Inquérito promover essa quebra de sigilo telemático desse escritório de advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) - Só para complementar a fala do Senador Fernando Bezerra, o Senador Flávio já esclareceu que o assunto de que foi tratar no BNDES foi assunto de fibra ótica, inclusive para levar para a região do nobre Senador Randolfe Rodrigues, que é a Região Norte do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou chamar... Solicito à Secretaria que conduza o depoente à Mesa, Sr. Luis Ricardo Miranda, e o Deputado Federal Luis Miranda. Os senhores foram convidados por esta Comissão. Peço para chamar os convidados, os depoentes. (*Pausa.*)

Sr. Luis Ricardo Miranda e Deputado Federal Luis Miranda, os senhores foram convidados por esta Comissão e, por essa razão, não estão obrigados a prestar compromisso de dizer a verdade, mas podem prestar esse compromisso voluntariamente. Os senhores gostariam de prestar esse compromisso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Sr. Presidente, primeiramente, boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, a toda a imprensa e a toda a população brasileira que aqui nos acompanham.

Os fatos que serão apresentados aqui, em sua grande maioria, são documentos, *prints* de conversas, e não tem narrativas; dificilmente eu me negaria a assumir falar com a verdade durante todo esse depoimento. E eu assumo o compromisso com esta Comissão de não mentir em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Sr. Luis Ricardo Miranda...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Boa tarde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor deseja prestar compromisso de dizer a verdade?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A partir deste momento, os depoentes estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Eu passarei a palavra ao servidor do Ministério da Saúde, Sr. Luis Ricardo Miranda, para que, por 15 minutos – e, desejando, um pouco mais de tempo –, possa fazer a apresentação que ele está pedindo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Relator da Comissão; Exmos. Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; senhoras e senhores da imprensa; e população. Boa tarde a todos.

Meu nome é Luis Ricardo Fernandes Miranda. Trabalho no Ministério da Saúde desde 2011. Sou Chefe de Importação desde 2018, lotado no Departamento de Logística em Saúde. Coordeno uma equipe – não participo de licitação ou escolha de empresas – somente e apenas na área de execução de importação. Somos a ponta final do processo para que os insumos estratégicos da saúde cheguem ao País.

Meu cargo não é indicação política. Não sou filiado a nenhum partido. Meu partido é o SUS. Minha função é trabalhar para que os insumos e vacinas cheguem de maneira mais rápida possível aos braços dos brasileiros, realizando toda parte de importação e de desembaraço o mais rápido possível. Trabalho em defesa do interesse público.

Acabei de chegar de viagem dos Estados Unidos – peço até desculpa pelo atraso –, uma viagem oficial aos Estados Unidos, Miami, onde fui realizar uma missão humanitária: fui receber e fazer todo o processo de exportação da doação de 3 milhões de doses da vacina da Janssen do Governo dos Estados Unidos para o Governo brasileiro. Cheguei em um voo dos Estados Unidos pela manhã em Viracopos. Fizemos todos os desembaraços da carga. A carga foi direcionada para o nosso Centro de Distribuição.

Foram muitas horas de voo. Confesso: estou cansado. Mas, em atenção ao convite recebido da Presidência da CPI, estou aqui para colaborar com a Comissão e falar sobre o meu depoimento no Ministério Público, o qual foi vazado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria perguntar uma coisa, Sr. Ricardo: V. Sa. entrou no Ministério da Saúde em que ano?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em 2011, através de quê?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Concurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quantas pessoas participaram desse concurso público?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Salvo engano, Senador, foram 50 a 60 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

É um servidor público concursado do Ministério da Saúde que exercia, que exerce um cargo que... Só por ele estar aqui hoje e por onde ele foi, merece todo o nosso respeito, porque ele foi buscar 3 milhões de vacinas para os brasileiros – 3 milhões!

Então, obrigado pela sua presença aqui. Eu espero que você possa contribuir para que o Brasil possa melhorar a sua quantidade de vacinas.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Luis Claudio Fernandes Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Exmo. Presidente Omar Aziz, eu, antes de seguir... Um dos grandes questionamentos que me fizeram foi: como viemos parar aqui numa CPI, onde não temos negócios com insumos, não temos empresas com insumos de Covid, não temos negócios com empresas de saúde? Trabalhamos para o Governo Federal ambos: eu como legislador e meu irmão como servidor público. Nós somos pessoas ilibadas, honestas, atacadas nos últimos dias porque fomos expostos por uma gravação do Ministério Público Federal que vazou. Não procuramos esta CPI, fomos procurados. Minto! Meu irmão foi procurado. Foi questionado: quem era essa pessoa do Ministério da Saúde que teria dado um depoimento para o Ministério Público Federal?

Eu, na minha atribuição de Parlamentar, procurei meus colegas Parlamentares desta Casa, em especial desta Comissão, desta CPI, para explicar que o caminho poderia ser muito ruim para o meu irmão. Afinal de contas, por que ele estaria dando um depoimento no dia 31 de março, sendo que a grande maioria dos problemas ocorreu na semana que antecedeu o diálogo que nós tivemos com o Presidente da República, no dia 20? Prevaricou? Teria faltado com sua responsabilidade constitucional de sempre defender a população brasileira? Em nenhum momento. Ele me procurou, sabendo que, como Deputado Federal... E aqui respeito todos que estão aqui presentes, apesar da falta total de respeito de alguns para comigo nas redes sociais, utilizando-se de *fake news* e de fatos inverídicos. Eu, como legislador, defensor e fiscal do dinheiro público, fiz somente o que qualquer cidadão brasileiro deveria fazer: levei ao conhecimento daquele que eu acreditei – e ainda acredito, porque ainda não estão esclarecidas quais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram as ações tomadas – que deveria tomar todas as ações possíveis para coibir qualquer irregularidade. Não sou policial, não sou promotor de Justiça, não sou investigador.

Eu levei para a pessoa certa, na minha opinião, que deveria dar o devido provimento ao assunto, que é o Presidente da República. Presidente esse que não nega – é impossível negar – que nós estivemos com ele. Ele nos recebeu num sábado, por conta de que eu aleguei que a urgência era urgente, urgentíssima, devido à gravidade das informações trazidas pelo meu irmão para a minha pessoa.

O Presidente entendeu a gravidade. Olhando os meus olhos, ele falou: "Isso é grave!" Não me recordo do nome do Parlamentar, mas ele até citou um nome pra mim, dizendo: "Isso é coisa de fulano". Não me recordo. E falou: "Vou acionar o DG da Polícia Federal, porque, de fato, Luis, isso é muito grave, isso que está ocorrendo".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Presidente disse que era coisa de um Parlamentar isso, essa falcatura?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é... A gente não sabe se é uma falcatura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Sim...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor me desculpe, mas eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que era...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu falei que as pressões que o meu irmão estava levando para assinar uma *invoice*... O Governo fala, com muita tranquilidade – e quando eu falo o Governo, em especial o Sr. Onyx –, que o tal documento foi logo depois corrigido. Esse logo depois foi depois da visita ao Presidente da República e porque meu irmão não assinou o documento que eles exigiam, pressionado, conforme eu irei apresentar aqui, por *prints*, documentos e fatos. Eu intervi pela forma e o *modus operandi* e porque eu entendo de importação e exportação. Talvez, se não entendesse, acharia aquilo normal. Eu sei o que é uma *invoice*, uma nota fiscal internacional. Eu sei o que são os documentos de importação. E eu falei pra ele: "Não assina! Não faça! Segura! Estou aguardando o Presidente! Ele vai me responder!". E me respondeu, me atendeu. Entendeu e disse que iria dar o provimento.

Como pode sermos os errados, sermos atacados pelo próprio Palácio do Planalto, por Senadores, colegas que são defensores do combate a um indício de corrupção, porque não podemos afirmar, tem que ser investigado? Estão do lado do errado ou do lado do denunciante, que, em nenhum momento, espalhou tal conversa do Presidente, não gravou o Presidente, não achacou o Presidente, não denunciou o Presidente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vazaram um áudio do Ministério Público Federal, que deu a entender que meu irmão, consciente e sabedor de algo errado dentro do seu ministério, não teria agido. Ele agiu e levou ao Presidente da República, que foi cobrado – isso foi num sábado – num sábado à noite, porque ele estava recebendo mensagem à noite daquele dia, pra ainda dar provimento no documento. Errado. Cobramos o Presidente na segunda, cobramos o Presidente da terça, e na terça me responderam. Verdade. "O Presidente tem muitas outras tarefas, mas irá dar provimento agora". E coincidência ou não, após a nossa cobrança, realmente chega um *e-mail* da empresa, com a última correção. Se não fossemos nós, US\$45 milhões teriam sido pagos por uma vacina que até agora não se resolveu e nem sabemos se irá se resolver, para uma empresa que há quem diga que já recebeu, no passado, recurso público, e não entregou também medicamentos para o Brasil. E que, diga-se de passagem, está envolvida também em um recente escândalo aqui, no Distrito Federal. Indício suficiente para qualquer Parlamentar agir, usando suas atribuições legais de defender o dinheiro público e combater o indício de corrupção – para que não usem minhas palavras aqui contra mim.

Então, Presidente, o que eu queria pedir, para ficar claro pra todos os Parlamentares que aqui estão presentes, Senadores, Deputados, todos aqui e, principalmente, para todos que estão em casa... Nós criamos uma *timeline*, um documento que vai ter tudo isso, áudios. Eu quebrei meu sigilo, meu telemático, minhas conversas, inclusive com o meu irmão, desse dia fatídico. E, quando chegar o momento que for do ministério, eu quero me abster de falar, porque quem tem de falar do Ministério da Saúde é o meu irmão, dos documentos do Ministério da Saúde é o meu irmão. Mas, dos diálogos que eu tive com ele, com o Presidente, e as providências que eu tomei, não tenho medo aqui de falar a verdade, tanto que não precisava ter jurado falar a verdade aqui porque eu estou comprometido em falar a verdade, porque, a verdade, ela não tem dois caminhos, a verdade é uma só.

Então, se o senhor me permitir, e se alguém tiver ainda alguma dúvida sobre como foi que paramos aqui, a Rede Globo fez uma matéria de nove minutos. Se quiserem passar, a gente perde nove minutos aqui assistindo. Se não, está à disposição sobre o servidor do Ministério da Saúde o depoimento dele no Ministério Público Federal, onde traz a gente para este momento aqui. Não preciso de palanque e, coincidentemente, meu irmão fala isso nos áudios pra mim. Quando eu falo para ele: "rapaz, a Globo vai te buscar na porta aí para poder saber desse assunto", e dou uma risada, ele fala assim: "Não quero palanque, não quero saber, não quero isso, não quero que ninguém saiba nem que foi eu que fiz. Quem fez foi o SUS, quem fez foi o Ministério da Saúde.". Eu conheço o caráter dele, eu só estou aqui porque eu conheço o caráter do meu irmão, e é pelo meu irmão que eu estou aqui. E entra o meu sangue, porque não corre dinheiro público, desculpa aí, não corre dinheiro público. Não tem denúncia de mexer com o dinheiro público, com o dinheiro do povo. É por causa do meu sangue, sangue da minha família, que eu estou aqui. E com a minha família ninguém mexe. E conosco, nós estamos baseados na verdade e na palavra de Deus.

Presidente, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Muito bem. Eu passo a palavra...

Você poderia passar a projeção para que fosse explicado, ponto a ponto, pelo servidor da Saúde, por favor?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom, está bom. Está bom.

Vamos começar, Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, eu consulto V. Exa. se posso fazer as perguntas, se é esse mesmo o *script* da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, no decorrer, se tiver alguma coisa que os depoentes queiram falar, eles pedem para colocar alguma coisa. Mas eu queria que V. Exa. começasse a fazer as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - O servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, do Ministério da Saúde, já disse, na sua rápida introdução nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é servidor de carreira do Ministério desde 2011. Não foi isso, Luis?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Desde quando esteve lotado na Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu sempre fui lotado no Departamento de Logística. Antigamente, a importação fazia parte da CEOF (Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira). Houve uma modificação no Regimento Interno e passou a ser a CGLOG (Coordenação Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde) e atualmente é da qual eu faço parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Desde a posse, continua fazendo parte com a mesma lotação.

Quais são mesmo, se puder repetir, as funções dessa repartição do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Somos a ponta, o final para que os insumos estratégicos para a saúde cheguem ao País, quando são importados. Toda parte de importação do Ministério inteiro é realizada por nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que atividades V. Sa. desempenha lá?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Coordeno uma equipe de gestores que acompanham processos de importação de vacinas, medicamentos, equipamentos, todos os insumos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

V. Sa. estava lotado nessa mesma divisão do Ministério da Saúde quando dos problemas com a Global Gestão em Saúde ocorreram?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. prestou algum depoimento à autoridade sobre esse caso da Global Gestão em Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para o Ministério Público especificamente ou para...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim. O Ministério Público e a Polícia Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O caso da...
Ministério Público e Polícia Federal.

O caso da Global Gestão em Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Relator, o senhor me permite?

Para a Polícia Federal foi quando?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desculpa, Excelentíssimo. Eu não lembro o dia exato, mas foi ano passado, se eu não me engano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas os fatos ocorreram quando, Relator? Só para deixar claro, porque se está colocando com a data 19 o depoimento, mas os fatos ocorreram antes de 19, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Senador Fernando vai ter oportunidade de fazer perguntas, Presidente. Se me interromper, delonga, e eu estou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficando já mal aqui com os Senadores, porque acaba, nas minhas indagações, demorando bastante, consumindo muito tempo dessas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Prossiga, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O caso da Global Gestão em Saúde é conhecido entre os funcionários que atuam na aquisição, recebimento e distribuição de medicamentos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A empresa tem má reputação perante os técnicos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É de conhecimento, no setor de contratações e execuções de insumos do Ministério da Saúde, que a Precisa Medicamentos pertence ao mesmo grupo da Global Gestão em Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Depois da assinatura do contrato da vacina, acredito que a gente tomou conhecimento pela mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim.

Há algum empecilho na legislação que impeça a negociação direta do Governo Federal com a Bharat Biotech?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que justifica a intermediação da contratação por meio de representante nacional ou outro tipo de intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Normalmente o fabricante no exterior tem um representante legal em alguns países, e esse representante entrega, faz todo o processo desse medicamento nesse país.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando ocorre o atravessador ou quando não se faz diretamente com a indústria?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso, isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Os outros contratos de vacina, Pfizer, Janssen, CoronaVac, AstraZeneca e Sputnik V, têm entre as partes algum representante nacional ou outro tipo de atravessador, intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - A Sputnik tem a União Química; a Janssen, é a própria Janssen; a Pfizer, é a própria Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Só uma pergunta: não é obrigado... A Anvisa não obriga a empresa a ter o seu representante direto aqui no Brasil, como a Pfizer tem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Senador Renan! Senador Renan, a Moderna, pergunte sobre a Moderna.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador. Eu estou fazendo uma pergunta: não é obrigada, pela Anvisa, a empresa que vai fornecer a vacina a ter aqui um representante do laboratório?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Ela tem que ter documentação técnica junto à Anvisa e, se ela possui registro junto à agência, só o detentor do registro pode fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguma informação sobre a Moderna?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, desconheço porque esse contrato não foi assinado e não chegou ao meu conhecimento ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - No ofício de 5/3/2021 do Ministério das Relações Exteriores para a Anvisa, que teve resposta ao Requerimento nº 19 - obtivemos esse acesso -, que transmite teor de comunicação da Embaixada do Brasil em Nova Delhi informando sobre a visita de representante da Precisa Medicamentos à Índia para negociar com a Bharat Biotech o aumento do número de doses da Covaxin a serem adquiridas, consta relato de que o pagamento pela vacina será feito diretamente pelo Ministério da Saúde à companhia indiana. Contudo, o empenho emitido em 22/2/2021 tem como favorecido a Precisa Medicamentos. Pergunto: por que isso ocorreu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso é feito pela área de licitação, que não é minha parte, é a CGLIS... CGIES, perdão, e eu não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso acontece no pagamento de outros contratos? Tem informação sobre isso, Luis?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. sustenta que recebeu pressões atípicas para que a importação da Covaxin fosse feita às pressas. Poderia nos relatar esses fatos e a cronologia deles?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Senador, para ajudar a Comissão, nós preparamos uma apresentação que ele pode ir explicando, de acordo com a apresentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele próprio, o Luis?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Pode ser e, no momento em que ele fala comigo, eu falo o que foi que eu fiz com o Presidente. Nós vamos chegar ao momento em que falo eu, mas ele pode explicar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, claro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Por favor, coloque a apresentação. É ele que tem que falar da cronologia do que aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem dúvida. *(Pausa.)*

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Pode colocar o primeiro o momento. Ele explica o que é rapidinho, e chega no momento dele. *(Pausa.)*

Pode passar para o momento dele por favor.

São informações, Senadores, que eu tive que colocar, porque explodiu de *fake news*; a gente coloca só para poder acabar com as narrativas terríveis de que nós não temos credibilidade para estarmos sentados aqui. Não respondo em um processo criminal e não tenho nenhuma condenação. Estou aqui representando - acho que todos vocês, não é? - todos os brasileiros no combate a qualquer tipo de corrupção, de qualquer tipo de governo.

Esse vídeo é importante, porque é um vídeo produzido pelo Ministério da Saúde e começa tudo aí. E aí você fala, tá, irmão? Você explica isso aí por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - No dia 16 de março, o setor de importação recebe o *e-mail* da empresa solicitando, com a anuência da Secretaria Executiva, a emissão da licença de importação de embarque aéreo à primeira entrega do Contrato 29, de 2021. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está fora, aqui, da ordem. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que a gente tem que fazer um esclarecimento. Nós podemos ouvir os dois depoentes, mas um não pode estar ajudando o outro. Isso é contra toda a regra das comissões parlamentares de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto. Correto, Senador.

Eu pediria ao servidor Luis Ricardo Miranda que pudesse explicar toda a cronologia da compra e onde e em que momento houve pressão e o porquê da pressão. E pediria ao Deputado... No momento oportuno V. Exa. irá participar, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sem dúvida, Sr. Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só um minutinho por favor. (*Pausa.*)

Os eslaides da apresentação não estão no cronograma, não estão na lógica. (*Pausa.*)

No dia 16 de março, a empresa solicita o início do processo de importação. No dia 18 de março, o setor de importação recebe um *link* no *site* Dropbox contendo todos os documentos, inclusive a *invoice*, a primeira *invoice*. Eu acho que tem ela...

Pode passar.

Isso.

Nessa *invoice*, o setor de importação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor poderia só explicar para todos que estão aqui e para todos que estão assistindo o que é a *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – *Invoice* é um recibo, é uma nota fiscal a qual descreve todo o material, a empresa, de onde vem, quem é o importador, quem é o exportador, quem está recebendo, todos esses dados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses documentos confirmam a existência de três *invoices*, o que significa dizer, em outras palavras, que o Ministro Onyx, o Secretário-Geral da Presidência, mentiu ao fazer aquelas acusações.

É isso mesmo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. Inclusive, no *link* Dropbox, que não está mais disponível, no *e-mail* enviado pela empresa tinha essa *invoice*. E novamente, no dia 22 de março, a empresa envia essa primeira *invoice* em anexo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É... São três *invoices*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode prosseguir, por favor. (*Pausa.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

Ao ser analisado por um técnico da divisão de importação, foi verificado que Madison Biotech não é uma correspondente do contrato que constava a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech. Outra observação que foi analisada foi que o termo de pagamento era 100% antecipado. Outro requisito era a quantidade de apenas 300 mil doses. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue por favor. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantas doses?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Na primeira *invoice*, 300 mil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante...

Sr. Presidente, desculpa! Desculpa! A *invoice* é feita pelo exportador e é verificado no Ministério da Saúde se ela está de acordo com o contrato. A *invoice* foi corrigida duas vezes não pelo depoente; foi corrigida pelo fiscal do contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não é possível! Presidente, não é possível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi isso que o Onyx falou! Não foi isso que o Onyx falou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi isso que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi corrigida duas vezes pelo fiscal do contrato, que busca...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Foi corrigida porque ele não assinou. Foi corrigida por isso, porque ele não aceitou...

(Tumulto no recinto.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Acalme-se, Senador Fernando Bezerra!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... verificação do *compliance* do Ministério da Saúde.

Aqui há uma tentativa inútil, tentativa inútil, inútil, a tentativa é inútil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Esse não é o Senador Fernando Bezerra que eu conheço. Nunca vi o Senador Fernando Bezerra desse jeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, vamos avançar, que os fatos vão revelar a verdade. Estejamos todos tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. está insinuando que as testemunhas estão mentindo aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na hora certa V. Exa. será informado: não das testemunhas, do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, V. Exa. não precisa colocar palavras nem na boca do depoente, muito menos do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Na hora correta, na hora certa... Eu só estou tentando acalmar a Comissão para avançar com os fatos, porque, na hora certa, nós vamos enfrentar o que está no processo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... não estou tentando, longe de mim, querer colocar palavras na sua boca. Nós estamos atrás dos fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, V. Exa. me perguntou se eu estou dizendo que ele está mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, veja bem: há uma versão dada pelo depoente, que é uma versão dele; e há uma versão dada pela resposta. Mas nós dois, toda esta Comissão e o Brasil queremos saber o fato verdadeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É aquela velha frase, antiga: tem a minha verdade, a sua verdade e a verdade verdadeira. É dessa verdade verdadeira que nós estamos atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O processo tem a verdade verdadeira, Presidente. Estejamos tranquilos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Senador... Posso, por favor, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu, como Parlamentar, gostaria de falar 30 segundos.

Eu não vou aceitar ninguém levantar aqui... Eu não precisava jurar falar a verdade, tampouco meu irmão: nós somos convidados. Se for o caso, levantamos e vamos embora, e os senhores continuem defendendo o errado! Não, não, isso é um absurdo! Nós queremos ajudar!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nós queremos a verdade! Nós queremos a verdade!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Então espera que vai chegar no e-mail...

(Tumulto no recinto.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Queremos a verdade! Nós queremos a verdade!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - É só ter calma! Vai chegar no e-mail, e o senhor vai se surpreender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vai chegar, vai chegar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho! Só um minutinho!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, por favor...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, ele tem o direito de falar. Vai chegar a sua hora, e o senhor vai falar o que o senhor quiser. Anota tudo aquilo que o senhor discordar... Até o próprio Senador Marcos Rogério disse: "Olha, nós vamos corrigir tudo isso, nós vamos falar". Cada um tem seu momento aqui; eu só peço um pouco de paciência. Até porque eles são convidados...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, meu encaminhamento é que o Relator pudesse fazer as perguntas e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ponto a ponto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e o depoente pudesse ir respondendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está muito confuso, só isso. Isso aí não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou pedindo... Eu quero a cronologia. Nós queremos a cronologia, por favor. Por favor, continue.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A cronologia, depois a gente vai questionar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois.

Não vamos interromper em benefício do resultado que se quer aqui dos trabalhos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Depois de... Após ter analisado a primeira *invoice*, foi solicitada uma correção dos dados que faltavam para o registro da LI e dos dados que foram inseridos de modo errado. No dia 23 de março, foi enviada uma segunda *invoice*, na qual foi corrigida a quantidade de doses. Entretanto, permanece a empresa Madison, os 100% de pagamento antecipado e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inserido o frete e o seguro, somando 45.929.867,02. Esse valor, se dividido pelo número de doses, de 3 milhões de doses, é superior ao valor unitário de US\$15 constante no contrato. Foi apresentado isso pra empresa para mais uma correção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor pode repetir? O senhor pode repetir esse trecho que o senhor falou agora?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Se puder, nós vamos interromper também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O tratamento tem que ser o mesmo. Não pode ter interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só falou um, já pulou três. Por favor, Senador Randolfe...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Estamos tranquilos, Senador Humberto, tranquilos, absolutamente tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu peço... Eu vou fazer as contas aqui pra você. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado. Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Vamos lá, continue, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - No mesmo dia, no dia 23, a empresa apresenta a *invoice* corrigida, com os valores e os dados corretos conforme o contrato, porém, 11h da noite. Foi encaminhada para o fiscal do contrato a autorização para continuar com a execução do processo, pois a *invoice* trazia um quantitativo menor ao que constava no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - E também foi solicitado ao fiscal do contrato para que seguisse com a Madison, que não constava no contrato. A empresa Precisa Medicamentos informou quem era a Madison, agente comercial responsável pela emissão da LI, possui o mesmo quadro societário e é encarregado de todas as emissões da bio. "Estamos providenciando a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração, mas, como representantes e signatários do contrato, informamos que estamos de acordo com a pró-forma enviada." No dia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso já é uma coisa muito estranha também, porque, se são os mesmos acionistas, por que pagar em uma empresa em paraíso fiscal e não diretamente na empresa contratada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator, não faça essa colocação. Isso é normal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou perguntando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é normal. Se V. Exa. soubesse como são pagos os contratos internacionais do Ministério da Saúde, pode ser paga, sim, a terceira parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou querendo me informar. Eu estou querendo me informar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é absolutamente normal. Não diga que isso é anormal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Eu não falei isso. V. Exa. que está falando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O senhor falou que era estranho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu fiz uma pergunta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - V. Exa. falou que era estranho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei para ele: "Isso é estranho, Luis?" É estranho, Luis? Repito a pergunta. É estranho isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sou bem disciplinada, mas, no meio do tumulto, no início da fala do convidado, ele estava falando... Realmente, não há pegadinha, eu quero apenas compreender, eu estou aqui acompanhando, e as letras estão muito pequenas. Ele estava falando... Pelo que eu vi, tem três *invoices*, mas ele estava falando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um anexo do primeiro e ele interrompeu o raciocínio dele, já foi para o segundo, e eu fiquei perdida. São três *invoices*, fora a retificação do primeiro, que tem um anexo? É só pra eu entender, Senador. Eu não quero aqui atrapalhar nada, mas, se eu não compreender, não vou conseguir fazer os questionamentos posteriores.

Então, se ele pudesse rapidamente retornar a essa... Esse ponto é muito importante. Se o senhor pudesse retornar com rapidez, eu agradeceria, pedindo desculpa e paciência aos colegas.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A gente recebeu a primeira *invoice*, identificou os pontos divergentes do contrato, só que essa primeira *invoice* a gente recebeu através de um *link* Dropbox, onde foi realizado o *download*, e também recebemos no dia 22, três dias depois, isso por *e-mail* em anexo, a mesma primeira *invoice*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Porque foi solicitado, é isso? É por isso o anexo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – É porque no *link* do Dropbox a gente tinha uma dificuldade por âmbito da internet do ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O mesmo documento? Sem nada acrescido? Só pra poder entender.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso, isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada. Desculpe a todos, é que a inteligência aqui é mediana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senadora, não admito, não apoio a senhora, não a apoio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não apoiada nessa parte, não apoiada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estão achando que eu estou querendo tumultuar, e eu só estou querendo entender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não apoio a senhora nesse item.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não se pode falar mentira aqui, Simone. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não pode falar isso sobre V. Exa., porque nós todos discordamos disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Agora, seria importante...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - No dia 22 de março, foi autorizada pela fiscal do contrato, Regina Célia Silva Oliveira, da SDS, a continuidade do processo para o quantitativo menor de 3 milhões de doses e a empresa Madison.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Este é que é o problema: é que as informações não eram as do contrato, e eles detectaram que estava havendo uma burla. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - É, tinha falhas na *invoice*, e encaminhamos todas essas falhas para a fiscal do contrato, que é a responsável pela execução para dar o "de acordo" ou não para a continuidade do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - A terceira *invoice* foi corrigida, conforme o contrato, e autorizada pela fiscal do contrato, onde foram feitos todos os reajustes, ajustes solicitados. Diante disto, da autorização da fiscal do contrato, do ofício de pedido de excepcionalidade assinado pelo diretor do Departamento de Logística, por a *invoice* estar com os valores e medicamentos conforme o contrato e autorizado pela fiscal do contrato, no dia 24, foi aberta uma Licença de Importação, e foi solicitado o pedido de excepcionalidade para a Anvisa, o qual foi negado no dia 30 de março, faltando CBPF, que é o Certificado de Boas Práticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem aprovou o uso da Madison?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Foi a fiscal do contrato, pra continuar com essa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como é o nome dela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Regina Célia. Só um minutinho, por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Mas ela é funcionária do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só pra saber, porque nós estamos levantando tudo isso. São informações importantes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu queria tirar uma dúvida, Sr. Relator e Sr. Presidente. É uma dúvida formal.

Não há nenhum óbice de uma terceira empresa ser responsável, como no caso dessa empresa. A questão que me parece que é o problema é não constar no contrato. É essa que é a questão central: não consta no contrato da Precisa com o Ministério da Saúde uma terceira empresa que receberá o pagamento. Esse é o problema que eu estou entendendo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Como área de execução, nossa lei, nosso norte, nosso baseamento é o contrato, e tudo o que foge do contrato é apresentado para o fiscal pra aprovar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É irregularidade.

E, nesse caso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ao transferir pra uma *offshore*...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... receber, ao invés da empresa localizada no Brasil...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... é um óbvio movimento que dificulta o controle e a fiscalização.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Discordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É isso. É isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É isso, Luis?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, só pra esclarecer aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não faça... Pergunte, mas não faça afirmações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou perguntando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Faça perguntas, e não faça afirmações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não é isso, Luis?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É normal, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... essas empresas farmacêuticas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu posso fazer... Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... trabalham com *offshore*. A Pfizer trabalha com *offshore*, a AstraZeneca trabalha com *offshore*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente... Não dá, né, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não queria ver fantasmas onde não existem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, Presidente, hoje está difícil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Assim não dá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Assim não dá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não dá pra poder construir essa narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faça as perguntas, mas não faça afirmações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu peço, por favor, V. Exa. terá todo o tempo pra desconstruir tudo o que o senhor achar que é narrativa. Agora, neste momento, tudo o que se falar aqui, qualquer Senador tem o direito de falar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, mas isso está acontecendo não é só com o Senador Fernando Bezerra, não. Agora, quando é pra apoiar as afirmações dos depoentes, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu tenho que cortar a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi para o Senador Rogério Carvalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu já fui interrompido por vários Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi também para o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas pra apoiar as declarações dos depoentes, é pra isso que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos Senadores...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Apoiar?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Apoiar? Apoiar?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) -
Nós temos que ouvir as informações... Nós não estamos aqui pra apoiar nada, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Isso foi um ato falho!
Ato falho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Apoiar? A máscara cai. Apoiar? Nós estamos atrás da verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Apoiar ouvir os depoentes.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Nós temos que ouvir
e esclarecer os fatos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Apoiar os depoentes, ouvir os que eles têm a dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Senador
quis dizer apoiar o aprofundamento dos nossos trabalhos da investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Ah, sim. É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele não pode
falar isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Muito melhor, Senador - muito melhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) -
Apoiar mesmo para os depoentes serem ouvidos, porque eles querem falar, e vocês não deixam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É bom. É bom. Muito bem, Relator. Isso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu pergunto se eu posso continuar os trabalhos da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que a base do Governo hoje está muito tensa. Não sei por que, Presidente. Eles nunca foram assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é o contrário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A base do Governo hoje está muito tranquila.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é o contrário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, eu não estou te conhecendo hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos absolutamente tranquilos. Nós temos fatos que a gente vai trazer aqui, ao longo do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos absolutamente tranquilos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Fernando que está aqui não é o Fernando que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Fernando... Senador Fernando Bezerra, por favor. Senador Fernando Bezerra, eu peço por favor aos Srs. Senadores. As Sras. Senadoras não estão atrapalhando a CPI. Quem está atrapalhando são os homens aqui. Então, peço para os homens que tenham um pouco mais de tranquilidade, que nós vamos chegar e ouvir todo mundo. Nós temos muito tempo aqui. Se a gente tiver que ficar até amanhã de manhã, vamos ficar até amanhã de manhã. Não tem problema. Agora, vamos lá.

Eu só queria te perguntar uma coisa: sem a tua autorização, poderia fazer a importação da vacina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas eles autorizaram assim mesmo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Baseado na autorização do fiscal do contrato, a assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Da Ana Regina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Da Regina Célia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

A Ana Célia terá que vir depor aqui para saber como é que passa por cima...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só fiz uma pergunta. E a pergunta é pertinente. Eu não estou fazendo nenhum tipo de juízo. Eu perguntei ao depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu perguntei ao depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. V. Exa. deixa eu falar e o senhor fala.

Ao depoente: só pode importar vacina com a sua autorização, com a sua assinatura? "Sim" ou "não"?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - A gente que dá continuidade ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E por que a servidora Ana Regina deu essa continuidade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, reitera a pergunta sobre a assinatura para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... só sobre assinatura.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que ter a assinatura dele?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta de novo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Pergunta de novo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sob juramento, ele vai responder a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acabei de perguntar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta sobre a assinatura dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Já respondeu, já respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Pergunte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem que assinar esse documento para importação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Assinar não, autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Autorizar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E sem a sua autorização...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Calma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, por favor.

É uma pergunta simples, objetiva, não tem nem um contexto.

Sem a sua assinatura autorizando, alguém pode autorizar no seu lugar?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tem os gestores, mas eles não fazem sem me consultar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a Ana Regina autorizou no seu lugar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ela é a fiscal do contrato e responsável por toda essa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – ... execução desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está sob juramento. Pergunta de novo se ele tem que autorizar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, me erre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador, o senhor está querendo o quê? Constranger a testemunha. Para com isso, Marcos Rogério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Como meu amigo, por favor, deixa ele tranquilo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, espera aí.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – "Sob juramento", "sob juramento", é demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espera aí... Mas o depoente não pode presidir a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós não estamos num parquinho, não. Aqui é depoimento, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O depoente está...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, mas não tem que estar constringendo a testemunha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles querem isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Depoente não pode presidir a sessão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles querem isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos vendo aqui uma inversão de valores.

O depoente quer assumir a Presidência da sessão?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Vamos ouvir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só fiz duas perguntas objetivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – E eu reforcei a pergunta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas depois o senhor pergunta para ele. O senhor vai ter tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até bastante tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As informações trazidas colidem com as atribuições do cargo do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é ele que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... pra ficar claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como é que chegou a essa conclusão?

Ah, Presidente, aí é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é Ministro da Saúde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Ele não tem competência para autorizar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz, agora sim. Agora sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, está tendo uma obstrução...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora sim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. hoje, meu amigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele está demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Fernando Bezerra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele está demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje V. Exa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, hoje ele está bom. Hoje ele está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Não, Presidente, é porque, quando se ouve algo alguma coisa que é totalmente fora do devido processo administrativo, é realmente algo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço ao depoente que continue.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Finalizei a parte da solicitação de importação ao qual foi negada para a Anvisa. E apresentei as três *invoices*. *(Pausa.)*

Continuo o eslaide?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No dia 24 de março, recebi uma notificação do Ministério Público para prestar esclarecimento sobre o inquérito civil.

No dia 31 de março, foi agendado – cadê? – para falar junto à Procuradoria sobre este caso, sobre este inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora são conversas no WhatsApp que recebi sobre esse processo de tramitar de modo mais rápido algumas cobranças fora do comum e do padrão no nosso setor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, por favor...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - No dia 19 de março, o Coronel Pires encaminha para o WhatsApp dois contatos: de um coordenador da SVS e do representante sócio da empresa Bharat Biotech, Max, da Precisa, solicitando: "Meu amigo, estamos com muitos brasileiros morrendo. Precisamos fazer tudo para ajudar. O representante da empresa veio agora à noite falar com o Elcio para agilizar a LI para encaminhar as vacinas esta semana, quatro milhões" - 11 horas da noite.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

Durante toda a execução desse contrato, diversas mensagens recebi, ligações, chamadas no gabinete sobre o *status* do processo desse contrato.

No dia 21 de maio, por exemplo: "Luis, boa noite!". É o Alex Leal Marinho, coordenador. "Novidades sobre a Covaxin? Liguei para a empresa e não consegui falar." "Perdão! Boa noite! Liguei e não consegui falar com você." "Sem problemas. Teve novidade?" "Mande mensagem para a Emanoela, que está na Índia. Acredito que, por conta do fuso horário, umas oito horas, não tivemos resposta."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Luis, quem é o Coronel Pires, por favor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Coordenador de Logística. É o meu chefe. Era o meu chefe superior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Era seu chefe?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Essa coordenação é ligada a que secretaria?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Secretaria Executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, Secretaria Executiva...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso, ao Departamento de Logística.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... cujo ocupante era o Sr. Elcio.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O ocupante era o Sr. Elcio.

Obrigado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Em 23 de maio: "Alguma novidade sobre a Covaxin?".

Oi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Que dia foi isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Foi 23 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que dia foi 23 de maio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Domingo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Domingo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Domingo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Cinco horas da tarde. *(Pausa.)*

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Acho que, em plena pandemia, qualquer horário é horário, não é? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Parou por quê? Por que parou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pode falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Parou o depoimento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso é a conversa contigo, com meu irmão, sobre o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há este diálogo aqui: "Quero saber se serão responsabilizados e pagarão pelos seus crimes. Só isso eu quero saber". Esse diálogo foi seu com quem exatamente, Luis?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Esse é do meu irmão, não é? Esse é o que questiona, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, é seu irmão, que lhe questiona.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dia 20 de março, um *link* de uma reportagem: "Empresa que negocia vacina da Índia com o Governo é investigada por venda de testes rápidos no DF". "Sócio de empresa de vacina indiana deve R\$20 milhões à Saúde por não entregar remédio".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre isso, Luis: na conversa, anteriormente, no mesmo no mesmo diálogo, você diz: "Te falei desde o início dessa nova gestão. Era nítido que ia explodir uma hora ou outra". Referia-se a o quê nessa questão? Por favor, Luis.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Baseado no contrato da Global e ciente da mídia que era o mesmo sócio, a gente, todo o ministério que fez parte do processo da Global tinha essa suspeita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode continuar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É a parte do adjunto.

Você quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos passar para o Deputado Luis Claudio, porque essa parte da continuação dos diálogos foi a participação do Deputado Luis Claudio.

Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senadores, eu só vou ler o que está escrito, e a gente evita polêmica. Se tiver dúvida, eu respondo depois.

Volte só um eslaide, por favor.

Na verdade, eu coloquei lá em cima, porque é uma conversa minha com ele. É mais fácil eu explicar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está num grupo, ele bota uma matéria nesse grupo e eu o questiono, porque ele já tinha dito pra mim: "Eu te falei". Ele tinha dito: "Essa gestão está atropelando procedimentos. E não é normal atropelar procedimentos. Essa nova gestão atropela procedimentos". E, aí, a gente já tinha conversado sobre isso no passado, então falei assim: "Eu só quero saber se serão responsabilizados e pagarão pelos seus crimes. Só isso que eu quero saber". Isso num grupo, aberto, não é pra estar aqui. Não fiz pra poder ser midiático. Isso é um grupo de amigos, fechado. Só entre amigos. Ali: "Infelizmente não acho que isso aconteça". Aí, ele segue no mesmo diálogo, ou seja, pelos horários, não foge muito, não é? Tem os horariozinhos embaixo. Esse é o meu telemático sendo quebrado para a gente poder ter o máximo de transparência possível aqui.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas você cadastra o seu irmão com o nome completo e a função dele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque, às vezes, as pessoas pedem para eu indicar o nome dele e, aí, para não colocar: irmãozinho, e tal, eu coloco o nome dele, quem ele é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Diga-se de passagem, foi para o Sr. Eduardo Bolsonaro, quando eu fui enviar, para ele saber exatamente quem era, quando eu fiz a primeira vez a alteração no nome do meu irmão, em vez de: Ricardinho, como estava antes. E foi pra ele que eu encaminhei, quando tinham outros problemas de 2020, que ele tinha alegado pra mim. Eu mandei: "Está aí o contato". Se quiserem, eu coloco o *print* também na tela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vamos pedir...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, só questionando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quando chegar na minha hora, eu pergunto. Eu peço desculpas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com os questionamentos, porque senão não tem sentido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu estou respondendo o Senador; Senador da sua base.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Colegas... Colegas... Colegas...

Deputado Luis Claudio, somente prossiga o histórico daí. Somente prossiga o histórico.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Perfeito.

Então, ele coloca uma matéria, matéria essa que fala assim: "Empresa que negocia vacina da Índia com o Governo é investigada por venda de testes rápidos no DF". Essa empresa... Nesse caso, aqui no DF, ocorreu inclusive a prisão do secretário e de todos os membros envolvidos ali no caso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Sr. Presidente, eu preciso interromper...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... ambos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
, porque existem declarações do TCU sobre a regularidade desses contratos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Não. Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Não, eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Senador Fernando Bezerra, por gentileza. O depoente está prosseguindo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Deixe-me seguir, Senador. Eu só estou lendo os textos, Senador. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Isso daí é do depoimento dele, é o depoimento dele. Depois, V. Exas. vão poder questioná-lo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - E, na sequência, eu falei assim: "Ambos estão brigando para 2022, matando o povo". Isso aí é um comentário que a gente faz em cima de um erro, porque a gente entende que politicamente não é o momento. Aí eu falei: "E tem mais". E aí ele coloca outra matéria, eu não vou ficar lendo que aqui para evitar polêmica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a próxima página.

Aí, ele: "Eu fui à Polícia Federal testemunhar por causa desse caso". Aí ele explica que, naquele caso, ele já tinha sido, inclusive, testemunha na Polícia Federal. Aí, eu falei assim, e aí eu comento: "Mas nunca dá em nada". E ele: "O delegado disse que vai dar; se depender dele, prende todo mundo. Esse sócio me ligou hoje" – no caso, o sócio da empresa. E ele fala pra mim: "Ele, o secretário executivo, o diretor, pressionando para andar rápido com a importação dessa vacina". Esse diálogo que eu tenho com ele, ele me chama *inbox* – se quiser eu vou lá no *inbox* e depois eu volto para essa conversa com o ajudante de ordem, porque ali, pelo horário, acho que alguém pode ter confundido.

Então, eu falei que eu fiz um comentário, estou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu não estou conseguindo ler porque está muito distante.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas o papel que está com a senhora é esse mesmo documento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ah, sim, mas na parte branca também está mal. Quem é esse diretor aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – No papel também está muito ruim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito ruim. Só quem é o sócio e quem é o diretor, só para eu anotar, por favor, para eu entender o enredo aqui. É que eu estou estranhando, eu estou estranhando um servidor público de carreira receber telefonema ou mensagem de empresa privada que tem contrato, ou que vai assinar um contrato bilionário com o Ministério da Saúde. Por isso eu estou querendo entender quem é o diretor – se é da empresa ou se é o diretor do Ministério da Saúde – e quem é esse sócio; só isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Luis Ricardo, pode responder?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – O diretor desse caso que eu recebi foi o Maximiano, uma ligação dele no sábado pela manhã.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então é da empresa, não é diretor de dentro do Ministério?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Do ministério também...

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E quem é esse sócio?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas quem é o sócio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ah, então o diretor deve ser o de Departamento de Logística, meu diretor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E o sócio o Maximiano.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, tá, obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O Deputado Luis....

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixe-me continuar, porque, aí, fica claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para não seguir muito sem a gente esclarecer um fato. Citou que botou o nome completo do Luis Ricardo exatamente para atender a um pedido do Eduardo Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É. Ele: "Manda o contato do seu irmão que eu vou procurá-lo quando"...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas o nome não está completo não, só o primeiro nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurá-lo para...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O sobrenome não está incluso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurá-lo para...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Nós conversamos no Plenário, eu e o Deputado Eduardo Bolsonaro, sobre problemas que vinham sendo denunciados pelo meu irmão já ao Palácio. Eu falei para ele que foram entregues por duas vezes denúncias relatadas pelo meu irmão ao Ministro Onyx, e que uma hora poderia estourar no Governo, que era importante que ele desse atenção a isso. E mando o contato



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ele do meu irmão, e coloco bonitinho quem é ele, o cargo e tudo, para que ficasse fácil ele conversar com meu irmão e localizá-lo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Você tem isso em mensagens?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Tenho, sim, senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você tem essa conversa com o Eduardo em mensagens?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tenho, sim, senhor. Essa conversa foi feita em Plenário, mas, no momento em que eu mando o contato dele, eu mando, eu tenho aqui no meu telefone, eu estou aqui para fazer no meu telefone...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luis Ricardo, e ele telefonou para você?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; perfeito, Luis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele telefonou, Eduardo Bolsonaro? Não, né?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixe-me dar prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Então, o que acontece? Meu irmão comenta; aí eu faço um comentário, o seguinte: "Estou com uma denúncia cabeluda do Ministério da Saúde e ainda não respondeu. Se não fizer nada, é cúmplice". A denúncia que eu falo é o seguinte, eu corro atrás ali do ajudante de ordens e peço assim: avise o Presidente. "O Sr. Israel também pegou"... E, aí, o assunto muda. Mas ali é o seguinte – esse eslaide do meio é o mais importante –: eu escrevo para o ajudante de ordem do Presidente da República, por conta de que reconheço que o Presidente deve ter uma agenda bem complicada, e ele está sempre do lado dele, e aí eu coloco: "Boa tarde, Diniz, avise ao Presidente que está rolando um esquema de corrupção pesado na aquisição de vacinas dentro no Ministério da Saúde. Tenho as provas e as testemunhas. Sacanagem" – aí uso uma expressão que não quero citar aqui – "a pressão toda sobre o Presidente e esses caras roubando". Na verdade, você vê que ali, claramente, eu estou defendendo o Presidente, o que me estranhou o Palácio reagir contra mim. É até pelo escrito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Só um minutinho, Luis. É que o depoente foi ao banheiro. O outro depoente, o servidor Luis Ricardo Fernandes, foi o banheiro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu posso prosseguir, porque, na verdade, a minha fala aqui não chega na dele. Ali é meu momento com o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Se os senhores permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
- Perfeito. Pode continuar, Luis Claudio.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Então, ele manda a bandeirinha dizendo o seguinte: "li".

Entendendo a urgência e a emergência, eu reforço novamente: "Não esquece de avisar o Presidente. Depois não quero ninguém dizendo que eu implodi a República. Já tem PF" - e uso outra expressão que não deveria ter usado - "no caso, ele precisa saber e se antecipar". Porque se tem algo errado, quem luta pelo Governo, quem quer defender o Presidente da República, quem quer que o Governo dê certo quer que o Presidente aja antes e não permite que essas coisas deem seguimento. Foi o que eu fiz. Volto a dizer: me estranha a base do Governo ficar contra quem está defendendo o dinheiro público, a saúde, salvar vidas.

Bandeirinha, de novo, dizendo que recebeu.

Aí, ele me liga, o Diniz me liga e fala o seguinte: "Deputado, o Presidente quer lhe receber agora de tarde. O senhor consegue vir às 16h30?". Eu falei: sim, senhor; perfeito, irei eu e o meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - De que dia isso, Luis?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - No dia 20 de março, um sábado. Aí, eu explico para ele que eu estou a caminho, né? Escrevo: "Estou a caminho".

Para que fique claro, as conversas que antecederam a minha decisão de mandar essa mensagem para o Sr. Diniz vou abrir no meu telefone aqui, gente, porque eu não deletei nunca as mensagens. Realmente, a leitura... Me perdoem. Se eu soubesse que tinha ficado tão pequenininho, tinha feito maior. Mas eu acho que a gente ganha com qualidade aqui se a minha leitura for propícia. Ainda vou tentar aqui, fica melhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que me fez – passa um eslaide, por favor – tomar a decisão de chamar o Presidente da República? Foi o fato de o meu irmão escrever para mim o seguinte... O delegado teria dito para o meu irmão, me chamou no *inbox*: "Ele me disse que qualquer ataque à testemunha podia falar com ele". Aí passou o telefone para a gente. "Então hoje você deveria acusá-lo que estão te pressionando" – avisá-lo, né?; saiu "acusá-lo" – "avisá-lo que estão te pressionando para importar logo a vacina". Aí, ele: "Ligaram ontem de noite. O assessor do secretário executivo" -- isso, no sábado, né? – "me ligou às 22h30 dizendo que o cara da empresa estava lá". No sábado, às 22h30. Ele: "Muito estranho esse encontro sexta à noite". Aí, eu: "Avisa a PF".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Quem é o assessor, por favor? Só para eu anotar. Assessor do secretário disse que estava com alguém da empresa num sábado à noite. Então, quem é esse assessor que estava fora do trabalho conversando com alguém que estava negociando um contrato de R\$1,6 bilhão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu tenho aqui o eslaide dele, anteriormente, porque ele manda mensagem para o meu irmão na sexta-feira, porque, na cronologia... Ele é o primeiro eslaide que os senhores podem acompanhar quando começam os eslaides de WhatsApp. É o Sr. Coronel Pires. Tanto que, na conversa com meu irmão, ele manda os contatos do... No caso aqui, parece que é um diretor do Ministério da Saúde. E o segundo é do Sr. Max, da Precisa. Ele manda o contato dos dois, né? E, aí, ele cobra do meu irmão o devido provimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Deputado Luis, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Seguindo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deputado Luis, por favor. No diálogo: "O assessor do Secretário Executivo me ligou às 22h30 dizendo que o cara da empresa estava lá. Muito estranho esse encontro sexta à noite". Quem é o cara que estava lá?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi o que eu perguntei, Senador Renan. Era Coronel Pires.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Pires.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Coronel Pires é o servidor do Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o servidor, não é o cara da empresa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... que estava...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Hein?

O cara da empresa referido.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É isso que eu estou perguntando. Eu estou perguntando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Ele manda aqui para mim. Ele mandou um *print*.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu acredito que seja o Max.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Está aí com vocês: Max... Está na mesma conversa lá.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Maximiano.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Max Precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O próprio assessor, funcionário do Ministério da Saúde, manda um contato para o meu irmão para falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Você ligou para ele?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Não. Ele me ligou pela manhã. No outro dia, no sábado, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Quem te ligou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Maximiano. Não sei quem passou meu contato para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele já tinha teu telefone? Ou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. Acredito que o Coronel deve ter divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu não tenho relação com o Ministério da Saúde. Meu irmão falou comigo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. O telefone do seu irmão.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não. Isso aqui é um *print* que o meu irmão me manda. Olha o cara aí. Você vê que na conversa é um *print* que ele manda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente. Ele passou o telefone para o Eduardo Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele passou o *print* para mim, para ver que o chefe dele passou o telefone para ele.

Nesse momento, o diálogo com meu irmão é de denúncia, denunciando para um Deputado Federal fazer alguma coisa por ele, porque ele está numa situação espremida.

Seguindo: "Elcio é o Secretário-Executivo" – ele me explica. Ele: "Faça o seu trabalho, mas não deixe de avisar à PF".

Max é o sócio da empresa. Respondendo à pergunta dos senhores, ele já tinha respondido para mim também. Ali está cronologicamente no horário, está, senhores?

E aí tem dois áudios que aqui estão, que a pedido do meu irmão, ele pediu para não passar, mas eu acho que aqui nós temos que ser sinceros o máximo possível, transparentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor, Luis.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Se tiver alguma coisa que desagrade ele, me perdoe, meu irmão, mas eu acho que toda conversa tem que ser transmitida aqui hoje.

Os senhores conseguem clicar nesse audiozinho ali? Tem dois. Eu acho que o de cima... Não. Volta lá no mesmo eslaide. Acho que é só clicar no áudio. Fabrício Carlos.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí o segundo áudio.

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma coisa, tem uma coisa também muito importante aí...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Seria bom esclarecer quem são essas pessoas que estavam pressionando, não é?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem tudo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sobre isso que eu vou perguntar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É o que eu estou dizendo. Eu vou chegar em tudo. Eu fiz um jeito para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deputado Luis, Deputado Luis, uma pergunta que não pode calar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No diálogo diz o seguinte: Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina, disse que não assinaram porque...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu chegar lá, então. Vamos lá? Podemos ler?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Porque aí eu cheguei aqui. Aí: "Ruim, maninho. O que não dá é pra denunciar e ficar no anonimato". Ele não queria denunciar, porque ele sabia que cedo ou tarde o nome dele estaria aqui, como está agora.

Ele: "Ficar exposto, tudo o que falo é escrito e tenho que assinar", se ele for fazer uma denúncia, como servidor público.

Aí eu: "Diga para o delegado que está avisando, mas não quer ser exposto, tem que ser anônimo. E ele que investigue".

Aí ele: "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina disse que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato. Vou perguntar para ele se tem provas".

Aí, no meu tempo, ele me mandou: "Recebi mais uma ligação". Aí eu: "De quem?" "Do meu coordenador".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Deputado, só para esclarecer: quem é que diz que estava cobrando propina, quem é o seu outro interlocutor? O senhor está trocando mensagens...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu estou trocando com o meu irmão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Com o seu irmão. Então, o seu irmão estava dizendo que estava cobrando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Meu irmão falou assim: "Aquele rapaz que me procurou..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, ele está negando.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O senhor, por favor, o senhor sabe para onde está tentando ir. Escute. Vou ler de novo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vai ler de novo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Vamos ver juntos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Ele está aqui como depoente. Todos eles.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, eu estou aqui como convidado.

Senador, o senhor me respeite como Parlamentar. Não vai adiantar, o senhor não vai me irritar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Deputado, só um minutinho

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, não pode irritar a testemunha!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado, Deputado, eu peço...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O senhor está fazendo um papel, um desserviço à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado, V. Exa., só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Leia de novo, Luis, leia de novo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Aquele rapaz que me procurou dizendo que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espera aí.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, só um minutinho, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir aqui, somos todos Parlamentares, mas, na condição que V. Exa. está aqui, V. Exa. está aqui como testemunha, como depoente. E eu peço, da mesma forma que eu peço respeito aos depoentes, os depoentes têm que ter todo o respeito aos Senadores e Senadoras aqui, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Convidados, sim, mas estão dando um depoimento, fizeram um juramento aqui, apesar de não querer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Espontaneamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Não vou levar desaforo para casa, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Podíamos ter lembrado disso com a Nise Yamaguchi, ter falado menos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não estou fazendo nenhum desaforo ao Deputado, eu tenho tratado ele bem.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, o senhor sabe o que o senhor fez.

Deixa eu continuar então, porque aí esclarece sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho... O Senador Fernando Bezerra pediu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Quem é que estava falando que tinha propina? É o seu irmão? É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele perguntou se era o seu irmão que estava te dizendo ou era você dizendo para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, ele vai ler, ele vai ler. Leia, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Posso ligar meu microfone?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pode ligar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Obrigado.

Vou ler novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacinas", a pessoa falou para ele: "Tenho vacina", "diz que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato", os caras, ele fala, os caras...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É seu irmão que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Meu irmão está escrevendo para mim isso, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem é o rapaz...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele está, ele está... Eu perguntei a ele ali e ele disse que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, isso não pode, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Deixa eu continuar a leitura, gente, por favor. Não vamos cumprir nenhum raciocínio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O seu irmão, eu perguntei aqui a ele, ele está negando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ele está negando o raciocínio do depoente. Isso não dá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O depoente principal aqui é o Luis Ricardo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, não, os dois são iguais. Nós estamos aqui para depor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O servidor do Ministério da Saúde é o Luis Ricardo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Ele está dizendo que está falando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu estou lendo as conversas, Senador. Deixa eu continuar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está lendo as conversas dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Calma, nem precisava ter trazido. Então, deixa eu ler, deixa eu esclarecer para o senhor, porque se tem alguém dentro do ministério cobrando propina, a gente tem que lutar para tirar lá de dentro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tirá-lo de lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

Peça ao depoente que junte esses áudios e esse material todo no processado e aí o Relator pode fazer objetivamente as perguntas e a gente avança.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia, por favor. Eu já tinha perguntado isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você, Deputado, por favor, esclareça uma coisa, esclareça para todos nós e para quem está nos vendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, só uma pergunta, por favor, por favor.

Deputado, "aquele rapaz que me procurou para falar da vacina", quem é aquele rapaz, Ricardo Miranda? Ricardo, quem é aquele rapaz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, nos ajude.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi um servidor do ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nome?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Não, não, não, quem foi o rapaz, o vendedor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O rapaz que diz que pediram propina dele? E quem pediu propina dele, isso que eu quero saber.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É muito importante essa informação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) - Mas aí quem pediu propina dele só ele vai saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. É uma pergunta muito objetiva.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Quem tem que responder é ele, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu sei, calma, Ciro... Ciro, não, Senador Ciro, por favor, eu estou perguntando ao Luis Ricardo. Ele está como convidado.

E eu quero te dizer que hoje você está como convidado. Se V. Exa. não quiser responder, eu o convocarei pra vir aqui pra responder. É diferente, aí V. Exa. vai ter que me dizer de quem é o nome, de quem é o nome do servidor que pediu propina daquele cara da vacina? Que é isso que está aqui escrito. Alguém pediu propina do... É isso que está aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Sim, mas aqui o que ele está escrevendo é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É o Luis Ricardo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) - Deixa a resposta, queremos a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, Ricardo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Deixa eu explicar, calma aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Fala aí, Ricardo, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - O Ministério estava sem vacina e um colega de trabalho, Rodrigo, servidor, me disse que tinha um rapaz que vendia vacina e que esse rapaz disse que os seus, alguns gestores, estavam pedindo propina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Qual rapaz?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) - Qual rapaz?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Ele não citou o nome.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Ricardo disse pra ele, o Ricardo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Rodrigo, o Rodrigo disse pra ele que tinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Chama o Rodrigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Aí, chama o Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Calma! Só isso, está esclarecido.

Então, quem falou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Então, chama o Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está esclarecido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Então, chama o Ricardo para o Ricardo acusar quem são os gestores.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - O Rodrigo. É Rodrigo. Então, chama o Rodrigo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Rodrigo. Convoca o Rodrigo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Para dizer quem são os gestores.

Vamos lá, gente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, prossiga. Prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Só perguntei isso, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi, foi muito boa a pergunta, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Convoca o Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Convoca o Rodrigo para ele vir aqui dizer quem pediu propina.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Aí ele segue - só para a gente seguir - aí ele segue perguntando tudo para acelerar, inclusive dizendo que a empresa foi agora ao Ministério levar os documentos. Isso num sábado, tinha ido no Ministério levar os documentos num sábado.

Aí eu: "Avisa a PF!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu: "Avisa a PF!". Isso é conversa do dia 20, gente, não existia na CPI, não, tá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, ele quer interromper...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente... Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - ... da Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, nós estamos vendo ali um assessoramento direto ao depoente; segundo, são os dois depoentes, um está ajudando o outro. Eu gostaria que pudesse o Relator... *(Fora do microfone.)*

... para a gente poder não estar cruzando informações. Estou falando para termos um depoimento isento.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O senhor está o tempo todo me constrangendo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Constrangendo, interrompendo, tumultuando o raciocínio.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu só estou lendo o que está na tela.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) - Estamos querendo a isenção do depoimento. Nós estamos vendo aqui uma agressão às regras da Comissão Parlamentar de Inquérito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de forma escancarada – escancarada!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu sugiro que a gente passe a ignorar o Senador Fernando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pessoal, quem está lendo... A conversa do WhatsApp é do Deputado, o Deputado está explicando o teor da conversa que ele teve com o irmão dele no celular dele. Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso aí! Muito bem!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos parar de tumultuar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Leila!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Leila! Muito bem, Leila!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisávamos ouvir alguém aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Leila! Muito bem, Leila!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Posso seguir, senhores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem! Muito bem!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Seguindo: eu mando então o *print* que eu já tinha enviado para o ajudante de ordens do Presidente e estava aguardando a resposta.

Aí eu falei: "Hoje a gente descobre se o Bolsonaro é cúmplice ou honesto.". Mande pra ele minha denúncia. Gente, eu não estou aqui acusando nada, eu estou lendo minha conversa com meu irmão, me desculpem, mas eu quis ser o mais transparente possível com os senhores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Fiquei de ligar para o delegado às 15h." Eu: "Informa que você não pode fazer nada, terá que prosseguir com o processo ou te exoneram, é a PF que tem que agir.". Eu: "Me ligue aqui, mano". Aí, ele: "Estava ao telefone com o delegado. Te liguei. Me retorna.". Aí ele: "Diretor me chamando". Eu: "Sério?". Mais uma vez, olha a hora: 8h45 na noite de sábado. Eu estou ligando para ele. Aí, ele manda o *print* do cara com a chamada: "Como está a LI da vacina?". Nós já tínhamos ido com o Presidente, até está aqui o *print*, com uma matéria que saiu com o Presidente, que eu estive lá, tratando desses assuntos com o Presidente, mas sem entrar e sem se aprofundar, essa matéria dizendo.

O que que acontece? Quando eu estive no Presidente, só para a gente parar aqui agora, a reunião com o Presidente, eu fui com o meu irmão. Apresentamos pra ele a LI, no caso, a LI, não, uma *invoice*, que até aquele momento era a *invoice* que queriam que assinasse. Volto a dizer: pressão na sexta à noite, qual era a *invoice* que estava ativa? A primeira, que, diga-se de passagem, ela não está tão errada assim, como saiu na imprensa, não são 1.000%. São 300 mil caixas, que a caixa custa US\$150. Então, o valor é o mesmo no final, ou é caixa ou é unidade. Aquela *invoice* tem um erro apenas *pro forma*, com exceção da questão de a empresa não estar no contrato. Então, mesmo assim, eu não vi nada de mais na quantidade, só para explicar, diferente do que o Sr. Onyx falou, porque ele é tão sem noção que falou que ela foi falsificada. Não é falsificada, a empresa mandou caixas – 300 mil caixas de 150 doses, que dá o mesmo que unidade a US\$15. É isso.

Só que, como a *invoice* também não possuía a informação do frete, que ficaria com o Governo Federal, também descumpria o contrato. Então, o meu irmão manda para mim questionando isso: "Tem vários erros aqui, precisa mostrar para o Presidente". Então, já que é pra mostrar, vamos mostrar tudo. Primeiro, o pagamento *advanced*, não é? *Advanced payment*, pagamento adiantado. Segundo erro grave: a exposição de produtos não estava conforme o contrato, deveria ser via unidade, apesar de não enxergarmos aqui uma diferença, como foi exposto pelo Onyx, de um jeito como se fosse uma agressão, falsificação, algo do gênero. Não tem documento falsificado. Aquela *invoice* era a *invoice* do momento, era a *invoice* que queriam que pagasse. E a empresa, a empresa não estava no contrato.

E a pressão. O coronel ligando para ele, o tal do Coronel Pires, à noite, num sábado, mesmo já tendo ido no Presidente, o diretor dele fala assim: "Como está a LI da vacina?". O que a LI, para quem não compreende? Eu mexo um pouquinho no mercado de importação e posso explicar: é a Licença de Importação. Feita ela, você liberou a importação. Se o meu irmão libera a LI, está liberada a importação com aquela *invoice*, com os termos dela, da forma que a LI foi emitida.

Então, eu sigo a conversa. "Diretor me atolando". Eu: "Sério?". Aí, ele manda pra mim aqui... Aí, eu mando os *prints*. Os *prints* são só para contextualizar que eu estava conversando, para não ter quebra de conversar, parecer que a gente cortou alguma coisa na conversa. Ele: "Estou lendo aqui" e dá uma risadinha. "Lendo os comentários da galera que julga muito por conta daqueles vídeos fdp do Youtube". Esses caras foram, inclusive, todos indiciados por *fake news*. Um deles foi até preso, que queria dinheiro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu para parar de fazer vídeo falso contra mim. Aí, eu: "Eles estão todos indiciados", explico. Aí, ele: "Onde você está vendo esses comentários?". Aí, eu: "Vou mandar para a galera do gabinete rebater". Aí, ele: "Facebook, Metrôpoles, *Correio Braziliense*". Eu: "É uma boa. Até todos são eleitores de Brasília". Aí, ele manda a *invoice* pra mim no dia 22, circulando os pontos que ele acreditava que estavam permanecendo e queriam que ele assinasse. Volto a dizer: o Diretor Roberto mandou para ele no sábado, reforçando "cadê a LI?". Não tinha correção, gente. Esse papo de correção, se ele tivesse feito...

Então, ele manda assim: "A *invoice* da vacina". Eu falei: "Daquele rolo?"

Nós estamos onde? (*Pausa.*)

Agora tem esse áudio aí para escutar. Ele explica... Eu falo: "Daquele rolo?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No eslaide anterior... Aquele áudio ali?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ah, eu mando um áudio pra ele. Verdade.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Podemos ouvir? Podemos ouvir?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Podemos escutar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Claro.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Esse é um áudio que eu encaminho para o ajudante de ordens do Presidente da República, o Sr. Diniz Coelho.

Obrigado, Senador. É importante.

Aí falamos já, do primeiro eslaide.

O segundo aqui... Tem o áudio... Aí, eu: "Daquele rolo?" Aí ele manda o áudio.

Por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Pois não, Senador Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dá para repetir o áudio anterior? Porque eu fiquei com a compreensão de que estava se negociando uma outra vacina...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo amor de Deus, isso é só para tumultuar... Por favor!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, mas a gente coloca! A gente coloca!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Espere aí, Senador Renan Calheiros! Eu estou numa dúvida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Voltar numa coisa que ele já falou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu estou querendo que ele repita o áudio anterior. No áudio anterior, eu fiquei com a impressão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Atendamos o desejo do Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu quero apenas esclarecer que estava se tratando de uma outra vacina, que ela não era a vacina da Covaxin. Eu posso ter entendido errado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vamos tranquilamente atender os desejos do Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bota o outro áudio, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O áudio anterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Aquele áudio que o Senador falou...

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Que vacina? "Da outra vacina..."

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Da que eu fui despachar com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele foi conversar com o Presidente sobre a Covaxin...

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Olha...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu queria...

Está falando de outra vacina...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque eu tratei de dois assuntos com o Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, pois não. Esclareça, porque parece que tem duas vacinas aqui...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Claro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ...não tem só a Covaxin.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem sim, uma que eu fui buscar no domingo com o Ministro Pazuello, um milhão de doses. Eu pedi autorização do Presidente para ir no avião da FAB, e fui no avião da FAB buscar 1 milhão de doses, no meu domingo de descanso, para a gente garantir que elas chegassem o mais rápido possível, sempre ajudando o Governo Federal. Eu estava dentro da aeronave da FAB, fui buscar esse 1 milhão de doses.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor ajudou em quê, Deputado?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Explique aí esse 1 milhão de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa conversa já foi referida pelo Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu explico! Eu explico!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu queria entender por que o senhor ajudou nesse avião da FAB.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Me explique aí... No avião da FAB, uma outra vacina... O senhor foi pegar vacina? O Deputado Federal foi pegar vacina?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é isso, não, é porque o Governo Federal, naquele momento, queria divulgar... E todo o esforço pra quem tem 4 milhões de seguidores... Divulgar que o Governo está chegando com as vacinas, está entregando as vacinas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não, não, Presidente. Não, espere aí, o senhor foi pegar....

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Foi divulgação. Pegue minhas redes sociais e assista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - No dia 21, divulgando que o Brasil está entregando vacinas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, vamos pra frente! Presidente, vamos pra frente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Foi nesse sentido que eu fui ajudar. Tenho 4 milhões de seguidores e fui divulgar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Vamos pra frente, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Aí eu falei assim: "Dessa vacina, ninguém perguntou pro meu irmão até agora, se ela estava chegando, mas da do rolo estão ligando pra ele agora." Olhe aí, aí mando um *print* para ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Bora, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Está óbvio!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A do rolo é...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - É a Covaxin.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É a sua palavra que está falando que tem rolo e que até agora o senhor não apresentou absolutamente nada, nada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

Todos nós somos Parlamentares, todos nós sabemos dos nossos direitos, dos nossos deveres e das nossas prerrogativas. Eu não vejo nenhum problema de um Deputado da base do Governo acompanhar o Governo num momento de pandemia numa tratativa de vacinas. Da mesma forma, eu defendo o filho do Presidente ir a Israel ver um *spray* que está sendo testado. Ele é um Parlamentar também e está no exercício das suas atribuições.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que efetivamente isso tem a ver com a narrativa que está sendo interrompida a todo momento aqui é que nós queremos entender, até pra buscar a verdade dos fatos nesta que é uma das questões apresentadas na CPI, talvez a mais séria? É que, até então, nós estávamos discutindo negligência e imprudência de Governadores e do Governo Federal a respeito da pandemia e por que o povo brasileiro está morrendo sem vacina no Brasil.

Agora, a fase é outra, Sr. Presidente. Estão aparecendo denúncias graves, indícios, seja por parte do Governo Federal, seja por parte dos governos estaduais, de corrupção, superfaturamento, fraude à licitação, peculato, organização criminosa, ou seja lá o que for de qualquer autoridade, do Vereador, do Deputado, do Governador, do Ministro da Saúde. É isto que nós precisamos saber: o que é que aconteceu e está acontecendo com o dinheiro que o Congresso Nacional colocou à disposição do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Bom, seguindo, ele me manda a *invoice*, faz aquela explicação. Aí eu falo assim: "Cara, se pagar isso, é crime" – quem ia estar aqui agora respondendo era ele. Eu escrevo. Aí eu faço uma expressão um pouco forte. Volto a dizer: fui tão transparente que não apaguei nada, até aquilo que eu sei que é forte.

Aí ele: "Muito rolo." Aí: "Você consegue segurar alguma coisa?" – segurar o máximo possível pra não deixar acontecer. Aí mando para o... Mais uma vez, pego o que ele me mandou, encaminho para o ajudante de ordem do Presidente da República – esse áudio já passamos. E aí eu mando outro áudio, que é o do irmão, pra ele. Então, o áudio se repete, não precisa passar novamente, que é o áudio do meu irmão.

Eu: "Pelo amor de Deus, Diniz, isso é muito sério. Meu irmão quer saber do PR como agir." Não fomos respondidos na segunda-feira.

No dia 23...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É o mesmo áudio do meu irmão. Aquele áudio do meu irmão eu encaminho pra ele. Eu encaminho tanto o diretor chamando ele às 8h da noite...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom, pode ser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem problema, vamos colocar aí os áudios.

(Procede-se à reprodução de áudio.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só uma pergunta...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - É o mesmo.

Só uma pergunta, só uma pergunta, só uma pergunta aqui. Ricardo, esse áudio que você fez: foi antes de você ir com o seu irmão à casa do Presidente ou foi depois que você esteve na casa do Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Foi... Foi depois, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou lhe perguntando, Ricardo, que dia... Esse áudio foi feito antes de V. Sa. ir à casa do Presidente ou após vocês terem comunicado ao Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não recordo ao exato, não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, eu queria sugerir que pudessem se afastar, porque toda hora que o senhor pergunta o outro passa informação para o outro depoente. Se for possível separar, se puder separar... Fica próximo ao...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Foi dia 23, gente, três dias depois.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Pronto, pronto... Aí não tem o que questionar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Se alguém interromper agora, eu vou botar pra fora, estou avisando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Ótimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu não me recordo ao exato dessa data, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Espere aí, só um minutinho. É importante...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tem uma cronologia aí, Presidente. Está escrito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está a data: 23 de março...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Foi dia 22, né? Eu não enxergo daqui. Foi 23.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... três dias depois do encontro deles com o Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Dia 23? Então, foi depois. Então, eu falei correto: depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Sim, mas, só um minutinho... Três dias depois de você estar na casa do Presidente, ainda estavam erradas as *invoices*? É isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Essa data é uma importante informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, muito, muito!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Seguindo.

Na terça-feira, eu, mais uma vez, cobro do ajudante de ordens do Presidente e mando pra ele: "Bom dia! O PR está chateado comigo? Algo que eu fiz? Só precisamos saber o que fazer em uma situação como essa." Ele me responde: "Bom dia. Negativo, Deputado" - respondendo que não estava chateado comigo. "São muitas demandas. Vou lembrá-lo". Eu falei: "Obrigado, irmão. Você sabe que a vontade é de ajudar. Estamos juntos."

Seguindo, com o ajudante de ordens: eu mando um documento no dia 24 pra ele. Mas, ao mesmo tempo, no dia 23, eu respondo também ao meu irmão e mando ao meu irmão: "Acabei de cobrar o PR." E ele me manda um áudio.

Não sei por que não está ali o audiozinho., do

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está ali.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ah, é porque é do Governo, do GDF. Ele falou que conseguiu liberar as vacinas, os *supplies*, os produtos que estavam presos na Receita, que foi até matéria em tudo que é lugar, que o Governo tinha recebido de uma doação e...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Esse áudio: o senhor não tem como botar no fone pra gente escutar, não?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está ali. Eu posso botar aqui, no fone. É só pra gente não perder tempo: é falando do GDF, especificamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas é bom. É porque como todos você está mostrando, e esses não...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas é porque não era relevante para o tema. É só por isso que eu não coloquei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas eu acho... Pode não ser pra você, para a gente pode ser.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque o sigilo... Se você quiser, eu coloco só o iníciozinho, pra gente não perder tempo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que é. Eu acho que se o Presidente autorizar...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não tem problema nenhum, Senador, o senhor pode ter certeza, mas eu peço pra ele: "Escreve isso pra encaminhar para o Governador, escreve tudo, inclusive do MP." É que ele fala: "O MP não requereu o Governador pra poder dar satisfações, por que não liberava." E aí ele me explica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho importante, bastava o Presidente e o Senador...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu acho... Aí ele escreve... Mas também está lá, escrito. Aí, eu: "Pronto e tudo". Mas por que eu coloquei esse?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu acho que nós já entendemos bem esse enredo, está certo? Esse enredo já foi bem entendido.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Vamos passar, vamos pra outro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não. Eu só quero saber agora, Deputado... V. Exa. vai me dizer da sua ida à casa do Presidente e a sua conversa. É só isso que nós queremos saber.

Depois, Senador Renan, V. Exa. volta a fazer perguntas para o depoente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu tenho uma pergunta pra fazer antes, já que foi consentida pelo Deputado: é se V. Exa. tem o áudio com o Eduardo Bolsonaro...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... pra não passarmos, não seguirmos adiante sem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu tenho um *print*. Eu vou mandar aqui, pelo meu assessor, mas eu estou só encaminhando o contato do meu irmão e tudo. A conversa, como eu disse, ocorreu no Plenário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ...mas, se quiser, eu encaminho aqui para o meu assessor, ele entrega lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não tenho óbice a isso, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom, Luis. Pode prosseguir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interperlar.) - Presidente, só uma pergunta rapidinho.

Deputado, o senhor esteve duas vezes com o Presidente ou o senhor esteve apenas uma?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Sobre esse tema, somente no sábado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Quando o senhor fala aqui: "Estou indo onde o Presidente.... Segura aí, que eu vou no Presidente agora." O senhor, nesse momento, conseguiu falar com o Presidente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Em qual a senhora está lendo isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, no dia 24 de março, o senhor diz que vai novamente falar com o Presidente. O senhor falou nesse dia também ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E há um...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não consegui ser atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E há um outro diálogo, Deputado Luis Miranda, também, que nós consideramos gravíssimo. É esse que trata do vencimento da validade das vacinas.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Perfeito, eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, eu dei um encaminhamento que eu só quero saber agora da conversa do Deputado Luis Miranda. O resto, de vencimento, V. Exa. vai perguntar ao servidor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas vamos concluir aqui os meus eslaides, se o senhor me permitir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não vou permitir, não, Deputado. Você me desculpa, mas eu vou ser muito rigoroso agora, porque nós estamos conversando aqui... Nós temos perguntas a fazer, correto? E essas perguntas nós iremos fazer, porque a gente sabe como fazer as perguntas aqui. E eu peço a V. Exa. que, para encerrar agora, por enquanto, V. Exa. fale sobre o seu encontro com o Presidente, o que o Presidente lhe falou. As outras coisas nós iremos perguntar para o Luis Ricardo Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Presidente, minha intenção aqui é única e exclusivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deputado, eu não estou falando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... esclarecer. Eu vou falar do encontro, eu vou falar do encontro.

Mas é porque a Senadora me fez uma pergunta extremamente pertinente: "Você conseguiu de novo falar com o Presidente?". Depois do meu encontro, eu não consegui mais falar com o Presidente, o que responde muito do que foi questionado: por que eu não sentei com o Presidente, por que eu não contei para o Presidente, por que, antes de vir pra uma CPI, não falei para o Presidente. E aí eu juntei nos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eslaides as várias tentativas de ofício de documentos, de pedidos ao Ministro da Saúde – o novo Ministro da Saúde... Eu não consigo mais, depois que eu denunciei o caso, ou pelo menos comuniquei ao Presidente do caso, falar com ninguém.

E o último eslaide que vai ter aí, passando algumas partes, inclusive, é com o Chefe de Gabinete do Presidente, que falou que ia verificar – no dia 10 de junho, minha última tentativa. E não consegui mais falar – só explicando. Então, assim, eu tive esse encontro no sábado e não tive uma resposta mais sobre ao que foi dado provimento. E eu encontro com o Presidente, levo todos os documentos que, naquele momento, a gente possuía, que eram não só documentos, mas também apresentei matérias de jornais – pra ficar bem claro o que eu apresentei para o Presidente –, matérias que falavam dos problemas que a empresa possuía dentro do ministério. E levando a questão ao Presidente, com muita clareza, eu falei: "Presidente, a gente não sabe ao certo se tem ou não tem alguma coisa de errado. E não temos força pra saber. Mas meu irmão não quer assinar. Ele não tem conforto pra assinar a *invoice* da forma que ela veio". E na segunda – vocês observaram nos eslaides –, na segunda, na terça, se manteve.

Então, eu explico isso para o Presidente pra que o Presidente tome as devidas providências. E o Presidente, de forma enfática, falou pra mim: "Não, isso realmente é muito sério. Vou encaminhar para o DG da Polícia Federal verificar tudo isso que vocês passaram pra mim". A gente agradece ao Presidente, ele entra em outro assunto comigo sobre imposto sobre combustíveis, fala que é um absurdo como estavam caros os combustíveis e tudo... Que tinha um projeto que estava na Comissão de Finanças e Tributação. E ele até brinca comigo: "Pega a relatoria desse projeto, é muito bom. É bom pra você, porque é tua bandeira. Vocês fazem aqueles vídeos dos Estados Unidos". Eu falei: "Obrigado, Presidente. Vou tentar". Até tentei, mas já tinha Relator. E o assunto se mantém nisso. Na hora de sair, batemos fotos com o Presidente. Eu bati foto. Meu irmão bateu foto com o Presidente. Minha esposa aguardava na antessala. Pego e me retiro, Sr. Presidente. Foi basicamente... Minha conversa com o Presidente se manteve nisso.

E, depois disso, encontrei com o Presidente algumas vezes no Palácio por questões de reuniões que ele faz. E a última, eu avisei, foi quando eu mandei aqui para o Diniz. Teve um evento no Palácio e eu falei: "Presidente, preciso falar com o senhor, Presidente. Preciso muito falar com o senhor". Ele falou assim: "Tu está vendo como é que está minha vida. Minha vida está uma loucura. Entra em contato [com o Diniz não]... com o Célio". Ou: "Entre em contato com o Célio, que é meu Chefe de Gabinete, e pede pra ele agendar pra você lá, que ele tenta". E eu tentei no dia 10 de junho e até hoje eu não obtive resposta, pra falar de novo com o Presidente.

Então, eu não sei o que aconteceu. Não sei se foi dado provimento. Eu não sei pra quem ele falou. Eu não tive uma resposta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Você percebeu que, de repente, seu irmão sofreu perseguição depois que pararam de falar com você?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Não. Eu não sei disso. Ele não me relatou mais isso – meu irmão. Foi um assunto que depois que nós... Passamos aquela semana tumultuada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu dei o assunto como encerrado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Deputado.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, nós vamos fazer as perguntas continuando as perguntas feitas ao Luis Ricardo Miranda. Em seguida, nós faremos outras perguntas também ao Deputado Luis Miranda.

Além do Secretário... Luis Ricardo, além do Secretário-Executivo, outras pessoas fizeram pressão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – O Coordenador Alex Lial Marinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coordenador Alex Lial Marinho...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E Alberto Ferreira Dias, Diretor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Roberto Ferreira Dias.

Pode nos descrever como eram essas pressões detalhadamente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Detalhes, perguntando se acionou a empresa, se ele já conseguiu a documentação, se já foi protocolado na Anvisa, sempre um andamento, mas com bastante constância.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. reportou essa pressão a algum superior no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque esses dois eram meus superiores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, eram os dois superiores?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

Quando V. Sa. percebeu que as pressões de fatos atípicos relacionados à aquisição da vacina Covaxin eram realmente sinais de irregularidade e de favorecimento nesse vultoso contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Com essa pressão e a forma com que a gente recebeu os documentos, toda a equipe do setor não se sentiu confortável com essa pressão e com a falta de documento. E aí, como os meus dois superiores internos no ministério estavam pressionando, eu acionei, conversei com meu irmão, que aí passou ao Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito!

V. Sa. teve contato ou conversou com alguém do Ministério da Saúde envolvido nas negociações e na assinatura do contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguém lhe reportou algo estranho especificamente na negociação dessa vacina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Poderia nominar as pessoas que estiveram envolvidas no processo de negociação de compra da Convaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sr. Senador, eu desconheço as pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pelo lado do ministério e pelo lado da empresa, você teve informações?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Existe a parte de licitação interna do ministério, e eu não tenho conhecimento das ações deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. verificou se a documentação oferecida pela Precisa ao Ministério da Saúde para a execução do contrato continha algum indício de irregularidade ou alguma atipicidade?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, foi mais uma questão de documentação técnica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Assim como ocorreu no caso da Global Gestão em Saúde, a Precisa Medicamentos tentou garantir o pagamento antecipado para o fornecimento da Covaxin, segundo relato à imprensa. Eu queria fazer, em função disso, algumas perguntas. Poderia detalhar como se deu esse episódio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Da Global?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Do pagamento antecipado...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Da Global, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... que a Precisa tentou garantir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Da Global ou da Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não. Eu falei o seguinte... A pergunta é exatamente a seguinte: assim como ocorreu no caso da Global Gestão em Saúde, a Precisa Medicamentos tentou garantir o pagamento antecipado para o fornecimento da Covaxin, segundo relato de seu irmão à imprensa.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. Poderia detalhar como se deu esse episódio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não houve pressão de pagamento. Sr. Senador, eu não sou da área de pagamento. Eu sou da área de importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Perfeito!

Quem lhe apresentou, V. Sa. se recorda, o *invoice* do carregamento da Precisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem lhe apresentou o *invoice* do carregamento da Precisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Foi um representante da empresa que encaminhou por *e-mail*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quem?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Emanuela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Emanuela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. foi pressionado a aceitar o *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Alguém ofereceu vantagem de qualquer natureza para que V. Sa. aceitasse ignorar regras ou afrouxar as exigências consideradas necessárias para a importação da vacina Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. A única exigência foi protocolar na Anvisa com a documentação que a empresa tinha encaminhado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que impede o cumprimento do contrato de fornecimento da Covaxin até o dia de hoje?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - CBPF, o Certificado de boas práticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. verificou algum indício de irregularidade em algum outro contrato de aquisição de vacinas firmado pelo Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O contrato do Ministério da Saúde para fornecimento da Covaxin, assinado em 25 de fevereiro de 2021, estipulava que as vacinas seriam entregues de maneira escalonada, depois de 20, 30, 45, 60 e 70 dias após a celebração do ajuste do contrato. Sabemos que até hoje nenhuma dose foi entregue. Pergunto - em função disso eu queria fazer algumas perguntas -: o Ministério da Saúde aumentou o prazo para a entrega das doses, contrariando com o cronograma inicialmente previsto no contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desconheço. Isso é parte de licitação, um termo aditivo, acredito, no caso, e não é meu setor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. continuou sendo pressionado para facilitar a importação da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa tolerância do Ministério da Saúde com o atraso da entrega de produtos adquiridos, especialmente vacinas, é usual?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Pode repetir, por favor, senhor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa tolerância do ministério, demonstrada na aquisição da Covaxin, com o atraso da entrega dos produtos adquiridos, especialmente vacinas, é usual no ministério?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, os contratos de vacina que a gente tem com a Pfizer, Janssen são de execução normal. O único que não teve andamento é o da Sputnik, pois não tinha tido autorização pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. saberia informar se o Ministério da Saúde demonstrou alguma intenção de cancelar esse contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desconheço, eu sou da área de importação; novamente, não é a minha área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não... Nem ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Diante do descumprimento do contrato e da demora para a entrega das doses que perdura até hoje - todos sabem - V. Sa. sabe se o Ministério da Saúde ainda adotou providências para punir a empresa contratada ou para rescindir esse contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu tenho conhecimento de um ofício encaminhado pela empresa, questionando as entregas, mas, novamente, não é minha área, porque esse ofício estava na árvore do processo, o qual eu visualizei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando Alex Marinho chegou à Coordenação-Geral de Logísticas de Insumos Estratégicos para Saúde, V. Sa. já estava lotado nessa repartição?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Saberá nominar quem indicou Alex Marinho ao Ministério?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o Coronel Marcelo Pires? Já perguntamos. É verdade que ele ficou apenas três meses no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. se encontrou, pessoalmente, com o Presidente da República para relatar os problemas identificados no contrato da Covaxin? Fato já, inclusive, relatado...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... aqui pelo...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. apontou pessoas específicas em seu relato com o Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só as mesmas da questão da pressão para acelerar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. apontou pessoas específicas no seu relato ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As mesmas pessoas apontadas....

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Perdão! O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Relator, por favor, só a título de esclarecimento. É rápido. É porque o depoente falou que o que impedia a importação das vacinas da Covaxin seria o Certificado de Boas Práticas. E não procede. O Certificado de Boas Práticas já foi publicado no *Diário Oficial* desde o dia 8 de junho. É só para corrigir a informação.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - É recente, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando o senhor for...

É, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Estamos falando em março, Senador Fernando Bezerra!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ou o senhor acha que foi uma grande coisa seis meses depois?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Ele perguntou... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pelo amor de Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas é naquele tempo. É temporal a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Isso aqui é temporal. Eu vou completar a pergunta: V. Exa. disse os nomes das pessoas que o estavam pressionando ao Presidente da República? E quais foram esses nomes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Sim.

Alex Leal Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Coronel Pires...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E o Secretário-Executivo, que ele citava anteriormente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Coronel Pires, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou perguntando a ele, para que fique claro que ele comunicou ao Presidente os nomes das pessoas que estavam pressionando ele. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Roberto Ferreira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ao Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Sr. Roberto Ferreira também, só para entender?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a reação do Presidente da República ao ouvir o seu relato? Luis Ricardo, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele se comprometeu a acompanhar, através do DG da Polícia Federal, e apresentar para uma investigação para verificar se existia algo ilícito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para dar ênfase, que providências ele prometeu tomar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que ia apresentar à Polícia Federal para investigar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que ia apresentar os fatos à Polícia Federal para investigar.

Autoridades do Governo Federal estão tentando intimidar V. Sa. publicamente com a abertura de processo disciplinar, além de outras acusações e ameaças. Todos vimos o pronunciamento do Ministro Onyx Lorenzoni, da Secretaria-Geral da Presidência, ao lado do agora Assessor Especial da Casa Civil, Elcio Franco, que era, na oportunidade, o Secretário-Executivo do ministério, já referido aqui.

Quero, em função disso, fazer algumas perguntas: V. Sa. reafirma a autenticidade dos documentos que apresenta para comprovar o seu relato, como o *invoice*, emitido pela Madison Biotech?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, foi o que a gente recebeu e o que a gente comparou *invoice* com o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Há outros documentos que poderiam auxiliar no esclarecimento dos fatos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É, alguns documentos técnicos, que são a validade da vacina, a falta de certificados, entre outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria aproveitar a oportunidade para perguntar exatamente sobre a validade das vacinas. Numa das conversas, V. Sa. chama a atenção para esse fato que é gravíssimo: que as vacinas venceriam no final de abril ou em maio. É isso mesmo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A empresa apresentou um certificado de análise, onde continha a data de fabricação. Salvo me engano, era outubro e novembro. E foi apresentado para a Anvisa uma validade até janeiro de 2023. A Anvisa questionou, porque ela tem conhecimento da autoridade sanitária da Índia que essa vacina só possui seis meses de validade, por que o tão longo prazo de vencer, já que as vacinas, nesse caso, se for seis meses, a validade venceria em maio e junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Maio e junho. Isso é uma informação também muito importante.

De onde é a empresa Madison Biotech e qual é o seu vínculo com o contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem vínculo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa empresa é uma intermediária nesse negócio apenas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já tinha visto outras empresas ou terceiros com que o Ministério da Saúde não tem relação contratual aparecerem como credores na etapa de execução do contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente, a execução do processo que é realizado na importação ou é o próprio fabricante ou o representante legal no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As vacinas Covaxin contidas no lote a ser enviado... Já foi respondida essa, com relação ao prazo.

Eu passo para a seguinte: que ameaças V. Sa. tem recebido por causa da sua denúncia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só do assessor da Presidência, publicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do assessor da...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Onyx, né?, o assessor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim, essas ameaças recentes.

V. Sa. foi procurado por alguém do Ministério da Saúde após a denúncia encaminhada ao Presidente da República, no dia 20 de abril?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. O ex-Ministro Pazuello o procurou sobre o fato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não.

E o Secretário Executivo Elcio Franco o procurou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não.

Alguma sindicância interna foi aberta pelo Ministério da Saúde para apurar o caso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. acha que a demissão de Pazuello três dias após o encontro de V. Sa. com o Presidente da República se deu por causa de sua denúncia ou foi apenas uma coincidência de datas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. Procurou o Ministério Público para tratar desse caso Covaxin?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, pelo contrário; eu fui notificado para prestar esclarecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi procurado.

V. Sa. conhece alguém da Precisa Medicamentos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Conheço a Emanuela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece a Emanuela.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A Precisa fornece também preservativos, se eu não me engano, femininos para o Ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela fornece preservativos femininos.

Tem outros contratos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Com a Precisa, que eu me recorde, só esses preservativos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só esses preservativos.

V. Sa. já ouviu falar ou teve contatos com Danilo Fiorini Junior?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nem sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou citar alguns nomes – e já me encaminho para o final com relação ao Luis Ricardo –, e gostaria de saber se V. Sa. conhece, ou teve contatos, ou ouviu falar dessas pessoas que nominarei: Gustavo Alexandre de Oliveira.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Gustavo... Pelo nome completo, não sei afirmar. Desculpa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Francisco Emerson Maximiano.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim. É o sócio da empresa, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Frederick Wassef.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Willer Tomaz.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Hein?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece. Thaís Amaral Moura.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não sei se é o mesmo sobrenome da Thaís que trabalhava no Ministério. Pelo nome completo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não! É uma, uma...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não é servidora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É do Palácio do Planalto.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Ah, não! Então, desconheço, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Flávio Bolsonaro.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Nunca, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. relatou a seu irmão outras situações atípicas ou estranhas que vivenciou no Ministério da Saúde. Quais são essas situações atípicas? Poderia nos informar? Isso, sem dúvida, ajudaria a esclarecer algumas questões pendentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tenho que lembrar, mas é da gestão anterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Relator, se me permite apenas uma... V. Exa. fez uma pergunta a ele em relação à empresa, a Madison Biotech. Ele disse que desconhecia essa empresa, mas ele disse que conhece Emanuela Medrades.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ela encaminhou um documento ao seu departamento, fazendo justamente esses esclarecimentos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! O esclarecimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indago se o senhor tem conhecimento do documento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É da sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É posterior, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso. É posterior, e aceito pelo fiscal do contrato, o que eu já disse aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – É porque você disse que não conhecia.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não! A Emanuela eu conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Ela informou ao seu departamento justamente sobre a empresa Madison.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso foi quando eu recebi a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No dia 22.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Você tem de acreditar na...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! É o documento. Ele disse que não conhecia o documento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! O documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posterior.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Confusão, que eu não compreendi...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só para o Sr. Luis Ricardo deixar claro o que respondeu.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu não entendi o raciocínio. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Ah, perfeito. Perfeitamente.

Sr. Relator... Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Mais alguma pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou, com relação às perguntas para o Luis Ricardo Miranda, eu estou, por enquanto, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O senhor tem perguntas para o Luis Claudio?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São poucas.

Antes de... Deputado, antes de procurar diretamente o Presidente da República, V. Exa. tentou fazer contato com membros do Governo para denunciar as irregularidades constatadas por seu irmão com outras pessoas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – No caso da Covaxin, eu fui direto ao Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando V. Exa. e seu irmão, Luis Ricardo Miranda, procuraram o Presidente da República tinham já conhecimento de que ele próprio tinha enviado correspondência e telefonado ao Primeiro-Ministro indiano mencionando a negociação da Covaxin?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tinha. Alguém tentou dissuadir V. Exa. de procurar o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não.

Em que dia, só para garantir a ênfase necessária, V. Exa. conseguiu marcar o encontro com o Presidente?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - No mesmo dia, no dia 20 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Dia 20 de março.

Que providências o Presidente da República disse que tomaria acerca da denúncia que V. Exa. levou ao seu conhecimento?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O Presidente falou, com clareza, que iria encaminhar todas as informações para o DG da Polícia Federal, e chegou a tecer um comentário de um nome de um Parlamentar, que eu não me lembro bem, que ele disse assim: "É mais um rolo desse...", e falou o nome da pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não dá para fazer um esforço de memória e tentar lembrar o nome desse Parlamentar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - São 513...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seria também muito importante.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... e mais 81. O Presidente sabe. Na verdade, o Presidente sabe toda a verdade. Ele poderia ter me poupado de passar esse constrangimento aqui. Eu não precisava nem estar aqui. Bastava ele falar que eu fui lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ...despachei com ele, que ele mandou para quem quer que seja. Eu não precisava estar aqui. Eu fui lá. Ele sabe que eu fui. Ele sabe de quem é a confusão. Ele citou o nome dessa pessoa – não me recordo bem –, falou que já tinha mais ou menos um conhecimento, mais ou menos presumia o tamanho do problema e ia encaminhar para o DG da Polícia Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. afirmou em entrevista que informou Eduardo Pazuello sobre os indícios de irregularidades no contrato da Covaxin durante uma viagem aqui referida neste dia, novamente. Que viagem exatamente foi essa?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Uma viagem oficial na aeronave da FAB. Inclusive, nós fomos buscar algumas vacinas que tinham chegado. Meu papel como Parlamentar era fazer a divulgação, fazer chegar à população a informação e colaborar dentro do possível naquilo que fosse necessário. E, dentro da aeronave, eu comento com o Pazuello que a situação era uma situação grave, que eu tinha encaminhado para o Presidente da República: "Ó, ontem, eu estive com o Presidente, encaminhei situação, na minha opinião, grave". Porque a minha visão de grave se baseava... Inclusive, quando o meu irmão falou dos vencimentos... O documento já era... A média das vacinas fabricadas era de novembro, outubro e novembro. Seis meses depois, elas venciam, no mês seguinte e no outro. Não dava tempo de importar e distribuir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Primeiro ponto.

Segundo: uma terceira empresa, e depois me explicaram que tem uma carta dizendo que essa empresa representa a outra, mas não é um *modus operandi* natural, o natural é estar dentro do contrato... Então, tinha esse caso que, na minha opinião, era gravíssimo: "Presidente, vai receber uma terceira empresa, que tem um capital social de US\$1 mil". Qualquer um que quiser pesquisar, a Madison tem um capital social de US\$1 mil, mil e alguma coisa, não é? No documento, está lá: US\$1 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Madison?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A Madison. Então, assim, num paraíso fiscal, *off-shore*. Eu falei: "Presidente, não posso afirmar que tem, mas não custa nada verificar". E o Presidente se convenceu disso de forma clara, não é? E eu expliquei isso para o Pazuello de forma bem resumida, porque não dava pra conversar dentro da aeronave porque tinham outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a reação do Pazuello?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Falei: "Olha, tal, é uma situação que está rodando". Aí ele olhou pra minha cara com uma cara de descontentamento e falou assim: "Luis, não duro mais nem essa semana; é certeza: eu vou ser exonerado. Eu tenho conhecimento de algumas coisas, tento coibir, mas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por eu não compactuar com determinadas situações, é que, assim, eu vou ser exonerado". Ele usou uma expressão assim de desabafo. Eu falei assim: "Pô, mas a gente precisa brigar" - aí, mudou o assunto - ", a gente tem que lutar contra isso, a gente não pode aceitar". Ele mudou o assunto e falou assim: "Vou te contar uma historinha só da vacina". Aí ele me conta a história que, desde o meio do ano passado, ele estava lutando para a gente lançar a nossa vacina, ele foi travado diversas vezes, ele teve dificuldade aqui para poder trabalhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É muito importante essa informação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Ele foi bem amplo com essa explicação da produção da vacina brasileira, que era para ter saído antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deputado...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... mas ele foi constantemente atrapalhado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpe-me, Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Essa conversa que o senhor teve com o Ministro Pazuello, ele veio aqui e não falou isso, não. Inclusive ele disse que... "Por que que o senhor foi exonerado?" Ele falou: "Missão cumprida". Mas nunca falou sobre esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por isso que é - Presidente, me desculpe -, por isso que é muito importante saber do Deputado Luis Miranda o que aconteceu. Qual foi a reação do Pazuello ele já contou.

Ele demonstrou que já conhecia esse problema, Deputado?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não, porque eu não tratei do problema específico. Eu falei que tinha levado uma denúncia. Ele falou assim: "Existem vários problemas que, por causa disso, meu irmão, eu estou saindo fora disso aqui". Aí, uma coisa que ele usou muito específica, ele falou assim: "No final do ano mesmo, eu não quis dar o pixulé para o pessoal. O cara, olhando no meu olho" - ele usou uma expressão assim, olhando o meu olho, ele botou o dedo da minha cara e, olhando no meu olho - ", falou assim: "Eu vou te tirar dessa cadeira". Aí, eu falei: "Quem falou isso?". Ele: "Ah, esquece". Aí, eu falei assim: "Como assim, cara? Fala pra mim que eu vou pra cima". Eu tenho esse meu jeitão assim, mas eu quero lutar, como todos nós aqui, com o Governo. Eu vi que alguns Senadores, no início, acharam... Eu não sou contra, eu sou a favor do Brasil. Eu não tenho esquerda ou direita, eu não tenho um lado. Se tem alguém chantageando o Ministro da Saúde a ceder em determinadas situações, acho que o Pazuello tinha que ter vindo aqui e rasgado o verbo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ainda tem oportunidade, porque tem uma nova convocação dele já aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Agora, o senhor falou que o Presidente disse que sabia quem era a pessoa que estava por trás disso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem era a pessoa?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não me recordo do nome do Parlamentar. Foi algo solto na conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se a gente desse aqui alguns nomes, o senhor poderia se lembrar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não me lembro, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Informado por jornalistas exatamente sobre isso que o Deputado Luis Miranda falou...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) - Senador ou Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele falou: "Deputado".

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Falou: "Deputado".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Informado por jornalistas sobre a fala de Pazuello sobre o pixulé no fim do ano, V. Exa. afirmou que o ex-Ministro lhe disse, dentro da aeronave em que viajavam, aspas: "O que eles queriam era dinheiro público fácil, e eu não dei. Por isso que eu não sirvo para ficar aqui dentro" - quer dizer, dentro do Ministério -, fecha aspas.

Eu vou lhe fazer algumas perguntas, Deputado, respeitosamente, com relação a isso. Qual é a verdade sobre esse caso? Pazuello lhe deu detalhes sobre algum desses casos, ao que ele referia ao chamar de pixulé?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Falou apenas que pessoas muito poderosas que são do Parlamento avisaram a ele que, se ele não soltasse aquelas famosas emendas de final de ano pra um grupo específico - entregaram uma lista pra ele -, ele estaria fora. E, na aeronave, ele desabafa comigo: "Eu sei que eu vou sair. Essa semana, eu saio". E não tinha nenhuma notícia de que ele ia sair. Na semana, realmente, ele cai, nessa semana que segue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Seu irmão lhe relatou, Deputado Luis Miranda, algumas outras situações atípicas ou estranhas no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já estou me encaminhando para o final.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Meu irmão, por duas vezes, me entregou dossiês, por duas vezes. Entregou dossiês completos, com nomes, empresas, dados, informações, os quais ele, mais uma vez, como ele escreveu para mim, ele não se sente confortável de denunciar para não receber represálias, mas que eram claros aditivos aumentando os preços, radicalmente, de contratos. Eram visíveis, se tivesse interesse de haver uma investigação séria. Ele falou: "Não precisa ter grande esforço. Uma investigação séria descobre". Aí eu falei: "Me dá o documento que eu vou levar pra quem eu acredito que pode cuidar". E, nessas duas vezes, eu entreguei nas mãos do Ministro Onyx - então, Ministro; ele ainda não era Ministro da Cidadania, estava no Palácio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) - Esse documento pode ser entregue aqui à Comissão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Pergunto eu, pelo desconforto do meu irmão naquele momento, se o meu irmão se sente confortável.

Você não é obrigado, Ricardo, a entregar nada aqui, até porque isso já passou, mas, se você se sentir confortável, da minha parte, eu não vejo problema nenhum.

Porque vai ficar caracterizado que foi ele que denunciou, não é?, se ele entrega aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Já está público, já falou agora.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Mas eu não falei quem são as empresas, quem são os nomes, quem são as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas o Ministro Onyx tem esses documentos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Tem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Mas tem o dossiê?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Deve ter. Ele disse que entregou para o Ministro Onyx o dossiê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu vou citar alguns nomes, Deputado Luis Miranda, e gostaria de saber se V. Exa. conhece, teve contatos, ou de ouvir dizer.

Gustavo Alexandre de Oliveira.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não conhece. Francisco Emerson Maximiano.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Frederick Wassef.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Willer Tomaz.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não me recordo, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Thaís Amaral Moura.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não me recordo, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Flávio Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Conheço o Senador. É o Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Conheço o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou, por ora, satisfeito, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma questão de ordem feita pelo Senador Flávio Bolsonaro, que o nome dele foi citado. Ele requer pela ordem. Eu queria que colocasse o Senador Flávio Bolsonaro, que está remotamente.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar Aziz, obrigado pela oportunidade de poder falar, já que meu nome foi citado várias vezes ao longo do dia na CPI. Eu estava em trânsito e não tinha como acompanhar presencialmente. Só agora, recentemente, consegui me conectar.

Em primeiro lugar, sobre uma matéria muito maldosa feita pela revista *Veja* hoje, que, apesar de eu já ter feito os esclarecimentos, gravado vídeo, acho importante falar aqui ao vivo para toda a CPI, tentando induzir as pessoas que leem a matéria a erro, como se eu tivesse algum interesse escuso junto na questão da vacina. Eu fiz, realmente, lá atrás, um pedido ao Presidente do BNDES para que fizéssemos uma videoconferência com o Maximiano, que não tem nada a ver com vacina, porque eu o conheço por pessoas em comum aqui, em Brasília – eu não tenho absolutamente nada, nenhum vínculo com ele –, porque ele veio com uma ideia muito interessante sobre a ampliação da rede de internet no Norte e no Nordeste. Esse, como é o papel do BNDES ajudar realmente aqueles brasileiros que mais precisam, diferente do que acontecia em governos passados, ele entendeu, fez a videoconferência comigo, onde foram apresentadas as ideias, nada além disso, numa agenda absolutamente pública, transparente, sem nada a se preocupar em relação ao que estava sendo conversado lá. Uma agenda absolutamente aberta.

Então, a revista *Veja* fez uma matéria maldosa, querendo dar a entender que, pelo fato de o Sr. Maximiano ser dono de outra empresa que trata de questões de vacina, que é a Precisa Medicamentos, como se eu tivesse algum vínculo com isso. Então, só para desfazer essa maldade que se tenta jogar sobre mim por parte da revista *Veja*. Eu até citei no vídeo o Senador Randolfe Rodrigues, que, ele, sim, fez uma audiência virtual com os representantes da Precisa Medicamentos no dia 5 de abril, conforme divulgado na própria rede social dele... E eu também falo no vídeo, Senador Randolfe, que eu jamais seria irresponsável de jogar qualquer luz sobre o seu caráter, sobre as suas intenções, que, no meu ponto de vista, acredito, sinceramente, foram no intuito de tentar acelerar de alguma forma para que as vacinas chegassem mais rápido até o povo brasileiro. Nunca insinuaria que o Sr. Randolfe Rodrigues estaria tendo alguma vantagem financeira com isso. É papel nosso, do Parlamentar, sim, quando chegam alguns tipos de demanda, buscar quem tem competência para resolver.

Então, é só para esclarecer esse primeiro ponto.

Em segundo lugar, Presidente Omar Aziz, sobre essa questão agora que o Relator, o Sr. Renan Calheiros, esse ser que está sentado aí ao seu lado, ele faz umas perguntas ao depoente que a gente percebe claramente com isso qual é a real intenção do Sr. Renan Calheiros. Ele perguntou alguns nomes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas que, de alguma forma, estão no meu entorno. Algumas são amigas, outras são pessoas próximas sem muitos vínculos, como ele citou agora aí o meu advogado e amigo Frederick Wassef, como o meu amigo advogado Willer Tomaz, perguntou se ele conhecia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Isso é art. 14?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - ..., se tinha algum...

Eu fui citado, Senador. Então, eu tenho que falar sobre tudo que eu fui citado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim, mas é...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Então, por favor, o senhor aguarde o término da minha fala.

Nomes citados pelo Relator, Senador Renan Calheiros.

Então, Presidente, ele pergunta ao depoente, o depoente fala que nunca ouviu falar, e, apesar disso, talvez muitos da Comissão não saibam, inclusive, talvez, até o Sr. Humberto Costa, mas eu queria, antes de entrar nesse assunto, perguntar ao senhor, Presidente Omar Aziz, qual é o critério que a CPI está adotando para quebrar sigilos fiscais e bancários de qualquer pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O critério nós estabelecemos aqui. Após ouvi-los, sabendo que se tem alguma conexão com alguma empresa que esteja em investigação, procurar saber quais são as vantagens indevidas que essas empresas receberam, Senador Flávio Bolsonaro.

E isso tem sido feito regularmente. Ou de servidores, agora mesmo com o depoimento feito pelo Deputado e pelo seu irmão, eles falam, dão nomes a pessoas a que foram oferecidas vantagens no serviço público. E nós temos o dever e o direito de fazer isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Cortou meu áudio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Muito obrigado, Presidente. Porque eu só queria ouvir isso do senhor. Eu, se fosse membro da CPI, votaria a favor de convocar qualquer pessoa aí que o depoente está falando que tenha tentado negociar alguma coisa, obter alguma vantagem ilícita porque este, sim, é o papel da CPI: buscar quem porventura tenha usado o dinheiro público que nós no Congresso aprovamos, que o Presidente Bolsonaro fez chegar a todos os Estados e Municípios.

Se houve algum desvio, tem, sim, que ser investigado. E eu fico muito feliz. Eu quero pedir ao depoente que dê os nomes, CPFs de todo mundo que porventura tenha participado disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o senhor falou uma palavra-chave, Presidente Omar Aziz: nós ouvimos os depoentes e depois analisamos se é o caso de quebrar o sigilo ou não. Pois bem. O Senador Renan Calheiros, acredito eu, sozinho, porque parece que ele é que manda na CPI, quebrou o sigilo fiscal do Sr. Willer Tomaz, que nunca foi ouvido aí. E acabou de ser dito pelo depoente que nunca ouviu falar.

Quebrou o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Tem um requerimento aí que o senhor pode observar. Ele quebrou sozinho, ele está quebrando de todo mundo que ele entenda que transite em torno de mim. Ele está usando a CPI, fazendo uma coisa famosa e abominada, Presidente, no meio jurídico. Não tem que ter conhecimento jurídico para entender. A famosa *fishing expedition*.

Para quem não sabe o que é, a figura é de quem joga uma rede no mar e não sabe o que vai pescar. Aí, dependendo do que vem, ele direciona para onde ele quer, conforme ele quer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, nós concedemos a sua questão de ordem e eu agradeço e nós iremos tomar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) - Presidente, eu estou falando exatamente das pessoas que ele acabou de citar. Então, é importante porque ele citou meu nome, perguntou se ele me conhecia. Eu estou falando do assunto no qual eu fui citado.

Então, assim, é importante porque passa a imagem para quem está assistindo a CPI de que é algo irregular, de que há alguma suspeita no ar. Isso tem que ser rechaçado veementemente. O Senador Renan Calheiros não pode fazer o que ele bem entender na CPI, quebrar o sigilo de quem ele quiser. Isso sequer é deliberado pelos membros da Comissão.

Então, essa questão de ordem é importante para o senhor como Presidente porque parece que a Comissão tem um dono, que não é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, todas as quebras de sigilo foram deliberadas pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... V. Exa. é o seguinte. Todas as quebras de sigilo passam pela Comissão, inclusive tem muitos aliados aqui do Governo e eles têm votado a favor da quebra de sigilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu votaria a favor, Presidente. Mas como é que quebra o sigilo de uma pessoa que sequer foi ouvida, que não tem nada a ver com o assunto, que nunca foi citada em lugar nenhum?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas o que nós fizemos... Senador, isso não é hora. A questão de ordem de V. Exa. foi porque o senhor foi citado. Mas a sua citação aqui não houve nenhuma, por parte do Senador Renan Calheiros, não foi ofensiva. Perguntou ao depoente se conhece V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, ele citou nomes que tiveram o sigilo quebrado pela Comissão antes de serem ouvidos, que nunca haviam sido citados na CPI. Isso é um absurdo! Isso é um crime! Eu vou representar contra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essas correções serão feitas. Essas correções serão feitas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador. Nós iremos tomar os cuidados devidos e eu agradeço a sua...

E passo a palavra ao primeiro Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente. Questão de ordem, Presidente. Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Ontem, sob a Presidência do nosso Vice, Senador Randolfe, eu fiz uma questão de ordem. Como V. Exa. já fez outras vezes, quando ficava para o final, acabava que ficava para o outro dia. Ontem eu fiz uma questão de ordem, ele disse que levaria a V. Exa., mas para que eu pudesse falar inclusive, já respeitando a relação de ontem. Então eu faço um apelo a V. Exa., para que eu possa também me manifestar. Se V. Exa. concordar, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou consultar... Eu não estava presente, mas foi uma regra que nós tínhamos estabelecido antes, está certo? E consultarei os Parlamentares. Por quê? Porque como eu não estava presente, se eu estivesse presente, eu teria dito a V. Exa., será o primeiro amanhã. Isso já aconteceu outras vezes, e nós já tínhamos quebrado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, se V. Exa. me permite, *ad referendum* de V. Exa., e inclusive pela doutrina já adotada por V. Exa., eu deferi a requisição do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ou se V. Exa. poderia falar após o Senador Marcos Rogério, porque o Senador parece que tem um compromisso, ele tem que viajar para o seu Estado, e eu entendo essa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Sem nenhum problema, pode ser depois do Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, Senador Marcos Rogério com a palavra. Depois eu passo ao Senador Izalci, depois, à Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu inicio dizendo que estou impressionado com os motivos das suspeitas de irregularidades: os servidores do Ministério da Saúde estarem preocupados com a compra de vacinas, fazendo comunicações sexta-feira à noite, sábado, domingo.

Até poucos dias atrás, cobrava-se agilidade. Agora se valoriza como suspeita a troca de contatos em um final de semana para compra de vacinas. Os mesmos que até agora há pouco cobravam celeridade agora estão questionando os funcionários do Ministério da Saúde por trabalhar até mais tarde. De serem cobrados. Tivemos que viver para ver e ouvir isso nesta CPI.

Houve gente que chegou aqui e disse que se fosse preciso passar por constrangimento para ter vacina, passaria. Outros gritaram aqui para todo mundo ouvir: "Qual o preço da vida? Quanto vale uma vida? E V. Exa. preocupada com preço de vacina?" Tudo isso, nós ouvimos aqui nesta CPI ao longo desses dias. Não vou mostrar o vídeo de quem fez isso, não. Não quero constranger colegas.

Quero iniciar dizendo também que defendo, desde logo, que o Ministério da Saúde audite esses processos, sem nenhum prejuízo de apurações no âmbito da CGU, do TCU, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Queremos apuração de tudo, embora, pelo que vi, estamos diante de uma flagrante denúncia vazia, que fez circular a informação de superfaturamento de 1000% na compra dessa vacina. Senador Marcos do Val, é a maior *fake news* da história da pandemia no Brasil, de 2020 e 2021. Estamos diante da maior *fake news*. Esta CPI deveria apurar esse fato também. Os mobilizadores, multiplicadores que espalharam isso. Porque desestimula a compra, a seriedade de servidores.

Mas passo aqui a indagar. No dia 18 de março, o Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda recebeu um *e-mail* com diversos documentos dentre os quais constava a *invoice* - em bom português fatura, nota fiscal. O dia 18 foi uma quinta-feira. Passada a sexta-feira, outro dia útil, no dia 20 de março, um sábado,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor foi ao Presidente da República e reportou a fraude. Entre esses documentos tinha algum documento público, um típico ato administrativo, Sr. Luis Ricardo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi a questão da *invoice*. O contrato foi assinado, se não engano, em fevereiro. Então, já havia um questionamento para a empresa apresentar os documentos. A gente recebeu esses documentos no dia 18 e fizemos a conferência. Eu já apresentei aqui as divergências e as pressões já tinham se iniciado, após a assinatura do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.K.

Que cargo o senhor ocupava naquela época e dentro de que nível de hierarquia no Ministério?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Qual época?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na época dos fatos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O mesmo. Não é agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Continua no mesmo cargo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem eram seus superiores hierárquicos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Coordenador Alex e Diretor Roberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E depois dele?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Secretário Executivo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E depois?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro. O.K.

O Estatuto do Servidor Público Federal diz, em seu art. 116, inc. VI, que é "dever do servidor levar as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo, ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração", ou seja, é dever do servidor se reportar ao seu superior imediato, salvo se houver suspeita de envolvimento deste na prática que considera irregular.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, como o senhor levou direto ao Presidente da República, gostaria que o senhor nos informasse, até para contribuir com as investigações da CPI, que suspeita o senhor tinha de seu superior imediato nesse episódio da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sr. Senador, na questão de hierarquia tem o meu coordenador, que foi dito, o diretor, o secretário e o ministro. Com o secretário e o ministro eu não tenho contato direto. Então, um superior do Ministro seria o Presidente. Então, eu procurei meu irmão para apresentar o que foi verificado das *invoices* e a cobrança, que foi acionado o Presidente para verificar supostos atos ilícitos, para verificar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., então, não falou com nenhuma superior hierárquico?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O maior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Procurou o irmão.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que eu citei aqui. Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até parece... Estão dando risadas aqui na CPI. Até parece que os Senadores desconhecem a Constituição Federal e a lei penal brasileira. Vocês estão sendo cúmplices, aqui, de um crime funcional. Depois, vão lá defender o servidor. É o 325 do Código Penal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele estava recebendo a pressão do chefe imediato dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está ameaçando o servidor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. não tem que citar código para uma testemunha, por favor. O que é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não vai determinar o que eu posso ou não citar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai sim, porque também é crime...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele era pressionado pelo chefe imediato.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Como ele ia denunciar se o chefe imediato dele é que estava fazendo....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o chefe imediato dele era apaniguado, nomeado pelo Governo. Ele é concursado, ele tem muito mais fé pública do que quem está lá bajulando o Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer, Sr. Presidente; só para esclarecer, Sr. Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não podia denunciar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Esse senhor está nesse cargo por conta de quem? O senhor fez essa indicação do seu irmão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Boa pergunta, Senador. Meu irmão está no cargo desde 2016. Eu fui eleito no final de 2018. Meu irmão está lá em excelência e, mesmo com as acusações feitas ao MP, que já eram de conhecimento do Ministério da Saúde, não conseguem tirar ele de lá, porque, se tirarem hoje ele de lá, não entra mais vacina nesse País. Palavras do chefe dele, porque é o único que consegue desembarçar com a aeronave no ar. Escutei isso, inclusive, do Delegado da Receita Federal, parabenizando ele, dizendo que, sem ele, nós não teríamos vacina na velocidade em que está chegando.

Pergunte quem é meu irmão para o Ministério Público Federal. O senhor saberá que ele está lá antes de eu existir como Deputado. Diga-se de passagem, tudo que nós estamos colocando aqui, o Ministério Público Federal já investiga e a Anvisa disse que, se ele não tivesse seguro e não tocado para frente naquele momento ali, teria sido feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aí a importância da estabilidade do servidor público.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... irregular também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, a palavra é do Senador Marcos Rogério.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Marcos Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presida a CPI, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fui questionado e respondi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presida a CPI, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fui questionado e respondi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está difícil aqui, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respondeu a uma pergunta feita pelo Senador Ciro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode falar. A palavra é sua, a palavra é sua!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Toda vez que vou falar, há essa histeria na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço que V. Exa. reponha meu tempo. Comeram o meu tempo todo! (*Pausa.*)

Se o senhor... Indago ao Sr. Luis Ricardo.

É estratégia, Presidente, eu sei, eu sei!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei, Presidente.

Se o senhor tinha suspeita do seu superior imediato, tinha também dos demais superiores?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha suspeita em relação ao seu superior?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque não tinha contato nem pressão dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, mesmo assim, não reportou a ele o problema?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tenho contato com eles. Eu não consigo chegar ao Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não tem contato com seu superior imediato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, com o coordenador e o diretor, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, mas o coordenador é seu superior imediato.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas é o que me mandava mensagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas era quem estava dando pressão, Senador!

Parece que ele não está na CPI o Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tem suspeita em relação a ele de prática, de conduta ilícita?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que ele estava fora e não acompanhou o depoimento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que bote ordem no...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas olha, eu até entendo, porque nós estamos aqui entre adultos. Eu não preciso estar chamando a atenção toda hora.

Eu peço, por favor, para que...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas é que está interrompendo o raciocínio do Marcos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá, então. Vamos para frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo que apurei, você não fez, não reportou aos seus superiores, a nenhum deles e não tem motivo aparente, não declinou aqui nenhuma suspeita. Pelo que apurei, suas suspeitas de irregularidades estavam baseadas em quatro itens: um possível pagamento de US\$45 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador; só um minutinho, Senador!

Por favor, vamos ouvir o Senador Marcos Rogério que está fazendo perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque, se é alguma coisa com que puder colaborar, a gente colabora.

Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Pelo que apurei, suas suspeitas de irregularidades estavam baseadas em quatro itens. Primeiro, pagamento de US\$45 milhões por 300 mil doses, e não 3 milhões de doses. Segundo, uma empresa que supostamente seria estranha à operação de importação. Terceiro, uma questão relacionada ao seguro e ao frete. E, quarto, um pedido de pagamento antecipado. O senhor fez alguma checagem prévia dessas informações antes de ir ao Presidente, já que as recebeu dia 18 e, só no dia 20, esteve com o Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Checando o contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E com quem fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – ... com o *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E com quem mais fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Minha equipe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sua equipe chegou à mesma conclusão de V. Sa.?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, todos... A gente tem um grupo da nossa coordenação onde recebi essas mensagens também. Então, todos estavam inseguros por falta de documentação, não só o *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor, como técnico, tinha o dever de fazer uma checagem minuciosa dos documentos antes de apelar para denúncia tão grave e diretamente ao Presidente da República. E, aí, como o senhor não fez seu dever e terminou criando todo um clima de denunciismo, vou apresentar aqui a verdade dos fatos contidos no processo.

Na primeira fatura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator está incomodado, Sr. Presidente, com o meu tempo. Poxa, Presidente!

A quantia de 300 mil...

Cadê? Eu peço que o pessoal coloque no painel para todo mundo ver.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na primeira fatura, a quantia de 300 mil se referia ao número de frascos de 5ml, ou seja, as dez doses de 0,5 ml estão na nota. E aí disseram: "Não, está pagando US\$45 milhões por 300 mil doses". Isso foi espalhado aqui, inclusive por colegas. Olha lá!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele falou que o contrato era em doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Trezentos mil, 5ml...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele falou que o contrato era em doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao preço unitário de US\$150 por dez doses. Portanto, nenhuma irregularidade; apenas um erro formal, de acordo com o contrato, é verdade

Vamos à frente.

O senhor interpretou o documento de forma equivocada ou com má-fé, porque não é isso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que se espera de um expediente, porque denunciou que havia superfaturamento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Precisa, precisa deixar claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Deixa ele responder.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Eu estou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Precisa deixar claro para a Anvisa a unidade de doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, com relação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos à frente, vamos à frente, então!

Ali, é o primeiro documento. Quem é que informa sobre esse documento para a empresa que foi com essas imprecisões: pagamento adiantado, a quantidade de doses apenas num volume maior, sem a especificação das 3 milhões de doses?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quem reporta as falhas na *invoice*, os erros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Quem exatamente do seu departamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, encaminha para a empresa para correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O seu departamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

E, quando reporta à empresa, o que acontece?

Coloca o segundo eslaide.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente ela corrige.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá, então.
Vamos botar o segundo eslaide. *(Pausa.)*

Cadê o segundo eslaide? *(Pausa.)*

Aqui, aqui no segundo eslaide, o segundo *invoice* recebido pelo Ministério da Saúde, no dia 23, ainda tem impropriedade, porque fala do pagamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Deixa eu só alertar o senhor que o senhor devia ter feito um vermelhinho também lá em cima, porque houve uma... Assim, igual o senhor gosta de falar para a testemunha que está ajudando o País a não perder dinheiro público...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu estou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Rapidinho. Só um minutinho, Senador. Circula ali 19 de março...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu estou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, mas é bom circular 19 de março...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu estou interrogando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só um minuto. Só para esclarecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é um erro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Se o *e-mail* chega dia 23 de março, a *invoice* veio com data retroativa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu não estou interrogando o advogado de defesa do depoente, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... é a primeira vez que dois depoentes se juntam para um fato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. quer que eu traga um de cada vez? É melhor para você?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Deveria ter sido assim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, é uma questão de esclarecimento ao público que nos assiste. O Senador Marcos Rogério é reincidente em não apresentar as datas dos documentos que ele apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É isso aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Então, eu queria pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Que desse as datas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - ... que apresentasse as datas dos devidos registros que V. Exa. apresenta nesta CPI, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, as datas estão nos documentos. Os *e-mails* foram recebidos pelo departamento do Sr. Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) - Eles falsificam...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Como é que é que ele está dizendo aí?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Posso falar agora ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Está dizendo que o documento é falsificado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está dizendo que vocês estão apresentando as datas após o recebimento do *invoice*. É isso. A data é anterior, quando eles receberam. O Presidente já tinha conhecimento. Vocês estão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o Presidente foi informado no sábado, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não. Desculpa. O senhor está dizendo... Só para colaborar. É que foi corrigido dia 23, correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Correto. O.k. Foi corrigido no dia 23.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só que a pressão que queriam que ele assinasse era da *invoice* errada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pergunto ao Sr. Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Quando foi corrigido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não existe isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... por uma coincidência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Luis Ricardo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não existe isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... veio com a *invoice* com data do dia 19, um dia antes de ir ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... para parecer que, quando fomos ao Presidente da República... Já estava tudo certo, mas o *e-mail* que trouxe – ainda bem que você foi honesto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... foi dia 23 de março...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
Uma *invoice* não anula a outra.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... tentando ludibriar um processo legal que queriam
porque queriam que fosse pago à vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se tem fraude aí, é essa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... um produto que, até hoje, não consegue entrar no
Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente, Sr.
Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) -
O contrato não previa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Mas tem que
circular a data.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - E se o Presidente não tivesse segurado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... tinha pago US\$45 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha isso, Sr.
Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE.
Fora do microfone.) - É um absurdo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE.
Fora do microfone.) - O contrato não previa pagamento à vista.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Mas a *invoice* liberaria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – A *invoice* estava errada. A *invoice* é feita por...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Agora é errada, mas poderia ser considerada como fraude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas como? Que absurdo!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem perigo disso. Tem que passar para o rapaz do Ministério da Saúde.

Está-se tentando aqui fraudar uma narrativa que não corresponde à realidade. É um absurdo! É um absurdo! Essa *invoice* foi corrigida...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Mas foi corrigida a mando do Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Omar... Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não foi Deputado A, B, C, D.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Depois da denúncia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, peça tranquilidade para o Senador Fernando. Ele está muito tenso, muito descontrolado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Nós temos que fazer uma cingulectomia aqui. Cadê o Otto?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só um minutinho, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Posso falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A correção foi feita depois da visita do Deputado ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foi solicitado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - É uma mera tentativa de narrativa. Isso passa dentro do Ministério da Saúde. Ninguém poderia formalizar uma *invoice* desrespeitando o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, tranquilize o Senador Fernando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é um absurdo!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Gente, nós temos um técnico aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Isso é um absurdo!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Deixem ele falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas estava no documento, Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu pediria... Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A *invoice*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra, eu vou pedir ao senhor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Quem está credenciado para falar tecnicamente aqui é ele, e ele não consegue falar, explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Deixe ele... Ele é uma pessoa que passou mais de horas e horas viajando, trazendo as vacinas para que pudessem chegar ao Brasil hoje. Veio direto do aeroporto. Ele fez uma viagem dos Estados Unidos para São Paulo e de São Paulo veio para cá direto para... Nós temos que compreender também o cansaço físico e mental. Então, eu pediria que fossem feitas as perguntas de uma forma que o depoente pudesse responder e esperar o depoente responder. Houve muitas críticas aqui a Senadores que querem uma resposta e atropelam quando a pessoa está respondendo. Então, essa estratégia eu vou pedir para mudar.

O Senador Marcos Rogério pergunta; V. Exa. pode responder. Por favor, responda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quando...

É para responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só para responder pergunta sua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual pergunta, Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quando a gente solicita a correção do frete e seguro, no contrato tem dizendo que é obrigação e está incluso no preço unitário o frete e o seguro. E a empresa adiciona, nessa *invoice*, a empresa adiciona, tanto que o valor final, se você chamar o valor total pelo número de doses, é mais do que US\$15 o valor unitário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E está errado, é isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente. E não é obrigação do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espere, calma! E não é obrigação justamente do seu departamento verificar isso e cobrar da empresa...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, e a gente apontou isso... E a gente apontou isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o ajuste?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não foi feito isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Depois, novamente na terceira *invoice*...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. Responda!

No dia 22 de março, às 16h27, você recebe um *e-mail* com a primeira correção, certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Qual dia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dia 22.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, aí, ainda veio com imprecisão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Vinte e três.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí, vem um terceiro *invoice*; aí, totalmente regular...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Depois da denúncia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

Pergunto, pergunto: houve alguma... Nos documentos, nos autos – V. Sa. está aqui para falar a verdade –; houve, nos documentos, nas tratativas, alguma negativa da empresa com relação a esses vícios formais?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Na terceira *invoice*, bate com as coisas do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando objetivamente. Nas tratativas que foram feitas, houve alguma objeção da empresa ou a empresa reconheceu... Quando foi feito o contato, já havia reconhecimento por parte da empresa que tinha erros. V. Exa. está sob juramento para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador, Senador, só um minutinho. Calma, está pressionando o rapaz, calma!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, quando é para buscar a verdade, aí, não pode, mas, quando é para espalhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você quer eu lhe responda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Ele está querendo responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você quer que eu lhe responda por ele. Você quer me ouvir?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Deixa ele responder! Ele está querendo responder! Jesus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Isso aí é mais antigo que...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Como é que é, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Omar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A Madison não estava no contrato, Senador Marcos. Como ele ia pagar uma empresa que não constava no contrato?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, pela ordem. Está todo mundo respondendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Nunca foi prática dessa natureza. Era uma empresa de um paraíso fiscal que V. Exa. está fazendo argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Olha, por favor...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Responde para ele, por favor. Responde...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Foram falhas da *invoice* apresentada que foi verificado e apresentado se existe suposta irregularidade. Pronto, acabou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Nessas tratativas, houve por parte da empresa objeção a fazer as correções? É isso que eu estou perguntando.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, tanto na terceira *invoice* que ela manteve, corrigiu de acordo com o contrato, e o fiscal do contrato deu o "de acordo".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou perguntando o passo a passo, eu estou perguntando o passo a passo! Houve em algum momento, em algum momento, resistência por parte da empresa em fazer qualquer correção? Responda.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, aquela parte do contrato, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, houve ou não houve?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Luis Ricardo, você tem autoridade para poder autorizar *invoice*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte minutos, vinte minutos!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – ... e submeter ao fiscal do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E são dois indagando agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, quem está inquirindo? É Fernando Bezerra ou Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, estou, desde o início, tentando fazer os questionamentos, mas a Oposição, a Oposição...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a origem do documento está errada!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a Oposição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É porque a empresa não poderia receber esse recurso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro! Ela queria fraudar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A empresa não constava no contrato. Nem que ela estivesse redonda, não poderia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Por favor, Presidente! Por favor, Presidente, eu gostaria de ter condições.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está-se tentando criar um enredo que não existe, gente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, no meu entendimento, isso está mais claro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas é que essa empresa não poderia receber, Marcos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Essa empresa não constava no contrato. Então, aí não é só um documento formal. É direcionamento para esta empresa que não poderia ser feito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, só um minutinho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não estava no contrato, Senador Fernando.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Srs. Senadores, Srs. Senadores, é o seguinte...

Só um minutinho... Houve perguntas...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Tem o contrato aí. Vocês querem?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas essa empresa não deveria receber...

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você não recebeu a informação?

(Interrupção do som.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Imprimiu o contrato. Pede para a Secretaria imprimir o contrato para todos os Srs. Senadores, em especial para a Senadora Soraya.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) - Não tem por que assinar esse documento!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu sei. Já falou três ou quatro vezes sobre isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, a estratégia aqui é não deixar eu fazer... *(Fora do microfone.)*

Voltou o microfone.

A estratégia aqui...Eu já entendi a Oposição: acreditou numa denúncia sem provas, viajou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Do MPF e da Anvisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... fez todas as sortes de acusações antecipadas. E, quando chega a oportunidade de colocar diante dos fatos, faz isso que está fazendo aqui, ó: barulho para sustentar uma narrativa acusatória absolutamente leviana e contra o interesse público nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Bom, quem fez essa acusação leviana não foram os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Estão reproduzindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não foram os Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Ele tem que falar com a Procuradoria da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem fez acusação leviana foi o Deputado Luis Miranda, do seu partido. Está certo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Que agora, que agora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se é leviana é dele, porque ele que botou isso aqui.

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou. Falou. Não fui eu não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não pode falar isso de mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi ninguém aqui da CPI que fez acusação leviana nenhuma, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A narrativa da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, a narrativa é aquela que foi dada. A narrativa foi: levaram para o Presidente; o Presidente disse que ia mandar investigar e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E mandou. Ele mandou.

Agora, Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me permita, Sr. Presidente, por favor! Não tenha medo da verdade, não. Vamos para os fatos. Vamos para os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos para os fatos. Vamos para os fatos. Querem continuar com a narrativa? Então, cancele a CPI e continuem com a narrativa, porque os fatos desmentem a narrativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o Marcos é o Relator? Porque ele já está há meia hora perguntando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E V. Exas. não me deixam falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está ganhando do Relator Renan.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) - Presidente, toca o barco, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Eu mesmo já fiz essa pergunta no início. Ele respondeu. Eu vou só lembrar o que ele citou como os erros o *invoice*: valor unitário, valor global, valor do frete, registro da empresa emitente, inexistência de pessoa jurídica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu vou responder a V. Exa. sem olhar cola.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... não tinha certificado por relações de boas práticas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu vou responder a V. Exa. sem olhar a cola.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, vocês vão parar com esse negócio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É o seguinte: V. Exa. conclua as suas perguntas, e V. Exa. responda. E acabou! Acabou a brincadeira aqui! Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então, me reponha o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Conclua as suas perguntas, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Então reponha o meu tempo. Não me deixaram fazer pergunta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não. Mais tempo?

Um minuto, Presidente. Ele está com uma hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador, V. Exa. está enrolando agora. Por favor, faça as perguntas. Eu vou deixar o senhor fazer as perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tudo bem. Então, me deixe.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No dia 22 de março, às 16h27, o senhor recebeu um *e-mail* da empresa ao fiscal do contrato onde se esclarecia o quantitativo de três milhões de doses.

Também em relação à questão do seguro e do cronograma que previa quatro milhões de doses. E a origem da empresa: Madison Biotech.

Está aqui o documento. Posso levar à Mesa.

É verdade isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tem valor jurídico no Brasil?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se eu recebi? Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Duas horas depois, no mesmo dia, o fiscal do contrato concorda com o quantitativo de três milhões de doses e pede a comprovação de vínculo da empresa Madison... Bharat... E foram apresentados os documentos.

No dia 23 de março, o senhor recebeu um *e-mail* endereçado ao fiscal, com a referida declaração, fazendo tudo isso aqui.

No mesmo dia 23, teve a última correção, que aí vem tudo regular: pagamento, conforme o contrato; quantidade, três milhões de doses...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não conforme o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não estava conforme o contrato, mas autorizado pelo fiscal, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. V. Sa. está afirmando que o terceiro *invoice* ... Coloca o terceiro... Ah lá o terceiro *invoice*.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Três milhões de doses. Qual é o quantitativo total para a primeira entrega?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O primeiro contrato era ...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A primeira parcela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de quatro milhões...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ah... Está vendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa., o seu departamento foi informado que, em razão de um problema de seguro, porque o seguro cobria até US\$50 milhões... Ou não é verdade?

Não recebeu esse documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. não recebeu a informação, no seu departamento, de que a empresa estava propondo mandar, naquele primeiro momento, as três milhões em razão de uma questão de seguro.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que faltavam as informações frete e seguro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você recebeu ou não recebeu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que tem que registrar na licença de importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas recebeu ou não recebeu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Na terceira *invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Na terceira?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas você está colocando como suspeito um contrato que está absolutamente saneado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estava tudo errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pelo seu departamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só depois da pressão e da denúncia que houve a correção.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí ele se respalda num terceiro, depois da pressão toda para ser corrigido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, começaram, no dia 22, as tratativas.

E, no dia 23...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu colega de partido, eu lhe respondo. É fácil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O que ele foi denunciar foi no dia 20.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – No dia 20, ele foi denunciar ao Presidente da República.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – A pergunta não foi para o Deputado.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele denuncia no dia 20...

(Tumulto no recinto.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É imoral o que você está fazendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só corrigiu porque nós fomos ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Cobramos segunda, cobramos terça. Aí nego falou assim: "Esse Luis Miranda não vai sair do nosso pé. Corrige essa porra!".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso, Presidente.

Me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um pouquinho.

Pessoal, é o seguinte: olha só, eu pedi ao Senador Marcos Rogério que fizesse as perguntas. Aí ele responde. E o Senador Marcos Rogério continua fazendo as perguntas. Ele responde às perguntas. Só isso.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar mais cinco minutos para ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco minutos, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – No dia 24 de março, às 10h14, a empresa despachante contratada pelo ministério... (*Fora do microfone.*)

No dia 24, às 10h14, a empresa despachante contratada pelo Ministério insere no Siscomex e encaminha ao seu setor uma licença de importação totalmente corrigida. Procede?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Registrada, não é? A licença de importação registrada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Registrada.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que é corrigida é a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Diante disso, eu pergunto a V. Sa.: o senhor não teve conhecimento desses atos praticados no processo, dessas retificações ao longo desses dois dias?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Como assim?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uai! Essas retificações: primeira *invoice*, segunda *invoice*, terceira *invoice*...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Como é que eu vou registrar uma empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com relação à empresa Madison.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sr. Senador, como é que eu vou registrar uma empresa licença de importação com uma *invoice* errada?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É, não tem como...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! Ele está perguntando pelas correções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando, eu estou perguntando...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Marcos está mais perdido do que cego em tiroteio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a V. Exa. que de repente retire o Deputado da sala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Eu sair?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para permitir o interrogatório. Ele não pode interromper.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, por favor. Isto é uma inquisição, não um interrogatório. Ele está fazendo uma inquisição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí. Só um minutinho, só um minutinho, por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem que respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está respeitando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, quem é o Presidente desta Comissão? É o senhor ou é o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho. Eu...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Como é um pedido do Presidente, eu vou me calar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor, só um minutinho.

Ele está respondendo, acabou de responder para o Senador. O Senador fez uma pergunta e ele disse que não podia autorizar a licença sem correção da *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas estavam todos corrigidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Hã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Mas estavam todos corrigidos.

Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Na terceira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O meu tempo continua correndo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Depois da denúncia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não foi na segunda: só na terceira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Com os *invoices* corrigidos... V. Sa. teve conhecimento da correção dos *invoices*, do dia 22 e do dia 23, de todos eles?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Do dia 22 e do dia 23?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Teve conhecimento ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está mostrando aqui que teve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ignorou essas correções?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, deixe ele responder, deixa...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não ignorei, tanto... Não ignoramos, que foi um a autorização do fiscal a respeito de estar divergente do contrato: do quantitativo de três milhões em vez de quatro; e a empresa Madison, em vez de dar à Bharat Biotech ou à Precisa; foi autorizada pelo fiscal do contrato e corrigida a *invoice*. E, aí sim, com a correção e "de acordo", encaminhamos para o registro da LI, que foi no dia 24.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor considera que essas retificações também são consideradas fraudes? – já que mantêm a versão da primeira...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Fraude o quê? Não está de acordo com o contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Mas essas correções... Eu estou perguntando se V. Sa. considera essas correções fraudes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se não está de acordo com contrato, aí é que seria fraude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas se elas foram corrigidas, o problema persiste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o contrato foi corrigido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! Não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O contrato não foi corrigido, Senador, como é que pode...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele está dizendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O contrato é maior do que a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O problema não é o contrato, Presidente. O problema é que a *invoice*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É lógico que é o contrato! É lógico que é o contrato, rapaz.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Claro que não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Nem consta no contrato a empresa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não vai cumprir o contrato, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas, meu Deus do Céu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O contrato era de quatro milhões de doses. Eles mandam uma *invoice* querendo três milhões. O que é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, está difícil fazer questionamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Está mesmo, está difícil mesmo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Os teus questionamentos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - V. Exa. está querendo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, isto aqui está parecendo um tribunal de inquisição, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - O senhor quer convencer o Brasil de mandar US\$45 milhões com a *offshore* num paraíso fiscal que não está num contrato. É a primeira vez que eu vejo no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Bolsonaro escancarada uma tentativa literal de um indício grave de corrupção. É escancarado, não está no contrato. É uma licitação, tem que estar no contrato!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Desculpa, desculpa, Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, eu vou pedir a V. Exa., seria o caso de V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas V. Exa. está insistindo. Por isso é que eu estou falando, Senador: não está no contrato. É só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, pelo amor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas como é que você não vai cumprir o contrato, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, me ouçam...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Podemos ter acesso ao contrato, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Tenho, tenho cópia aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Queremos o contrato inteiro, inteiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O contrato está até público no ministério...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Tem como arrumar uma cópia?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, mas, olha, é insalubre, Presidente. Isso aqui é insalubre. Assim, a sanha...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Insalubres eram as vacinas indianas, segundo a Anvisa, tá? Não, não é aqui, não. Era a vacina que o seu Governo queria comprar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, Presidente...

Presidente, não faça isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Insalubre é a vacina indiana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A Pfizer é salubre. Essa aí é que não era...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, não faça isso, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Pessoal, por favor. Deixem o Senador falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha o esforço que V. Exas. estão fazendo para obstruir o direito de se demonstrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Como obstruir? Está há uma hora falando, está há uma hora falando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Uma hora, ganhou do Relator ganhou de todo mundo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Está todo mundo interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Haja paciência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É, realmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É, Presidente, eu esperava de V. Exa. um pouco mais de consideração, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu estou lhe dando o tempo necessário, e V. Exa. não quer terminar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa. está fazendo comentário em relação ao contrato. V. Exa. leu o contrato, Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu li, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu li, Presidente. Eu li o contrato, li os *invoices*. Agora, esta CPI está diante de uma fraude de uma narrativa – de uma fraude! E eu lamento muito pelo meu colega, por quem tenho respeito, consideração. E sei a motivação dele para fazer isso.

Agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual é? Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora você tem que falar. Agora você tem que falar a motivação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fala qual é a motivação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem que falar qual é a motivação.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É dinheiro que ele está querendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Fale qual é a motivação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a motivação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, fale a motivação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, baixem, falem, deixem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu falo do jeito que eu quiser. Eu estou lhe perguntando qual é a motivação do depoente. Ele foi comprado por alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A única motivação que eu tenho aqui é o combate à corrupção, que essa está na minha veia, na minha bandeira, e eu vou continuar combatendo a corrupção e protegendo...

(Tumulto no recinto.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério tinha que dizer... O Senador Marcos Rogério tem que dizer qual é a motivação.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A motivação... Senador Marcos Rogério, qual é a motivação do depoente aqui?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... está aqui como depoente, mas ele está se comportando como se fosse membro da CPI! Uma CPI do Senado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Presidente permitindo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e ele se comportando como membro da CPI!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E fico calado, sendo ofendido. Acabou de dizer que eu tenho interesses pessoais.

Senador Fernando Bezerra, fique calado! Eu vou respeitar os senhores se não faltarem respeito comigo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, é o seguinte: então, eu vou pedir... Caso o depoente continue, eu vou pedir para ele se retirar, está certo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu vou ficar quietinho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Veja bem, primeiro, é isso. Vou pedir para se retirar e vou fazer a convocação individual...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não. Agora, V. Exa. diga qual é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Faça a convocação individual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, agora não. Calma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Faça!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se acontecer de novo, eu vou fazê-lo - eu disse isso.

Agora, o senhor diga para nós aqui, para o Brasil qual é a motivação pessoal dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Qual é a motivação, Senador? Fale, por favor. Não vá procurar palavra para enrolar. Fale qual é a motivação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente. Eu sei qual é a motivação, e V. Exa. sabe também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu também não. Eu não sei, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sabe, sabe sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu não sei, não. Eu não conheço ele, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - V. Exa. esteve na sala lá atrás, junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não. A motivação, não. Ele não falou a motivação, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É claro que falou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Falou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Opa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O que ele falou foi... Ele falou o nome do Deputado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Você estava presente. A Senadora Soraya estava presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não estava, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele não falou a motivação, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não diga isso, não.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Ele falou a motivação? Não. Espere aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) - A motivação está na folha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É só repetir, gente, tudo que ele falou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Pronto. Resolvida a questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, V. Exa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - ... uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu preciso... Eu preciso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - Antes, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu preciso concluir, Presidente, as minhas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*)

Primeiro, nós não estamos em condição de continuar...

(Interrupção do som.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) - ... esta sessão do jeito que ela está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Primeiro ponto.

Segundo ponto. Estamos... Tem gente extrapolando aqui, tentando... Tentando desqualificar a testemunha, que é um servidor público de carreira e que veio aqui para dizer fatos objetivos relatados com documento.

Então, a minha sugestão é que a gente suspenda e que a gente possa fazer...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Não, Presidente. Não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Deixe-me concluir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Eu vou pedir a conta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Deixe-me concluir, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Cancele está CPI, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - É só uma questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Concordo. Vamos fazer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu estou colocando uma questão de ordem, uma questão de encaminhamento: que a gente suspenda e ouça separadamente cada um dos dois.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Perfeitamente. Tem todo o nosso apoio, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Presidente... Olha, Presidente... O Governo aqui está querendo tumultuar a sessão, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, não! Não; o Governo só quer a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Então, pelo amor de Deus, mantenha os trabalhos da Comissão. Dê as recomendações...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Separadamente! Vamos ouvi-los separadamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... e mantenha os trabalhos da CPI, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou... Só um minutinho.

Eu irei suspender por dez minutos a sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos nos acalmar. Vamos nos acalmar, porque esse depoimento aqui, esse bate-boca... E aqui eu vou alertar novamente o Deputado e o depoente.

O depoente está se comportando corretamente, mas, Deputado, V. Exa. aqui... Aqui são Senadores da República. V. Exa. é Deputado, e nós o respeitamos – e os Deputados são muito bem-vindos a qualquer sessão –, mas, nesse momento, V. Exa. tem que seguir o Regimento deste Senado e respeitar o Regimento.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que os Senadores também possam ser mais objetivos.

Vamos surpreender um pouquinho para as pessoas se acalmarem, por favor.

(Suspensa às 18 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Está reaberta a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, um rápido pela ordem de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para nós organizarmos os trabalhos.

É fundamental este depoimento ter fim no dia de hoje, seja qual for o horário. Então, uma questão de encaminhamento: primeiro, que V. Exa. conceda os cinco minutos finais para a fala e a inquirição do Senador Marcos Rogério; e, depois, 15 minutos – 15 minutos – para cada colega Senador, se forem improrrogáveis; se algum colega for interrompido, aí acrescenta o tempo que for necessário, mas para nós levarmos a bom termo os dois depoimentos de hoje e podermos concluir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir aos depoentes, especialmente ao depoente e Deputado Luis Miranda, que possa permitir que a gente... Sem interromper. E eu tenho certeza de que o servidor público federal, servidor do Ministério da Saúde, tem condições de responder qualquer pergunta referente à Covaxin em relação à sua importação.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, por cinco minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria, por favor, que... Depois, as pessoas terão tempo de retrucar qualquer coisa que qualquer Senador falar aqui. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) - *(Fora do microfone.)* ... saber toda a verdade, inclusive se há envolvimento de algum setor ou qualquer agente político deste Governo em atos de corrupção, lhe pergunto: foi a primeira vez que seu chefe imediato lhe pediu informação sobre processo de importação ou isso já aconteceu em outros casos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - É competência... *(Fora do microfone.)*

Perdão. É competência do diretor, porque a direção... Uma coordenação faz parte da importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Foi a primeira vez ou já aconteceu antes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Outras vezes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sobre a importação, é... O setor de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já aconteceu antes ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - O setor de importação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Eu estou perguntando objetivamente se já aconteceu antes ou não.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Perguntar sobre processo de importação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O.k.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Nesses outros casos o senhor considerou também ser um movimento suspeito?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho a informação de que é normal o pedido de correção de outras *invoices*, faturas. Já aconteceu isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – São erros pontuais, né? De falta de peso líquido, peso bruto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunto se já aconteceu de o seu departamento identificar incorreções...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e ter que pedir à empresa para corrigir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já aconteceu antes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Nesses outros processos em que o senhor atuou e aconteceram retificações idênticas, também ocorreram crimes? Teria prevaricação sua?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não foram idênticas, né? É bem claro que não foram idênticas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, quando o senhor diz que impediu um pagamento ao não assinar um recibo, que recibo é esse? Sua divisão possui competência para tratar de financeiro, fazer pagamentos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não; competência para prosseguir com o processo de importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Foi dito que impediu um pagamento. E foi dito aqui que queriam a sua assinatura no documento. Como foi isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, para prosseguir com o processo de importação. Não o pagamento. Eu não trabalho no setor de pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi dito é que V. Sa. impediu um pagamento de U\$45 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se prossegue com a aquele processo, daquela forma da primeira *invoice*, estaria coagindo ou tratando o processo de maneira correta... Incorreta, perdão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No dia 24, o processo estava saneado. Confere? As incorreções foram corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Autorizado pelo fiscal do contrato, porque em nenhum momento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas estava saneado ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Em nenhum momento, no contrato, citava a empresa que constava na *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o seu departamento não foi informado de que aquela empresa não seria uma subsidiária da empresa principal?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Autorizado pelo fiscal do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa. foi ou não informado no seu departamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Após a boa-fé do fiscal do contrato e o responsável pela execução dele, o nosso setor deu prosseguimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O seu departamento foi informado ou não dessa ligação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi informado? Chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas chegou o documento ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Se, no dia 24 de março, V. Sa. já sabia que o *invoice* estava correto, já havia sido corrigido, e já havia sido emitida a licença de importação, por que não comunicou o seu irmão para que ele avisasse o Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A gente já tinha feito isso no dia 20, sob...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, no dia 20 não tinha correção dos *invoices*. V. Exa. está faltando com a verdade.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os fatos, a cronologia dos fatos mostra que os *invoices* começaram a ser corrigidos 22 e 23.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, como é que foi dia 20?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que aconteceu, as falhas da *invoice*, no dia que aconteceu a falha e a pressão, principalmente a pressão para aprovar algo que estava fora do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou lhe perguntando objetivamente: depois que você toma conhecimento de que havia sido corrigido, por que não comunicou seu irmão para reportar ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se está de maneira correta, não tem o que falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, aí ele vem... E por que seu irmão, que sabia de tudo... Ou V. Exa. sonegou essa informação dele? Se o *invoice* já havia sido corrigido, 90 dias depois foi à CNN com a primeira *invoice* do processo, a *invoice* errada, que o seu departamento pediu para corrigir, criando uma falsa denúncia de que tem origem em uma...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Senador, eu não posso responder por ele, mas acredito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas você informou seu irmão em algum momento que todo o processo tinha sido saneado? Sim ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Acredito que ele foi na CNN por conta da primeira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas você trocou muita mensagem com o seu irmão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Deixa eu falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas eu tenho só três minutos. Não dá, tem que ser objetivamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tem como eu responder objetivamente essa pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Você informou ou não o seu irmão de que o processo tinha sido...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, a questão, a pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de que as *invoices* tinham sido corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A pergunta foi por que ele foi na CNN com a primeira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Você informou seu irmão de que, depois da primeira *invoice*, as demais foram corrigidas? Sim ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, não? Então você induziu o seu irmão...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Induzi a quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a cometer um crime.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Ele... Eu não respondo por ele, não falo por ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, porque, se você vai para a televisão dizer que a primeira era uma fraude, tendo a segunda e a terceira corrigindo tudo e saneando o processo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele apresentou, acredito – tem que questioná-lo –, o que foi levado ao Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Noventa dias depois? Com o processo todo saneado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Noventa dias? Foi dia 20!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto tempo depois?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quanto tempo depois?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Um dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos no mês de junho!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Está acabando, deixa acabar o tempo dele aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pergunto: você não informou o seu irmão de que o processo tinha sido saneado, que as *invoices* tinham sido corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, ele sabia que havia uma abertura de LI e um pedido de excepcionalidade para a Anvisa, o qual foi negado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele tinha ciência de que a gente fez... de um pedido de excepcionalidade, e a Anvisa negou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Sr. Presidente, eu vou considerar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Chega o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k., deixe-o concluir. Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Já terminou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Tem mais gente querendo falar também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador Humberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Olha, Sr. Presidente, a gente insiste numa versão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só conclua.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Quase 35 minutos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - A oposição hoje resolveu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não, Senador Humberto; 45.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... obstruir a minha fala o tempo todo para impedir que a gente apresentasse os fatos, para ter aqui a verdade.

Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação absolutamente normal, dentro de um processo administrativo. Houve uma incorreção, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador... Senador, já terminou o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa... Por favor, V. Exa. já fez as perguntas, ele respondeu. A sua opinião, depois, futuramente, V. Exa. pode colocar, mas agora, por favor, me ajude. Me ajude, porque tem, olha aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente, eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu fiz essa concessão, V. Exa. falou muito mais do que 15 minutos, mesmo com as interrupções. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não consegui falar cinco minutos sem interrupção, Presidente. V. Exa. sabe disso, e o Brasil todo sabe. O Brasil todo sabe.

A única coisa que me interessa aqui, Presidente, é olhar para o processo e, com os depoentes que estão aqui, demonstrar qual é a verdade. Nós estamos diante de uma situação absolutamente injusta com funcionários sérios do Ministério da Saúde, que trabalharam, que cumpriram o dever de casa para oferecer vacina ao Brasil e aos brasileiros. Não é justo o que estão fazendo neste momento com os servidores do Ministério da Saúde. E a suspeição que levanta sobre o Governo do Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é absolutamente injusto, leviano.

Pensam estar nos Governos anteriores, essa é a verdade. Pensam estar diante daqueles sucessivos escândalos que nós vivemos no Brasil nas últimas décadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o quadro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente... Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse cidadão não vai parar de falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, 15 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, agradecer o respeito ao acordo que fizemos ontem, mas eu vou falar sobre a empresa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contrato foi assinado pelo representante da Bharat Biotech; chama-se Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. Vou falar sobre ela. A empresa Precisa, Presidente, também estendeu os seus tentáculos aqui no GDF. Infelizmente, parte dos escassos recursos públicos destinados ao combate à pandemia do Covid foi desviada por uma organização criminosa e que se instalou na Secretaria aqui da Saúde do Distrito Federal. A empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. participou do produto de pilhagem.

Tendo em vista que os dados disponibilizados pela CPI da Pandemia estão protegidos, parte deles, em segredo de justiça, farei menção a eles, num primeiro momento, de forma mais genérica, com vistas a reforçar a necessidade, Sr. Presidente, da vinda do Secretário Francisco Assis Filho, que é um dos líderes da organização criminosa, juntamente com os demais que participaram de todo esse desvio de recursos.

Seguem aqui alguns pontos, Sr. Presidente. A empresa Precisa, após irregular direcionamento, sagrou-se vencedora da Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, para a aquisição de teste para a detecção de Covid-19. Nesse procedimento foram identificadas as seguintes irregularidades: ausência de critério e justificativa para constantes alterações dos quantitativos dos objetos licitados; exiguidade de prazo estabelecido entre a publicação do aviso de abertura de dispensa de licitação e a data para o recebimento da proposta; definição de prazo inexecutável para a entrega dos produtos; preterimento de propostas de menor valor, sem qualquer justificativa técnica; constantes alterações nos quantitativos sem respaldo técnico.

A empresa Precisa foi contratada para fornecer 150 mil unidades ao custo de R\$139,90. Registra-se que uma das empresas participantes ofertou o mesmo teste a um custo unitários de R\$73,00, ou seja, metade do preço.

A empresa Luna Park Brinquedos, que foi apanhada também na Operação Falso Negativo, sagrou-se vencedora de outra dispensa de licitação e ofereceu o mesmo teste ao custo de R\$180,00. Registra-se que mesmo o valor de R\$73,00, antes citado, foi elevado, uma vez que o mesmo teste foi oferecido em Pregão Eletrônico nº 38, de 2020, do Sesc, a um custo de R\$18,00. Então, foi dez vezes mais o preço desse teste.

Mas, Sr. Presidente e demais membros desta CPI, o pior está por vir. Parte dos testes adquiridos não é confiável. Para além de evidente superfaturamento, os testes da marca chinesa Zhuhai Livzon são tidos como ineficazes e apresentam problemas ao redor de todo o mundo, como segue. Na Índia, o Conselho Indiano de Pesquisa (ICMR) anunciou recentemente que havia aconselhado os vários Estados da Índia a pararem de usar os *kits*. Então, vários canais de televisão, jornais, todos; além disso, na Dinamarca, na Argentina. Na Argentina, afirmaram que os testes são falhos. Olhem um exemplo da Argentina: até o momento 1.200 testes, dos 170 mil testes rápidos foram usados nesse monitoramento populacional com apenas 8 casos positivos, ou seja, 0,0066%, segundo informações oficiais. A Dinamarca devolveu todos os testes imprecisos dessa marca que foi apresentada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Presidente, que na matéria acima, da Dinamarca – eu tenho aqui e depois vou deixar para a CPI –, se afirmou que adquiriu os testes por R\$32,00. Os mesmos testes repassados aqui para a Secretaria de Saúde do DF, pela Precisa, custaram aos cofres públicos R\$139,90, ou seja, 433, comparado ao Sesc dez vezes mais.

Pois bem, Sr. Presidente, demais membros, é esse o nível de criminalidade organizada aqui no GDF.

Desse modo, Sr. Presidente – eu peço aqui o apoio de todos os membros da CPI –, é imperioso trazer aqui o Secretário, o ex-Secretário, o Francisco, mas também todos aqueles que o nosso querido Senador Girão e o Senador Marcos do Val, que, a meu pedido, apresentaram os requerimentos.

Seguem, ainda, alguns pontos que eu quero aqui ressaltar, Sr. Presidente. Novamente, farei menção a eles, à questão da Precisa, de forma mais genérica também, porque tem documentos sigilosos. Francisco Araújo Filho, de maneira sub-reptícia, sem qualquer justificativa aportada nos autos da operação, determinou a reabertura do prazo de apresentação das propostas. Essa medida ocorreu apenas porque a empresa de interesse de Francisco Araújo não havia apresentado a proposta a tempo – a saber, a Precisa Comercialização de Medicamentos –, ou seja, não obedeceu ao prazo, mas, mesmo assim, foi colocada.

O sigilo telemático revelou que foi o próprio Francisco – ele próprio – que encaminhou a proposta da empresa Precisa para compor os autos da licitação. Ao final, como previamente ajustado, a mencionada empresa foi declarada vencedora, mesmo não tendo apresentado o menor preço. A empresa Precisa – essa do contrato – beneficiada da Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, somente entregou os 150 mil testes em 12 de maio, ou seja, 33 dias do prazo exigido, uma vez que a empresa tinha até o dia 9 de abril pra entregar.

Registre-se que Francisco Araújo Filho já havia reaberto o procedimento em duas outras oportunidades por descumprimento de prazo, mas com o objetivo escuso de eliminar as concorrentes da empresa Precisa. A Secretaria de Estado de Saúde do DF, chefiada à época por Francisco Araújo Filho, manteve a empresa Precisa como fornecedora de 300 mil testes IGG e IGM mesmo após essa empresa ter deixado de entregar esses produtos, aqueles 150 mil, no prazo.

A empresa Precisa, em conluio com a Secretaria de Estado de Saúde, então comandada pelo Francisco, entregou material diverso do contratado ainda. Embora a empresa Precisa tivesse proposto entregar os testes de marca MedTeste, ela entregou os testes de outra fabricação, o Levensohn, de baixíssima qualidade, como eu disse no relatório, e sem autorização formal da Secretaria de Estado de Saúde. É preciso destacar, Sr. Presidente, senhores membros, que isso aconteceu mesmo depois de a empresa Precisa ter atrasado a entrega nos 33 dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sigilo telemático acostado também nos autos da CPI revelou, de forma cabal, o movimento de Francisco Araújo Filho para viabilizar a contratação da empresa Precisa. Existem ao menos 18 registros sobre a empresa Precisa no sigilo telemático disponibilizado por essa CPI. Eu vou deixar de transcrevê-los, neste momento, em razão do sigilo desses documentos.

Portanto, Sr. Presidente, volto a insistir na necessidade de trazermos aqui o Sr. Francisco Araújo Filho para depor nesta Comissão, aprovarmos os outros requerimentos de todos que participaram, para esclarecer isso.

Por fim, eu gostaria de registrar que a Operação Falso Negativo revelou apenas parte do esquema criminoso que foi instalado aqui no GDF. Temos evidências bastante fortes de que há conexão direta entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF, o Ministério da Saúde, dois partidos políticos e políticos importantes do GDF aqui também nesse processo. Portanto, precisamos avançar nessa apuração. Eu perguntaria aos... Não são depoentes, mas convidados. Eu perguntaria aos convidados: os senhores teriam, tanto o Deputado Luís Miranda quanto o seu irmão, alguma informação sobre o esquema montado no GDF com a participação da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. para repassar a esta Comissão e, assim, colaborar com as investigações?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não, eu não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador, sobre o caso, eu sei tanto quanto o senhor. O que eu sei foi noticiado pela imprensa, é de conhecimento público dessa situação: a prisão dos envolvidos naquele momento. E o que eu sei... Aí, inclusive, foi por conta desse fato, juntando com Global e tudo, que meu irmão me convenceu de que ali não tinha como conversar com as pessoas do Ministério da Saúde, porque como é que uma empresa envolvida num escândalo desse tamanho tinha conseguido ganhar um contrato de US\$20 milhões mais uma vez dentro do ministério – o segundo mega escândalo em três anos, não é?

Então, assim, eu não tenho informação pra lhe dar, mas é realmente... Eu tenho o mesmo sentimento que o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, Presidente, eu falei a V. Exa., na última vez que eu falei sobre isso, quando aprovamos o requerimento, que a questão do Francisco é apenas o início. Na hora que puxar realmente isso, nós vamos encontrar coisas terríveis que estão acontecendo na Saúde há muito tempo.

Por isso que eu perguntei a todos os ministros se havia algum controle com relação ao sistema de controle da execução dos recursos da Fazenda. E tenho, sim, informações da Delog de que é um antro de corrupção. Eu disse aqui, inclusive mostrei, onde houve documentos dizendo que teria economia de até R\$150 milhões em licitação. Tive informações aqui de que os editais colocados, de milhões e milhões, eram apresentados via *e-mail*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o que é Delog?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Delog é o Departamento de Logística

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Departamento de Logística.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o Departamento de Logística do Ministério da Saúde,

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque nós sabemos aqui, mas quem está nos ouvindo agora não sabe o que é Delog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim; é o Departamento de Logística do Ministério da Saúde, que não tem controle de nada. Inclusive, havia um contrato de informática do sistema de controle de medicamentos etc., que foi paralisado, de R\$350 milhões, em andamento. Paralisaram, voltaram à planilha Excel e, provavelmente, já estão trabalhando com o papel de saco de pão, de padaria, para controlar estoque e tal.

Os Ministros disseram aqui que não têm controle, apenas o financeiro, quando encaminham. Mas ninguém sabe quem executou, quanto executou, não tem prestação de conta de nada, ou seja, o Ministério da Saúde não tem absolutamente controle de nada com relação a... E olha que o orçamento é de quase R\$130 bilhões, o orçamento do Ministério da Saúde.

É só pra dizer que, realmente, esta CPI precisa apurar mais.

Presidente, muito obrigado. Fico aqui.

Solicito a V. Exa. para a gente marcar o dia da convocação do Sr. Francisco e aprovar os requerimentos dos demais que tiveram participação nessas operações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito, Senador.

Senadora Zenaide, por quinze minutos, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Zenaide ou Eliziane?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe; é que eu vi a Senadora Zenaide aqui na minha frente.

Senadora Eliziane, depois o Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fernando Bezerra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane.

Desculpe, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Não; com muita honra, a minha amiga Zenaide. Orgulha-me muito ser confundida com ela, porque ela é incrível.

Sr. presidente, eu quero cumprimentar o senhor, o Relator, todos os colegas e iniciar dizendo que nós estamos acompanhando aqui exatamente a tática defendida pelo Olavo de Carvalho: tentar desqualificar o interlocutor e jamais centrar no fato principal. É a tentativa que a gente acompanhou aí nas últimas horas, mas nós não vamos sair do foco.

Eu quero fazer a minha primeira pergunta ao servidor, ao Luis Ricardo: você está desde 2011, não é isso? Você é um servidor de carreira e está desde 2016 no cargo, especificamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Desde 2011.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Desde 2011, está como servidor de carreira.

E o fato específico que nós estamos acompanhando aqui da apresentação de uma terceira empresa que não estava dentro de um contrato para receber um volume financeiro da ordem de US\$45 milhões de forma antecipada e, de repente, sendo colocado para que esse pagamento de fato ocorresse...

O senhor, durante a sua caminhada e carreira no serviço público, já recebeu alguma outra inconformidade com esse mesmo nível de gravidade que nós estamos acompanhando aqui em relação à Madison?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. É que nem eu comentei com o Senador Marcos Rogério, são erros pontuais: falta de peso líquido, peso bruto, informar a descrição da mercadoria, mas não uma outra empresa ou um número grande de quatro ou cinco itens para alterar numa *invoice*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor viu erros elementares, básicos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, primários também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Primários.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor levou, o senhor sentiu, na verdade, a pressão desses chefes mais imediatos seus, o senhor procura seu irmão que o senhor chega ao Presidente da República. Nesse momento, o senhor procura também o Ministro Pazuello?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não tenho contato direto com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Quando ele saiu, o Ministro Pazuello, ele fez a citação e usou a palavra pixuleco, mais ou menos assim: que várias pessoas estavam realmente fazendo esse pedido de dinheiro, pixuleco, parecia ali uma propina ou coisa parecida. O senhor teve conhecimento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - A saída dele se deu exatamente no dia 23 de março, ou seja, no meio de toda essa situação que nós realmente estamos acompanhando.

Você foi informado por alguém que a demissão dele teria alguma relação com essa questão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não recebeu nenhum tipo de informação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu quero perguntar agora ao Deputado Luis Miranda: quando você esteve com o Presidente da República, ele lhe comunicou que levaria o caso ao Delegado-Geral da Polícia Federal. Ele também informou que procuraria o Ministro Pazuello para informação?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Não. Em nenhum momento, ele falou do Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas assegurou que encaminharia à Polícia Federal?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Exatamente. Ele entendeu que aquilo externava o problema de um nível administrativo. Ele entendeu que era um nível que necessitava de investigação policial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Deputado, quando ele diz o seguinte: "Olha, isso é coisa de um Deputado ou daquele Deputado", o senhor entendeu ali que ele já tivesse conhecimento dessa prática dentro do Ministério?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não recorda o nome do Parlamentar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me recordo do nome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A imprensa chegou a divulgar que o senhor chegou a conversar com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Lira, informando essas irregularidades, essas inconformidades. O senhor chegou a conversar com ele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é verdade. Não informei ele sobre as irregularidades. Apenas informei a ele, encaminhei para ele uma matéria, exatamente a matéria da Globo que iniciou aqui, mostrando: "Olha, esse é o meu irmão. Quero ir lá defendê-lo, porque eu conheço do caso. Isso é ruim para a Câmara, para a imagem como Parlamentar. Eu quero me oferecer".

Ele disse: "Por que você está me perguntando isso?". No sentido tipo assim: não tem nada a ver; se você sabe alguma coisa, tem que falar mesmo, tem que esclarecer, tem que colocar tudo pra fora; não tem por que não falar. Eu falei: "Então, tudo bem". Exatamente pelo respeito, amizade, como Presidente, mas nem entrei no mérito do caso com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor chegou a ter alguma gravação de fala com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não gravaria um Presidente da República, eu acho isso imoral. E, se tivesse, certamente, hoje, eu não estaria passando por isto aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor chegou a trocar mensagens com o Presidente da República pelo celular?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Troquei com adjunto dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com o Presidente não?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Com o Presidente diretamente... O número que eu possuía dele não responde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu volto aqui ao servidor.

Quando o senhor foi chamado pra prestar depoimento no inquérito do Ministério Público Federal, o senhor não informou à Procuradora que o senhor havia informado o Presidente da República?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que o senhor não falou pra ela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque eu só respondi os questionamentos que a Procuradora fez por causa do inquérito dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Servidor, acerca, por exemplo, de algumas questões, eu queria que o senhor me explicasse se o senhor achou normal ou achou, de fato, estranho.

Por exemplo, acerca do empenho do volume de R\$1,6 bilhão para a aquisição das vacinas, o empenho aconteceu no dia 22 de fevereiro, o contrato foi assinado no dia 25 de fevereiro. Até neste momento, não havia nenhum tipo de autorização da Anvisa em relação à importação dessa vacina. Havia, inclusive, uma... Não havia, por exemplo, o certificado de boas práticas com as visitas, na verdade, que foram feitas. E, ao mesmo tempo, também havia uma fala por parte da Anvisa de que a Covaxin não tinha as condições mínimas sanitárias para esse atendimento. Quer dizer, a gente vê aí uma situação extremamente nebulosa. Há, na verdade, vários elementos que demonstram claramente a inviabilidade, por exemplo, dessa aquisição, mas, em meio a tudo isso, se tem o pedido de antecipação da ordem de US\$45 milhões. Você, analisando todos esses pontos anteriores, compreendeu como algo extremamente estranho, algo extremamente inconforme, algo que haveria, dentro de tudo isso, alguma coisa de fato errada?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu... A gente não acompanha os prazos de assinatura de contrato, de empenho, não; só faz execução.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando você faz uma avaliação, por exemplo, da Covaxin e você faz um comparativo com a Pfizer, por exemplo, qual é o tipo de diferença que você pode considerar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O cronograma de entrega é um. Na Covaxin, eram 20 dias após a assinatura, 30 dias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu digo do ponto de vista de interesse, de esforço dos seus superiores em relação ao andamento da vacina da Pfizer, por exemplo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tive... Não fui comunicado, assim, de forma atípica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Você não sentiu diferença entre as duas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas há uma grande diferença da atenção que foi dada em relação à Covaxin...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, sim... Eu falo da Pfizer eu não tive essa pressão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Você não recebeu pressão da Pfizer.

Outra coisa, Ricardo. Eu queria que você me desse mais detalhes acerca desta pessoa: Rodrigo. Na frase, quando você fala para o seu irmão isto: "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina disse que não assinaram, porque os caras cobraram dele propinas para assinar o contrato. Vou perguntar se ele tem provas. Recebi mais uma ligação". Esse Rodrigo era a parte empresarial ou esse Rodrigo era servidor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Terceirizado do ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Estava como terceirizado, mas na condição de servidor. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) - Rodrigo de quê? Só para ajudar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Eu não tenho o sobrenome, infelizmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Nenhum sobrenome...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O seu microfone, Relator, não está ligado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não tenho o servidor agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É muito importante isso...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Vou conseguir e informar à Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... porque, no Ministério da Saúde, existem vários Rodrigues.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) - Ele disse que deve informar em outro momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, ótimo! Ótimo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor o conhece?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) - Por acaso, Luis Ricardo, seria Rodrigo Cardoso, da Dlog?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não. Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas o senhor conhece o Rodrigo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Conheço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Tinha contato com ele e conhece normalmente, se tiver que identificá-lo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O senhor consegue entregar a esta CPI o nome dele completo, para que a gente possa convocá-lo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Eu queria fazer uma pergunta agora ao Deputado.

Deputado, houve ontem, por parte do Secretário-Geral da Presidência da República, o anúncio da abertura, por exemplo, de investigação da Polícia Federal em relação ao senhor e em relação também ao seu irmão. Como é que o senhor recebeu essa informação? E o que você poderia dizer que está por trás dessa tentativa, ou melhor - dessa tentativa não -, dessa investigação em relação à sua pessoa e também ao seu irmão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – A gente recebeu a informação da forma que ela chegou e a gravação feita pelo Ministro Onyx, o desespero com estranheza. Até acho interessante que o mesmo, de fato, seja convidado para explicar por que ele se irritou tanto, por que ele se enraiveceu tanto com pessoas que estão combatendo possíveis desvios de dinheiro público, possível corrupção. Em nenhum momento, nós afrontamos o Governo: "Ah, o Governo está fazendo". Em nenhum momento, a gente fez isso. Pelo contrário! Encontrei com o nosso Presidente: "Presidente, dentro do seu Governo, pode ser que tenha pessoas agindo de má-fé". E apresentamos para ele as informações. O Presidente tanto entendeu que era um fato que cita um Parlamentar específico e diz que vai acionar a Polícia Federal para poder cuidar do caso. Na sequência, quando vaza o áudio do depoimento do meu irmão, a reação muda, a gente sente radicalmente a reação alterando. Diga-se de passagem, o Planalto já tinha alterado comigo, eu tinha sentido alguma coisa de estranho, mas não conseguia associar que necessariamente era isso – poderiam ser tantas outras coisas, porque, na política, uma votação pode mudar o sentimento, às vezes, do Governo para com você. Eu estava numa relação excelente com o Presidente, e ela sumiu – essa relação. Não consegui mais falar com o Presidente. E essa explosão do nada me faz assim... Não preciso ser nenhum farejador: algo está errado nessa relação. Não digo quanto ao Presidente, porque o Presidente, até quando ele fez a *live* dele, questionou por que eu não o procurei e tal. Eu tenho que provar para ele que eu procurei, não deixaram eu ter acesso a ele. Mas o Onyx, da forma que ele agiu, da forma que ele explodiu, a reação dele... E outra coisa: exatamente com a pessoa que estava pressionando o meu irmão do lado... Fica muito evidente que ele tem que explicar qual o interesse dele na causa ao ponto... Porque foi ele que falou, não foi o Presidente que falou. Ele falou que o Presidente encaminharia para investigar. Investigar quem? Quem está combatendo a corrupção? Quem está combatendo algo que possa estar errado? Então, eu recebi de uma forma, no mínimo, estranha essa reação por parte do Sr. Onyx.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já chegando aqui para a finalização, Presidente, eu queria perguntar ao servidor... Quando do *e-mail* do comunicado, por exemplo, da Precisa, em relação ao último *invoice*, ele faz o encaminhamento com as retificações, com essas alterações e, na verdade, ele faz o *e-mail*, mas coloca a data retroativa. Não é estranha essa data retroativa? Ele manda no dia 23, se não me foge a memória, mas com a data do dia 19?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É, todos *invoices*, eles não alteram do dia 19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... uma prática normal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Se atualizou, teria que mudar a data.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria finalizar perguntando aos senhores se os senhores estão sofrendo alguma ameaça e, ao mesmo tempo, se a resposta for positiva, de onde vêm essas ameaças, se têm nomes realmente para citar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Na minha opinião, a forma com a qual foi colocada pelo Secretário-Geral e agora ex-Ministro Onyx... Colocou de uma forma como se nós tivéssemos falsificado um documento para todo o Brasil, o que não é verdade. Ele coloca de uma forma como se nós fôssemos inimigos do Brasil e fala: "Agora, nós vamos para cima de você". Aquilo, para quem é apaixonado pelo Governo... E eu vi as reações instantâneas nas minhas redes sociais. Aquilo recebeu como se fosse um gatilho de ameaça, mas pior do que ameaça: com execução de que ele não tem controle, ele não tem controle da sociedade. Ele não tem controle se, por exemplo, o Marcos do Val, aqui no momento, chega aqui e aponta algo para mim: "Pá! Você é isso". Ele pode até, naquele momento, ser política, mas, lá fora, nas ruas, as pessoas apaixonadas não encaram assim. Elas podem fazer loucuras. E fizeram com o Presidente da República uma loucura por causa dessa paixão polarizada entre dois lados, porque ninguém aqui tem que concordar com o esfaqueamento do Presidente da República nem com o de ninguém, mas, quando você incita a violência da forma como foi incitada pelo Onyx – e vou representá-lo criminalmente pelo que ele fez –, eu me sinto hoje ameaçado. E, até agora, não foi respondido se vamos ter segurança ou não, para que uma fatalidade não ocorra, até isso se esfriar, porque nós não atacamos o Governo. Nós apontamos um fato, que deveria ser verificado, que é anormal. O próprio meu irmão aqui, servidor, disse que a mesma empresa já está envolvida em outros dois casos graves, quer dizer, tinha todos os indícios para poder levar ao Presidente: "Presidente, pode ser que estoure uma bomba aqui, e vai cair no teu nome". Não fizemos nada de errado. Aí estoura aqui na CPI, e estamos aqui para esclarecer. Viramos inimigos daqueles que acreditam que estamos indo contra o Presidente? Estamos sendo ameaçados...

Nas minhas redes sociais, teve até um Deputado – e eu gosto muito dele, espero que ele tenha cometido um devaneio – que escreve: "O Deputado Luis Miranda estava na luz, agora ele entrará na escuridão eterna". A palavra escuridão eterna, para mim, em qualquer outro momento, você lê como "você morreu". Estou sendo ameaçado pelo Parlamentar?

Aqui mesmo ainda agora, por causa deste momento... E sempre admirei o Marcos do Val, que teve um desconforto comigo por causa desta história. Por quê? Onde está o nosso erro em querer combater a corrupção? Estamos malucos? Porque o Governo quer chegar com esta narrativa de que fechou o mandato dele sem corrupção nenhuma?!

É terrível para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane, um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Para finalizar, eu quero só que V. Exa. me responda exatamente o que foi colocado, agora, pelo colega. O Senador colocou que ele sabia a motivação de o senhor ter trazido essas denúncias. Eu queria que o senhor finalizasse, em relação à minha participação, respondendo a essa pergunta.

Finalizo dizendo o seguinte, deixando aqui registrada, Presidente, a necessidade clara de aprofundamento desta investigação, a necessidade clara de adiar esta CPI. Nós estamos diante aqui de uma situação clara de indícios de corrupção: um volume bilionário a ser pago para uma empresa, uma *offshore* em um paraíso fiscal, que aliás, já havia sido questionada, aqui do lado, no Paraguai, que já havia sido questionada, inclusive, na sua própria região, de repente, aqui, numa tentativa de antecipação de algo em torno de R\$200 milhões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - E qual a motivação?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Respondo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vou lhe dar um minuto, Deputado, não mais que um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Só repete a pergunta com clareza para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só diretamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - O Senador do lado colocou aqui que ele sabia qual a motivação de o senhor ter...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - A motivação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - ... trazido a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele deve como um bom político saber que, após o que fizeram com meu irmão, ameaça de PAD... Ele deu a entender para mim, como colega, amigo que nós somos, fora deste momento... Como eu disse, o momento é um negócio assim incrível! Achar que eu tenho uma motivação eleitoral para 2022, porque eu disse para ele: "Depois do que fizeram com o meu irmão, todos os servidores públicos, principalmente aqui do Distrito Federal, se sintam abraçados, porque, a partir da agora, eu sou contra a reforma administrativa, porque, se não fosse a estabilidade, ele não estaria aqui sentado com a coragem que ele tem de denunciar isto tudo que está ocorrendo". Então, a estabilidade para o funcionário público é a garantia de que eles não possam ser coagidos, como o Onyx tentou fazer com ele... Até PAD e ações criminosas contra uma pessoa que só quer fazer o bem – combater a corrupção. Essa é a minha motivação, já que ele não quis falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Deputado Luis Cláudio. Obrigado.

Próximo inscrito, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, senhores depoentes, sejam muito bem-vindos.

Eu quero começar dizendo que mandei preparar já aqui o requerimento de convocação da Sra. Regina Célia, fiscal do contrato, para que ela explique por que autorizou a continuidade desse processo, depois das irregularidades que nós vimos aqui.

Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Humberto, se me permitir, no requerimento... Porque eu acabei de investigar aqui, e, se eu não estiver errada, parece que – e o depoente pode informar – não só ela, mas também Thiago Fernandes da Costa... Porque eu me ausentei justamente para entender o que eu não estava conseguindo entender. Então, eu fiz uma decupagem de toda aquela documentação. Eu peço desculpa, é só para complementar – pode depois tirar do meu tempo e repor o tempo do Senador, mas eu acho que é importante. A informação, o depoente pode me corrigir, é que foi feita a solicitação de autorização de importação das vacinas para a fiscalização de controle e que seriam a Sra. Regina e o Sr. Thiago Fernandes da Costa... E quem, a princípio, participou também foi William Amorim Santana, da Dlog, ou alguma coisa assim...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Esse William trabalha comigo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele é que fez os questionamentos nos e-mails...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso! E aí Thiago é que teria, na Secretaria de Vigilância em Saúde, respondido ao *e-mail* autorizando a realização de importação de vacinas. É isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso! Thiago é o coordenador e Regina é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu acho que é fundamental, Senador Humberto... Depois eu posso explicar com calma. Desculpe-me interrompê-lo, mas é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fazemos juntos, fazemos juntos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não! Eu não sou membro, V. Exa. apenas. Por isso é que eu aproveitei...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu faço em nome de V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora Simone...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Queria só meu tempo de volta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acrescentado devidamente, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o tema que nós estamos tratando aqui é grave, é sério, mas ele é parte de uma questão. Nós estamos errando em nos concentrarmos unicamente nisso aqui.

Na verdade, existe neste Governo uma empresa *vip - vip* – que se chama Precisa e que precisa vir aqui, precisa vir aqui. Primeiro, para explicar. Ela é um jabuti. Com tantas empresas na área de saúde no Brasil que já intermediaram contratos, que têm atividades lícitas, quem indicou para uma empresa indiana que nunca ninguém ouviu falar essa empresa Precisa? Isso foi alguém que botou um jabuti! A primeira questão é essa.

Segundo, que Ministério da Saúde é esse que aceita como intermediário para compra de vacina uma empresa que já tinha dado um golpe no Ministério da Saúde!? Essa empresa, com o nome de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Global, vendeu ao Ministério R\$19 milhões – e é o processo que ele deu aquele depoimento – em medicamentos para doenças raras, não entregou, e 14 pessoas morreram. O Ministério da Saúde pagou R\$20 milhões para essa empresa Precisa e até hoje ela não devolveu.

A primeira questão é esta: que Ministério da Saúde é esse que contrata uma empresa bandida? Que Ministério da Saúde é esse? Essa é a primeira questão.

A segunda questão, o Senador Izalci falou aqui: uma empresa envolvida agora na pandemia com superfaturamento de testes – o Senador Girão, sempre tão preocupado com a temática da corrupção com os recursos da Covid, há de concordar – é inaceitável. Quer dizer, o Ministério da Saúde usou como intermediário para comprar vacina para salvar a vida do povo brasileiro uma empresa que roubou o dinheiro do SUS aqui no Distrito Federal. O problema é essa empresa; não é somente esse *invoice*, não.

E aí a gente vai encontrar uma série de coincidências. Por exemplo, o Presidente da República, por mais de uma vez, disse: "Quem quiser vender vacina que me procure. Eu não vou atrás de ninguém". Esse caso aqui foi diferente. O Ministério da Saúde procurou a empresa, tiveram a primeira reunião no dia 20 de novembro do ano passado. Por uma iniciativa do Ministério, no dia 18 de janeiro, já formalizaram um grupo de trabalho para discutir a aquisição da vacina. A Embaixada do Brasil na Índia recebeu o dono da empresa, com uma série de empresários de clínicas de vacina no Brasil, para fazer negócio também. Se reuniram na sede da Embaixada do Brasil, lá em Nova Delhi. O Presidente da República mandou carta para algum país, para algum Primeiro-Ministro, para algum Presidente da República, pedindo que ele ajudasse com vacina? Me responda aí alguém. Não, mas para o da Índia ele mandou, para pedir cloroquina e essa vacina Covaxin, que vai para a Precisa. Então, essa empresa é uma queridinha do Governo Federal, Senadores e Senadoras.

Outra coisa: vários Senadores aqui da base do Governo, quando a gente questionava por que é que não contratou a Pfizer, por que é que não contratou a Pfizer, o que eles diziam? "Não, nós não podíamos contratar uma empresa que não tinha registro na Anvisa". É verdade ou mentira? Vocês sabem quando ela foi contratada? Ela foi contratada no dia 25 de fevereiro. Sabe quando a Anvisa aprovou? Três meses e sete dias depois. Então, essa empresa é VIP, essa empresa é queridinha desse Governo. Nós temos que ir é por esse caminho, pegar essa empresa. Isso aí é um pedaço. Esse golpe que ela queria dar, que foi o "se colar, colou", se não tivesse um servidor atento, poderia ter colado.

Vocês sabem mais o que aconteceu? Essa empresa ganhou uma licitação para vender preservativo feminino. Ganhou num valor aí de 15 milhões e tal.

Quando chegou em fevereiro, ela aumentou, ela atualizou esse contrato, alegando aumento na cotação do dólar, de R\$15,7 para R\$31,5 milhões dos preservativos. Aí, quando foi essa semana, que saiu uma nota no jornal dizendo que eles tinham feito isso, essa semana o Ministério da Saúde voltou para os R\$15 milhões. Foi outro "se colar, colou".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa empresa é queridinha do Governo. Nós temos é que ir atrás dessa empresa. É isso que nós temos que fazer. Uma empresa queridinha dos Deputados. Quem não lembra que foi lá na Câmara que botaram uma emenda para permitir que vacina que tivesse registro na Índia pudesse ser comprada? Quem não lembra que eles queriam começar a comprar vacina privada antes de o SUS dar para a população? Ora, minha gente, não vamos ficar discutindo só esse tema aí, não, que é importante, mas o negócio é muito mais complexo do que a gente está discutindo aqui.

E o preço? Aqui disseram: "Não, não comprou da Pfizer, porque o preço era alto". O outro disse aqui, o Ministro disse: "Não comprei Covaxin, porque era muito caro". Foi quando eu disse aquilo: "Mas o preço de uma vida... Uma vida não tem preço". E aqui o meu colega tentou fazer uma brincadeira comigo. Eu continuo dizendo: mas, se o Governo era tão preocupado com o preço, por que ele se esforçou tanto para botar a mais cara? Não se esforçou por nenhuma; só pela mais cara, só por essa! Então, nós temos que ir atrás dessa vacina, dessa Precisa. Essa é o caminho. Tem mais: esse contrato do preservativo, eu vou representar ao TCU para que ele avalie. Para mim, isso tem coisa. Onde tem essa Precisa tem coisa.

Agora, eu queria só dizer o seguinte: o que tem de mais grave nisso tudo, além disso que eu falei aqui, é outra coisa. O Presidente da República, que diz que não tem corrupção no Governo dele, embora o Ministro do Meio Ambiente tenha saído aí para não ser preso... Saiu do Governo para não ser preso pelo Supremo, porque estava envolvido com contrabando de madeira, tem denúncias aí as mais diversas. Mas o Presidente diz que no Governo dele não tem corrupção. Então, num Governo que é presidido por alguém que é contra a corrupção, se eu recebesse um Deputado Federal da minha base e um servidor público com documento dizendo que havia possibilidade de corrupção num processo, eu teria tomado uma medida. Eu teria chamado a Polícia Federal para abrir um inquérito. Ele disse que ia fazer isso, mas não fez. Hoje, ele está dizendo que vai fazer, mas não fez. Ao contrário, o que ele fez? "Vou punir quem denunciou". Polícia Federal neles, CGU neles, PAD neles! É esse o Governo imaculado que nós temos no nosso País, minha gente!

Portanto, esse depoimento de hoje foi muito importante, muito importante, porque nos deu aqui a pista que nós temos que seguir. Vamos atrás dessa Precisa! A Precisa precisa vir aqui; ser investigada, dizer quem foi que botou ela na Índia para ser representante dessa empresa aqui no Brasil; cobrar dela por que ela quis fazer, se colar, colou. É isso que nós estamos precisando fazer.

Eu acho que a CPI hoje sai muito mais forte. O Dr. Luis Ricardo disse claramente, foi perguntado a ele: é normal esse negócio de, na hora de autorizar a importação, vir um papel dizendo que quem vai receber o dinheiro é uma empresa que não está no contrato? Que negócio esquisito. Eu, se fosse ele, também não ia assinar, não. Não está escrito no contrato. O contrato tem lá Bharat Biotech e Precisa. Se viesse para a Precisa, tudo bem, mas não foi isso que aconteceu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu não quero fazer perguntas aos depoentes, porque eu acho que eles já foram suficientemente claros nas suas colocações. Essa Dra. Regina Célia vai ter que explicar por que é que ela autorizou a continuidade desse processo, porque em nenhum momento ele disse que o problema havia sido sanado. Mesmo na terceira *invoice*, está lá o nome da empresa de Singapura. Está lá a questão do número de doses diferente. Está lá o registro de que o pagamento era antecipado. Ele não aceitou, não; foi ela que, superior a ele, passou o jamegão lá. Então, ela precisa vir aqui para explicar para a gente essa decisão. Está bem?

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Exa. me compensou e eu gostaria de que os nossos outros companheiros fizessem um raciocínio dizendo se eu estou certo ou se eu estou louco. Eu, para mim, a chave desse negócio se chama Precisa, Precisa! Já quebramos o sigilo, já chamamos o dono. Ele vai ter que vir aqui para explicar tudo isso, e eu acho que o caminho é esse.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Presidente, questão de ordem. Só para fazer uma pergunta. Se o Rodrigo que V. Sa. está falando é o Rodrigo de Lima, que é terceirizado do Ministério da Saúde.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - É esse. Ele é terceirizado, mas eu não lembro de cabeça o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - É só porque eu tive umas informações com ele sobre...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Então, é ele mesmo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Sabe muita coisa ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Eu não sou membro da Comissão, mas tenho certeza de que alguém vai chamá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Muito obrigado, Senador Izalci. Nós, eu e o Relator já vamos requerer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Só para registrar, Presidente. A Precisa, que eu disse aqui, aqui no DF matou muita gente. Não é superfaturamento. A questão é o teste, que não tinha valor nenhum. Na Índia, na Dinamarca, foi aplicado na Argentina, onde de 120 mil apenas oito testes deram positivo. Então, muita gente fez o teste, foi para casa achando que estava bem, e, aí, está aí esse número de mortes...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Senador Izalci, mesmo sem V. Exa. ser membro desta Comissão, V. Exa. traz uma contribuição muito importante. O nome do servidor, tudo indica, terceirizado, é Rodrigo de Lima. Tanto eu quanto o Sr. Relator já estaremos providenciando o requerimento para apreciação na sessão deliberativa de quarta-feira e, de imediato, procurarmos ouvir o Sr. Rodrigo de Lima.

Eu queria convidar o Senador – o próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão, e, depois, sou eu –, então, eu queria convidar o Senador Humberto Costa para assumir a Presidência, para que, após o Senador Eduardo Girão, eu possa inquirir os depoentes.

Questão de ordem, Senador Marcos?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Isso, questão de ordem, porque nós trocamos. Eu tenho que sair, eu vou estar no lugar do Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Perfeito. Então V. Exa. será... O Senador Eduardo Girão passa a ser o terceiro suplente, e V. Exa., então, passa para agora, e o Senador Girão. Perfeitamente, então, Senador Marcos do Val.

Passo a Presidência para o Senador Humberto Costa, e, logo em seguida ao Senador Marcos do Val, eu estou inscrito para inquirir os depoentes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente.

Bom, o Marcos Rogério saiu daqui com um questionamento de todos, não é? E eu li aqui e acho que o que ele queria dizer é o seguinte: porque, na última terça-feira, enquanto o senhor conversava, de forma privada, isso, o Deputado Federal, com o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Marcos Rogério entrou na sala, e o senhor disse, abre aspas: "Você apoia o Governo, mas eu vou derrubar esta República". Informações que foram divulgadas pela *Folha* e *O Estado de S. Paulo*.

E aí eu queria que pudesse, aos meus amigos da Mesa, pudesse apresentar, botar o vídeo no telão, porque depois eu vou fazer algumas perguntas, após a apresentação do vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Srs. Senadores, eu considero que...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Não, deixa continuar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Mas eu não considero que isso tenha a ver com o depoimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Tem a ver, tem a ver. Tem a ver, por favor, deixa passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu quero pedir que suspenda aqui a divulgação do vídeo, e eu vou submeter ao Plenário se quer ouvir.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente, tem a ver.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Porque eu entendo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Tem a ver com o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu entendo que isso não tem relação com o assunto que está em baila aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Tem a ver com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu pergunto aqui aos Senadores...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Tem a ver com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Eu quero perguntar aos Senadores se querem assistir...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Os Srs. Senadores estão sempre mostrando vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Olha, eu vou esperar o Presidente chegar aqui. Que ele decida aqui. Na minha opinião, eu acho que isso não tem a ver com o processo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Não tem nenhuma relação, Presidente, com a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente Omar. Presidente Omar, V. Exa. está...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - É a tática olavista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - V. Exa. está retornando, vou só apresentar para V. Exa. as circunstâncias. Eu me reporte, eu saí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou chamar o Senador... O Senador Eduardo Girão trocou?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, eu estou querendo explicar para o senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Escute-me. Escute-me, Presidente, escute-me.

Presidente, então, eu quero lhe explicar. Eu seria o próximo a inquirir. Eu seria o próximo a inquirir, passei a Presidência ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Senador Humberto Costa ficou na Presidência eventual desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E o inscrito antes da minha inquirição era o Senador Marcos do Val, que permutou com o Senador Eduardo Girão. S. Exa. o Senador Marcos do Val iniciou a sua inquirição apresentando um vídeo do Fantástico que envolve o Deputado Luis Claudio Fernandes Miranda.

O Senador Humberto Costa fez uma questão de ordem que eu considero pertinente para que V. Exa. submeta ao Plenário desta Comissão se é tema pertinente a esta Comissão a apresentação desse vídeo. Então, é nesse sentido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou fazer um apelo ao Senador Marcos do Val para que possa fazer as perguntas ao depoente. O tema específico é a questão da Covaxin. Eu não estou julgando aqui o passado, nem o dele nem o de ninguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está certo? E não vou aqui entrar no mérito das denúncias que foram feitas contra A, B ou C. Mas eu acho que é deselegante da nossa parte querer desqualificar uma testemunha através...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente, me permita. É mais grave do que do deselegante.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Eu não estou conseguindo nem ter o direito de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É infração ao Código de Processo Penal. É mais grave, Presidente, do que deselegante: é infração ao Código de Processo Penal.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vou dar a palavra ao Senador Marcos do Val. Por favor, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Vou contextualizar.

Primeiro, a gente precisa saber quem é, por que faz uma denúncia grave, dizendo que vai derrubar a República. Nós temos que ter muita responsabilidade do cargo que ocupamos e temos que ter uma vida que nos dê exemplo, tanto para o resto do Brasil quanto para as próximas gerações.

As perguntas que eu tenho que fazer mostram que ele, possivelmente, provavelmente, poderia não respondê-las. Eu posso mudar aqui as perguntas, mas eu me senti no direito de colocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem faria aí essas perguntas seria o Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) - Não, eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu me senti no direito, me sinto no direito de colocar porque aqui há já um histórico, dentro da CPI, dos que estão aqui sendo convidados ou intimados, também de serem mostrados em vídeos, em situações, em falas, em vários momentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todas elas vinculadas à CPI da Covid.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso, ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou agora, a partir de hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. me permite? Art. 413 do Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –combinado com o 344 do Código de Processo Penal, que regem o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquéritos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.K. Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que... Não é uma questão de censura, mas é uma questão de objeto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria até que colocasse então, Sr. Presidente, já que não vai ser permitida a exibição do vídeo... Já que também ele é público, foi produzido pela Rede Globo, no Fantástico. Mas eu queria, então, que pudessem colocar aí nos autos que o Deputado Federal, enquanto aqui estávamos no intervalo, chegou e fez uma ameaça à minha pessoa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Eu te ameacei? Ah... Prova?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, eu queria que constasse. Isso tem em vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, tem um vídeo aqui...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Já tem em vídeo. O Senador já gravou e já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho um vídeo aqui em que V. Exa. vai no encontro dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem... Não tem áudio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Porque ele me desrespeitou como pessoa e como Senador da República. Eu disse: "Você está na Casa do Senado". Eu cheguei até ele falando isso: "Você está na Casa do Senado, respeite esta Casa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa., Senador Marcos do Val, que pudesse fazer os seus questionamentos, e a gente faria isso depois.

V. Exa. tem o tempo para fazer os questionamentos. Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – O.k. Então, vamos lá.

O Deputado Luis Miranda disse que, ao lado do Ministro Onyx Lorenzoni, estava a pessoa que o pressionava. Quem estava ao lado do Ministro era o Coronel Elcio, ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde. Mas o Sr. Luiz Ricardo disse que jamais teve contato com o Coronel Elcio e que não foi pressionado por ele. Aí eu queria...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Posso responder?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pode responder, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Aproveitar meu momento de resposta, apenas pra esclarecer, se o senhor me permitir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. responde só ao Deputado, por favor... Ao Senador.

A questão sua em relação a qualquer outro tipo de...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é só... Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu respeito. Eu vou responder, então, exatamente ao que ele perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu acho que a minha honra já foi atacada na hora em que ele lançou aquele vídeo, porque os envolvidos com a matéria foram todos indiciados criminalmente. Foi comprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a gente não está tocando nesse assunto.

O senhor disse que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim, senhor – sim, senhor. Vamos seguir – vamos seguir.

Então, tudo bem.

O departamento coordenado pelo Sr. Elcio – não é isso? – tem um coronel, o qual mandou a mensagem para o meu irmão às 11h da noite de uma sexta-feira, com os contatos dos empresários, o que é altamente atípico, na relação entre servidor que não tem tomada de decisão, falar com empresários, sob a supervisão do Sr. Elcio.

Foi isso que eu falei, que o mesmo, se tiver algum interesse nessa causa ou numa investigação, ele não é uma pessoa legítima pra estar ali do lado do Sr. Onyx. E, se, de fato, estava, mais um motivo pra que o Sr. Onyx explique. Ele, já exonerado, o que estava fazendo do lado do Sr. Onyx? Foi apenas isso, dando a entender, obviamente, que é, no mínimo, temerário – no mínimo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k.

Uma pergunta para o Ricardo.

Nesta semana foi apresentado um requerimento de convocação da tal Thaís Amaral Moura, servidora da Segov. Essa petição foi apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues, e, na sequência, foi pedida a quebra do seu sigilo bancário, telefônico, telemático e fiscal pelo Senador Renan Calheiros, ambos alegando suposta participação da servidora na negociação da Covaxin, sendo ela o elo entre o Governo e a empresa Precisa.

Aí eu pergunto: o senhor tomou conhecimento da participação da servidora Thaís Amaral Moura na negociação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não, não participo de negociação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Alguma vez ela esteve presente em alguma reunião ou o senhor tem conhecimento de algum documento nesse sentido, *e-mail*, ata, alguma coisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não – não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, então, só pra concluir, porque eu tinha outras perguntas, mas eu vou deixar a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Thaís Moura?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Foi uma solicitação feita pelo nosso Senador companheiro aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, nós tiramos, não foi, ontem? Nós retiramos, não é? A quebra de sigilo nós retiramos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tiraram?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Retiramos.

É assessora parlamentar. Nós ficamos de, primeiro, ouvi-la e, depois, fazer... Se tivermos que fazer uma diligência, nós faremos, mas foi retirado e com a anuência do Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Porque não houve quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque não houve quebra de sigilo, nada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que foi divulgado errado, tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado pelo esclarecimento.

Só pra finalizar, então, já não seria uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Nem do Willian, nem do Wassef. Não houve quebra de sigilo. Não houve. Foi uma informação imprecisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a informação está imprecisa. Não houve, Senador Fernando. Não houve, ouviu, Senador Marcos?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tá, obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para, então, a gente encerrar, eu andei questionando alguns Senadores companheiros – todos são, cada um com uma visão – e questionei o seguinte: a corrupção, para mim, se efetiva quando o dinheiro sai da conta do Governo e vai para a conta do corrupto ou de seja lá quem for. O dinheiro não saiu ou nem saiu da conta, e o contrato foi sempre seguindo... Se ajustando para seguir o contrato. Então, eu não consigo ver, como os outros Senadores estão vendo, uma ação grave, gravíssima, de possibilidade.

Então, como não houve transferência e utilização e uso de zero, de nenhum centavo, não consigo ver nenhuma movimentação no sentido de corrupção do atual Governo.

Era isso que eu queria colocar.

Obrigado, Presidente; obrigado aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. Obrigado pela compreensão em relação ao pedido da Presidência.

Eu passo a palavra... Era o senador Eduardo Girão, que trocou com V. Exa...

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só, inicialmente, lembrando a todos aqui que o crime de corrupção passiva admite a tentativa, conforme rege o nosso Código Penal. Então, só para lembrar para todos.

Neste caso, o crime só não foi concretizado graças a esse cidadão que está aqui na nossa frente, Luis Ricardo Fernandes Miranda.

Perguntaram aqui se ele tinha se reportado ao superior dele. O superior dele estava fazendo, pelo que ele relatou – o senhor me corrija se eu estiver errado –, o superior dele estava pressionando ele para agilizar o contrato. O Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda se reportou, junto com o seu irmão Luis Claudio Fernandes Miranda, ao maior dos superiores, o Presidente da República – ao maior dos superiores. E qual é o procedimento do maior dos superiores? É instaurar um procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, me desculpa. Eu estou tendo um problema com a Mesa, que não consegue colocar o tempo do Senador. Está um minuto e dezenove segundos. Eu acho que nós estamos tendo problemas com a Mesa. Se temos problemas, temos que resolver, não é? Quando tem problema, se resolve.

Só um minuto aí, Senador, porque está errado o seu tempo. *(Pausa.)*

Pode continuar, Senador, que eles vão corrigir o tempo. *(Pausa.)*

Não é a primeira vez, não é? *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Podemos prosseguir, Presidente, com o devido desconto do meu tempo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Sr. Presidente.

Veja, Sr. Presidente: o Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda e o seu irmão foram ao maior dos superiores, o Presidente da República. E qual é a reação do Presidente da República a este caso? A reação do Presidente da República, nesta semana, foi tentar intimidar e ameaçar os depoentes. Aliás, o Presidente da República, finalmente, anunciou uma providência - dia 25 de junho de 2021, na data de hoje: "Bolsonaro diz que Polícia Federal vai abrir inquérito para investigar acordo do Governo com a Covaxin".

Mas só agora? Só agora?

Deputado, quando o senhor esteve com o Presidente da República, o senhor e o servidor?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - No dia 20 de março de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Vinte de março! Então, agora, somente! Está claro que... E exatamente no dia do depoimento de ambos, quando restou frustrada a tentativa de intimidação de um dos investigados desta CPI e do Sr. Secretário-Geral da Presidência da República.

O Tribunal de Contas da União... Eu ouvi muito falar aqui que não tem uma narrativa sendo construída. Vão dizer para o Ministério Público. É importante destacar isto: o Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda está aqui porque prestou um depoimento ao Ministério Público Federal relatando lá a ocorrência de um crime à Dra. Luciana, Procuradora da República. O Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda está aqui porque tem um procedimento em curso no Tribunal de Contas da União, datado do dia 25 de março de 2021, em relação a essa empresa Precisa. É por isso que o Sr. Luis Ricardo está nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, em especial, porque outros fatos o trouxeram, não é por conta do recibo, do...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - *Invoice...*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - ... do *invoice*. Criaram a polêmica do *invoice*. Eu lhe pergunto, Dr. Luis Ricardo: a questão é o *invoice* ou a pressão que V. Sa. recebeu? E aí eu lhe pergunto diretamente: V. Sa. recebeu pressão para ser firmado o contrato com a empresa Precisa? Ser autorizado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não firmado o contrato: para a execução de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não firmado o contrato: execução de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Sa. afirma nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que recebeu pressão para isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É este o fato, Sr. Relator. É este o fato, Sr. Presidente.

Este tipo de pressão que ocorreu com V. Sa. neste caso ocorreu em relação a outras licenças de importação que passou por sua área? (*Pausa.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O nosso setor é a ponta pra que a vacina chegue ao País. Então, a gente já está habituado a receber essa pressão, porque a importância do setor é enorme. Então, a gente está habituado a ter esse tipo de pressão pra que faça a vacina chegar o quanto antes. Mas, nesse caso, em específico, ela foi totalmente atípica e excessiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor pode repetir os termos? Foi atípico e... O senhor falou no Ministério Público Federal que o que foi pedido para o senhor foi que ocorresse a exceção da exceção?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. Nessa citação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode detalhar o que seria essa exceção da exceção?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

Existe uma RDC da Anvisa 81 (Resolução de Diretoria Colegiada). Lá exemplifica toda a documentação a ser apresentada para uma importação de qualquer insumo, por exemplo, vacina. Com a vinda do Covid, a Anvisa e a Diretoria Colegiada editaram uma resolução pra simplificar o processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – De quinze a vinte documentos a serem apresentados, foram dez, sete. Reduziu. Quando eu entro na Anvisa pedindo uma autorização de uma vacina para a qual eu não apresento um CBPF, eu estou pedindo a exceção da exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Aí eu lhe pergunto: esse procedimento ocorreu em relação às outras vacinas? Aí eu vou pela ordem. Em relação à vacina da Pfizer?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação à vacina da Janssen?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação à CoronaVac?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação, se é que...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A CoronaVac não é importada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

AstraZeneca também não; não precisava?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só se for no consórcio Covax Facility.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Covax Facility teve também?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, vejam, Sr. Presidente, Sr. Relator: Covax Facility, não teve isso; Pfizer, não teve isso; Janssen, não teve isso. Só com a Covaxin que teve isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia me dizer... O senhor acabou de vir dos Estados Unidos junto com a aeronave que trouxe, graças a Deus, para os brasileiros – demorando, lamentavelmente – 3 milhões de doses da vacina da Janssen. O senhor sabe informar se já chegou alguma dose dessa vacina da Covaxin aqui ao Brasil?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E não chegou, obviamente, porque ainda não tem o...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... autorizo definitivo com a Anvisa.

Destaco, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esse é um procedimento que não ocorreu em relação às outras. Aliás, eu quero recuperar a memória dos colegas do Governo aqui que sempre diziam: a razão do atraso da Pfizer é que não teve autorizo da Anvisa, que não teve autorizo da Anvisa. Nessa... No tempo em que o senhor recebeu essa pressão, tinha algum tipo de autorizo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para completar, Senador. (*Fora do microfone.*)

Houve alguma recomendação do Ministério Público Federal e do TCU para não pagar a Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em fevereiro, não houve uma recomendação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não sei. Eu desconheço. Eu não sou da área de pagamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá, obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor teve contato com alguém de nome Túlio Silveira? O senhor conhece?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Passou pela...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu lhe pergunto: o senhor informou aqui que depôs na Polícia Federal em novembro, certo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não lembro exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas foi no ano passado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Era nesse mesmo inquérito que o senhor falou depois à Procuradora, Dra. Luciana?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. É da Global e Precisa à Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

Aí eu queria lhe perguntar: Global e Precisa, qual a relação das duas empresas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Segundo a mídia, o sócio... São os mesmos, é o mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - São os mesmos sócios.

Nesse depoimento... O depoimento foi no ano passado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Eu queria requerer, Sr. Presidente, que fosse questionado à Polícia Federal se há algum inquérito aberto em relação a esse processo, a esse procedimento, além do inquérito que está em curso no Ministério Público Federal. A informação que temos é que não tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - Já informou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre o pedido do Presidente da República para investigar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ao inquérito anterior, sobre Global e Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria perguntar ao Deputado Luis Claudio... Acho que ao Luis Ricardo, e se o Luis Claudio também puder complementar. No *e-mail* do *invoice* das comunicações, qual o conteúdo desse *e-mail*? O que é que tinha nesse *e-mail*?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – O *e-mail* que eu li, que o meu irmão me encaminhou, inclusive, ele... Claramente, no dia 23, ele é questionado por um servidor do Ministério da Saúde sobre as alterações que deveriam fazer. Percebe-se que aquele momento é o momento da alteração, bem posterior ao momento em que a gente denunciou para o Presidente. E aí a pessoa manda uma *invoice*, na troca de *e-mails*, só que ela ainda tinha um erro: tinha as 3 mil doses, já estava alterado para dose ao invés de caixa, mas manteve o *advance payment*, que seria o pagamento adiantado. E aí é questionado novamente para fazer a correção, e faz-se a correção de acordo com o contrato.

Então, tem realmente um momento em que o Ministério acorda, no dia 23, né? E à noite isso. E às 11h, praticamente às 11h...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Após o encontro do senhor com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Após o encontro, não tivemos um efeito imediato, porque o próprio diretor Roberto, que é a pessoa que poderia esclarecer tudo isso pra nós, porque é o chefe do Luis Ricardo, né? A pessoa mais importante, eu acho, nesta CPI aqui seria o Roberto. Após esse momento, a gente... ele não faz nada porque ele cobra o meu irmão à noite ainda do sábado. Na segunda-feira, parece que não ocorre nada, porque não me respondem. Na terça-feira, me responde: "Oh, o Presidente tem muita coisa, mas agora ele vai ver". Aí, essas coisas acontecem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma pergunta – se o senhor não puder responder eu entendo: o senhor não teria mesmo como lembrar o nome do Deputado no diálogo com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu já fiz um esforço aqui... Não consigo lembrar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Tá. O senhor poderia só dar... Este Deputado tem relação com a base do Governo, tem relação com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito, essa é uma informação importante. Então, é um Deputado que tem relação com a base do Governo, tem relação com o Presidente da República.

Estas são algumas perguntas, Presidente, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter que perseguir. Veja, embora nós não saibamos o nome do Deputado, sabemos que ele tem relação com a base de apoio do Presidente da República.

Agora, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem que aprofundar algumas investigações. Primeiro: por que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho.

Por favor... Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por favor. O questionamento é muito sério que o Senador Randolfe está fazendo. Talvez seja um dos melhores questionamentos feitos até agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Obrigado, Presidente, pela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Porque o pessoal está rindo, aí eu vi muito discurso aqui e...

A questão que o Senador Randolfe lembra... V. Exa. disse que o Deputado do qual o Presidente disse... citou o nome lá pra V. Exa., e o senhor não se lembra, ele faz parte da base do Governo? Continua fazendo parte da base do Governo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Como eu disse, como eu não lembro exatamente quem é a pessoa... Naquele momento eu me lembro que... É aquela imagem: você fala o nome, você sabe quem é a pessoa que é do... é da base, né? Mas não me lembro a pessoa, não me lembro mais o nome. São 513 Deputados; é complicado lembrar o nome de todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. disse que, para...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Mas eu posso lembrar. Igual a Senadora falou há pouco o seguinte: "O senhor gravou a conversa?". Eu tinha mania de gravar algumas conversas, mas eu não gravo conversa com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, porque V. Exa. respondeu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas posso tentar procurar na gravação, assim o Presidente também não poderia me desmentir, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... V. Exa. acabou de afirmar ao Presidente que o Deputado era da base, correto?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responde no microfone, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Isso é certeza, é certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certeza que era da base.

E eu estou perguntando se ele continua na base depois de o Presidente afirmar que essa pessoa que estava envolvida nessa falcatrua. É isso que eu estou lhe perguntando, porque...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E eu com clareza estou lhe dizendo: pra eu afirmar isso, eu teria que lembrar o nome da pessoa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exerce algum cargo de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer tomar uma água, um café pra lembrar? (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, pode perguntar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou, senão, tem algum remédio para memória?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, Senador Fernando Bezerra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se exerce algum cargo de Liderança essa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando aqui se ele faz parte da base ou continua na base, porque se o discurso... E ele gosta de fazer isso em *live*, acusar as pessoas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graça, chama todo mundo de corrupto e continua na base, V. Exa., pelo Brasil, tem obrigação de dizer quem é esse Deputado, que continua na base e continua usurpando do bem.

Esse Deputado é o mesmo que está no dossiê que V. Exa. entregou para o Ministro à época, Onyx Lorenzoni? (*Pausa.*)

V. Exa. jurou dizer a verdade.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não lembro o texto, o contexto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. levou um dossiê, no início do Governo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não, o senhor não entendeu. Eu não lembro exatamente qual era o nome das pessoas. Lembro que eu estava chegando no meu mandato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas veja bem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não me aprofundo no nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, mas...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu tenho a cópia do dossiê. Eu entrego para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria a cópia do dossiê.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu requeiro...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É melhor do que isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Requeiro ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa...

Só um minutinho. Eu estou lhe interrompendo, Senador, para contribuir nesse debate, porque esse negócio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. É uma honra para mim, V. Exa. interromper.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão, vai ficar uma lenga-lenga aqui que nós não vamos sair do lugar. Se o Presidente citou um nome de um Deputado, o certo era o Presidente ter expulsado da base e ter denunciado esse Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele tem mania de ir para *live* e acusar todos nós aqui, que somos... temos alguma divergência, de ladrão, sem ter prova nenhuma. Ele joga ao vento o nome das pessoas sem se aprofundar. Aliás, não se aprofunda em absolutamente nada. Por isso que fala num cercadinho, porque senão... E, quando é questionado, ele ofende. E, se for mulher, ofende muito mais. E tem mulher que está ao lado dele – você está me entendendo? – que, em solidariedade a ele, quando ele tira a máscara, a mulher também tira a máscara só para bajular. Bajula porque tem emprego de parente, carguinho de marido. E essas pessoas é que ficam denegrindo a imagem da gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles têm a mesma... aquela mesma prática antiga de arranjar carguinho, um empreguinho, e aí bajulam o Chefe do Poder.

Então, Deputado, me ouça aqui: V. Exa. jurou aqui; V. Exa. disse que está fazendo isso pelo Brasil; V. Exa. disse que está aqui dizendo que é contra a corrupção; V. Exa. tem obrigação de dizer o nome desse Deputado, que é da base do Governo, que é corrupto, que está fazendo esse tipo de coisa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Presidente, o senhor me indaga como se eu soubesse o nome. Eu não me recordo do nome, Sr. Presidente. Por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós já temos certeza de que continua na base, que ele é da base do Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – O Deputado não lembra, Senador Randolfe, mas eu tenho certeza que o ex-Ministro Pazuello tem uma lista, porque, segundo ele – entre aspas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Está na mensagem, e isso é muito grave...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O microfone, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele disse que liberou recursos para serem usados exclusivamente no combate à pandemia, mas, ao chegar no final do ano, "políticos queriam pixulé" – eu não sei o que é isso –, que seria o mesmo que usar os recursos para outras finalidades. Então, ele acusou Parlamentares de quererem usar recursos que eram para a pandemia, na área da saúde, para outras finalidades.

E mais, o Ministro Pazuello: "Aí começou a crise com a Liderança política que nós temos hoje, que mandou uma relação para a gente atender, e nós não atendemos. E aí você tá jurado de morte. Chegou no final do ano uma carreata de gente pedindo dinheiro politicamente. O que nós fizemos? Nós distribuímos todo o recurso do ministério"...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... "porque todos queriam um pixulé no final do ano".

Então, o Ministro Pazuello deve saber quem são os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora... Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que, ao invés de querer recursos para a pandemia, queriam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... me ajude: ligue o microfone, por favor, porque a senhora está falando, e a gente não está lhe ouvindo direito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, mas agora eu já disse o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o meu tempo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... convocar o Ministro Pazuello, porque ele faz acusação em relação a vários Parlamentares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Só lembrando que temos um requerimento já aprovado de reconvocação do Ministro Pazuello a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Luis Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não só o Ministro Pazuello.

Mas eu queria, por favor, que a sua assessoria pudesse pegar agora os dossiês que V. Exa. entregou ao Ministro Onyx Lorenzoni, que vai para a televisão e acoberta roubalheira, já que V. Exa. entregou às mãos dele. E ele deveria ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... denunciado na hora, e prevaricou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Então, requisitado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Requisitados esses dossiês...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... eu queria que o seu assessor fosse buscar e entregasse isso agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, V. Exa. me permite, só para concluir?

Luis Ricardo, só lhe perguntar: a fiscal que deu aval final no *invoice*, você poderia declinar o nome dela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Regina Célia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Regina Célia. O senhor... O nome dela completo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Só um minutinho, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito. Fique à vontade.

É importante pesquisarmos, Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Sr. Presidente, é importante nós pesquisarmos. As informações que temos é que a Sra. Regina Célia é uma indicação, ao contrário de Luis Ricardo, que é servidor de carreira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

Não, mas, ao contrário do Sr. Luis Ricardo... Vamos aguardar aí o nome da Dra. Regina Célia, mas as informações são que... A gente tem que checar se a fiscal do contrato, ao contrário do Sr. Luis Ricardo, não é indicação política. Então, assim que o Sr. Luis Ricardo puder confirmar...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Regina Célia Silva Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Então, a Sra. Regina Célia Silva Oliveira foi nomeada pelo então Ministro Ricardo Barros?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Mas está no *Diário Oficial da União*. A Sra. Regina Célia Oliveira foi nomeada pelo então Ministro Ricardo Barros, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - E na Anvisa também tem pessoas ligadas ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Assim... Ainda não tenho conhecimento sobre a Anvisa, mas é importante essa informação porque tem a nomeação quando o Sr. Deputado era, então, Ministro da Saúde.

Presidente, é importante... Presidente, Sr. Relator, é importante destacar uma coisa: o Ministério da Saúde...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Sr. Presidente, com a devida vênia e permissão de V. Exa., Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, é importante destacarmos que o Tribunal de Contas da União encaminha para o Ministério da Saúde esse relatório e pede, entre outras coisas, o seguinte: se "as investigações pretéritas contra a contratada e sua sócia, a Global Gestão em Saúde S.A. [apontadas pelo representante] chegaram ao conhecimento do Ministério da Saúde e se foram consideradas na gestão dos riscos de contratação [...]". Caso afirmativo, encaminhar cópia da documentação correspondente.

Sr. Presidente, claramente, houve uma advertência do Tribunal de Contas da União ao Ministério da Saúde para suspensão do contrato, já apontando a relação da Precisa Medicamentos com a Global Saúde. Isso está no relatório do Tribunal de Contas da União, que foi encaminhado.

Há algumas perguntas, Sr. Presidente, que é necessário que sejam respondidas.

A primeira: nós temos... O Deputado já clareou para nós, mas nós temos de descobrir em definitivo quem é o Deputado; quem é o Deputado que fez essa pressão.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Os senhores, aqui, com o caminho que estão seguindo, vão descobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Segundo: por que o Senhor Presidente da República não mandou investigar? Aliás, mandou investigar hoje, no dia do depoimento dos dois.

Terceiro: qual a ligação do Senhor Presidente da República com o dito Deputado? Qual a relação que tem?

E quarto: por que acelerar a compra desta vacina?

Não tem nenhum problema. Eu mesmo já disse aqui, até com essa empresa eu me reuni atrás de vacina. Não tem nenhum problema ir atrás de vacina; aliás, é mérito ir atrás de vacina. Tinha que ir atrás também da Pfizer, tinha que ir atrás da Janssen, tinha que ir atrás de todas as vacinas que estavam disponibilizadas. O problema é por que essa, sem autorização da Anvisa, teve a pressão diretamente ao servidor?

Eu quero também perguntar, Sr. Presidente, já concluindo: notícias dão conta de que a vacina da Moderna está sendo negociada com empresa intermediária, com a mesma empresa intermediária da Covaxin, no caso, a Precisa. Pergunto se o Sr. Luís Ricardo tem conhecimento disso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Pode repetir, por favor. Perdão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor tem conhecimento de alguma negociação, no âmbito do Ministério da Saúde, para aquisição da vacina da Moderna e se essa negociação é com essa mesma empresa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. Eu desconheço qualquer tipo de negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeito.

Deputado Luís Cláudio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Vamos denunciar e investigar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O senhor esteve com o Presidente da República também nos dias 29 e 30 de janeiro? O senhor esteve nessas datas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Estive. Creio que sim. É uma data em que estive no Palácio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Nessas datas, o senhor chegou a falar com o Presidente da República sobre esse contrato da Covaxin?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O tema foi outro? Não tratou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Os temas foram outros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não tratou especificamente, não tratou especificamente desse caso.

Por fim, Presidente, e aí para concluir, eu vi aqui uma obsessão em defender a boa vontade da empresa, ao invés de defender a boa vontade do servidor que impediu a negociação, uma negociação que poderia acarretar um prejuízo de US\$45 milhões. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - É o valor da *invoice*, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O valor da *invoice*, então, que acarretaria prejuízo seria este, US\$45 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia, só para concluir, apontar, para não prevalecerem, aí sim, as narrativas que querem obstruir esse debate, qual a diferença entre a *invoice* e o contrato? Qual a diferença dos dois? E por que não é a questão da *invoice* que compromete somente, mas é o fato de a *invoice* não estar de acordo com o contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O contrato é feito de obrigações que a empresa tem que fornecer ao Ministério. É um insumo, a quantidade, o valor acordado, todas as obrigações, tanto para o fornecedor como para o comprador. A *invoice* é uma nota fiscal, um recibo que o fornecedor está passando para o fornecedor... para o importador, perdão. Então, a empresa vai indicar o que ela está vendendo, a quantidade e valor, de acordo com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A grande diferença é que os termos da *invoice* não estavam contemplados no contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dessa *invoice*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Existe uma contradição entre a *invoice*...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Nas primeiras *invoices*, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse procedimento o senhor nunca acompanhou, nunca teve procedimento parecido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse tipo de procedimento o senhor, nesses dez anos de Ministério da Saúde, nunca viu algo igual?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Do número de correções não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço para V. Exa., concluir, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só o Luís Ricardo responder.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desse número de correções, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente.

Só uma última pergunta e encerro.

Deputado Luis Claudio e Luis Ricardo, na conversa com o Presidente da República, se não me engano, dia 20 de março...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Isso! **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - No dia 20 de março, quando o senhor relatou, quando vocês relataram ao Presidente da República o que estava acontecendo no Ministério da Saúde, o senhor poderia detalhar o que o Presidente da República falou? Na percepção de vocês, o Presidente da República já tinha conhecimento ou tinha uma suspeita do que estava em curso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Não. O que eu percebi do Presidente, sem querer proteger, ele demonstrou atenção no que estávamos falando, calado, atencioso aos papeis, aos documentos. Aí ele cita para mim assim: "Vocês sabem quem é, não é?" Assim: "Vocês têm...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Presidente fala isso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - "Você sabe que ali é foda e tal. Se eu mexo nisso aí, você já viu a merda que vai dar, não é?"

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - É assim mesmo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Aí ele falou assim: "Fulano... Vocês acham..." Tipo assim, para mim e para o meu irmão: "Vocês sabem que é fulano, não é?". Eu já falei com o meu irmão também, e ele não lembra o nome. Então, em 513, para quem está fora do Parlamento, esse aqui não lembra mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Perfeitamente, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Mas, nessa questão, é só o seguinte: o senhor não está se lembrando agora. Nós vamos pedir para um médico receitar um negócio de memória e nós só vamos terminar a CPI quando o senhor lembrar, viu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Não, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) - Não, não estou brincando, não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - É sério, é sério...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, está indo bem o que o Deputado está falando. Continue...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só vamos terminar quando ele lembrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas vamos ouvir o Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Assim, o que eu senti? Que o Presidente, apesar de toda a força que ele demonstra, de tudo o que a gente conhece, ele, nesse grupo específico, na minha percepção, não tinha força pra combater. Ele deu a entender isso, porque ele fala o nome, mas não tem certeza também. Ele falou assim: "Deve ser coisa de fulano –puta merda! –, mais uma vez." Vai, dá um tapa na mesa e fala assim: "Vou acionar o DG da PF pra mandar investigar esse troço." Não foi uma ação de conivência. Foi uma ação de "estou amarrado".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não tenho mais perguntas. Nós estamos diante de um dos maiores esquemas de corrupção da história da República. Não há mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não houve nenhuma mudança de Liderança, de Vice-Liderança e de Comissões desde o dia 20 de março, quando o senhor esteve lá, então, a pessoa continua no mesmo lugar que estava desde o dia que o senhor esteve com o Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, reitero: somente hoje é que o Presidente da República fala em abrir um eventual inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, prezado Parlamentar, Deputado Federal Luis Claudio Miranda, cumprimento também o servidor público Luis Ricardo Miranda, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a respeito das declarações apresentadas pelo Deputado Federal Luis Miranda, que afirmou ter alertado o Presidente da República sobre supostos indícios de corrupção na contratação da vacina Covaxin, informo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Só um minuto. Senador Fernando Bezerra, me permita.

Acabamos de receber a notícia de que o Sr. Frederick Wasseff está nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nas proximidades aqui do corredor do banheiro feminino, andando sem máscara.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante esta Comissão Parlamentar de Inquérito saber o que S. Sa. o Sr. Frederick Wasseff veio fazer no Senado Federal exatamente numa sexta-feira, a esta hora, durante um dos depoimentos mais importantes desta CPI. É uma informação que eu requeiro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito busque.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Randolfe, eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu sugiro, eu peço...

Senador Randolfe Rodrigues, eu queria pedir à segurança do Senado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A Polícia Legislativa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas não é proibido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - É só estranho: numa sexta-feira à noite, no dia desse depoimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O acesso ao Senado Federal não é proibido a nenhum cidadão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Mas ele está sem máscara.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Eu peço à segurança do Senado...

Senador Fernando Bezerra, no exercício aqui, no exercício da Presidência, delegada pelo Presidente, eu vou pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Providencie o segurança para pedir que ele use a máscara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... eu vou solicitar que a Polícia Legislativa do Senado solicite que a pessoa use a máscara. Caso contrário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Segundo, Presidente, eu requeiro... A entrada ao Senado Federal está restrita neste período de pandemia. Alguém autorizou a entrada do Sr. Frederick Wassef aqui. Eu requeiro a esta Comissão Parlamentar de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito que busque saber quem autorizou a entrada do Sr. Frederick Wassef nas dependências do Senado Federal nesta sexta-feira, no momento deste depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - O.k.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Sr. Presidente, de forma legítima, restitua o meu tempo. Eu vou ter que reiniciar a minha fala.

Em primeiro lugar, a respeito das declarações apresentadas pelo Deputado Federal Luis Miranda, que afirmou ter alertado o Presidente da República sobre supostos indícios de corrupção na contratação da vacina Covaxin, informo que, em face do relato do depoente, o Presidente Jair Bolsonaro levou o fato ao conhecimento do Ministro Pazuello, e o Ministro, no regular exercício do poder de autotutela da administração pública, solicitou ao Secretário-Executivo, Coronel Elcio, que realizasse uma averiguação prévia acerca das supostas irregularidades. Verificou-se, na ocasião, que o contrato estava juridicamente hígido.

Em razão da entrevista concedida pelo Deputado Federal Luis Miranda à CNN no último dia 23 de junho, para relatar de forma voluntária e fatos inverídicos, imputando supostas ilicitudes em autoridades públicas, o Ministro Onyx e o Coronel Elcio, convocaram entrevista coletiva para o devido esclarecimento dos fatos, no estrito cumprimento do dever de qualquer Ministro de Estado ou agente público de representar às autoridades competentes, diante do conhecimento de ilegalidades praticadas contra a Administração Pública, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Gostaria de iniciar afirmando que é destituída de fundamento a alegação de que houve superfaturamento nas negociações do Governo Federal com o laboratório indiano Bharat Biotech, para a aquisição do imunizante Covaxin. Já é de conhecimento público que o preço da vacina foi estabelecido pelo próprio fabricante, em ofício encaminhado em 12 de janeiro de 2021 e reiterado em 24 de abril de 2021, quando a Bharat Biotech divulgou comunicado de que a vacina seria vendida para exportação a preços na faixa de US\$15 a US\$20 por unidade. Ou seja, o preço contratado para o Brasil é o menor valor dentro da faixa estipulada pela fabricante indiana para venda a países estrangeiros e inferior à nova oferta da CoronaVac - chamo atenção, Sr. Presidente -, que, no último dia 18 de junho, enviou expediente ao Ministério da Saúde ofertando a vacina no valor de US\$16 a dose.

Para encerrar de vez essa narrativa de que houve sobrepreço, ressalto, por derradeiro, a manifestação do Tribunal de Contas da União em face da representação encaminhada pelo Deputado Federal Alessandro Molon, oportunidade em que o TCU não vislumbrou nenhuma ilegalidade na contratação da Precisa Comercialização de Medicamentos, representante da Bharat Biotech Limited International e que não existem elementos que caracterizem o suposto sobrepreço, uma vez que a mera



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença no valor da aquisição, especialmente no atual cenário de forte demanda mundial, não constitui evidência para a caracterização de sobrepreço.

Sobre a participação da Precisa Medicamentos como representante oficial da Bharat Biotech, importante lembrar que a Anvisa estabeleceu um guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19, onde resta inequívoca a exigência de que a submissão de solicitação de autorização deve ser realizada por empresa devidamente regular perante a agência. Nesse sentido, é falsa a afirmação de que a Covaxin tenha sido a única vacina contratada por meio de representante do laboratório produtor. Os demais laboratórios que desenvolveram vacinas também se valeram de empresas do Brasil para a comercialização das vacinas: a AstraZeneca, representada pela Fiocruz; a CoronaVac, representada pelo Instituto Butantan; a Sputnik, representada pela União Química; apenas para citar alguns outros exemplos.

De igual maneira, nos demais países em que a Bharat Biotech comercializou a Covaxin, representantes oficiais foram designados para participarem da negociação, como é o caso do Laboratório Jayor, na Argentina, e da Esetres Pharma, no México.

Sr. Presidente, aproveito também para trazer informações que julgo importantes, tendo em vista diversas declarações aqui proferidas por Senadores que me antecederam.

A Precisa jamais teve qualquer envolvimento em irregularidades. O nome da empresa foi suscitado na investigação Falso Negativo, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ter vendido testes de Covid ao Governo do Distrito Federal. Contudo, após regular investigação, não houve denúncia contra gestores da Precisa, o que evidencia que nada de irregular foi praticado pela empresa.

Quero também trazer a informação de que o diretor da Precisa, o Francisco Maximiano, está pronto para vir depor a esta CPI para prestar os devidos esclarecimentos, inclusive para trazer a informação de que a Global não tem nenhum envolvimento com irregularidades. Francisco Maximiano não é e nunca foi réu em ação penal.

A Global possui apenas uma discussão judicial acerca de um contrato com o Ministério da Saúde e está plenamente apta a operar. Nesse sentido, eu transcrevo aqui manifestação do Tribunal de Contas da União sobre a empresa: "Em relação às investigações pretéritas que envolvem a Precisa e a Global, como foi salientado no âmbito do exame de admissibilidade desta instrução, não existe nenhuma sanção aplicada contra elas que as impeçam de contratar com o Poder Público, o que pode ser confirmado nas bases de dados à disposição do TCU". Então, era importante também trazer esses esclarecimentos.

Aproveito também para esclarecer sobre a Madison Biotech, que aparece nos *invoices* aqui comentados. A Madison é fornecedora logística da Bharat Biotech, tendo celebrado contrato para o fornecimento e distribuição dos produtos do laboratório em diferentes territórios. Não se trata de empresa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fachada, como alguns insinuaram, mas de uma subsidiária do grupo Bharat Biotech e de seus acionistas, sediada em Cingapura, voltada ao comércio exterior.

Em nota, o laboratório indiano esclarece que a Madison foi criada em 2020 com foco nas vendas globais do grupo empresarial, que reúne cerca de 3 mil funcionários. Aliás, essa é uma prática extremamente comum no âmbito do comércio internacional. As empresas *offshore*, como é o caso da Madison Biotech, realizam transações em países estrangeiros, sujeitas a um regime extraterritorial, e costumam ser registradas em jurisdições com baixa tributação ou até mesmo com isenção de tributação.

Em Singapura, são mais de 1,3 mil *offshores* devidamente declaradas e lícitas, atraídas para aquele país por uma questão tributária. Aliás, Singapura desempenha um papel importante na rede de abastecimento da indústria farmacêutica mundial, sendo um dos poucos países do mundo que exporta mais produtos farmacêuticos. Singapura se tornou um renomado centro dos gigantes farmacêuticos, que implantaram *offshores* no país, como a americana Pfizer, a suíça Roche, a britânica Glaxo e a japonesa Takeda. A título de exemplo, o contrato de aquisição de vacinas da Pfizer pelo Governo dos Estados Unidos não foi celebrado diretamente com a matriz sediada naquele país, mas sim com a Pfizer Export BV, *offshore* sediada nos Países Baixos, para demonstrar quão corriqueiro é esse tipo de procedimento.

Retomo. A Precisa Medicamentos, representante oficial da Bharat Biotech no Brasil, tem 20 anos de atividade na distribuição de medicamentos e de outras soluções na área de saúde e, nessa condição, é responsável por todos os trâmites e custos para a obtenção da Covaxin no Brasil. Além disso, é responsável pelos procedimentos necessários para a obtenção do registro junto à Anvisa e de todas as demais atividades e custos administrativos inerentes à representação. Todo o processo ocorreu conforme as normas estabelecidas pela Anvisa. E a Precisa Medicamentos, representante oficial da Bharat Biotech indiana no Brasil, aderiu integralmente ao contrato adotado pelo Ministério da Saúde, não tendo contestado quaisquer de suas cláusulas, o que aconteceu, por exemplo, na negociação para aquisição dos imunizantes da Pfizer, com a imposição de cláusulas leoninas, como aqui já tivemos oportunidade de debater. Essa postura da Precisa Medicamentos certamente contribuiu para o bom andamento do processo de contratação, cujo período entre a negociação e a assinatura do contrato transcorreu em 111 dias, prazo adequado na média de outros trâmites semelhantes.

Nesse tema, impõe-se discutir a atuação do servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, depoente nesta reunião. Sobre isso, informo que o servidor exerce suas atribuições funcionais na Divisão de Importação do Ministério da Saúde, à qual compete o cumprimento de meros atos materiais exarados por autoridades públicas dentro do Ministério da Saúde, a exemplo da remessa de documentos para órgãos públicos e entes privados, além da emissão de licença de importação, dentre outros atos administrativos afetos à burocracia de desembaraço de produtos farmacológicos, com o auxílio da empresa Wegh – com "h" no final – de Assessoria Aduaneira. Enfatizo que o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda não negocia, não gerencia ou fiscaliza contratos, muito menos exara parecer jurídico sobre contratos, não é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenador de despesa e não realiza a liquidação de recursos financeiros, ou seja, não efetiva o pagamento de absolutamente nada no que diz respeito à aquisição de vacinas.

Ademais, no tocante especificamente ao objeto da presente investigação, destaca-se que a Bharat Biotech, por meio da Madson Biotech, sua fornecedora logística, encaminhou o primeiro documento, intitulado *invoice*, que consiste em uma mera nota fiscal, ao servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda. Por não deter competência administrativa para apreciar o mérito do documento, o mesmo foi encaminhado ao servidor fiscal do contrato no Ministério da Saúde, que observou três inconsistências: indicação de erro na entrega do objeto contratual; impossibilidade de pagamento antecipado; e recomendou diligência para que a Bharat Biotech apresentasse instrumento formal de mandato de representação da Madison Biotech.

De posse dessas observações do fiscal do contrato, o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda comunicou à Bharat Biotech que reapresentasse um segundo documento, novamente encaminhado pelo depoente ao fiscal do contrato, que atestou a correção do objeto contratual, mas manteve as demais observações. Somente após a segunda manifestação do fiscal do contrato, comunicada pelo servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda à Bharat Biotech, foram, enfim, promovidas todas as correções, materializadas no terceiro documento recebido. Somente diante da posse do terceiro *invoice*, juridicamente hígido de acordo com o exame do fiscal do contrato, finalmente a Divisão de Importação deu seguimento aos trâmites burocráticos junto à Anvisa, bem como providenciou a confecção da respectiva licença de importação.

O que se verifica, ante o exposto, é que o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, salvo melhor juízo, agiu com ausência de boa-fé ao relatar fatos passíveis de saneamento ao seu irmão, o Deputado Luis Miranda, o que de fato aconteceu por meio das correções das *invoices*. Na prática, nunca houve assédio moral ao servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, tão somente o regular exercício do poder de direção da chefia imediata, que tem o dever de verificar o cumprimento das atribuições funcionais de qualquer servidor, em especial quando este auxilia no combate à pandemia. Eventuais trabalhos aos finais de semana e no período noturno são intrínsecos a todos aqueles que ocupam cargo ou função de confiança, inexistindo qualquer ilegalidade em demandas dessa natureza.

Portanto, feitos os devidos esclarecimentos, reafirmo aqui o compromisso do Governo do Presidente Jair Bolsonaro com a legalidade e a transparência, atestando que não houve nem jamais haverá qualquer tipo de favorecimento ou irregularidade, em especial nos processos de contratação de vacinas para a imunização dos brasileiros contra a Covid-19.

Sr. Presidente, eu agora vou fazer os questionamentos, e aí os depoentes terão oportunidade de poder responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, só esclarecer a V. Exa. que já se passaram os 15 minutos de V. Exa. Eu acrescentei mais dois minutos. Então, darei mais dois minutos para que V. Exa. possa fazer os questionamentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou fazer o seguinte, então, para não ser prejudicado. V. Exa. falou muito mais...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou deixar as perguntas para os depoentes. Aí V. Exa. concede ou não oportunidade de eles responderem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu vou dar três minutos a V. Exa. para que V. Exa. possa fazer as perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Dentro das competências administrativas do seu cargo – eu estou me dirigindo ao servidor Luis Ricardo –, na Divisão de Importação do Ministério da Saúde, o senhor está obrigado a enviar à análise de autoridade superior a conformidade das *invoices* recebidas? Não desse caso, de qualquer outro caso. Quando você recebe a *invoice*, é obrigado a submetê-la à apreciação superior? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O som de Luis Ricardo, o som do depoente está desligado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pode repetir, por favor?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se quando o senhor recebe uma *invoice* de qualquer empresa que esteja exportando para o Ministério da Saúde, você está obrigado a submeter essa *invoice* à análise superior?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não. É função exclusiva regimental da Divisão de Importação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E o fiscal do contrato não opina na regularidade e na conformidade da *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O fiscal do contrato dá a autorização para a continuação do contrato e também a autorização de qualquer divergência dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Pois, em algum momento, o fiscal do contrato tem que ter acesso à *invoice* que o senhor recebe. Não é correto afirmar isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Normalmente, o fornecedor a coloca em cópia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Coloca em cópia. Então, o fiscal do contrato é que, de fato, opina sobre as correções que devem ser feitas na *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, porque o fiscal do contrato não trabalha na Divisão de Importação, a qual é a competência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - V. Exa. poderia afirmar ou esclarecer se o fiscal do contrato promoveu ou solicitou de V. Exa. a correção das *invoices*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - O fiscal do contrato só acompanha a execução do contrato. Se a empresa apresentar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Nas informações que eu acabei de passar - e o fiscal do contrato será chamado a esta CPI -, ele promoveu, ele encaminhou a V. Exa. sugestões para que a *invoice* fosse corrigida.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Qual fiscal? A Regina?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Eu não tenho o nome de quem é o fiscal desse contrato da Bharat BioTech.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu desconheço esse *e-mail*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - A informação que tenho...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Se o senhor puder apresentar... Eu desconheço esse *e-mail*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não é *e-mail*. O fiscal do contrato da Bharat BioTech tem acesso... Como V. Exa. acabou de dizer, através de cópia, ele tem acesso ao *invoice*.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Sim, ele...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - E ele faz as recomendações ao seu departamento para que as *invoices* estejam em conformidade. Correto?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. A conformidade... Quem apresenta a *invoice* e todos os dados nela é o fornecedor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, eu estou falando... V. Exa. está driblando a minha pergunta.

A *invoice* chega do fornecedor, V. Exa. a analisa.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - O.k.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Mas essa *invoice* é encaminhada em cópia, como V. Exa. afirma, ao fiscal do contrato.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - O.k. O.k. Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Então, o fiscal do contrato se manifesta sobre a *invoice*, se ela está regular com o contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Normalmente, ele não olha, porque não é competência dele analisar um documento que é técnico.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O fiscal do contrato se manifestou sobre essa *invoice*...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Dessa não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - ... para V. Exa.?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Se manifestou porque houve uma alteração do contrato na *invoice*. Por isso, houve a manifestação dele para saber se é a favor ou não da alteração.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - O fiscal do contrato se manifesta?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Senador Fernando Bezerra, eu posso ajudar, porque eu li esse *e-mail*. Esse *e-mail* eu li.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Não, não, mas, Deputado...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tudo bem, tudo bem. É só para colaborar com o senhor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É relativo ao fiscal e que é importante, porque está se falando que houve uma tentativa de fraude...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prossiga, Senador. Prossiga.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e que não está claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Prossiga com a inquirição, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque existe um fiscal do contrato que é – digamos – responsável pela regularidade e conformidade da *invoice*. Ele afirmou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que a cópia vai para o fiscal do contrato, acabou de afirmar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O fiscal não é para a *invoice*, procedimentos de importação; o fiscal é responsável pela execução do contrato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O fiscal vai vir à CPI, e nós vamos esclarecer isso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

Existe uma lei específica de fiscalização de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. pode concluir?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Depois de regularizadas todas as *invoices* – eu queria só esclarecer –, V. Exa. comentou com o Deputado, com o seu irmão que o processo tinha sido sanado ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O processo foi encaminhado pra Anvisa, e a Anvisa negou e é de conhecimento brasileiro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não estou falando isso. Depois que tudo foi corrigido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele foi desautorizado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, não. A minha pergunta não é essa. A minha pergunta é: sanada a questão das *invoices*...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque não foi sanado ainda...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Deputado.

Por favor, conclua, Senador Fernando Bezerra, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele acabou de dizer, Senador Humberto, que tudo foi corrigido, tudo foi sanado até o dia 24 – demoraram três, quatro dias essas incorreções das *invoices*.

A minha pergunta é: ele informou ao Deputado que as incorreções que ocorriam nas *invoices* tinham sido sanadas? Você chegou a informar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A empresa e o quantitativo eu não conheço, mas eu não informei ao meu irmão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor não informou. Pronto. Era só isso que eu queria saber.

E, finalmente, Sr. Presidente, é a última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... dirigida ao Deputado Luis Miranda. É a última pergunta.

É em relação à sua visita ao Ministro Onyx. V. Exa. disse que entregou ao Ministro Onyx – e não ficou claro pra mim – dois dossiês. Foi numa única visita em que foram entregues esses dois dossiês? Foi em duas visitas? O senhor tem a data da entrega, da visita, quando...?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho. Nós batemos fotos, inclusive. As vezes em que eu fui lá, batemos fotos, entreguei para ele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas você teria condições de informar a esta CPI a data, o horário em que o senhor foi recebido pelo Ministro Onyx...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... quando V. Exa. entregou esses dossiês?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... eu posso, obviamente, buscar minhas informações...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... e fornecer, em data futura, se for de extrema importância pra CPI. E eu tenho certeza de que é.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

Agora, a minha última pergunta, encerrando.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fornecerei. Eu lhe garanto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Você encaminha essas informações pra CPI.

Os dossiês eram informações sobre ações do Governo Bolsonaro? Esses dossiês para que V. Exa. chamava atenção, que alertava, eram sobre ações em que ministérios, em que áreas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eram exatamente do Ministério da Saúde e foram logo no começo do Governo Bolsonaro. Então, ainda não eram fatos do Governo Bolsonaro e, sim, do Governo anterior, provavelmente, sob gestão do ministro anterior.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, se tratava de ações relativas ao Governo anterior, não do Governo Bolsonaro?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Naquele momento, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem era o Ministro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu, pelo que me recordo, era o Ministro Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Inicialmente, eu queria cumprimentar o servidor Luis Ricardo Miranda e cumprimentar o Deputado Claudio Miranda.

Nós estamos aqui já há algumas horas nesta CPI, e a gente tem visto hoje uma outra face do que acontece no combate à pandemia no Governo do Presidente Bolsonaro.

Antes de eu entrar no debate deste momento, eu queria pedir pra passar um vídeo que me deixou muito, muito convicto do trabalho da CPI até agora e dos apontamentos que a CPI tem feito quanto ao modo como o Governo tem conduzido do ponto de vista da saúde pública o combate à pandemia. E, depois, eu vou fazer as considerações sobre a audiência do dia de hoje.

Por favor, o vídeo do Ministro Paulo Guedes.

Aumente o som, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, eu fiz questão de apresentar essa pérola, porque mostra exatamente como o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro contribuiu para que nós chegássemos aos 509.282 mortos nesta pandemia. E, até agora, a CPI tinha se concentrado no trabalho de mostrar o quão negligente e até responsável foi o Presidente Bolsonaro por conduzir o País a essa trágica marca que nós estamos vivendo, por ter adotado como única medida sanitária o uso da cloroquina, em detrimento de qualquer outra coisa.

E eu quero também dizer que esta CPI já cumpriu grandes papéis. O primeiro deles foi a pressão sobre vacinas, que a gente passa a ter contratos assinados, a gente passa a ter algumas conquistas decorrentes desta CPI. E, hoje, a gente começa a passar a limpo algumas ações deste Governo e que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser explicitadas para a sociedade no que diz respeito à aquisição de alguns insumos estratégicos pelo Ministério da Saúde.

O servidor Luis Ricardo Miranda foi muito claro aqui. Houve uma tentativa de obrigá-lo, como servidor, a dar um parecer, em desconformidade com o regramento do Ministério da Saúde, para que fosse autorizado o pagamento de US\$45 milhões a uma empresa com sede, se eu não estou enganado, em Singapura. Onde é mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em Singapura, não estava enganado. E ele conseguiu impedir que fosse feita essa autorização e conseguiu impedir que fossem pagos US\$45 milhões sem que as vacinas tivessem a certeza de chegar ao nosso País.

Agora, diante disso, a gente começa a perceber que ele passa a ser ameaçado. E nós estamos vendo que, na prática, apesar de o Deputado ter ido ao Presidente com o servidor, que mostrou toda a forma como estava sendo conduzido no Ministério da Saúde para viabilizar um pagamento de US\$45 milhões – R\$220 milhões – fora da conformidade, o Presidente não tomou nenhuma medida. Portanto, o Presidente da República, assim como prevaricou, assim como agiu para expandir a pandemia, no caso do combate a esse fato, ele prevaricou, porque quem pode mais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para lhe informar, Senador, eu acabo de ver aqui no *site* do jornal *O Globo* que nós ultrapassamos 511 mil óbitos no Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em seis dias, 11 mil óbitos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que eu estou dizendo, Presidente, é que o Presidente da República, além de ter estimulado essa expansão e ter sido o efeito, o maior efeito de expansão da pandemia, promovendo e ajudando a promover e levando à morte milhares de brasileiros por acreditarem nele, ele também, nesse caso, que é um caso que foi informado, foram apresentados dados, foi um Deputado da sua base, foi um servidor, ele não adotou nenhuma medida. Ele prevaricou! E não venham com essa história de que o Ministro... Não! Quem pode mais pode menos. E ele era quem mais podia fazer naquele momento. Chamar o feito à ordem e evitar.

E a gente sabe também – a gente sabe – que este Governo, este Presidente nunca interferiu por vacina nenhuma. Ele negou a vacina. Ele negou... Ele não interferiu pelo *kit* de intubação, mas ele interferiu pela cloroquina e interferiu, especificamente, junto ao Primeiro-Ministro por essa vacina. E, portanto, ao ser procurado pelo Deputado, em vez de tomar medidas que garantissem que não ocorre o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento dos US\$45 milhões – R\$220 milhões –, ele não tomou medida nenhuma. E não fosse a segurança e a persistência do servidor, teriam sido pagos US\$45 milhões, sem estar na conformidade.

Agora, eu quero aqui fazer uma pergunta ao Deputado. Se ainda existe no Ministério da Saúde e se está... Por exemplo, se essa servidora que foi nominada aqui como supervisora do Luis Ricardo Miranda foi nomeada pelo ex-Ministro Ricardo Barros. E também gostaria de saber se o ex-Ministro Ricardo Barros ainda tem força no Ministério da Saúde, se ele ainda comanda espaços no Ministério da Saúde, se ele ainda continua exercendo influência decisiva no Ministério da Saúde e se... Agora, eu refrescando a memória de V. Exa., se não foi o Ministro Ricardo Barros, que é Deputado Federal, Líder do Governo, a quem o Presidente da República se referiu. Se, assim, refrescando a memória de V. Exa., se V. Exa. poderia confirmar se foi o ex-Ministro Ricardo Barros, atual Deputado Federal, Líder do Governo, o Deputado que ele disse ser um problema, porque veja, ele foi Ministro, ele exerce influência dentro do Ministério da Saúde, imagino, se ainda há servidores que foram nomeados por ele, que permanecem no Ministério da Saúde. Eu pergunto a V. Exa. se é fato que ele exerce influência no Ministério da Saúde; se é esse ex-Ministro da Saúde, que é Deputado Federal, Líder do Governo na Câmara, a pessoa que é o problema para o Presidente da República?

Eu deixaria essa pergunta para V. Exa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador, são perguntas para que eu gostaria muito de ter a resposta e contribuir com esta Comissão. E volto a dizer, há pouco, quando eu cheguei aqui, pela porta da frente, de cabeça erguida, apesar das diversas ameaças, eu vim fazer o meu dever cívico de combater qualquer tipo de corrupção, qualquer tipo! Não interessa por quem, não tem partido, não tem ideologia. Se nós não fizermos isso, não adianta ter político de estimação. E, certamente, se eu pudesse lhe precisar essa resposta eu lhe daria. Ter dúvidas, suspeitas, achar, aqui neste Parlamento, é um risco; a gente tem que ter certeza absoluta. E queria ter essa certeza hoje, agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... porque – só para concluir –, porque as pessoas não estão entendendo. Eu vi um monte de Senadores aqui e, por incrível que pareça, da base governista, querendo comprovar e desconstruir que o servidor está errado, mesmo com relatório do TCU confirmando que ele fez certo; relatório da Anvisa confirmando que ele fez certo; o próprio MPF investigando o mesmo tema; e ele só travou os US\$45 milhões, são só US\$45 milhões! E, se eu tivesse o dom para lhe precisar: foi esse aqui o cara que está mandando ali por trás, deixou de salvar 20 milhões de vidas, porque escolheu uma vacina que ia ficar travada, porque tentar empurrar goela abaixo nós brasileiros não somos bestas, não vamos deixar mais isso acontecer; eu, pelo menos, não deixei, levei ao conhecimento do Presidente. E vou ser criticado hoje, mas, quando a hipocrisia acabar; como eles gostam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de falar, quando a máscara cair e ficar comprovado o verdadeiro jogo, vai todo mundo lembrar onde foi que começou. Começou na coragem de impedir que esse tipo de ação continue.

Então, Senador, me perdoe não ter essa resposta agora, mas vou continuar fazendo o que é certo, independente de quem está no poder me ameaçando, me chantageando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Veja, aqui no *O Globo*, acho que é *O Globo*:

E aí a gente vai para a segunda fase, além de tudo essa empresa [Global] já vendeu para o ministério e não entregou, no ano tal, processo tal.

Ele aí cita: "Ah, esse é o caso do Ricardo Barros".

Eu falei: "Exatamente, Presidente".

Aí, ele faz um manifesto um pouco descontente, falando que estava difícil para ele lidar com esse tipo de situação, mas que iria encaminhar para o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Isso aqui são declarações que, segundo *O Globo*, é um diálogo de V. Exa. com o Presidente da República.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Como é que eles tiveram acesso a isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Não sei, mas está aqui com...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu nunca falei. Desculpa! Eu não falei isso para ninguém.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Bom, *O Globo* economia. *O Globo* recomenda, está aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Estão tentando acertar o nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Pois é.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu não tenho essa memória tão boa assim. Queria ter.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Olhe:

"Nesse momento, o Presidente atende claramente todas as demandas", relatou Miranda. Também contou que o Presidente chamou o processo da Global como "o caso do Ricardo Barros".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente vai para a segunda fase, além de tudo essa empresa [Global] já vendeu para o ministério e não entregou, no ano tal, processo tal.

Ele aí cita: "Ah, esse é o caso do Ricardo Barros".

Eu falei: "Exatamente, Presidente".

Aí, ele faz um manifesto um pouco descontente, falando que estava difícil para ele lidar com esse tipo de situação, mas que iria encaminhar para o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Esse aqui é um diálogo que foi dito pelo jornal *O Globo*.

Sr. Presidente, eu vou deixar 1,06 minuto para os próximos colegas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agradeço.

Senador Jorginho, remotamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Muito bem. Você está ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Estou ouvindo bem. E V. Exa. está num avião. Cuidado no avião!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) - Estou aqui dentro de uma vã.

Cumprimento todos os senhores, cumprimento todos os senhores.

Queria, de forma muito respeitosa, mas queria solicitar, pedir ao depoente, o Deputado Luis Miranda: V. Exa. se reuniu com o Senador Renan e outros membros desta CPI, antes de ir para a CBN, na quarta-feira? É a primeira pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - O senhor já quer que eu responda?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) - Quero que responda, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Eu estive aqui na presença de todos, e não reunido com pessoas específicas, tanto que, da base do Governo tinha o próprio Marcos Rogério junto, a Senadora Soraya. Estavam todos ali, de forma tranquila, onde eu tentava esclarecer o caso do meu irmão, para evitar vir até este momento. Se, de fato, fosse impossível o convite dele, então, que eu viesse junto, tendo em vista que eu tive participação direta na relação da denúncia feita ao Presidente da República.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria reafirmar aqui que o Deputado Miranda muita gente já conhece ele. Ele está tentando arrumar um momento de glória, aí, para fazer uma espuma, como ele sempre fez na vida dele, não é? Ele é um...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador Jorginho, eu não sou o senhor, não, que respondeu sobre crimes contra o sistema financeiro no ano de 2005, tampouco tenho dívidas tributárias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que é isso, rapaz? Seja mais... Picareta, ô, vinagre!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor não pode atacar minha honra. O senhor foque no tema.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vai lavar sua boca, seu vinagre. Vai lavar a sua boca! Vai lavar a sua boca, picareta! Você só logrou as pessoas até hoje...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, corte o microfone.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Atacar a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Você é um salafrá. Vai lavar a sua boca! Entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos manter o foco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode atacar a testemunha.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah... Respondeu por crime... Nunca tive um processo na vida, seu picareta! Nunca tive! Entendeu?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Está aqui o processo dele: inquérito...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Portanto, Sr. Presidente, perguntar para esse cidadão aí não tem jeito. Ele está querendo fazer média e é um larápio. Precisa ser punido pela Câmara dos Deputados depois.

Eu não quero mais fazer pergunta. E não quero dar tempo de resposta para ele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, V. Exa. ainda tem tempo e eu peço desculpas pela forma como o Deputado Luis Miranda se referiu a V. Exa. V. Exa. é um grande companheiro.

Mas ontem... É bom... Eu vou lhe fazer uma pergunta, porque não foi feita aqui. O senhor me fez uma pergunta, dizendo que eu tinha dado uma entrevista ao O Antagonista, e eu lhe respondi. Ontem, V. Exa., numa entrevista aqui, teria dito que o Presidente encaminhou para o Pazuello investigar. O senhor confirma isso?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Confirmo isso. O Presidente pediu ao Pazuello que verificasse. E verificou e devolveu a resposta ao Presidente, e o Presidente... Disse que não havia nada irregular.

Confirmo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Muito obrigado, Senador Jorginho.

Agora, eu vou fazer umas perguntas...

Desculpa aí, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero agradecer a participação, dentro do meu tempo, e dizer que a Câmara dos Deputados precisa levar esse cidadão aí para a Comissão de Ética, para ele parar de ser mentiroso e inventar caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só um segundo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu não queria perder... Eu lhe darei, porque a informação que o Senador Jorginho trouxe do Palácio do Planalto é muito importante.

Por diversas vezes, o depoente aqui, o Deputado, tem dito que tem uma relação muito próxima do ex-Ministro Pazuello. Ele viajou com ele para buscar vacina.

Eu vou fazer três, quatro perguntas ao depoente, Deputado Luis Miranda.

Qual foi a última vez que V. Exa. falou com o Ministro, ex-Ministro Pazuello?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – De ter diálogo, nesse voo, nessa ida, nessa viagem, no dia seguinte, ao encontro com o Presidente. No dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo telefone, recentemente, o senhor teve uma conversa com ele.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tive, tive. Eu mandei mensagem. Posso buscar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa. Eu acredito no que V. Exa. está dizendo.

Ao telefone, o senhor conversou com ele. Na última vez, o senhor teve uma conversa. Não é mensagem. É conversa. Inclusive, o ex-Ministro Pazuello mudou o número de telefone. Deve ter passado para o senhor o novo número.

Qual foi a última vez que V. Exa. conversou com ele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Teria que olhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Pazuello é uma pessoa com quem você tinha uma relação boa. O senhor defendeu o Ministro Pazuello.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim. Mas eu falo com muitas pessoas todos os dias.

O senhor quer que eu olhe?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria que o senhor me respondesse...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Diga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa afirmação do Senador Jorginho Mello, que ele trouxe ontem a este Senado, tenho certeza que o Ministro estava de saída já... E o Ministro saiu em que dia? Se o senhor disse que o senhor levou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O senhor levou essa denúncia ao Presidente no dia 20. Qual foi o dia em que o Ministro foi exonerado? Eu queria ajuda das pessoas para me dizerem qual foi o dia que o Ministro foi exonerado. Que dia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte e três de quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou com o Ministro que dia?... Com o Presidente?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E com o Ministro, dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O Ministro lhe relatou que o Presidente passou alguma coisa para ele investigar no dia 21?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Impossível, Senador Jorginho Mello, que no dia 20 o Presidente encaminha para o Ministro da Saúde, como foi afirmado aqui por V. Exa., numa entrevista dada às redes de televisões, no dia 20, num sábado... Dia 21, era um domingo, dia 22 era uma segunda-feira – eu estou aqui pegando o cronograma das datas, dos dias –, dia 23 ele já não era mais Ministro. Então, como é que pode o Ministro Pazuello, sendo num domingo, porque sábado à tarde o senhor deu a ele essa informação ao Presidente, no domingo, com certeza absoluta, o Ministro Pazuello não teria acesso a nenhum documento, porque o ministério não estava funcionando, não tinha servidor nenhum, na segunda-feira já era véspera e ele já tinha dado uma declaração à imprensa que estava saindo, então como, Senador Jorginho, o Ministro Pazuello pode ter informado ao Presidente uma denúncia tão séria levada pelo servidor do Ministério da Saúde à autoridade máxima do País? Como pode o Ministro Pazuello ter dado uma resposta dessa? – e ontem V.Exa. veio aqui e disse que o Pazuello investigou e deu a resposta ao Presidente. É impossível, cronologicamente, isso ter acontecido.

E creio, creio sinceramente que V. Exa., Senador, porque eu o conheço, não está mentindo. Alguém lhe informou isso. Agora, quem lhe informou isso, lhe informou uma grande mentira, uma grande mentira. E lhe digo que, sinceramente, eu o conheço, sei da sua idoneidade, não creio que o senhor falou isso para tentar enganar alguém, mas tenha certeza, V. Exa., Senador Jorginho, foi enganado pelo Palácio do Planalto, porque o Pazuello àquela altura não investigou absolutamente nada. O Presidente não mandou investigar absolutamente nada. Mandou investigar hoje, muito tempo depois. Para quem prega, para quem assaca, para quem joga flecha, para quem joga pedra em todos, ele prevaricou!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevaricou! Prevaricou! Não é verdade que o Pazuello teve condições de investigar, porque, no sábado à tarde, o Presidente é informado; domingo é feriado; segunda-feira, véspera da queda do Ministro; na terça-feira ele não era mais Ministro. Por isso, há um grande equívoco em quem lhe informou.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpellar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Omar Aziz. Quero aqui dar as boas-vindas tanto ao Deputado Luis Miranda como também ao servidor público Luis Ricardo, do Ministério da Saúde.

Eu queria, neste momento, dizer que nós estamos completando dois meses, agora no final de semana, desta CPI, uma CPI que chamou muito a atenção do povo brasileiro logo no início – e a gente precisa reconhecer que tivemos depoimentos importantes aqui também –, mas muitos nomes, títulos são dados, assim, na rua, quando a gente conversa com as pessoas, pra essa CPI, vários nomes, alguns até desrespeitosos, que eu não vou citar aqui, mas ela ficou com algumas alcunhas: CPI da cloroquina, CPI da Copa América. E, após dois meses, dois meses, a gente começa, de alguma forma, a enveredar pelo caminho de uma CPI que busca ver corrupção. E é importante que a gente possa seguir esse caminho, seja lá de que lado for, seja de Governo Federal...

Mas aí eu aproveito pra dar os parabéns para o Presidente Omar Aziz, que se comprometeu, na semana que vem, a colocar pra votar também apelos importantes que a gente tem feito aqui, que é rastrear dinheiro de corrupção que, supostamente, houve em Estados e Municípios, com a convocação de atores importantes do Consórcio Nordeste, da CGU, porque foi aprovado pelos colegas aqui que a gente possa ouvir o Ministro Wagner Rosário, que tem muitas informações sobre bilhões de reais que foram destinados de verbas federais para Estados e Municípios.

Então, eu quero aqui, neste dia importante, sem prejulgamento nem de um lado, nem de outro lado, que a gente possa fazer o nosso trabalho e atender a expectativa da sociedade, que ainda acredita, que ainda acompanha esta CPI. Foi um dia hoje que eu acho que, de todas as sessões que nós tivemos, Senador Fabiano Contarato, nesses dois meses, foi o dia mais tenso. Eu fiquei ali observando, e muitas interrupções, muita agressividade. Nós tivemos outros dias também de desrespeito aqui, mas hoje eu acho que nós atingimos o ápice. Não é por aí. É na base do diálogo, é na base da... A regra da boa convivência é o respeito, e a gente vai poder chegar a algum lugar.

Eu queria começar, Deputado, lhe fazendo algumas perguntas e, depois, eu vou para uma área mais técnica, porque eu acredito que o Brasil precisa virar a página – neste ponto eu concordo com o senhor – com relação a práticas velhas da nossa política. O toma lá dá cá, a barganha, tudo isso o povo brasileiro não aceita mais, e com razão. Fomos vilipendiados por muitos governos, e a gente precisa virar essa página importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto para o senhor. O senhor procurou o Presidente da República para fazer essa denúncia. E o senhor teve esse acesso, tem uma proximidade para tal. Eu lhe pergunto: o senhor tem ou teve alguns cargos no Governo Federal? E quais? – se a resposta for "sim".

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador Eduardo Girão, eu nunca consegui ter um cargo no Governo Federal por vários motivos que aqui eu não quero trazer ninguém ao constrangimento, mas o meu pessoal é um pouco caxias e técnico. Então, acho que eles não são muito bem-vindos. As pessoas que eu conheço quase sempre são no perfil do meu irmão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Outra pergunta que eu queria lhe fazer, e eu lhe agradeço a objetividade, porque o tempo aqui é muito rápido. Muito se fala de emendas extraparlamentares. Nós temos as emendas constitucionais, aquelas impositivas, e temos, especialmente... É uma prática antiga que existe, alguns especiais que fazem parte da base do Governo, vamos dizer assim – é uma postura antiga –, têm as emendas extraparlamentares. O senhor teve, nesse... O senhor está aí no segundo ano de mandato...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Terceiro, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Terceiro, agora.

Teve emendas extraparlamentares?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tive, sim. Poucas, em comparação aos meus colegas, bem poucas, que eu estou aprendendo como é que faz, mas tive, sim, em alguns momentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está aprendendo como faz... Como assim?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, no sentido dentro do próprio partido, né? O partido faz a distribuição numa votação importante: "Ó, vamos colaborar com vocês...". Eu não vou mentir aqui porque todo mundo sabe que isso é normal, mas são emendas que aqui, no Distrito Federal, em especial, diferente – para quem não conhece os outros Estados –, você pega ela e entrega na Secretaria de Educação, para contribuir com a melhoria da educação; você pega ela e entrega direto na Secretaria de Saúde... Você não tem como destinar: "Eu quero para isso, porque aqui eu ganho voto ou deixo de ganhar...". O DF, em especial, talvez por isso, dos oito Deputados que estavam no mandato anterior, só um conseguiu reeleição. A gente não consegue usar emenda nesse sentido. Por isso, eu nem tenho interesse. É quando o partido chega para mim e: "Ó, você tem R\$5 milhões para poder investir na educação". Eu só transfiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas foi bem-feita a pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Perfeito. Então, o senhor não teve, durante esses três anos de mandato, apenas emendas impositivas, as constitucionais...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Tive algumas extras, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - ... teve também emendas extras do Governo.

Como Parlamentar, após tudo isso que o senhor colocou aqui e seu irmão colocou para a gente... Eu agradeço as informações, é importante isso. Eu acho que a Precisa, essa empresa, é chave para que a gente possa ouvir. Eu não tenho a menor dúvida, e vou apoiar, porque a gente tem que buscar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Parabéns, Senador! Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Eu lhe pergunto: como Parlamentar, por que o senhor, nesse período, desde o dia 20 de março, na conversa que o senhor teve com o Presidente, o senhor, como Parlamentar - falar, denunciar -, por que o senhor não foi à tribuna da Câmara dos Deputados quando o contrato ainda podia ser revogado e não fez a denúncia pública no momento em que, confirmados os fatos relatados por V. Sa., dano maior ao Erário poderia ter sido evitado? Eu sei que hoje pode ser evitado ainda, mas eu lhe pergunto por que o senhor não fez isso antes.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - Senador Eduardo Girão, quem pode mais pode menos.

Eu fui ao Presidente da República, que me afirmou - ele não falou para mim "vou ver o que eu faço" -: "estou encaminhando agora para o diretor-geral da Polícia Federal".

Na minha visão, até então, não tinha visto nenhum desdobramento, mas também não tinha sido mais executado o contrato. E não foi. Eu subentendi que tinha uma investigação, e o negócio está travado. Não tenho por que expor a situação em plenário e atrapalhar uma investigação policial, se porventura estivesse ocorrendo.

E, na tentativa de saber o que estava acontecendo, eu não obtive êxito. Provo por várias mensagens, ofícios pedindo reunião com o ministro... Depois que o Pazuello saiu, desligaram a minha comunicação oficial.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Pronto, e era isso que eu queria lhe perguntar: mesmo depois desses contatos que o senhor diz ter tentado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– mostrou até algumas mensagens aqui –, não conseguiu, por que é que o senhor não foi no Parlamento fazer a denúncia na tribuna?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Para não perder exatamente a possibilidade de uma investigação séria, com a chance de travar uma empresa que já deu um prejuízo gigante no Distrito Federal...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas depois de tanto tempo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Três meses é muito tempo? Sim, mas o contrato não tinha sido concluído; me dá a entender que ele já está travado. Esta CPI e o dia de hoje é que me mostram que só não saiu porque a empresa está tão embolada, com problema na Anvisa, com problema no TCU, com problema no STF, que não vai sair. Ou a gente pega esse recurso que está reservado para essa vacina e destina imediatamente para outra vacina... São 20 milhões de doses; mesmo sendo duas doses, são 10 milhões de pessoas imunizadas. Se a gente conseguir imunizar 20 milhões, é 10% da população. Pega o número de mortes, pega dos últimos... deste ano – não vamos nem pegar de tudo –, e aplica em 10% de pessoas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos... Vamos..

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... que poderiam ser salvas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É importante agora agir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Vamos voltar aqui só à objetividade, para a gente não transformar aqui em palanque político.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Claro, não é o objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é o objetivo de ninguém, de ninguém.

Eu lhe pergunto: esse nome é chave, que o Senador Rogério Carvalho falou, o próprio Presidente Omar Aziz falou, esse Mister M, que a gente não conseguiu extrair do senhor, é muito estranho o senhor não lembrar, porque é uma figura influente, pelo que o senhor colocou aqui – o Presidente da República citou o nome –, e, ao que tudo indica, pelos fatos apresentados pelo senhor, é uma figura influente até hoje no Ministério da Saúde. Então, até o final da sessão, o senhor vai dizer para a gente o nome desse Deputado ou vai, por uma questão de coleguismo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Quem deve ter uma memória bem fresca sobre o tema, porque ele deu de pronto, "puf, é fulano", é o Presidente da República. Ele tem a facilidade de resolver isso assim, num estalo de dedos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas o senhor poderia...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não lembro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ajudar a gente aqui a descobrir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho poucos amigos no Parlamento, e os que eu tenho são verdadeiros, mas até esses eu esqueço o nome de vez em quando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Já que o tempo está indo para o espaço... O seu irmão voltou hoje dos Estados Unidos. O senhor declarou à imprensa, agora à tarde, que seu irmão foi abandonado pelo Ministério da Saúde. O que o senhor quer dizer com "abandonado"? Ele teve todos os meios para viajar, como qualquer servidor público? O que faltou?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele me... Quando eu liguei para ele, eu falei assim: "Onde você está?". Ele falou assim: "Estou aqui do lado de fora. Não tem ninguém. Era para terem me recebido aqui, o cerimonial, para me levar lá para..." – como se fosse um evento da vacina –, "mas ninguém veio me buscar, me abandonaram aqui". Por isso que eu falei a palavra abandonado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A última pergunta para o senhor. O senhor chegou aqui hoje ao Senado, pelo que eu vi na imprensa – mas eu não percebo isso –, com colete à prova de balas e segurança. O senhor está sofrendo alguma ameaça? O senhor já disse, mas registrou boletim de ocorrência? O senhor já solicitou à Polícia Legislativa da Câmara, da sua Casa, proteção policial? Eu pergunto isso, essa pergunta cabe, porque a polícia da Câmara faz uma investigação antes de conceder a proteção, para confirmar a necessidade. O senhor teve esse procedimento?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim, senhor. Encaminhei ofício para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Presidente da Câmara?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... para o Presidente da Câmara. Hoje mesmo, inclusive, eu o cobrei, e o Departamento da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, inclusive, me acompanhou, tão quão a Polícia aqui do Senado, quando eu saí da minha casa.

O nosso receio é por conta das falas irresponsáveis do ex-Ministro Onyx, Secretário-Geral, que tem a coragem de falar que um documento verdadeiro é falso, de dizer que eu minto perante Deus – ele usa a palavra Deus em vão. Eu sou um verdadeiro cristão, sei perdoar. Eu o perdoo, mas talvez os maníacos, fanáticos, apaixonados por polarização não tenham essa mesma sensibilidade de perdoar as pessoas ou pelo menos enxergar. O ministro mentiu. O documento não era falso. O documento, inclusive, é citado num relatório da Anvisa, de que essa "mentira" – que é verdade – é o motivo de ter a negativa da aprovação da vacina.

Então, só concluindo, para lhe responder – eu não quero trazer isso em palanque, mas me dói muito saber que minha vida vai ser abalada, alterada, eu vou ter que andar com segurança, porque um irresponsável atrai o ódio das pessoas contra mim por estar lutando pelo meu País, por estar lutando agora por servidores públicos e entender que, sem a estabilidade, ele nunca estaria aqui. Eu nunca mais vou falar disso, sobre essa reforma administrativa. Para mim é uma bomba.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O Judiciário, promotores, que querem incluir, funcionários públicos todos, policiais; todos se sintam abraçados por mim, porque hoje eu sei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... o perigo que é não dar estabilidade para um funcionário público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, Deputado.

Só para poder encerrar, Presidente Humberto Costa, fazendo aqui duas últimas perguntas, agora para o irmão do Deputado, que é o servidor Luis Ricardo, que está cansado, não é? Passou a noite viajando, trazendo vacinas, graças a Deus.

Eu lhe pergunto: o senhor viajou ao exterior para negociar com outras empresas fornecedoras de vacina? Também o senhor fez... Eu sei que o senhor foi buscar vacinas doadas pelos Estados Unidos, e fica aqui a nossa gratidão ao Governo americano, mas eu lhe pergunto: o senhor tinha feito antes alguma viagem internacional? Quantas vezes e para quais países o senhor foi; com quem negociou – caso tenha negociado –; e se o senhor integrava comitivas do Governo brasileiro e quais seriam as composições dessas comitivas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Meu cargo é somente para importação e exportação. Então, as vezes em que eu viajei foi para acompanhar desembarços de carga ao chegar ao Aeroporto de Viracopos, de Guarulhos. E, devido a essa doação dos Estados Unidos sair dos Estados Unidos para o Brasil, e o Brasil ter que fazer esse frete internacional, foi exigido pelo Governo americano que um servidor do Ministério da Saúde estivesse em solo para fazer todo esse processo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi a primeira vez que o senhor viajou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Primeira vez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, perfeito.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Primeira vez, e nunca participo de negociação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Como o senhor obteve cópia desses documentos que o senhor entregou, junto com o seu irmão, ao Presidente da República? De que sistema foi extraído? Existe – eu estou lhe perguntando aqui por curiosidade – existe um processo de autorização para se retirar um documento oficial do sistema? Existe cópia autenticada disso? O senhor tem?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. O senhor falou do *invoice* do contrato, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, o que o senhor entregou ao Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Por *e-mail*, por *e-mail*. A gente recebe por *e-mail*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aí imprimiu e entregou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, para concluir, agradecendo a sua paciência, dizendo que é uma data importante desta CPI. Em dois meses de trabalho, a gente vai poder, de alguma forma, buscar mais informações, trazer a Precisa aqui. Mas eu faço um apelo ao comando desta CPI: nós não podemos ter dois pesos e duas medidas; vamos rastrear a corrupção, também, nos Governos estaduais, federal... O Consórcio Nordeste... É fundamental que a gente dê uma resposta à sociedade que quer a verdade com relação ao que a gente tem insistido aqui. Eu lhe agradeço se puder levar esse pedido ao Presidente desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
- Muito obrigado, Senador Girão.

Eu passo a palavra agora, remotamente, ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE.
Para interpellar. *Por videoconferência.*) - Obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

Já são mais de 510 mil mortos, mais de 18 milhões de contaminados. Então, não adianta se fazer todo um esforço gigantesco para tentar tampar o sol com a peneira. Nós vivemos um desastre, e uma parte desse desastre foi causado por mãos humanas.

Nós temos, neste caso, especificamente, da importação da vacina Covaxin, alguns fatos que já estão provados. Nós tivemos uma negociação num prazo mais curto do que todas as outras. Nós tivemos iniciativas, por parte do Governo, diferentes de todas as outras: nós tivemos pressão para a contratação, os intermediários, pagamento sugerido em *offshore*; tudo diferente das outras empresas.

Eu assisti aqui - a distância - à tentativa do nosso Líder do Governo, Fernando Bezerra, de confundir empresas como a Pfizer do Brasil e a União Química com a Madison, intermediária em Singapura, sediada numa... enfim, numa portinha, claramente com indícios de empresa criada para redução de pagamento de impostos ou para evitar a responsabilização por fraudes. Muito claramente.

Eu peço ao depoente Ricardo, servidor do Ministério da Saúde, que relate, da forma mais detalhada que puder, o diálogo que teve com o Senhor Presidente da República onde reportou as suspeitas de crime cometido no âmbito do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Ricardo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - Imprimi todos os documentos, assim como aqui nesta CPI - o contrato, a *invoice* -, e apresentei ao Presidente os detalhes, falei as pessoas, a qual eu estava sendo pressionado... É isso. Tudo isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor falou para o Presidente da República sobre o relato do seu colega de trabalho, o Rodrigo, que informou que um determinado fornecedor de vacinas não conseguiu fechar o contrato porque não aceitou fazer o pagamento de propina? O senhor reportou isso ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Quando o Presidente da República reportou ao seu irmão que sabia do caso e sabia quem era o Parlamentar responsável pelas pressões, o senhor ouviu as palavras do Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não. Eu tinha saído nessa hora, eu acho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Tinha saído essa hora, o senhor acha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O senhor entende que...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não... Eu não estou mentindo, não!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Não, não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Não estou acusando ninguém de mentira por enquanto. Não estou acusando ninguém de mentira por enquanto, o senhor pode ficar tranquilo em relação a isso.

Eu estou lhe perguntando...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA - Eu só não me lembro. Desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - Perfeito.

As correções que foram feitas na nota, no *invoice* para pagamento do contrato com a Bharat Biontech, foram suficientes, considerando a experiência que o senhor tem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Baseado nos dados do contrato em relação a valor, só ficaram duas pendências em relação à empresa e ao quantitativo da parcela do contrato, que aí foi autorizado pelo fiscal do contrato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É comum você ter autorizações por parte do fiscal do contrato fora das especificações do próprio contrato para pagamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O quantitativo, sim; a empresa, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Deputado Luis Miranda – muito brevemente –, o senhor se apresentou perante esta CPI, e é muito claro o seu objetivo de reconstruir uma imagem, de apresentar, novamente, para os brasileiros essa veia combativa: combate à corrupção, coragem com o enfrentamento do sistema. A gente está presenciando tudo isso, mas eu sou obrigado a dizer a V. Exa. que esse esforço está sendo em vão. Está sendo em vão, porque o senhor não está tendo a coragem de falar o nome Ricardo Barros. Claramente, está lhe faltando coragem para falar o nome do Deputado Federal Ricardo Barros, que é a figura que é referida em todos os corredores com envolvimento nesse caso.

Então, eu gostaria de dar oportunidade, Deputado, para que o senhor exercite, de fato, a coragem que o senhor propala na internet, porque, efetivamente, quando o senhor tenta fazer as manobras, as ginásticas, os malabarismos para dizer que não consegue recordar um nome, o senhor, claramente, ofende a inteligência dos Parlamentares que estão lhe assistindo, ofende a inteligência dos brasileiros e, muito claramente, joga fora uma oportunidade.

Então, eu peço, novamente, que o senhor faça esse exercício de buscar na sua memória o óbvio nome do Parlamentar que o senhor não está com coragem pra falar aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador... Senador Alessandro, eu acompanho com uma certa constância aqui o Senado e vejo que o senhor sabe o que é ser combativo – sim, o senhor o é muito, inclusive –, mas existem momentos na nossa vida em que era melhor ter esquecido o que a gente escutou. E eu acho que esse foi um dos momentos, porque, se o Presidente da República, o qual eu admiro tanto, olha para você e fala... e demonstra que sabe, e sabe a chave. Você sai de lá, e agora, hoje... Porque, se hoje ele disse que vai investigar a partir de agora, significa que, desde então, não foi feita a investigação e nem o nome da pessoa que ele fala pra mim que, teoricamente, está sendo investigada a pedido do Presidente, eu acho que eu tive, realmente, um lapso de memória temporal, que, não que eu não queira contribuir com esta Comissão, mas é porque eu ainda estou respirando e tentando entender tudo que está acontecendo. Eu estou sendo atropelado por um furacão. Eu sei que o senhor não vai me compreender, mas você estar de um lado, apaixonado por um lado, porque a mudança



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do País é aquilo com que a gente sempre sonhou, fazer as reformas – eu sempre sonhei em fazer a reforma tributária – e, de repente, você descobre que a coisa está aparelhada, igual a que sempre foi criticada. E, pela luta de não perder a bandeira de governo sem corrupção, ele é capaz de atropelar um Deputado da base, um servidor público extremamente honesto como o meu irmão, como foi aqui acusado, várias vezes, como se estivesse aqui para mentir e tentar criar um palanque ou qualquer coisa do gênero. É arrasador! O próprio Eduardo Bolsonaro colocou que eu sou um 171. Eu não respondo nem... Não sei nem o que esse cara quer dizer com isso. Então, assim, eu estou sendo massacrado por estar lutando pelo que é certo. Então, eu acho que eu cheguei no meu limite de complicar minha vida, mas eu acho que esta Comissão, acho que esta CPI já sabe o caminho que tem que seguir. E, se ela usar o *follow the money* e trabalhar direitinho, o Brasil vai perceber que nós estamos vivendo uma ilusão, uma verdadeira hipocrisia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Registro, Sr. Presidente, que será apresentado o pedido de convite ou convocação para que a gente possa ouvir o Deputado Federal Ricardo Barros, por conta das suas supostas ligações com esse episódio que envolve a Covaxin e a Precisa; e registro também, para minha tristeza, que o Deputado Luís Miranda não se coloca à altura da imagem que tenta vender.

Coragem, Deputado, não é só para brincar na internet. Aqui é uma coisa muito séria. O senhor voluntariamente compareceu à CPI...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E como é que eu provo se o Presidente disser que eu estou mentindo, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor voluntariamente assumiu o compromisso de dizer a verdade, mas lhe falta coragem pra dizer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Nós temos documentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, não assumisse o compromisso; fizesse, como vários outros fizeram, não tiveram coragem de assumir o compromisso de dizer a verdade. O senhor assumiu o compromisso e, agora, aqui, diante do Brasil, não tem a coragem de falar o nome. Eu falo: Deputado Federal Ricardo Barros. Será ouvido, se a CPI assim entender,

A gente precisa ter tudo claro neste País. Só vai mudar o País, como o senhor diz que quer mudar, quando as pessoas tiverem coragem, especialmente as pessoas que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor acha que eu já não tive coragem demais de estar aqui, Senador? O senhor acha que nós, eu e meu irmão, aqui, nos expondo da forma que estamos nos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expondo, dando chance de vocês concluírem o trabalho, já não fizemos uma grande missão por esta Nação, que, talvez hoje, muitos dos eleitores apaixonados...

Perdão; continue, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) - O seu irmão, sim. O seu irmão, que é um servidor público concursado, cumpriu a missão dele; o senhor faltou com a sua missão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Agora ouviremos a Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de eu começar na linha das minhas perguntas, dos meus questionamentos e algumas conclusões que já tenho, eu gostaria de, na linha do Senador Alessandro, pedir aqui que, no espírito público, que parece presente na alma e no coração do Deputado, dos irmãos Miranda, que complete o depoimento a favor do País. É muito importante que diga o nome, até porque não se preocupe, V. Exa. diz que não tem como provar, mas nós temos. Nós já temos indícios, nós já temos documentos e nós temos como rastrear. Se V. Exa. tiver a coragem de dizer o nome, eu posso garantir, não se preocupe com o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que nenhum Deputado vai ter coragem de se insurgir contra V. Exa., contra a opinião pública, contra a massa de brasileiros que quer saber a verdade e buscar a verdade dos fatos.

Pode falar o nome do Deputado, porque nós já sabemos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - A senhora sabe que, se eu fizer isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - V. Exa., não irá para o Conselho de Ética.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) - ... eu vou ser perseguido. Já disseram que eu já perdi a minha relatoria da reforma tributária, que foi uma promessa do Presidente Arthur Lira para mim; já perdi todos os espaços; já perdi tudo que eu tenho; já acabaram com a minha política. O que mais vocês querem que eu faça?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Bom, Deputado, V. Exa., só confirma que sabe e não quer dizer.

Eu o respeito como Parlamentar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu sei o que vai acontecer comigo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo a posição de V. Exa., mas V. Exa. só confirma que sabe qual é o nome do Deputado e nós vamos buscar...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A senhora também sabe que é o Ricardo Barros que o Presidente falou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... vamos buscar a verdade a favor do País.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor confirma?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor confirma então que o...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Foi o Ricardo Barros que o Presidente falou. Foi o nome Ricardo Barros.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente a V. Exa.

Esta CPI, a partir de agora...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não me sinto pressionado pra falar. Eu queria ter dito desde o primeiro momento, mas é porque vocês não sabem o que eu vou passar por apontar um Presidente da República que todo mundo defende como uma pessoa correta, honesta, que sabe que tem algo errado. Ele sabe o nome, ele sabe quem é. Ele não faz nada por medo da pressão que ele pode levar do outro lado. Que Presidente é esse que tem medo de pressão de quem está fazendo o errado? De quem desvia dinheiro público? As pessoas estão morrendo pela *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I, do Regimento Interno.)* desse Covid.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deputado, V. Exa...

Eu ia finalizar a minha fala dizendo que o seu irmão deveria ser condecorado ao invés de ser...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão estava do lado. Ele sabe qual foi o nome. Qual foi o nome que o Presidente falou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desculpa, mas eu...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu ia finalizar, Sr. Presidente, a minha fala, dizendo que o irmão do Deputado deveria ser condecorado pelo Governo ao invés de ser processado administrativamente, porque ele está impedindo e impediu o Governo de cometer um crime, um pecado mortal de assinar um dos contratos bilionários mais fraudulentos da história da República. Foi isso que o Sr. Luis Ricardo Miranda acabou de fazer a favor do Governo e a favor do País. Infelizmente, V. Sa., ao invés de ser condecorado e parabenizado, está sendo processado ou vai ser investigado por um Governo que tinha uma promessa de campanha.

O Presidente Bolsonaro, Sr. Presidente – se puder retomar apenas os dois minutos da minha fala, porque não estava fazendo uma pergunta para o Deputado –, o Presidente Bolsonaro ganhou quase no primeiro turno com quase 50% dos votos. E qual foi a bandeira de campanha do Presidente da República? Foi a bandeira da ética. Nós estávamos acabando de sair de números superlativos de denúncias de combate de mensalão, de petrolão. E, baseado nisso, surfando nessa onda, o Presidente da República Jair Bolsonaro ganhou com um maciço apoio da população brasileira, dizendo que o seu Governo seria diferente, que seria um Governo a favor do combate à corrupção e que, em seu Governo, teriam pessoas, gestores experientes, compromissados com a coisa pública.

Pois bem, o que nós estamos vendo neste momento, de lá para cá, não só na pandemia, mas em todas as áreas de relevância para a vida da população brasileira? Simplesmente ou por questões puramente ideológicas ou por compromissos outros assumidos naquela velha barganha do presidencialismo de coalizão, do toma lá dá cá, colocando pessoas que não são experientes nos postos-chave dos ministérios. Chegamos aonde chegamos, Sr. Presidente. Eu acho que a pandemia juntou todos os pecados, Senador Renan.

A Comissão fechou uma fase e começa outra. Qual foi a fase que esta Comissão está encerrando? Não encerrou, mas está encerrando. Está comprovado, num primeiro momento, que, através do conceito de imunidade de rebanho por contaminação e não por vacinação, um Governo paralelo tentou imputar na população brasileira uma sensação falsa de segurança: "Podem ir pra rua. Tomem remédio ineficaz. Não precisam usar máscara. Não precisam usar álcool em gel. Não precisam fazer distanciamento social, porque, preocupados apenas com a economia – e eu também estou –, vamos ver se todo mundo se contamina rapidamente". Isso já está provado, mais do que comprovado nesta CPI.

Só que, além disso, além desse pecado que é gravíssimo, porque nós estamos falando através de dados que foram dados ontem por Dr. Pedro... O Dr. Pedro disse – abro aspas –: "Quatro de cinco mortes pelo coronavírus não teriam ocorrido se estivéssemos fazendo o dever de casa da média mundial. Ainda, se tivéssemos investido nas vacinas naquele tempo hábil, poderíamos ter salvado entre 95 e 145 mil vidas de irmãos brasileiros". Entre aspas, palavras dele – e eu corroboro, assino embaixo –: "Investir na aquisição da imunidade de rebanho foi uma estratégia inicialmente equivocada e, depois, repugnante". Repito: investir numa unidade de rebanho por contaminação é repugnante, é imoral.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, Sr. Presidente, agora nós entramos numa segunda fase, Senador Renan, uma fase que nós não esperávamos deste Governo em que nós acreditávamos, que é a fase de saber que também neste Governo há não só pessoas que estão com fortes indícios de comprovação de crimes contra a administração pública – crimes no plural. Eu estou falando aqui de peculato. Eu estou falando aqui de corrupção passiva. Eu estou aqui falando de corrupção ativa. Eu estou aqui falando, inclusive, de crimes relacionados à saúde pública, porque você está disseminando a epidemia. São tantos os crimes que chegam ao final no crime de organização criminosa. Só que aí tem algo mais. O que os irmãos Miranda estão falando é que chegaram à autoridade máxima deste País e disseram a ela: tem fortes, gravíssimos indícios de corrupção. Ao invés de se buscar investigar, se colocou tudo pra debaixo do tapete. Agora que está se falando que vai se levar aos órgãos de fiscalização e controle. O que é isso senão crime de prevaricação? Então, o que nós estamos vendo hoje é um renascer da CPI sob uma nova ótica.

Senador Eduardo Girão tem toda a razão. Onde houver corrupção, onde houver dinheiro público que deveria ter resultado – resultado – em vacinas no braço do povo brasileiro e foi ou iria para o bolso de quem quer que seja tem que ser investigado, tem que ser punido e no relatório tem que constar nomes e sobrenomes, com CPFs, para que o Ministério Público investigue e o Poder Judiciário faça a sua parte.

Então, nesse aspecto, eu concordo... Eu ia fazer... Eu mudei tudo, porque eu ia fazer uma série de perguntas, mas eu acabei fazendo durante uma hora a ordem cronológica da sua apresentação. No tempo que eu tenho aqui, eu não vou conseguir fazer as perguntas, porque eu acabei indo pra uma outra linha de raciocínio, eu vou ter que deixar para os técnicos que vierem, porque ficou realmente... Eu fiquei em dúvida com algumas lacunas da sua exposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Senadora Simone, só uma rápida interrupção. Eu queria dizer que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Microfone, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer, para pontuar, que V. Exa. fez a grande pergunta do dia e queria cumprimentá-la por ter obtido do Deputado Luis Miranda a resposta que todos nós tentamos em vão e não conseguimos. A senhora acabou de nos proporcionar e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um grande momento.

E eu queria aproveitar este momento para cumprimentá-la mais uma vez e para dizer que o nome citado pelo Deputado Luis Miranda é o mesmo nome que apresentou na Câmara dos Deputados...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma emenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... uma emenda...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para incluir a vacina indiana...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... incluída na lei que autorizou a aquisição da vacina indiana sem a autorização da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator Renan, a Medida Provisória 1.026, de janeiro de 2021 – que tem eficácia imediata, portanto, ela vale desde janeiro –, autorizava o Brasil a comprar vacinas cujas autoridades sanitárias estrangeiras as tivessem liberado: as autoridades sanitárias estrangeiras dos Estados Unidos, da União Europeia, do Japão, da China, da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; não tinha a indiana. A lei foi publicada e, portanto, só passou a valer em 10 de março! Foi incluída através de emenda na Câmara só em 10 de março, que foi a lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o contrato foi feito anteriormente, ele foi feito no dia 25 de fevereiro. Só aí já está mostrando que a assinatura do contrato é irregular e ela é ilegal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque o contrato foi assinado antes da lei que permitia contratar com a vacina indiana, que não tinha autorização da Anvisa e que não estava na medida provisória permitindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. foi muito feliz na intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senador Renan, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Esta mesma medida provisória, Senador Renan, essa mesma Medida Provisória 1.026, foi essa medida provisória que foi editada no dia 6 de janeiro de 2021. Foi essa medida provisória que, nos documentos que teve nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, no debate que ocorreu na Casa Civil da Presidência da República, no dia 23 de janeiro de 2020, no dia 23 de dezembro de 2020, estava o dispositivo que possibilitaria a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen. Esse dispositivo não foi incluído na edição da medida provisória no dia 6 de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Estamos com o roteiro pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Pronto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Senadora Simone, eu quero cumprimentá-la. Eu acho que o grande momento desta Comissão foi este momento aqui. Estamos com o roteiro pronto, só é seguir.

Há um debate. Há setores do Governo que querem, que defendem a aquisição da vacina da Pfizer e da Janssen. Há um veto pra isso. No dia 6, a medida provisória é editada sem o dispositivo que possibilita essas vacinas. Na Câmara dos Deputados, é feita uma emenda pelo Deputado já citado para favorecer essa vacina específica da empresa Precisa. Em seguida, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Fernandes Miranda vê um processo atípico. O Deputado Luis Claudio leva ao Presidente da República. O Presidente da República diz o quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - O Presidente da República diz: "Você sabe, né? Isso é coisa lá do Deputado, daquele Deputado, né?", que nós já sabemos o nome: o Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente, eu tinha dito, eu cheguei a falar em algum momento que havia uma tentativa. Não tem crime tentado. Estamos diante do maior esquema de corrupção da história da República. Esta CPI chegou neste momento a isso, com os nomes de todos os personagens e com o roteiro do crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pra completar a cereja do bolo, Senador Randolfe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só uma contribuição...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A cereja do bolo: as tratativas da compra da Covaxin aqui podem ter sido, como eu vou dizer, o ingrediente que faltava nesse grande caldeirão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque, além disso, olhem só: a medida provisória é de janeiro. Não permite compra de vacina sem a autorização da Anvisa ou dessas agências de autoridades sanitárias. O contrato é feito em fevereiro – ainda não podia. E a lei só passa a vigorar em março, com a emenda do Deputado Ricardo Barros. Só isso teria que fazer com que quem quer que tenha assinado aquele contrato tivesse rasgado o contrato antes de assiná-lo.

Mas há mais. Eu fiquei uma hora fora da CPI tentando juntar esses fios e eu fiz uma rápida análise aqui. Nós estamos, Presidente, hoje, respondendo a uma série de questionamentos do mês inteiro. Por exemplo, o Governo diz que não aceitava a Pfizer por conta de cláusulas leoninas, mas aceitou a indiana com cláusulas draconianas. Não aceitava CoronaVac chamando de "coronalixo", "vachina", porque ela era de um vírus morto, inativo, e que ela não tinha tanta eficácia. É a mesma plataforma da Covaxin. A Covaxin e a CoronaVac têm a mesma plataforma. Por que, então, aceitaram a Covaxin e não aceitaram a CoronaVac? E mais: por um preço muito acima da outra, por exemplo, da Pfizer e da AstraZeneca. E num contrato simplificado: levaram apenas 97 dias; levaram 330 para autorizar a da Pfizer.

Eu fui anotando, porque são tantas...

A intermediária é uma empresa privada que já foi falado que tem lá, no paraíso fiscal, em Singapura, um endereço – realmente tem, e nós sabemos pra que serve.

Ora, é um contrato bilionário de 1,6 bilhão que eu não sei, Senador Omar Aziz, se foi um valor que o tal chamado mensalão, que o tal chamado petrolão chegou perto desse valor.

E nós estamos aqui preocupados com a possível coerência ou incoerência de um servidor humilde, de carreira, que fez apenas o dever de casa!

Então, na minha fala final, Sr. Presidente – já estou ficando até sem voz, porque, com esta máscara, a gente acaba aqui tendo que elevar a voz... Se comprovado, portanto, tudo isso que ele disse, os crimes são muitos e são no plural.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me pegar emprestada a fala do Humberto pra falar que a vacina tem que colocar no rol das vacinas *vips* da contratação, porque não tem outra razão pra se contratá-la, mas, lembrando, apenas 1% da população brasileira vai poder tomar essa vacina, se ela um dia chegar ao Brasil. Ela está proibida de ser dada pra menores de 18 e acima de 60. Ela está proibida pela Anvisa de ser comercializada e aplicada em jovem, qualquer cidadão que tenha comorbidade, que tenha problema de coração, que tenha diabetes, que tenha pressão alta, que tenha obesidade mórbida. Ela não pode ser aplicada em gestante, em puérpera. Ela pode ser aplicada em quem, então? Em 1% da população.

Então, Sr. Presidente, eu não sei se é o caso aqui, como última parte dessa novela... Ao invés de chamar a D. Regina, vamos fazer uma acareação coletiva aqui. Vamos chamar o Ministro Pazuello até pra ele dizer o que ele disse no dia que ele saiu lá, que tem "pixulé" que tem que ser distribuído no final do ano do recurso que foi dado, aprovado por nós, pra ser destinado para o combate à pandemia. Nós não furamos teto, abrimos exceção pela Lei de Responsabilidade Fiscal pra colocar recurso em outro lugar – nós, com responsabilidade, Deputados e Senadores, aprovamos no Congresso Nacional... Estamos lá defendendo os nossos Estados nos ministérios, Ministro Pazuello, pra, sim, pegar recursos extras até no final do ano pra saúde, mas é para o combate à pandemia do coronavírus. Não há "pixulé", seja lá o que isso significa. Ele tem que dar nome também. Temos que chamar o Sr. Elcio, que foi citado aqui, a Sra. Teresa, o Presidente da Anvisa... Vamos fazer uma acareação com esses cinco, nessa ordem aqui que eu fiz – e posso entregar à Mesa, se quiser, mas a Mesa tem consultores muito melhores pra isso –, mostrando aqui essa novela, quem é quem dentro do processo e quem é responsável pelo quê.

Ao final da minha fala aqui, Sr. Presidente, esta CPI está de parabéns por todo o trabalho que fez. E aqui ela só demonstra, na fala final, que, comprovados esses fatos, só falta agora colocar o guizo no rabo do gato: quem fez o quê, quem agiu de dolo, quem agiu por culpa, quem foi negligente de boa-fé, quem foi negligente aí na má-fé, quem foi com a conduta dolosa de praticar os crimes elencados.

E eu aqui termino pedindo muita atenção ao que eu vou dizer, porque é muito triste. Quando eu tinha 14 anos, eu fui para as ruas lutar pelas Diretas Já. Aos 18 anos, 16 para 17 anos, eu estava no banco de uma universidade no Rio de Janeiro e eu fui pra rua pedir Fora, Collor.

Eu acho que eu vou ter que pedir desculpas ao Presidente Collor por ter ido às ruas, porque ali estava envolvendo apenas... Não que não seja crime, merece ser punido, mas, comparado a isso, estava se discutindo ali um Fiat Elba. Eu tenho que pedir talvez desculpas, porque eu fui às ruas.

Mas o que eu mais me sinto, do que eu mais me ressinto, eu que já estou quase saindo da vida pública – tenho menos tempo no futuro do que já tive de vida pública, porque estou há 20 anos na vida pública –, do que eu mais me ressinto é ver que as minhas filhas, que hoje têm a idade que eu tinha, estão tendo que viver e rever uma inversão total de valores, um Estado em que, no dia a dia – e o Congresso Nacional não está percebendo ou, se está percebendo, estamos fazendo pouco, Sr. Presidente –, os pilares que sustentam a democracia brasileira estão sendo golpeados. No dia a dia, nós estamos vendo o povo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez armado, nós estamos vendo a ingerência política nos comandos da Polícia Militar, nas Forças Armadas e ainda o toma lá dá cá, o centrão dominando o Governo Federal, impondo a um Presidente que envergou uma bandeira do combate à corrupção, tendo que ceder.

Talvez seja a hora de o Congresso Nacional discutir o fim da reeleição. Que dê seis anos para um Presidente da República, mas não permita mais que os Chefes do Executivo possam pensar em reeleição, ano sim, outro também, e cederem à toda sorte de tentação visando apenas à reeleição. E eu não estou falando deste, eu estou falando do Presidente que passou, da Presidente anterior, do outro Presidente e do Presidente que antecedeu. É sempre assim! E é essa a razão total, nós não fazemos outra coisa.

E eu falei da inversão de valores, porque eu estou começando a ver – pensando nesse servidor que é humilde – que está havendo, de novo, um estado policialesco, em que, ao invés de fiscalizar e proteger os cidadãos de bem que denunciam crimes de corrupção, eles estão sendo agora investigados, porque não podem dizer o que pensam. Como aconteceu com o Dr. Pedro ontem, que aqui teve que se recusar a responder uma pergunta do Senador Renan Calheiros, porque estava incomodado e preocupado com as filhas nas redes sociais. Não é possível vivermos neste País!

Eu não posso, terminando o meu mandato, pensar que os meus 20 anos de vida pública foram pra quase nada, pra eu ver um verdadeiro retrocesso na defesa das políticas públicas e na defesa das instituições democráticas!

Desculpem o desabafo, agradeço a oportunidade, mas aqui está falando alguém que sabe o que é poder estar fazendo, estar na vida pública e sofrendo, Deputado, todo tipo de sorte de pressão nas redes sociais também. Este País polarizado precisa ter fim! É preciso que os nossos irmãos brasileiros voltem a se abraçar. É preciso esquecer o discurso de ódio. É preciso, sim, que a CPI da Fake News faça alguma coisa pra que a gente investigue quem é, lá na fonte, aquele que cria, que mente, que calunia, que difama um homem público, uma mulher pública, um cidadão de bem, as pessoas de bem neste País. Enfim, há muito o que fazer.

Eu quero parabenizar V. Exa., Senador Omar Aziz, pela coragem, pela determinação e pela forma como conduz.

Senador Renan Calheiros, obrigada pelas palavras.

Peço desculpa aqui pelo desabafo que estou fazendo aos meus colegas, porque, ao invés de usar 20 minutos, eu acho que eu extrapolei até os 20.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pela ordem, Senadora... Primeiro as mulheres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Claro. Eu sou o primeiro a concordar e apoiar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu quero só dizer para o senhor... Parabenizá-lo, Presidente, porque, quando nós fizemos, aqui nesta Casa, um pedido, uma questão de ordem pedindo que facultasse às mulheres o direito de voz, V. Exa. não apenas permitiu como deu, inclusive, prioridade.

E hoje, em um dos dias mais altos que esta CPI teve até este presente momento - eu diria o dia mais alto -, a principal pergunta saiu de uma mulher. Essa é a demonstração do quanto as mulheres estão contribuindo para a história do Brasil e do quanto as mulheres estão contribuindo nesta CPI.

Parabéns, querida Simone! Você me representa e você representa todas as mulheres desta Casa.

Quero finalizar, Presidente... A gente viu que o Deputado demorou muito a fazer a confirmação do nome do seu colega Deputado da Câmara dos Deputados. Eu queria pedir a V. Exa. e perguntar ao Deputado, diante dessa resistência - ele chorou, inclusive, ele tem família que está, na verdade, em torno dele -, se ele requisitará um apoio a esta Comissão para que a sua integridade física possa ser assegurada, diante do choro que nós tivemos dele e da resistência que ele teve para que pudesse declinar o nome desse Parlamentar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) - Senadora, no ano de 2018, com uma vida muito confortável, tentando tocar os meus negócios que eu possuía nos Estados Unidos, um desejo ardia dentro de mim de tentar mudar, mas isso foi antes de... Eu fui, a minha vida foi muito boa, e um dia eu caí na besteira de querer falar sobre política nas minhas redes sociais, que só falavam de negócios, palestras, eventos. Quem lembra do tal do Luis Miranda USA não tem nada a ver com política, mas não tem jeito de a gente deixar de falar de política. Algumas vezes, minha esposa me pegou chorando em locais muito glamourosos na América e perguntou: "Mas por que você está chorando, meu bem?". Eu falei: "Por que o nosso povo brasileiro não pode ter isso? Olhe quanto a gente está gastando para passar essa noite maravilhosa". Sei lá, US\$50, US\$100, para quem ganha em dólar... Quem conhece um pouquinho lá sabe do que eu estou falando, não é nem a diária de uma empregada doméstica. E aquilo vai ardendo dentro de você. E a onda Bolsonaro - aquela onda assim: "agora chegou a hora de mudar", "nós vamos mudar tudo" - me fez escolher o lado da política.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sofri muita *fake news*, porque, onde eu estava, o partido em que eu estava, em agosto, quando eu tomo a decisão em cima da hora, eu já estava há dez anos, já estava em uma coligação fechadinha: tinha a pessoa que iria ganhar com muitos votos, e tinha o segundo. Se eu entrasse, eu tomava essa vaga. Essa pessoa fez da minha vida um inferno com *fake news*, juntou com exatamente a base do Governo, porque a gente viajou para a China... Aqui a Soraya sabe o que a gente passou naquela época. E nós fomos humilhados de todas as formas que vocês pensarem. O que nós recebemos de ataque desse mesmo grupo por coisas que a gente nem sabia que estava fazendo, porque a gente foi visitar empresas de tecnologia... Disseram que a gente tinha ido lá para tudo, menos para o nosso principal propósito, que era conhecer o que tinha de bom lá fora para trazer para o nosso País, ideias, propósitos, conceitos e não ideologia, e não comunismo ou deixar de ser comunismo. Não tinha nada com isso! Nós sofremos muitos ataques, mas muitos ataques. E aquilo destruiu a minha vida de tal maneira que o tal do Terça Livre fez uma matéria onde entrevista um lavador de carros que nunca fez nenhum negócio comigo e dá voz para essa pessoa só para poder queimar meu nome, porque era um contratado desse suplente que queria me derrubar da minha vaga. Eu tomei a vaga da pessoa errada, um ex-diretor da polícia, um cara poderoso, que a auxiliar, a estagiária do escritório de advocacia dele era quem produzia todas as denúncias e todos os ataques à minha pessoa, uma máquina de destruir reputação. E chegou ao nível...

Por isso é que eu nunca processei a emissora Globo, apesar da minha decepção. Até a Globo foi pautada pela matéria do Terça Livre. Se você pegar o que passa no Fantástico, é a matéria exata da mentira – Terça Livre esse que hoje o STF confirma para o Brasil inteiro, hoje todos os estudos, todas as análises, que mais de 90% do que tem ali é *fake news*.

Acabaram com a minha reputação! Eu não respondo processo criminal. Eu não tenho nada a dizer assim: teve uma condenação criminal.

Mas eu sei o que vão fazer comigo, porque foi esse mesmo grupo que iniciou esse trabalho contra mim. E talvez esse *modus operandi* é para manter todos nós assim, com o rabinho entre as pernas, com o medo de botar a cabeça para fora e falar a verdade do que a gente sabe, porque muitos colegas meus que hoje estão na base estão decepcionados, pois o que a gente queria era mudar o Brasil, e o que nós estamos vendo é um Brasil cada vez mais aparelhado num conceito inaceitável.

Então, hoje, eu tirei, na verdade, um peso das minhas costas, eu tirei uma voz da garganta, o que eu tinha receio de fazer, porque eu já sei das minhas consequências. Daí a minha lágrima.

Mesmo sendo uma pessoa honesta, de uma família honesta, correta, destruíram os meus negócios. Meu Imposto de Renda... Meu contador, quando eu mal entrei no mandato, falou para mim: "Você já está com um prejuízo de mais de US\$2 milhões. Você não vai conseguir pagar esses investidores. Como é que você vai fazer?". Eu falei assim: "Mas como eu estou com esse prejuízo?". Ele falou: "Não fatura mais, amigo. O pessoal está falando que você é bandido, que você é isso, que é aquilo. Não fatura mais. Suas empresas não vendem mais. Não aluga mais carro, não aluga mais apartamento, não aluga mais nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai quebrar". Eu falei assim: "Então, eu não...". "Declare a falência!" Eu falei: "Não vou declarar. Eu vou dar a volta por cima, vou conseguir vencer e não vou deixar essas pessoas desamparadas".

Mas a destruição de reputação não foi só do político, foi do empresário, foi do pai. Meu filho saiu da minha casa e foi embora, porque falou: "Você escolheu uma vida que destruiu a vida de todos nós". Está morando em Curitiba, o meu bebê foi embora, ele foi embora. Casou com a namoradinha, com a primeira namoradinha dele. Foi embora e falou assim: "Eu não quero viver este ambiente político, porque eu lembro da minha vida e lembro da vida em que você transformou a nossa".

E, se eu não for protegido por quem aqui quer mudar o Brasil, eu sei o que vai acontecer comigo. Já aconteceu uma vez, e ninguém se retratou, mesmo eu tendo uma vida ilibada, sendo uma pessoa honesta, nunca tendo tido nenhum voto de um desembargador ou de um ministro contra mim. Todas as minhas vitórias foram de zero!

Como pode passar por isso por querer a verdade, por querer o certo, por lutar por um Brasil de verdade? Olhem as pessoas passando fome! Olhem a inflação real agora! Estamos com uma inflação real de mais de 30%. Todo trabalhador, funcionário público está sendo achacado, massacrado! Parece que o funcionário público é o inimigo do Brasil, e o Presidente sabendo desses esquemas da saúde! É desesperador, é desesperador! Só que eu sei o que eu vou passar! Eu sei o que eu vou passar, e por isso a lágrima! Mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deputado, a sua emoção, o seu choro superou o medo. O que importa é que a emoção é que prevaleceu. E V. Exa. vai ter a proteção do Senado Federal, desta Comissão, das pessoas de bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem! Eu pedi antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É só para trazer uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Secretaria da Mesa... Nós encaminhamos um documento. Até então, o Deputado Luis Claudio Fernandes Miranda e o servidor público Luis Ricardo Fernandes Miranda não tinham feito depoimento à CPI, tinham dado uma entrevista numa rede de televisão. Então, eu estou pedindo ao Diretor da Polícia Federal proteção a eles e à família. Caso aconteça



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa sobre eles, o Diretor-Geral da Polícia Federal irá responder pela vida deles, porque, há três dias, nós encaminhamos um documento e até hoje não obtivemos resposta. Então, estou dizendo isso aqui publicamente, porque tem que parar o Governo de manter pessoas sob seu controle. Isso é aparelhamento de polícias, isso é aparelhamento de instituições, o que nós não podemos permitir! Então, Sr. Diretor da Polícia Federal, o ofício está na sua mão. E, a partir deste momento, é de responsabilidade do Senado Federal, desta CPI e, principalmente, da Polícia Federal que se dê garantia de vida a eles dois e às famílias deles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para passar uma informação aqui que tem a ver com toda a nossa discussão.

Primeiro, minha solidariedade ao Deputado Luis Claudio e ao servidor Luis Ricardo. Ele disse que vem aqui, vai ficar calado e, se alguém apanhar ele, ele vai se embora.

O Sr. Maximiano, da Precisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele é convocado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas foi deferido o mandado de segurança?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, ainda não. Ele entrou com o pedido. Espero que não defiram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi agora informação da Mesa de que, segundo a Polícia Federal, o Deputado tem que pedir proteção para a Polícia Legislativa da Câmara Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi pedido.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não foi atendido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho. Deixa eu dar a informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu queria só requerer a V. Exa. o seguinte, que subsidiariamente, visto que a Polícia Federal até agora, três dias após essa Comissão Parlamentar de Inquérito, como o senhor acaba de informar, não respondeu os pedidos de proteção ao Deputado Federal Luis Claudio Fernandes Miranda, ao Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, irmão do Deputado, de proteção a ele e à sua família, e como também não foi providenciado isso pela Polícia Legislativa da Câmara Federal, eu requeiro a V. Exa. que, através da Polícia Legislativa do Senado Federal, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sejam tomadas as providências de segurança à integridade física e à vida de ambos os depoentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, em complementando aquele aparte rápido que fiz à Senadora Simone Tebet, enfatizar o seguinte, que para além de ter apresentando a emenda que autorizou a Covaxin a ser adquirida sem aprovação da Anvisa, sem aprovação ainda terminal, conclusiva, da Agência Sanitária da Índia, não é? O nome citado aqui, do Deputado Ricardo Barros, é o Líder do Governo. E os jornais recentes estão a afirmar que ele acabou de indicar uma dessas pessoas que estava no Ministério da Saúde para exercer um cargo de diretor na Anvisa. Pasmem! Pasmem!

Então, eu quero também cumprimentar o Deputado Luis Miranda, dizer que não tenha preocupação. Esta Comissão, através de cada um de nós, estará permanentemente à sua disposição, solidária, haja o que houver. A sua participação hoje, aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, foi uma participação histórica e, como tal, precisa ser respeitada pelo povo brasileiro. Essa Comissão até hoje era uma e, a partir de hoje, essa Comissão Parlamentar de Inquérito é uma investigação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer um apelo ao meu querido amigo e Presidente da Câmara dos Deputados Federal, Senador Arthur Lira, a quem eu tive – aliás, Deputado Arthur Lira –, a quem eu tive o prazer de ter conhecido o pai dele, que foi colega nosso, Senador, uma pessoa muito boa, por quem eu tenho um carinho muito grande, e tenho certeza de que o Deputado Arthur Lira irá mandar providenciar imediatamente.

Em relação ao Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, eu pedirei à Mesa que entre em contato. Acabei de receber um comunicado da Polícia Federal, Senador Randolfe, dizendo em relação a isso. Em relação a ele, nós temos que fazer um formulário, algumas coisas que são de proteção à testemunha, certo? Isso é coisa que nós temos que fazer pela Mesa. Então, eu pediria que fosse encaminhado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente isso. E os outros encaminhamentos falaremos do ponto de vista administrativo – administrativo!

E eu, Deputado, quero dizer que você hoje faz uma grande contribuição. A Senadora Simone Tebet foi feliz, V. Exa. pôde expor o que o senhor passou, que não é diferente de muitos de nós aqui. Eu estou sendo informado de que eu fui agredido agora por uma Deputada. Diferente do chefe dela, eu vou mandar música para ela em vez de agredi-la. Eu irei mandar uma música. Daqui a pouco, estará nas minhas redes sociais. E eu espero que ela goste da música, porque mulher a gente não ofende, a gente homenageia. E eu farei uma grande homenagem à Deputada em vez de ofendê-la. Ela me chamou de idiota, não sei o quê, não tem problema nenhum. Faz parte e as mulheres podem falar o que querem para os homens. Os homens têm que responder com carinho e amor, e é isso que nós vamos fazer para a Deputada com muito carinho, diferente do que ela está aprendendo ali ao lado de alguém que ofende e gosta de ofender mulheres. Eu não faço isso, eu não ofendo mulheres. Pelo contrário, desde o primeiro momento, abri um espaço para as mulheres do nosso Senado estarem aqui presentes e têm tido uma participação muito boa, muito boa. E não me arrependo um minuto de ter feito isso, de tê-las aqui nos ajudando até esta hora. Muitas têm filhos, marido e estão aqui, estão aqui com a gente trabalhando. E sei que a dificuldade da mulher de cuidar da família é muito maior do que a do homem. Por isso que eu agradeço a presença hoje, aqui, da nossa Líder Simone, da Eliziane, da nossa Senadora de Mato Grosso do Sul, Soraya, e, aqui no vídeo, sempre presente, mas muito presente, a Senadora Zenaide Maia, que muito nos honra com a sua presença também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente Omar, V. Exa. vai entrar para história das CPIs, porque, nas lutas das pautas femininas, nunca nada é nos dado de graça, sempre é na base de muita luta. Eu confesso que hoje eu estou emocionada, talvez por isso que eu vim mais pilhada. Ao voltar do toalete, a que eu tinha ido lá no meu gabinete, eu estava com a televisão ligada no Jornal Nacional e tinha acabado de ver como é diferente a postura de dois Presidentes, o da CPI e o da República. Ali ele tinha acabado de novo de atacar a jornalista Victoria Abel, que tem toda a nossa homenagem, todo o nosso respeito, da CBN. Olha, pasmem, o que disse ele? Que ela tinha que voltar à faculdade, depois ao ensino médio, à escola, ao jardim de infância e depois teria que nascer de novo, Sr. Presidente. Essa é a diferença.

E V. Exa. abriu um precedente, porque, na nossa luta, apesar de muito difícil, a gente depois não aceita mais recuar, não vai haver mais retrocesso. Todas as CPIs terão, daqui para frente – espero que não tenhamos mais CPIs –, a presença de uma mulher no Senado Federal, e nós deveremos muito isso a V. Exa. E V. Exa. sabe que a minha fala de hoje tem muito a ver com a conversa que, minutos antes, eu tive com V. Exa. E aqui eu repetindo alguém que já disse uma vez para outra autoridade: V. Exa. sabe o que eu estou dizendo.

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu irei passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato, do nosso querido Espírito Santo, e convido a Senadora Eliziane, que tem participado ativamente das reuniões e tal, para assumir aqui a Presidência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Com muita honra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Para fazer essa homenagem às mulheres hoje.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Ela é a oitava do G7, com o apoio da Bancada Feminina. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - Subcrevo, subcrevo! E a senhora é a nona, Senadora Simone. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) - A senhora é a nona - a senhora é a nona!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, a Soraya está mais perto, todo dia aqui. Está muito presente a Soraya.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só um minutinho, Senador Fabiano, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) - A Soraya é a nona, a Simone é a camisa dez, que acabou de marcar um golaço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente, seremos presididos pela Eliziane com muita honra e muito orgulho, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Muito obrigada. Obrigada, Presidente Omar, por esta oportunidade de estar presidindo uma extraordinária Comissão, que é esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, seguiremos aqui aos convidados... Aos inscitos, melhor dizendo.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, por até 15 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) - Obrigado, Sra. Presidente, com muita alegria que eu vejo V. Exa. nessa cadeira, em nome de quem eu saúdo todas as Senadoras e todas as mulheres, especialmente a Senadora Simone Tebet hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Deputado Luis Claudio Miranda e ao servidor público. Enquanto nós estamos vendo movimento de tantos ataques aos servidores públicos, hoje isso é uma demonstração inequívoca do valor da estabilidade para um servidor público. Eu sou servidor público com muito orgulho, eu estou como Senador. Então, parabéns por sua coragem e conte com essa Casa, com essa Casa que representa o povo, com essa Casa que está de abraços abertos para acolher, para proteger, porque, quando a gente está com a verdade, nada muda essa verdade, Senador Renan.

Agora, uma coisa que tem que ser dita, e a população brasileira tem que ficar muito atenta: hoje está sacramentado que a permanência do Presidente da República, na cadeira no Palácio do Planalto, se torna insustentável. Eu acho que a Câmara dos Deputados tem que ter a hombridade, a responsabilidade de abrir um dos 130 pedidos de *impeachment* contra o Presidente da República, porque os ataques à Constituição Federal foram sistematizados; ele participou de movimentos antidemocráticos para fechar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal; atacou a Ordem dos Advogados Brasil; criminaliza ONG; nega a ditadura e ovaciona torturador; em plena pandemia, vai contra as orientações da Organização Mundial da Saúde; nega a aquisição da Pfizer; exige autorização das agências reguladoras e faz esse acordo, acordo espúrio, com o aval do Líder do Governo na Câmara dos Deputados e que, agora, indica uma funcionária para a direção da Anvisa. Isso tudo é muito grave, porque tudo está correlacionado.

Então, eu não tenho dúvida de que todos os crimes elencados, tanto na Constituição Federal, como na Lei 1.079, de 1951, que trata dos crimes de responsabilidade, já estão mais do que evidenciados na prática desse Governo, que veio com um discurso da nova política, do combate à corrupção e que nós estamos vendo aqui. Onde já se viu? É normal? A base governista que aqui estava acha normal que a nota fiscal foi corrigida por três vezes, não se questionaram os valores ali, as quantidades vendidas, achando normal a empresa que recebeu o dinheiro – ou que poderia receber o dinheiro – ser uma *offshore* num paraíso fiscal e que não...?

Gente, olha, até nos contratos particulares, você tem o contratante e o contratado, tem que ter o CPF e a conta daquela pessoa que vai depositar. Imagina um contrato de US\$45 milhões em que você não tem; você tem uma intermediária, sem autorização da agência reguladora! Ora, isso tudo com aval, com aquiescência. E é muito grave, porque, quando o Deputado pega o irmão dele, que ele não poderia... Aqui, eu vi de casa falando: "Ah, o servidor não reportou ao chefe". Como que ele ia reportar, se era por esses chefes que ele estava sendo pressionado? Então, ele teve acesso àquele que é o chefe do Estado brasileiro, aquele que detém o poder, o poder de determinar, acabar uma apuração, o afastamento imediato, o cancelamento, para, aí, sim, apurar a responsabilidade. E, aí, ele ficaria isento, mas, não; ele preferiu, na hora em que foi dito, falar o nome do Deputado, e ainda confirmar o comportamento inadequado, e falar que iria providenciar a apuração.

Eu queria saber – e, aí, eu faço uma sugestão –: poderia esta Comissão chamar o Diretor-Geral da Polícia Federal para saber em que momento ele foi procurado; se, em algum momento, ele foi procurado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Presidente da República, no dia 20 de março, para apurar essa irregularidade desse contrato, porque assim não foi?

Também eu quero destacar que o Onyx Lorenzoni acusou falsamente esse servidor que aqui está de ter apresentado documento falso, quando todos os documentos estavam no sistema do Ministério da Saúde. Isso tem que ser dito. Ele fala que ele atribuiu; veja, inverte! Como pode o Governo Federal utilizar do aparato estatal para ir contra um servidor que está denunciando uma irregularidade num contrato de US\$45 milhões? É o inverso disso. Falou-se até que o servidor seria responsabilizado por crime de denúncia caluniosa, previsto no art. 339, quando jamais – jamais! – existe esse crime ali, nessa conduta, porque teria que se atribuir um fato, dar causa à infração de um fato definido como crime de que o sabe inocente. E ele, ao contrário, foi ao Presidente da República falar: "Olha, tem um contrato de 45 milhões que não tem a autorização da Anvisa, que tem uma empresa intermediária, que eu estou sendo pressionado". E o Presidente falar: "Já sei, só pode ser...". E aquilo ali fica por isso mesmo? Não!

Outra coisa que é muito grave – e aqui eu quero chamar atenção –, quando se fala que o valor destinado à compra dessas doses já está empenhado desde o dia 22 de fevereiro, impedindo, assim, a utilização desse recurso para outros fins, caracterizado claro prejuízo à administração. Claro, um dos princípios que rege os contratos administrativos e está expresso no art. 37 é a legalidade, é a eficiência – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência! Então, está aqui. Se, nesse contrato, as doses já estavam empenhadas desde o dia 22 de fevereiro, impedindo, assim, a utilização desse recurso para outros fins, caracterizado, claro, o prejuízo à administração, especialmente ao povo brasileiro, que tanto precisa da vacina no braço.

Embora, o Governo alegue que não gastou nada, lembro que o empenho da despesa é ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente. Isso está na Lei 4.320, de 1964, art. 58. Essa despesa foi empenhada no momento certo da negociação ou houve antecipação do processo? Essa despesa foi empenhada ou houve uma antecipação desse processo, a despesa do contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Ela foi empenhada, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso é um orçamento, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – As demais vacinas também seguiram o mesmo procedimento? Obviamente que não, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não sei, Senador; não tenho acesso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero também aqui deixar claro, Sr. Presidente, que o crime de corrupção ativa, que se fala no art. 333, é crime formal de mera conduta, ou seja, não precisa da obtenção da vantagem: basta oferecer ou prometer. Então, não vamos confundir: se você oferece ou promete, consumado está, independentemente de recebimento. E ali foi empenhado. Então, isso tem que ser dito a todo momento. Isto, para qualquer agente público e para o particular, o crime de corrupção passiva previsto no art. 317, com pena de reclusão de dois a doze anos e multa.

Então, eu acho, assim, que à permanência desse Presidente, nessas circunstâncias, esta CPI tem que dar uma resposta contundente. E para esses brasileiros que sempre estão defendendo o atual Presidente, que ataca, vilipêndia a Constituição Federal, as instituições legalmente estabelecidas no nosso Estado democrático de direito, elas têm que ver, abrir os olhos. Com o depoimento hoje desse Deputado aqui, que é da base do Governo – que é da base do Governo! – e que foi contra os colegas do mesmo partido aqui querendo denegrir a imagem de um servidor público que, pelo manto da estabilidade e do compromisso para cumprir os princípios que regem a administração pública, dentre eles a legalidade, teve a coragem, a hombridade de denunciar todas essas irregularidades... E aquele, a quem nós almejávamos que tivéssemos um comportamento proativo de apuração dos fatos, que é o Presidente da República, nada fez, prevaricou, aquiesceu, e nós temos aí esse comportamento.

A permanência e... Eu acho que a convocação... O convite do Presidente... Do Líder do Governo aqui para esta Comissão, ele tem que ser imediato, para prestar esses esclarecimentos aqui.

Eu queria fazer também aqui uns questionamentos. Qual o embasamento legal para que o pagamento seja feito à Madison Biotech, com sede em Singapura, e não diretamente à fabricante indiana Bharat Biotech ou à Precisa Medicamentos? Tem embasamento legal para isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É área de pagamento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não é? É porque não tem como: se você faz um contrato, você vai pagar a uma empresa intermediária? Obviamente, não.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente à empresa à qual está o empenho, não é? Empenhado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

É comum em contratos de responsabilidade de V. Sa. que o nome da empresa que consta no contrato não ser a mesma que recebe recursos públicos do Governo Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tem que ser normalmente a mesma ou um representante legal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O contrato assinado para compra de 20 milhões de doses da Covaxin previa a entrega de 8 milhões de doses em março, 8 milhões de doses em abril, 4 milhões de doses em maio. No entanto, nenhuma dose foi entregue. Qual foi o motivo para esse atraso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sem autorização da Anvisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sem autorização da Anvisa. Perfeito.

Há registros ou *e-mails* ou outros meios de comunicação de negociação do preço da Covaxin que chegou ao conhecimento do senhor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não é da minha área.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O preço adotado é compatível com o oferecido aos demais países? O senhor tem ideia?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não tenho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor Luis Carlos... Sr. Luis Carlos, por gentileza... Luiz Ricardo, o senhor conhece o Sr. Wellington Ferreira Gonçalves?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele é sócio de Francisco Maximiano na Global Gestão em Saúde e na Rompro Participações S.A. Eu gostaria de sugerir que a CPI inclua o Sr. Wellington nas quebras de sigilo e convoque para dar explicações sobre o seu papel nesse contexto, que eu acho que seria prudente.

E aqui também para deixar claro à população brasileira essa denúncia que foi feita pelo Deputado, querido, Alessandro Molon, teve um encaminhamento no Tribunal de Contas no dia 25 de março, e a proposta de encaminhamento eu vou ler.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – "Pergunto: se foi realizado algum gerenciamento de riscos associados ao Contrato 29?", isso o Tribunal de Contas está perguntando. "Se as investigações pretéritas contra a contratada e a sua sócia, a Global Gestão em Saúde, apontadas pelo representante, chegaram ao conhecimento do Ministério da Saúde e se foram consideradas na gestão de riscos da contratação? Em caso afirmativo, encaminhar a cópia da documentação correspondente".

Sra. Presidente, eu fico, assim... É um momento triste quando a gente tenta buscar para a nossa sociedade, para o nosso povo brasileiro, uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, um combate à corrupção é tudo aquilo que nós almejamos. Uma sociedade melhor. E hoje, aqui, esta CPI tem um outro momento. Já foi flagrantemente provado que esse Presidente difundiu a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica. Já foi provado que ele também é contra a utilização de máscara, distanciamento social, ele é contra a vacina, mas difunde essa utilização de ivermectina, hidroxicloroquina, azitromicina. Esse Presidente também, aqui está comprovado, recusou a aquisição da Pfizer inúmeras vezes. E agora, aqui, hoje, está comprovado que o Líder do Governo também, na Câmara, teve, com a chancela do Presidente da República, esse movimento um tanto quanto irregular nesse contrato da Covaxin. Eu acho que tudo isso é motivo suficiente, e espero que esta CPI dê uma resposta à população brasileira, apurando, responsabilizando, de forma isenta, imparcial, doa a quem doer, para que quem, de qualquer forma, tenha concorrido para o agravamento da pandemia seja responsabilizado, seja por dolo, seja por ação, seja por omissão.

Eu agradeço e, mais uma vez, quero parabenizar a coragem do Deputado de vir a esta Comissão declarar nomes e falar efetivamente tudo o que aconteceu. Em nome do Luiz Ricardo, eu quero saudar todos os funcionários públicos e falar que, efetivamente, neste momento em que nós já vivemos tantos retrocessos para os trabalhadores no Brasil – reforma trabalhista, em 2017, reforma da previdência, agora vem reforma administrativa, querendo mais uma vez atacar os funcionários públicos... Quando eu vejo pessoas, que tem funcionário público com estabilidade, com a coragem, com a integridade de vir a uma Comissão, de ir ao Presidente da República e apontar onde está, mesmo contrário, com a pressão dos seus superiores, eu falo que vale a pena, sim, lutar por um Brasil melhor, por uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais fraterna.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Fabiano Contarato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora passar a palavra aqui, pelo remoto, à Senadora Zenaide Maia, mas, antes, eu queria fazer aqui uma pergunta ao Ricardo: a Covaxin foi a única vacina cuja negociação teve uma intermediária, que foi, no caso, a Precisa, ou alguma outra teve algum outro intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) - A Sputnik tem a União Química.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) - Apenas as duas, não é?

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, pelo sistema remoto, por até 15 minutos, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) - Eu quero cumprimentar a nossa colega Senadora que está presidindo, Eliziane, e, em nome dela, cumprimentar a Simone Tebet e todos os Senadores e os nossos convidados.

Eu diria o seguinte, seguindo o raciocínio da nossa amiga Simone Tebet: só o fato de o Presidente optar por uma vacina cujo desenvolvimento é igual ao da CoronaVac, ou seja, com vírus inativado, e insistir na compra de uma vacina, a Covaxin, que nem aprovada pela Anvisa estava... Gente, não tem explicação. Isso é um fato.

Outra coisa: eu quero dizer aqui ao servidor público Luis Ricardo Fernandes Miranda que você viu que... É como se eu fizesse um contrato para alguém com uma empresa e pagasse a outra. Eu já fui Secretária de Saúde. Não é assim que as coisas funcionam. E a gente sabe que nesse período o próprio Instituto Butantan... Eu queria aqui lembrar Omar Aziz e o nosso Relator Renan, lembrar que o Instituto Butantan ofereceu mais 30 milhões de doses da CoronaVac, ou seja, já aprovada pela Anvisa. E por que a preferência de comprar uma vacina de um preço maior e que não estava nem autorizada pela Anvisa? E que eu digo o seguinte: aqui são fatos. Não tem... É indefensável.

Eu estava olhando que, enquanto a gente está aqui, praticamente há nove horas, morreram quase 800 brasileiros e brasileiras de Covid. É por isso que eu quero parabenizar aqui esta CPI. Quero parabenizar aqui Omar Aziz, o nosso Relator e todos que compõem. Isso aqui não quer dizer que é de esquerda e de direita, não. O povo ouvia falar que o Governo incentivava uma imunidade de rebanho. Claro! Ele veio aqui ontem, no meu Estado. Vergonhoso! Ele tirou a máscara de um bebê de menos de três anos. Porque, apesar de o pai ser adepto do Jair Bolsonaro, mas mesmo assim ele levou o filho com máscara. E ele fez questão de tirar. Então, é uma defesa da morte, sim. É uma defesa da morte. Então, esta CPI já conseguiu mostrar que o Governo usou dinheiro público para comprar medicamentos sem eficácia terapêutica e quer obrigar... Eu imagino a pressão para botar na bula da ivermectina, da hidroxicloroquina que serve para o coronavírus. Desde o início que desincentiva as vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, gente, eu quero chamar a atenção aqui do Brasil e dos Senadores que estão aí: essa reforma administrativa, que tira a estabilidade dos servidores públicos; que eles passam a ser servidores do governo atual, e não do Estado... Essa pandemia veio mostrar isso. Está aqui Luis Ricardo: se ele não fosse um servidor efetivo, é claro que ele já teria sido demitido. Não tenha dúvida disso, gente! Não venha dizer que essa reforma administrativa... Eu estou dizendo porque isso tem tudo a ver. Quando se fala em desmerecer o serviço público, você está tirando das pessoas... Por exemplo, os trabalhadores da saúde. E nós temos outro exemplo: está aí o policial federal que denunciou o Ministro Salles e mostrou a quantidade de árvores derrubadas, e que se não fossem os Estados Unidos não aceitar a madeira porque era ilegal, ele ainda estaria no cargo? Foi transferido. Não é demitido porque não pode.

Mas quero dizer o seguinte: a CPI está de parabéns! Não adianta ficar dizendo que a CPI é isso ou aquilo. A CPI deu visibilidade – como a gente diz aqui: deu nome aos bois. Quem é o responsável pela maioria das mortes que seriam evitáveis comprovadamente? Eu vinha dizendo isso, mas gostei ontem porque o Pedro Hallal falou isso claramente. A maioria não teria morrido. Então, esta CPI mostrou à população brasileira que realmente não se tem nenhum respeito, da parte do Governo Federal, do Presidente da República, pelas vítimas desta Covid-19.

E quero dizer mais: a gente aqui fala todo dia. Eu quero aqui também agradecer a Omar Aziz, a Renan Calheiros, por deixarem esta representatividade feminina. Nós somos poucas, mas somos combatentes. Está aí a Simone Tebet, que tem um conhecimento jurídico grande. E a gente está aqui.

Eu não tenho mais o que perguntar a eles, porque foi provado aqui... O Luis Claudio Fernandes, o Deputado, colega Parlamentar, mostrou aí... E o raciocínio chegou justamente em quem o Governo transforma em refém. Então, Eliziane, todos os colegas e Brasil, se não fosse esta CPI, ia passar esse povo todo, esses óbitos todos. Há 45 mil órfãos neste País, já tem 45 mil órfãos! E um servidor público que quer mostrar... Imagine a fidelidade do Deputado Luis Claudio! Porque ele podia ter só denunciado, Senador Renan, mas ele, devido ter amizade com o Presidente da República, é o normal, o cara foi lá e mostrou, porque o irmão é um servidor público que merece respeito e viu que estava errado. E, mesmo assim, o Governo se volta contra o servidor.

Mas quero dizer o seguinte: nós não vamos recuar, porque são mais de 511 mil óbitos pela Covid, milhares de óbitos pela fome, e a gente aqui lutando. Estamos mostrando, e tem que ser punido... Tem que ser punido, gente! Com é que alguém pode fazer isso tudo contra uma população e não dar em nada? E, se não fosse esta CPI, não estaria apurado nada. Ia ficar naquela história que era fulano, era política de idealista, não sei o quê.

O ideal pra gente... Primeiro, eu quero dizer ao povo brasileiro que acabe com essa história de politizar. Todas as decisões são políticas, gente. Quem definiu que queria imunidade de rebanho mesmo que morressem milhares de brasileiros e brasileiras foi o Presidente da República, e isso foi uma decisão política. E, quem atrapalhar, ele atropela – ele atropela sim! Estão aí os dois Ministros que não se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renderam... Ele tirou o Mandetta, o Teich. Eles saíram e, agora, o Pazuello também. Eu tenho uma preocupação muito grande com o Ministro atual, porque vai fazer a mesma coisa: nunca vai querer ser o culpado. Mas a gente sabe quem é o culpado por isso tudo. Isso tem nome – tem nome e não tem convivência da gente aqui!

Então, eu quero parabenizar Luis Claudio pela coragem de não ceder – eu sou servidora pública, Luis Claudio, do Ministério da Saúde –, de mostrar o erro e ter a coragem e a lealdade de não ir e já denunciar, mas levar a quem seu irmão considerava como uma pessoa séria, porque ganhou se autointitulando guardião da ética e da moral. Foi assim que o Presidente foi eleito: vestiu o paletó e disse que era o guardião da ética e da moral!

Não vou fazer mais pergunta, porque tudo já foi desvendado aí. O que faltava era saber quem era que pressionava, nós já sabemos quem é o Deputado.

E agora vamos batalhar! Vamos em frente, Omar! Vamos em frente, Renan e todos que fazem esta CPI! O Brasil merece essa explicação! Ninguém vai deitar em berço esplêndido aqui com mais de 0,5 milhão de óbitos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Zenaide.

Como última inscrita, Senadora Zenaide, eu quero aqui agradecer ao Deputado Luis Miranda. E ao nosso servidor que Deus possa abençoá-lo, que Deus possa... Quero agradecer a você por ter viajado horas dos Estados Unidos hoje... Para quem não sabe, o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda esteve nos Estados Unidos, viajou a noite toda, desembarcou em São Paulo com 3 milhões de vacinas doadas pelos Estados Unidos para o Brasil – ele foi para que fosse desembaraçada a importação. Ele pegou um avião, pousou em Brasília e não foi nem em casa, diretamente veio a esta CPI contribuir para o Brasil. Nós somos devedores do seu trabalho, da sua posição. Espero que as pessoas possam reconhecer a sua ajuda a milhões de brasileiros em relação à vacina.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos, agradecer a Deus por este dia e encerrar esta sessão convocando os Srs. e Sras. Senadoras para a próxima sessão na terça-feira, dia 29, em que iremos ouvir o Relator da CPI, que esteve no Estado do Amazonas. Espero que nós possamos estar aqui.

Eu quero dizer que ainda tenho... Cadê o documento? *(Pausa.)*

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 26ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sessão está encerrada.

Agradeço ao Deputado, agradeço ao servidor.

Que Deus possa abençoar o Brasil!

(Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 52 minutos.)